

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
v. 25 n. 47 julho de 2018
Violência, Guerra e Migração
no Mundo Antigo

anos90



anos90

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
v. 25, n. 47, julho de 2018

Porto Alegre

Anos 90	Porto Alegre	v. 25	n. 47	p. 1-388	jul. 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Diretora do IFCH: Claudia Wasserman

Programa de Pós-Graduação em História:

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Eduardo Santos Neumann (coordenador)

Carla Brandalise (coordenadora substituta)

Alessander Mario Kerber

Carla Simone Rodeghero

Luiz Alberto Grijó

Mara Cristina de Matos Rodrigues

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Alessander Mário Kerber (Editor)

Carla Brandalise

Igor Salomão Teixeira

Fábio Kuhn

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Aggio - *UNESP, Brasil*

Angela Castro Gomes - *CPDOC/FGV e UFF, Brasil*

Barbara Weinstein - *State University*

of New York, EUA

Caio Boschi - *PUCMG, Brasil*

Cláudio Batalha - *UNICAMP, Brasil*

Durval Muniz de Albuquerque Junior

- *UFRN, Brasil*

Edgar de Decca - *UNICAMP, Brasil*

Eduardo Silva - *Fundação Casa*

de Rui Barbosa, Brasil

Fernando Catroga - *Universidade*

de Coimbra, Portugal

Hilda Sabato - *Universidad de Buenos Aires,*

Argentina

Ignacio Sosa Alvarez - *UNAM, México*

Jeffrey Lesser - *Emory University, EUA*

Jens Hentschke - *University of New Castle,*

Inglaterra

John French - *Duke University, EUA*

Jorge Ferreira - *UFF, Brasil*

Jose Pedro Rilla - *Universidad de la República,*

Uruguai

Maria Helena Rolim Capelato - *USP, Brasil*

Roger Kittleson - *Williams College, EUA*

Sabina Loriga - *EHESS, França*

Valdei Araujo - *UFOP, Brasil*

EQUIPE TÉCNICA

Bolsista da revista:

Felipe Barba

Revisão de editoração:

Felipe Raskin Cardon e Camila Meurer Jandrey

Acompanhamento Editorial:

Michele Bandeira

Editoração eletrônica:

Marta Zimmermann

Projeto gráfico:

Núcleo de Informação e Projetos (NIP/IFCH/UFRGS)

Criação da capa:

Marta Zimmermann

Imagem da capa:

Álvaro Merlo. Museu Britânico, Londres.

Relevos de Lakiš (detalhe), final do século VIII

AEC. Alabastro.

CORRESPONDÊNCIA

Anos 90

Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS

Caixa Postal 15055

Agronomia

CEP 91501-970

Porto Alegre - RS - Brasil

Fone/fax: (51) 3308 6639

E-mail: anos90@ufrgs.br; ppghist@ufrgs.br

Sítio: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90.htm>

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/>

APOIO:
PROPESQ – UFRGS

©2017 Programa de Pós-Graduação em História, IFCH/UFRGS

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

Publicação semestral

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, IFCH. Programa de Pós-Graduação em História. v. 25, n. 47, Porto Alegre: PPGH, jul. 2018.

E-ISSN 1983-201X

Revista indexada em: Latin American Periodical Table of Contents – LAPTOC; Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – LATINDEX; ProQuest; Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico; Emerging Sources Citation Index (ESCI); Google Scholar; EBSCO; Portal de Periódicos da CAPES; Portal de Periódicos da UFRGS.

SUMÁRIO

11

EDITORIAL

Alessander Mario Kerber

DOSSIÊ VIOLÊNCIA, GUERRA E MIGRAÇÃO NO MUNDO ANTIGO

15

APRESENTAÇÃO

Estefanía Bernabé-Sánchez

Katia Maria Paim Pozzer

Pedro Paulo Funari

19

Migration flows from
a long-term perspective

Pedro Paulo A. Funari

39

Guerra, violência e memória cultural
nas imagens assírias

Katia Maria Paim Pozzer

61

The power of a powerless woman: examining the
impact of violence on a Biblical nation

Elizabeth Tracy

Britannia: violência, poder e contato
Tais Pagoto Bélo 77

Troianas, de Eurípides (415 a. C.):
a guerra injusta e o fim da linhagem dos heróis
Lorena Lopes da Costa 111

El mito de *Inanna* y *Šukaletuda*:
violencia sexual en Sumer
Estefanía Bernabé-Sánchez 135

“Melodia sangrenta” (Anth.Pal. VI.159):
a trombeta e a guerra na Grécia Antiga
Fábio Vergara Cerqueira 149

ARTIGOS

A fuga da escravidão imperial: Benedita Luiza
os jogos de fronteira entre novos Estados
(Bolívia e Brasil)
Ernesto Cerveira de Sena 191

A geografia da historiografia: o acesso à e o uso
da documentação por Joaquim Felício dos Santos
nas Memórias do Distrito Diamantino (1868)
Pedro Afonso Cristovão dos Santos 221

Entre antigos e modernos: escrita da história
e lições morais no Brasil do século XIX
Evandro Santos 253

279

Euclides da Cunha e a cor local:
a pintura da história de Canudos
Eduardo Wright Cardoso

305

Atuação e funcionamento da Justiça
no Brasil Imperial: o caso do Tribunal
do Júri de São Leopoldo/RS
Caroline von Mühlen

339

Entre seduções e consumos – a publicidade de
cosmético no Brasil de 1968
Mara Rubia Sant'Anna

RESENHA

369

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Velas ao mar*.
U.S. Exploring Expedition (1838-1842).
A viagem científica de circum-navegação
dos norte-americanos. São Paulo:
Intermeios, 2015.
Valdir Donizete dos Santos Junior

377

Condições para Submissão

381

Política Editorial

CONTENTS

11

EDITORIAL

Alessander Mário Kerber

DOSSIER VIOLENCE, WAR AND MIGRATION IN THE ANCIENT WORLD

15

INTRODUCTION

Estefanía Bernabé-Sánchez

Katia Maria Paim Pozzer

Pedro Paulo Funari

19

Migration flows from
a long-term perspective

Pedro Paulo A. Funari

39

War, violence and cultural memory
in assyrian images

Katia Maria Paim Pozzer

61

The power of a powerless woman: examining the
impact of violence on a Biblical nation

Elizabeth Tracy

Britannia: violence, power and contact
Tais Pagoto Bélo 77

Euripides' Trojan Women (415 B. C.):
the unfair war and the end of the race of heroes
Lorena Lopes da Costa 111

The myth of *Inanna* and *Šukaletuda*:
sexual violence in Sumer
Estefanía Bernabé-Sánchez 135

"Bloodstained melody" (*Anth.Pal.* VI.159):
the trumpet and the war in Ancient Greece
Fábio Vergara Cerqueira 149

ARTICLES

The escape of a slave and the border games
between new Modern States (Bolivia and Brazil)
Ernesto Cerveira de Sena 191

The geography of historiography:
the access to and the use of the sources
by Joaquim Felício dos Santos in *Memórias
do Distrito Diamantino* (1868)
Pedro Afonso Cristovão dos Santos 221

Between the ancient and the modern:
history writing and moral lessons
in Brazil in the 19th century
Evandro Santos 253

279

Euclides da Cunha and the local colour:
the painting of the history of Canudos
Eduardo Wright Cardoso

305

Performance and functioning of Justice in Brazil
Imperial: The case of the Court of the Jury of São
Leopoldo / RS
Caroline von Mühlen

339

Between seduction and consumption- cosmetic
advertising in 1968 Brazil
Mara Rubia Sant'Anna

REVIEWS

369

JUNQUEIRA, Mary Anne. Velas ao mar: U.S.
Exploring Expedition (1838-1842). A viagem
científica de circum-navegação dos norte-
americanos. São Paulo: Intermeios, 2015.
Valdir Donizete dos Santos Junior

377

Norms for Submission

381

Editorial Policy

Editorial

O volume 25, número 47 da revista *Anos 90* apresenta o dossiê *Violência, Guerra e Migração no Mundo Antigo*, organizado pelos professores doutores Estefanía Bernabé-Sánchez, da Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP), Katia Maria Paim Pozzer, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Pedro Paulo Funari, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Esta edição também é composta por mais seis artigos, aprovados em fluxo contínuo fora do dossiê, e por uma resenha.

A chamada para a publicação de artigos no dossiê foi feita em junho de 2017, e o prazo para submissão prolongou-se até o dia 31 de dezembro. Durante os meses de janeiro e fevereiro, os artigos submetidos ao dossiê foram avaliados por doutores especialistas no tema, conforme as normas da revista. Ao final do processo de avaliação, foram aprovados para publicação nesse dossiê os artigos dos seguintes doutores: Pedro Paulo A. Funari, professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Katia Maria Paim Pozzer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Elizabeth Tracy, Ph.D. em Hebrew Bible pela University of St Andrews (Escócia); Tais Pagoto Bélo, pós-doutoranda na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Lorena Lopes da Costa, professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Estefanía Bernabé-Sánchez, professora da Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP); e Fábio Vergara Cerqueira, professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Os artigos aprovados para esta edição da revista que foram submetidos fora do dossiê, no regime de fluxo contínuo, são os dos seguintes professores doutores: Ernesto Cerveira de Sena, professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Pedro Afonso Cristovão dos Santos, professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Evandro Santos, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Eduardo Wright Cardoso, professor da Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Caroline von Mühlen, doutora pela

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); e Mara Rubia Sant'Anna, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

A *Anos 90* agradece aos professores doutores avaliadores que, com sua disponibilidade e com a qualidade dos pareceres emitidos de forma anônima na avaliação dos artigos, permitiram que o nível de excelência da *Anos 90* fosse mantido, assim como a sua periodicidade.

Gostaria de aproveitar para informar que, a partir de 2019, a *Anos 90* passará a ser quadrimestral e que está aberto o período para submissão de artigos aos dossiês que serão publicados em duas das três edições: *Exercício do poder na Idade média e suas representações; novas fronteiras, novos significados*, que será organizado pelos doutores Igor Salomão Teixeira (UFRGS), José Manuel Cerda Costabal (Universidad Gabriela Mistral/Chile) e Renato Viana Boy (UFFS); e *Resistências africanas: novos problemas e debates*, organizado pelos doutores Patrícia Teixeira Santos (UNIFESP) e Sílvio Marcus de Souza Correa (UFSC).

Gostaria de agradecer ao coordenador do PPG em História da UFRGS, doutor Eduardo Santos Neumann, à coordenadora substituta, doutora Carla Brandalise, e à Comissão Editorial da *Anos 90*, composta pelos doutores Carla Brandalise, Fábio Kuhn, Igor Salomão Teixeira e por mim, cuja ação executiva permitiu o andamento das diversas atividades da revista. Gostaria, também, de agradecer ao Núcleo de Produção Editorial da UFRGS, que cuida da revisão de padrão e da editoração da revista, em especial a Felipe Raskin Cardon, Camila Meurer Jandrey e Marta Zimmermann.

Os recursos para a manutenção da *Anos 90* são todos públicos e garantidos a partir da aprovação no edital lançado anualmente pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos (PAEP-2018). Gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que disponibiliza os recursos necessários para o funcionamento da *Anos 90*, bem como para sua disponibilização eletrônica gratuita através do site da revista e de diversos indexadores e portais de periódicos. Desejo a todas e a todos boa leitura.

Alessander Mario Kerber
Editor-chefe

DOSSIÊ
Violência, Guerra e Migração
no Mundo Antigo

Apresentação

Estefanía Bernabé-Sánchez*

Katia Maria Paim Pozzer**

Pedro Paulo A. Funari***

Se fosse preciso definir com três conceitos-chave a conjuntura deste primeiro quarto de século XXI, os organizadores deste dossiê acreditam que a maioria dos questionados conviria em utilizar, pelo menos, alguma das palavras que propomos como título. A ideia, então, de organizar um volume sobre a temática da guerra, da violência e da migração no mundo antigo nasce, simplesmente, de nossa observação da realidade contemporânea. Impotentes como historiadores, professores e/ou seres humanos, assistimos à eclosão de conflitos militares de rara violência na região do Oriente Próximo que atinge o planeta inteiro. A guerra na Síria, a ofensiva do autointitulado Estado Islâmico, a invasão do Iraque pela chamada “coalizão internacional”, liderada pelos EUA, trouxeram enorme instabilidade política e, mais importante, uma tragédia humanitária sem precedentes na história recente. Não podemos esquecer a *outra* face das guerras, tão dramática quanto a primeira, que representa as migrações forçadas de milhares de pessoas. Tudo isso, associado à destruição, ao espólio e ao saque do patrimônio cultural da humanidade presente nesses territórios, teve um efeito provocador a nós, historiadores da antiguidade.

* Professora da Pontificia Universidad Católica del Peru – PUCP. E-mail: e.bernabel1976@gmail.com.

** Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: katia.pozzer@ufrgs.br.

*** Professor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: ppfunari@uol.com.br.

Nosso dever de ofício aceita como tarefa primordial, então, o fato de tentarmos entender o mundo que hoje nos cerca estabelecendo um diálogo entre passado e presente, se quisermos construir o melhor futuro possível. Eis aí, para nós, a pedra fundamental do conhecimento e do estudo da antiguidade. Mais do que nunca, faz-se necessário propor o debate, instigar a pesquisa, incitar a reflexão construtiva como nossa contribuição para a sociedade. E assim, algumas indagações nortearam nossa proposição. É possível tirar lições do passado? Somos capazes de compreender o *conflito* como fato e suas diversas dimensões na antiguidade e na atualidade, para estabelecermos paralelismos válidos e evitá-los, no futuro?

A partir dessas questões, formulamos a proposta do dossiê *Violência, Guerra e Migração no Mundo Antigo*, com o objetivo de refletir sobre temas urgentes e atuais a partir do estudo das sociedades antigas. Sabemos que as práticas de violência legitimadas pelas guerras, tendo como consequência a migração massiva de populações, têm uma longa historicidade, pois essas diversas experiências históricas foram preservadas e deixaram inúmeros indícios nos textos, nas imagens e na cultura material. Assim, entendemos que investigar essa temática na antiguidade pode contribuir para a compreensão dos recentes acontecimentos que atingem o mundo, especialmente o Mediterrâneo, a Europa e os EUA.

O enunciado deste dossiê abraça, entretanto, diversos outros enfoques, tais como questões relacionadas à tecnologia da guerra, à retórica da violência, à situação das mulheres e crianças nos conflitos, às agressões sexuais, à migração e ao fenômeno de transculturação, entre outros. Como afirma Magnoli (2006, p. 14): “A guerra é um fenômeno total, uma expressão condensada das formas de pensar, produzir e consumir das sociedades, o espelho de um tempo e um lugar”.

Foram vários os autores que atenderam ao nosso chamado. Eles provêm de distintos horizontes de pesquisa, alguns atuando no Brasil e outros no exterior. Vários são especialistas no Mundo Clássico, enquanto outros se interessam pelo Oriente, mas todos aportam uma reflexão original e uma boa dose de erudição.

O dossiê abre com a contribuição de Pedro Paulo A. Funari, intitulada “Migration flows from a long-term perspective”, que

traz um estudo de longa duração sobre o fenômeno das migrações na história da humanidade. O autor discute os fluxos migratórios desde o processo de hominização até o período pós-segunda guerra mundial, incluindo a história brasileira, e argumenta que as migrações são um grande desafio tanto para as sociedades como para os intelectuais que refletem sobre elas.

A professora Katia Maria Paim Pozzer contribui com “Guerra, violência e memória cultural nas imagens assírias”, artigo no qual faz partir sua reflexão dos baixos-relevos em pedra resgatados dos palácios assírios de Nínive, analisando alguns elementos estéticos da antiguidade que o mundo contemporâneo tem reutilizado, levando a cabo um interessante paralelismo multisecular.

Com “The power of a powerless woman: examining the impact of violence on a Biblical nation”, Elizabeth Tracy nos conduz pelos caminhos da concubina levita, ou *Pilegesh*, analisando os últimos capítulos do bíblico *Livro dos Juízes*, cruel em algumas das suas imagens de violência contra a mulher e tão atual, lamentavelmente.

Viajamos depois para a Bretanha na pena da Dra. Tais Pagoto Bélo, com “*Britannia*: violência, poder e contato”, que propõe uma reflexão contemporaneamente válida através da cultura material representada por epitáfios da província da Britannia.

A professora Lorena Lopes da Costa contribui com “Troianas, de Eurípides (415 a. C.): a guerra injusta e o fim da linhagem dos heróis”, no qual traça um paralelismo da história de Atenas, dos crimes e excessos da guerra, com a tragédia euripidiana.

Estefanía Bernabé-Sánchez trata o tema da violência sexual em “El mito de *Inanna* y *Šukaletuda*: violencia sexual en Sumer”, mito no qual a deusa Inanna é estuprada pelo *mau* jardineiro Šukaletuda. A autora estabelece um paralelismo entre o crime sexual cometido contra a deusa suméria e aqueles que estão sendo, hoje, moeda comum nos conflitos armados do Oriente Médio, especialmente na Síria.

Finalmente, encerra este dossiê o trabalho do professor Fábio Vergara Cerqueira, “‘Melodia sangrenta’ (*Anth.Pal.* VI.159): a trombeta e a guerra na Grécia Antiga”, em que ele analisa o instrumento de vento chamado *salpinx* (σάλπιγξ) na iconografia e nos textos relacionados com a guerra na Grécia antiga, particularmente em Atenas, estabelecendo paralelismos entre as funções militares e os simbolismos.

O intuito deste volume que apresentamos, então, nos convida à reflexão crítica sobre a nossa realidade, partindo do conhecimento da remota antiguidade, de seus personagens e suas histórias, assim como da ideia de que guerra e violência, entendidas em todas as suas manifestações, são nefastas e não atendem aos pressupostos em que a humanidade deve enxergar a evolução e o desenvolvimento.

Frente àqueles que esquecem o passado e, por conseguinte, descuidam do presente enquanto olham para o futuro, anotemos aqui a definição que Sêneca nos deixou em *De brevitae vitae* (*Sobre a brevidade da vida*): sábio é aquele que lembra o passado, sabe aproveitar o presente e dispõe do futuro.

Que isso seja como uma de nossas bússolas.

Referências

MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.

Migration flows from a long-term perspective

Pedro Paulo A. Funari*

Abstract: The paper deals with migration in a long-term perspective. From the earliest times, our hominid ancestors were in constant move, focusing on migrations flows in the contemporary context, that is, particularly in the wake of the demise of the Cold War (1947-1989) and the new multipolar world. It also includes a word on Brazil in this context. It concludes by considering migration as a challenge to societies and scholars alike.

Keywords: Migration. Long-term. Hominids.

Introduction

Migrations are probably at the root of the human endeavor. From the earliest times, our hominid ancestors were in constant move, so much so that archaeologists such as Clive Gamble (1993) and Chris Gosden (2004) consider that humans are first and foremost walkers and colonizers. This has always challenged the understanding of human relations, for more often than not this perpetual move led to cooperation and exchange, but also to conflict. The famous dictum attributed to Heraclitus (Fragment 53), Πόλεμος Πατήρ πάντων, “conflict is the father of all things”, has been discussed by several modern social thinkers, such as Heidegger (1993), in the context of the difficulties associated to the contact of moving humans. For the humanities and the social sciences, as is proven

* Professor Titular do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Bolsista de Produtividade 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: ppfunari@uol.com.br.

by this very conference, migration flows engender social interaction with mixed consequences and they are a particular challenge to social theory.

In this lecture I will thus propose first a long-term view of migrations flows, from the earliest times, but mostly in historical contexts, that is, including clashes, state interaction, law issues and humanitarian concerns. After this brief overview of the historical setting, I focus on migrations flows in the contemporary context, that is, particularly in the wake of the demise of the Cold War (1947-1989) and the new multipolar world. Migrations have been increasing in rich, middle income and poor countries, leading to a variety of issues, not least to ethical questions relating to human rights. Human rights concerns and popular perceptions are however not always in tune and this raises a key issue: national versus universal rights. The modern world since the late 18th c. has been centered on nation states and universal rights, notably human rights, are constantly clashing with narrow, national, definitions of citizenship rights. This is thus a key challenge for social sciences and the humanities: how to deal with a postmodern world, where new connections and global communications clash all the time with a modern, narrow, national approach and understanding of society. This is indeed a big challenge. The case of Brazil, even though marginal in the world stage in relation to interstate human flows, is worth considering. Even if the number of foreign migrants (be they legal or illegal) is not really high in proportion to the population, it is still a challenge for social theory. Human rights as a universal category is at odds with a prevailing approach grounded on the nation state. The paper then concludes by emphasizing that the key issues facing the social sciences and the humanities is thus related to dealing with global versus national perceptions and the contradictions generated by those clashes.

Migrations from a long-term standpoint

We are used to focus our attention on our times and circumstances and even to consider it as unique and different from anything before. This is an illusion not only of ordinary people,

but of scholars themselves, as attested by the introduction of a new geological era, the Anthropocene, as if we were always prone to consider that our generation is facing the most relevant change in history. This is not to deny the changes in climate in our planet, nor the human responsibility for our destiny, but in geological terms all those changes are tiny, in relation to the huge changes in the last several hundred million years. The point is that we do tend to think that our experiences are unique and time changing, while a long-term view may challenge some of those certainties. This is the case with migrations, a very human endeavor. The humanitarian disaster in the Middle East since the invasion of Iraq in 2001 has brought with it a series of human miseries, not least the spreading of refugees from several countries into poor and rich, neighbouring and far away areas. Such is the case, right now in early 2016, with refugees from the Syrian civil war, from 2011 onwards. Hundreds of thousands of people fled the war into neighbouring Jordan and Turkey, and from there to Europe. In 2015 alone, more than a million migrants settled in Germany. The deposition of Muammar Gaddafi (1942-2011), in Libya in 2011, led to a demise of a unified state and to a growing migration flow from Subsaharan Africa into Europe. In this case, the main cause of the influx is not directly war, but the social conditions in very poor countries, lured by the very rich European societies. We are thus mesmerized by those images of our present day, but migration is not a transient phenomenon, but it constitutes in a way our human condition.

Figura 1

Nationalities



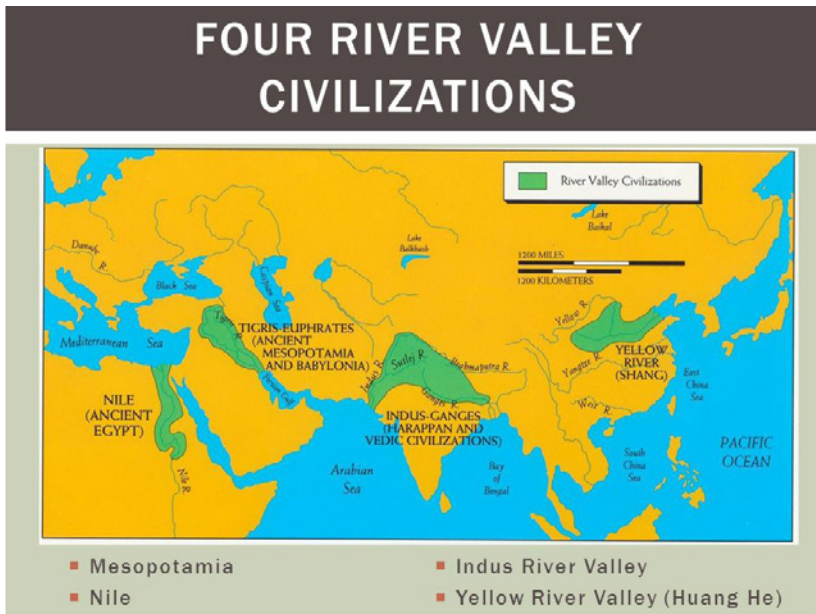
Source: Mail Online¹

Let's then turn to our human condition. From our earliest ancestors, the hominids in Africa, millions of years ago, the primates have been characterized as nomads, as travelers, in short and long distances. Nomadism stayed with humans for millions of years. Agriculture, in the last ten millennia, fostered a more stelled life-style, as did the first cities somewhat later on, but still we can say that even our own modern species, the homo sapiens, lived more than 90% of the time as nomads, until the last few millennia. This means that as a species, humans are inherently migrants and settled life is a recent, learned cultural trait.

Settled life is thus a modern feature and for that matter always a transient situation for humans. Agriculture enabled settled life but

it did not end migration, to the contrary. Slash and burn agriculture, as in South American lowlands, was dependent on constant move. Settled life in areas dependent on irrigation, such as in valleys of the Nile, in Egypt, of the Tigris and Euphrates, in Iraq, of the Indus, in Pakistan, Afghanistan and India, of the Yellow River, in China, were responsible for the spreading of cities and settled life and contributed to the invention and spreading of writing, as well as to the increase in importance of settled life.

Figura 2



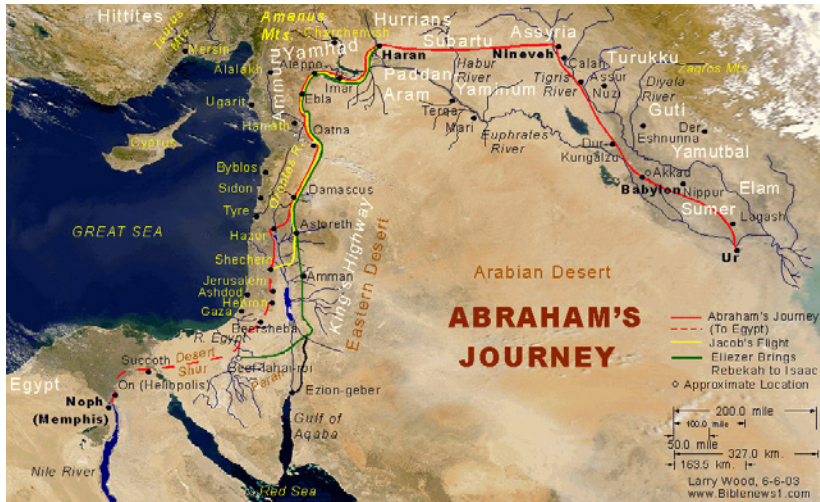
Source: Slide Player²

This is so impressive, that the so-called urban revolution, a term coined by archaeologist Vere Gordon Childe (1892-1957), a long time ago (CHILDE, 1950), was and still is a key concept for understanding civilization as settled life. The ten features of urban life, as defined by Childe (1950) are the following ones:

1. "In point of size the first cities must have been more extensive and more densely populated than any previous settlements" (p. 9).
2. "In composition and function the urban population already differed from that of any village... full-time specialist craftsmen, transport workers, merchants, officials and priests" (p. 11).
3. "Each primary producer paid over the tiny surplus he could wring from the soil with his still very limited technical equipment as tithe or tax to an imaginary deity or a divine king who thus concentrated the surplus" (p. 11).
4. "Truly monumental public buildings not only distinguish each known city from any village but also symbolise the concentration of the social surplus" (p. 12).
5. "But naturally priests, civil and military leaders and officials absorbed a major share of the concentrated surplus and thus formed a 'ruling class'" (p. 12-13).
6. "Writing" (p. 14).
7. "The elaboration of exact and predictive sciences - arithmetic, geometry and astronomy" (p. 14).
8. "Conceptualised and sophisticated styles [of art]" (p. 15).
9. "Regular 'foreign' trade over quite long distances" (p. 15).
10. "A State organisation based now on residence rather than kinship" (p. 16).

However, even in those settled areas, there has been a constant peaceful or otherwise flux of people throughout history. The story of the Hebrew patriarchs, wandering in between deserts and cities, is symptomatic of this constant, most of the time peaceful, migrations. Abraham wandered towards Mesopotamia, while Joseph towards Egypt (Genesis and Exodus).

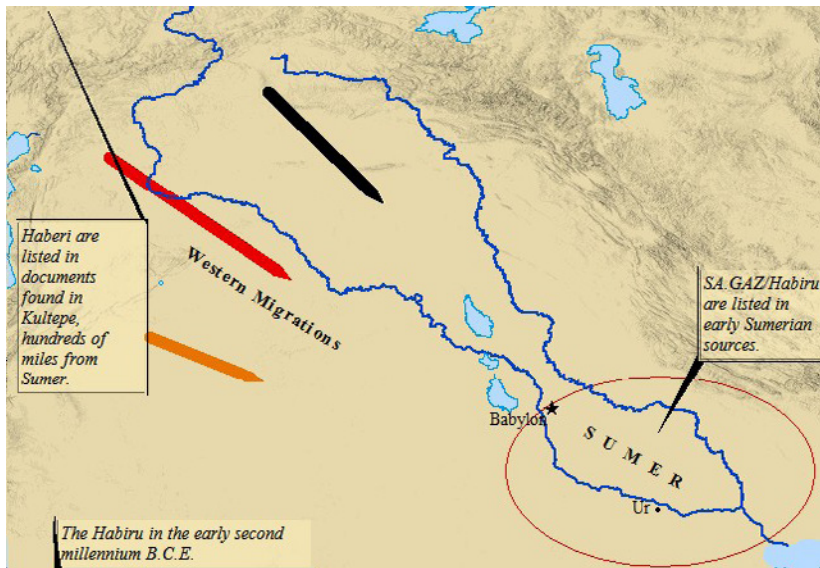
Figura 3



Source: Precept Austin³

Even if those Biblical stories are more symbolic than factual, they reveal this thousand-year long migration. As important though are violent migrations, known as invasions, such as those Semitic ones who conquered Sumerian cities in the third millennium BC and established Akkadian kingdoms.

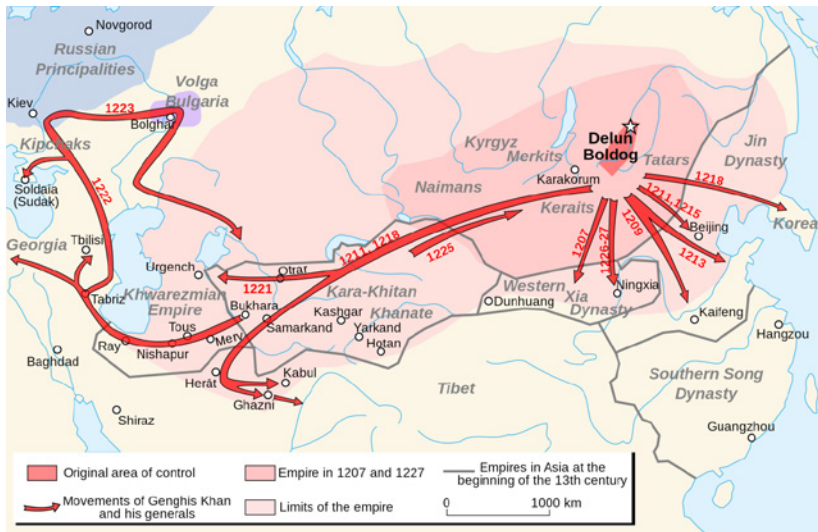
Figura 4



Source: Israel-a-history-of.com⁴

This process would happen again and again in Mesopotamia with such invaders as Assyrians, Persians and Greeks, to name but a few of them. Egypt was also invaded by Nubians from the South, the Hyksos and Sea Peoples, from the East, before the Assyrians, Persians and Greeks conquered it. The same applies to other areas, such as in the Yellow river in China, with among others the Mongols and the Manchu.

Figura 5



Source: Wikipedia⁵

For the western world, migrations are immediately linked to the ones in the late Roman period and to the end of the Roman Empire. Since the second century AD, in western Europe there has been a constant, sometimes peaceful, migration of people from the Northeast, most of them Germanic, into the Empire and since the early 5th c. violent migration destroyed the formerly western provinces. Germanic tribes settled as south as North Africa. During the next few hundred years, Europe witnessed peaceful and violent migrations from several directions. The muslims conquered North Africa, Sicily and the Iberian Peninsula, while the Vikings or Normans conquered Britain, but also Normandy and the Sicily. Several other migrations took place, such as the Turkish, but the main point is that peaceful and violent migrations were constant features of settled life in Europe and in a way they shaped later on processes of forging national identities, as in the case of the migrations of Angles and Saxons to Britain and of Germanic tribes to the Rhine area to Germany.

Figura 6



Source: 6th Grade Social Studies⁶

Modernity and migrations

Modernity would bring with it a couple of concepts and policies which would shape the way modern states consider migration. The Ancien Régime was grounded on a hierarchical understanding of society, so that all those peoples submitted to the king were subjects of the realm: French were those who were subjected to the king of France. Industrialization, urban life, the Enlightenment and the establishment of the modern nation state, from the late 18th c. onwards, would establish the state as social contract polity, no longer with subjects, but with citizens with roughly the same language, culture, and formal rights, as stated in the French human rights declaration. This is a huge change in perception and as it introduced an aspiration for equality for citizens, it left out aliens, considered at best as nationals of other countries. It is no coincidence the fact that the French human rights declaration refers to French citizens rights.

The same applies to the American declaration of independence, in 1776, including citizens and excluding aliens, such as... slaves!

The second feature of modernity is imperialism. The French, soon after the declaration of human rights, 1789, under Napoleon, set up an imperial project, including the famous Expedition to Egypt (1799). The French and the British were soon to conquer several areas of world, setting up huge empires, and establishing thus a clear distinction between citizens rights and the subjection of peoples in Asia, Africa and beyond. The French in Algeria or Vietnam, the British in India or Kenya were migrants of imperial powers, while the migrations of subjected peoples to the imperial power, such as was the case of Ho Chi Minh (1890-1969) and Jomo Kenyata (1891-1978), were of the dispossessed. The Second World War (1939-1945) would be a turning point, for several reasons. For the first time, a universal organization was founded, the United Nations, which soon adopted its own human rights declaration, in 1948. There is a clear reference to migration, limiting it, though, to nation states:

Article 13.

(1) Everyone has the right to freedom of movement and residence within the borders of each state.

(2) Everyone has the right to leave any country, including his own, and to return to his country.

Article 14.

(1) Everyone has the right to seek and to enjoy in other countries asylum from persecution.

Decolonization took though several years, including violent wars and the destruction of millions of people. This led to a new migration from the former colonies to the former imperial powers, such as was the case with the Pakistanis and Indians in the United Kingdom, or the north Africans in France. In the case of the United States, the process was a bit different, even if in the case of Puerto

Rico, it was very similar to the European one. In relation to the main migration stem, from Mexico, it is related both to the economic magnet of the American economy and to the fact that a huge part of the American territory was conquered from Mexico after the American independence in 1776. Is it migration, or a return of Mexicans to former Mexican territory?

Figura 7



Source: Ducksters⁷

It is by now clear that contemporary migrations are nothing new, nor exceptional, and the most recent ones are related to the nation state and imperial rule. I focused on the West, for several reasons, not least the fact that it shaped the discussion of migrations and human rights in the last three centuries, but also because the United States and Europe are still responsible for a huge part of the world production and consumption, not to mention the fact that the per capita income in this area is several times bigger than in the second economic power, China. The West is thus an unavoidable kernel for our discussion of migration and human rights. That

is not to say that migrations are not important elsewhere, to the contrary. In China, there has been an unprecedented migration from the countryside to the cities in the last few decades, possibly the largest and wickiest in world history. In China, even though all Chinese are citizens, migration affects those millions who migrated to cities and still do not have the legal permit (户口簿, hùkǒu bù) to live there, generating a legion of stranded people in a precarious situation. The Chinese New Year rush is the most impressive contemporary move of people from the places where they live to the places where they were originated and to which they are still assigned in legal terms.

Figura 8

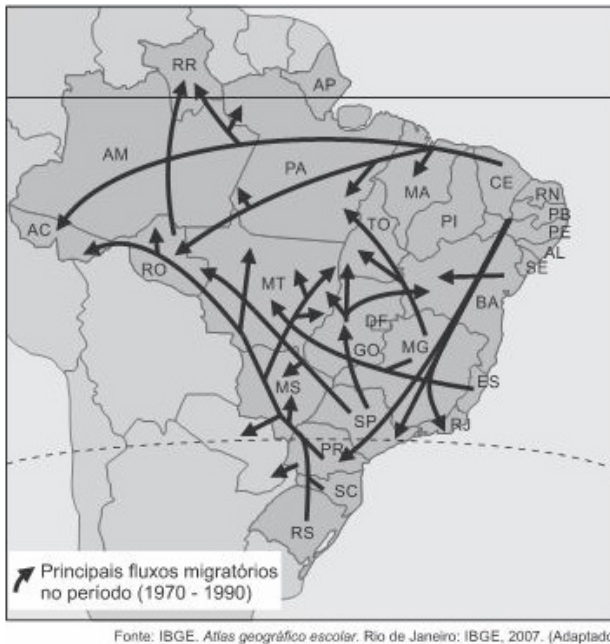


Source: The Wall Street Journal⁸

A word on Brazil

It is worth mentioning a word on the Brazilian case. Native Brazilians inhabited the whole territory of what would become Brazil and they were nomads, in constant peaceful and violent move. When the Portuguese arrived and settled in the 16th c., there has been a destruction of most of them, as well as the voluntary or otherwise mix of population. Migration intensified, with the introduction of enslaved Africans and with the wandering of the mixed Portuguese and Native Brazilian population in the backlands in search for precious stones, minerals, and Indians to be enslaved. This internal colonization (*sensu* Ferreira, 2010) continues up to the present, with several waves of migrations from the south to the northwest, or from the northeast to the southeast. Those excluded from citizenship rights were a majority for several centuries, enslaved or simply illiterate and poor. Immigrants from Europe, the Middle East and Asia, since the late 19th c., were also subjected to several limitations, first as aliens, then as not of proper old stock. Only in the last few decades, formal rights were extended to all citizens, irrespective of ethnic background, wealth or education. Even so, as in any modern nation state, aliens have limited rights and the naturalization is a difficult path.

Figura 9



Source: Geografia para a vida (ENEM, vestibulares, concursos etc...)⁹

The social sciences and the humanities on migrations

In those circumstances, what are the challenges for the the social sciences and the humanities? First and foremost, migrations must be seen through the long-term lenses of history, so that we accept the fact that there has never been a situation without migration. To the contrary, migration is at the root of human society. More than that, modern nation states are all the result of successive migrations, some more obvious than others. The main challenge though relates to the modern nation state understanding of human beings as split between citizens with equal rights and aliens. It is so much so that migrations within countries are usually conceptually split from international migrations. Southern Italians in North Italy, as they

are citizens of the same nation state, are considered as different from Southern Italians in Switzerland, just to mention a well-known case. There is thus a somewhat unconscious assumption that there is something natural about the split between some people with full rights, and others who do not share those rights for the simple reason that they are considered aliens. This is however a very recent perception, grounded on the nation state. It is not natural, it is a historical contingency and as such it may be challenged.

In fact, there is a long tradition, in several cultures, to consider humans as equal, with no distinction at all. Some social theorists would argue that this is only possible if there is some kind of religious piety, or a deity, so that all humans would be equal before god. It is indeed the case of the one of the earliest expressions of respect for the other, as in the Leviticus 19, 18: תַּבִּיחַ אֶת־רֵעִי כָמוֹת־נַפְשִׁי, “but thou shalt love thy neighbour as thyself”, in the King James translation, reinstated by Jesus (Mark 12:31; Matthew 22:39). Other statements of respect for the other refer to some kind of divine commandment, such as the Cyrus declaration, dated of the 6th c. BC. Some critics thus consider that modernity and the death of god would hinder any such humanist approach, considering humanism as a mere construct, even if well intentioned. The critique stem from several standpoints, not least a postmodern one, considering that there is no universal human category, so that human rights or equality are only possible when humans accept god as a mastermind. As this is no longer the case for several people, this is at best but an illusion, at worst a cynical move to defend unclear political goals.

This is probably the main challenge for the social sciences and the humanities. It is not clear whether a common human condition is a concept dependent on religion. Whatever the case may be, it is also not clear whether human equality is accepted as desirable, as a desideratum. On the contrary, capitalism depends on the acceptance of inequality. The nation state is also grounded on a clear divide between citizens and aliens and this explains the difficulty for modern democratic nation states to deal with migrations. If there are accepted differences in status between citizens and aliens, as is the case in all countries today, it is only inevitable that xenophobic ideas may be popular, gaining ground in the United States and in

Europe, even in the most rich, democratic and open societies, and more so in other contexts. This is the main challenge for scholars. If we accept the main tenet of our modern times, the nation state dividing citizens and aliens, we can only struggle against discrimination from an idealized standpoint. If we do challenge the nation state and its tenets, as I consider it proper, we still face a world of nation states. Migrations may be a sign of humanity, as I stated in this paper, or as a dangerous feature of social life at the root of the most ferocious xenophobic ideas and practices. The respect for the other is perhaps wishful thinking, but still it is much better than accepting bigotry travestied as a lawful distinction of humans, some with rights, others deprived of them.

53

Acknowledgments

I owe thanks to Juanito Avelar for inviting me to take part in the conference “Essential scientific challenges for the humanities and social sciences: the case of migration flows and other issues” (19th May 2016 Stockholm University/UNICAMP), and to Clive Gamble, Lúcio Menezes Ferreira, Chris Gosden and Glenda Mezarobba. I am grateful too for the institutional support of the Brazilian National Science Foundation (CNPq), São Paulo Science Foundation (FAPESP), the department of history of the University of Campinas, Brazil. The responsibility for the ideas are my own.

OS FLUXOS MIGRATÓRIOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE LONGO PRAZO

Resumo: O artigo trata dos fluxos migratórios em uma perspectiva de longo prazo. Desde os tempos mais recuados, nossos ancestrais hominídeos estavam em movimento constante, com foco em fluxos migratórios no contexto contemporâneo, ou seja, em particular no período posterior à Guerra Fria (1947-1989) e ao novo mundo multipolar. Inclui, ainda, uma consideração ao Brasil nesse contexto. Conclui por considerar a migração como um desafio tanto para a sociedade como para os estudiosos.

Palavras-chave: Migração. Longo prazo. Hominídeos.

Notes

¹ Available at: < <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3222405/How-six-wealthiest-Gulf-Nations-refused-single-Syrian-refugee.html>>. Access on: 23 nov. 2017.

² Available at: <<http://slideplayer.com/slide/8698748/>>. Access on: 23 nov. 2017.

³ Available at: < http://preceptaustin.org/biblical_maps.htm>. Access on: 23 nov. 2017.

⁴ Available at: < <http://www.israel-a-history-of.com/ancient-sumerian.html>>. Access on: 23 nov. 2017.

⁵ Available at: < https://en.wikipedia.org/wiki/Mongol_invasion_of_Europe>. Access on: 23 nov. 2017.

⁶ Available at: < <http://nsms6thgradesocialstudies.weebly.com/the-fall-of-the-roman-empire.html>>. Access on: 23 nov. 2017.

⁷ Available at: <http://www.ducksters.com/history/westward_expansion/>. Access on: 23 nov. 2017.

⁸ Available at: < <http://blogs.wsj.com/chinarealtime/2014/01/27/map-visualizes-chinese-new-year-migration/>>. Access on: 23 nov. 2017.

⁹ Available at: < <http://joapauloprogeo.blogspot.com.br/2015/08/crescimento-migratorio-no-brasil-e.html>>. Access on: 23 nov. 2017.

References

CHILDE, V. G. The Urban Revolution. *Town Planning Review*, Zurich, v. 21, n. 1, p. 3-17, 1950.

CMIEL, K. The recent history of human rights. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 109, p. 117-135, 2004.

DE BAETS, A. History of Human Rights. In: SMELSER, N.; BALTES, P. (Ed.). *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. Oxford: Elsevier, 2001. p. 7012-7018. v. 10.

FERREIRA, L. M. *Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCSRS, 2010.

GAMBLE, C. *Timewalkers: The Prehistory of Global Colonization*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

GOSDEN, C. *Archaeology and Colonialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

- GREENWOOD, M. J.; HUNT, G. L. The early history of migration research. *International Regional Science Review*, v. 26, n. 1, p. 3-37, 2003.
- HANSEN, R. Migration to Europe since 1945: its history and its lessons. *The Political Quarterly*, v. 74, p. 25-38, 2003.
- HARTIG, C.; HOERDER, D.; GABACCIA, D. *What is migration history?* Cambridge: Polity Press, 2009.
- HEIDEGGER, M. *Heraclitus seminar*. Evanston: Northwestern University Press, 1993.
- HIGGINS, T. E. Anti-essentialism, relativism, and human rights. *Harvard Women's Law Journal*, Cambridge, v. 19, p. 89-126, 1996.
- HUNTER, I. The History of Theory. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 33, n. 1, p. 78-112, 2006.
- ISHAY, M. R. *The History of Human Rights*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- LUCASSEN, J.; LUCASSEN, L. Discussion – Global migration: From mobility transition to comparative global migration history, *Journal of Global History*, Cambridge, v. 6, p. 299-307, 2011.
- LUCASSEN, L. Migration and world history: reaching a new frontier. *International Review of Social History*, Cambridge, v. 52, p. 89-96, 2007.
- LÜTHI, B. Migration and Migration History, *Docupedia-Zeitgeschichte*, Potsdam, 2010. Available at: <http://docupedia.de/zg/Migration_and_Migration_History?oldid=106450>. Access on: 23 nov. 2017.
- MANNING, P. *Migration in World History*. New York: Routledge, 2005.
- MEZAROBBA, G. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: Associação Humanitas; FAPESP, 2006.
- PATTERSON, T. R.; KELLEY, R. D. Unfinished migrations: reflections on the African diaspora and the making of the modern world. *African Studies Review*, v. 43, n. 1, p. 11-45, 2000.
- RILES, A. Anthropology, human rights, and legal knowledge: culture in the Iron cage. *American Anthropologist*, v. 108, n. 1, p. 52-65, 2006.
- RÜSEN, J. Human rights from the perspective of a universal history. In: SCHMALE, W. (Ed.). *Human Rights and Cultural Diversity: Europe, Arabic-Islamic World, Africa, China*. Goldbach: Keip, 1993. p. 28-46.

RYSTAD, G. Immigration History and the Future of International Migration. *International Migration Review*, New York, v. 26, n. 4, p. 1168-1199, 1992.

SZABO, I. Fondements historiques et développement des droits de l'homme. In: VASAK, K. (Org.). *Les dimensions internationales des droits de l'homme*. Paris: Unesco, 1978. p. 11-42.

TILLY, C. *Migration in modern European history*. Michigan: University of Michigan, 1976.

Recebido em: 10/12/2017

Aprovado em: 02/02/2018

Guerra, violência e memória cultural nas imagens assírias

Katia Maria Paim Pozzer*

Resumo: O presente estudo é o resultado de um projeto de pesquisa sobre os baixos-relevos assírios e tem como objetivo discutir a relação de complementaridade entre a cultura material e a visual nas fontes mesopotâmicas, bem como a transmissão e a sobrevivência de elementos estéticos da antiguidade no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Assíria. Guerra. Violência. Arte. Memória cultural.

Introdução

Segundo a historiografia contemporânea, o chamado império assírio compreende o período situado entre 934 e 605 AEC. Essa denominação está associada à língua falada na região norte da Mesopotâmia, o dialeto assírio. Com raízes antigas que remontam ao II milênio AEC, a dominação assíria se estendeu por vastos territórios, indo da planície do Djezireh ao reino egípcio (JOANNÈS, 2000, p. 10).

* Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em História pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne) em 1996 e Pós-doutora pela Université de Paris X – Nanterre em 2011. Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). E-mail: katia.pozzer@ufrgs.br.

Figura 1 – Mapa do Império Assírio



Fonte: Wikimedia Commons¹

A consolidação da potência militar e expansionista assíria se deu com Sargão II (721-705 AEC), que inaugurou uma nova dinastia e teve como herdeiros os reis Senaqueribe (704-681 AEC), Esarhaddon (680-671 AEC) e Assurbanipal (672-627 AEC) (Figura 1).

Durante o reinado de Senaqueribe, o Estado assírio desenvolveu novas tecnologias de guerra e empreendeu a conquista de territórios da região do Levante, dentre eles a cidade de Lakiš. Em 681 AEC, Senaqueribe morreu assassinado em Kalhu, no templo do deus Ninurta (JOANNÈS, 2000).

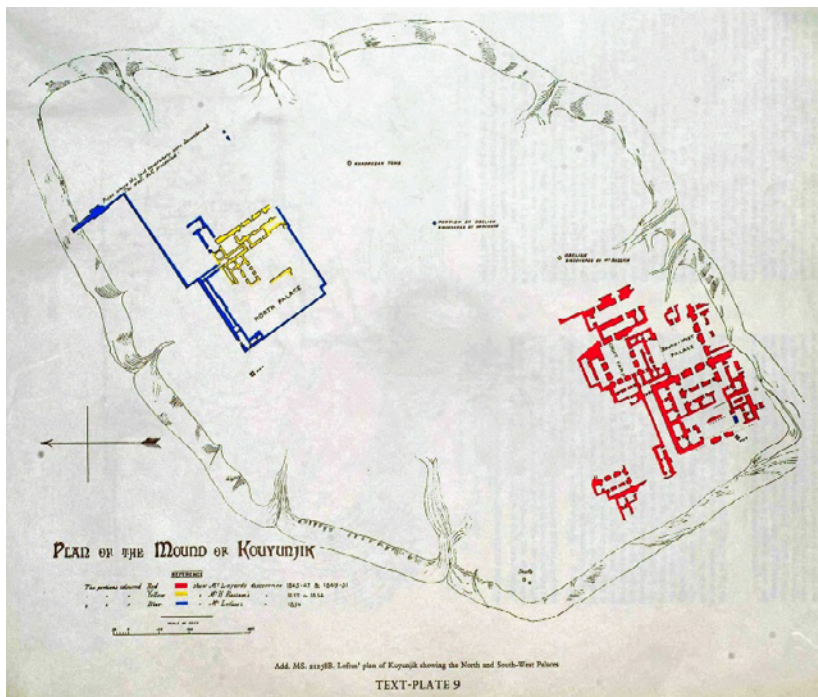
Após a sua morte, o reino entrou em colapso com a instauração de uma guerra civil, e, em 680 AEC, ele foi substituído por seu filho, o rei Esarhaddon, que, assim que tomou o poder, atacou o Egito. No entanto, ele morreu precocemente. A sucessão foi garantida pela chegada ao trono de seu filho Assurbanipal (672-627 AEC), que

imprimiu uma política de guerras expansionistas, até ser derrotado pela coalizão dos exércitos meda e babilônico, em 612 AEC, o que levou à queda definitiva do império assírio.

A Cultura Material na Assíria

Várias campanhas de escavações, entre os anos de 1852 e 1932, foram realizadas no sítio arqueológico de Nínive, atual território do Iraque. Essas escavações identificaram dois palácios: um localizado a sudoeste, construído por Senaqueribe e conhecido com o “palácio sem rival”, e outro na parte norte do sítio, construído por Assurbanipal (RUSSELL, 1997, p. 295).

Figura 2 – Plano do sítio de Nínive



Fonte: BARNETT, 1976, p. 24.

Um dos mais belos conjuntos de baixos-relevos da arte assíria foi encontrado na sala XXVI do palácio sudoeste de Senaqueribe, retratando as representações da conquista da cidade de Lakiš, atual Tell ed-Duweir (Figura 3). Lakiš, construída no século IX AEC pelos reis de Judá, estava localizada na fértil área agrícola de Judá, e fora o centro regional mais influente do governo judaico e a segunda cidade em importância depois de Jerusalém.

Esses relevos, com cerca de 18m de comprimento e 2,7m de altura, foram descobertos por Henry Layard em 1853, e, atualmente, encontram-se no British Museum, em Londres, na Sala de Lakish. É a série mais longa e detalhada que conhecemos, retratando a conquista de uma única cidade-fortaleza (LAYARD, 1853).

Figura 3 – Relevos de Lakiš



Fonte: Museu Britânico, Londres. Foto da autora, 2017.

Segundo os documentos textuais assírios, essas batalhas teriam o objetivo de conter a revolta palestina, quando uma coalizão composta pelos exércitos do Egito, da Fenícia e da Palestina, sob o comando de Judá, rebelou-se contra o domínio assírio, em 705 AEC.

Pesquisas arqueológicas na região corroboram essas representações de violência, uma vez que elas identificaram a destruição de várias cidades, como Lakiš, Arad e Beer Shaba.

Figura 4 – Vista aérea de Lakiš



Fonte: Leon Mauldin²

Como Lakiš se encontra no alto de uma colina natural, foi necessária a construção de rampas para que o exército assírio pudesse ascender às muralhas da cidade. Isto pode ser evidenciado pela topografia do sítio arqueológico (Figura 4 e 5) e pelas linhas diagonais representadas nos relevos (Figura 6).

Figura 5 – Sítio arqueológico de Lakiš



Fonte: Flickr, Foto de Brian Morley

Figura 6 – Detalhe dos Relevos de Lakiš



Fonte: Museu Britânico, Londres. Foto da autora, 2017.

A rampa tinha cerca de 70 m de largura por 50 m de comprimento, e seu núcleo foi inteiramente feito de pedras recolhidas nos campos ao redor. Estima-se que o peso total das pedras utilizadas na construção da rampa seja em torno de 13.000 a 19.000 toneladas! (USSISHKIN, 2011).

Como afirmam Finkelstein e Silberman (2003, p. 354), as evidências materiais encontradas nas pesquisas arqueológicas no sítio de Lakiš revelam a luta brutal para defendê-la do cerco assírio:

A cidade foi toda queimada [...]. Centenas de pontas de flechas foram encontradas no pé da muralha; enormes pedras arredondadas pela erosão, perfuradas durante o ataque, [...] arremessadas das rampas pelos defensores, para destruir as máquinas assírias de guerra –, foram recuperadas perto do ponto de assalto à muralha. Uma sepultura coletiva, com cerca de 1.500 pessoas – homens, mulheres e crianças –, foi achada nas cavernas perto dos declives no lado oeste do câmor, misturada com restos de cerâmica do final do século VIII AEC.

**Figura 7 – Sílex, ou pedra calcária, em forma de bolas,
e réplica de uma funda**



Fonte: Lakiš. Museu Britânico, Londres. Foto da autora, 2017.

Figura 8 – Pontas de flecha em ferro e osso



Fonte: Lakiš. Museu Britânico, Londres. Foto da autora, 2017.

A Memória Cultural dos Gestos

O estudo desses relevos também permitiu-nos identificar um verdadeiro processo de transmissão da memória cultural através da gestualidade de inúmeros personagens.

Como assinala o teórico alemão Jan Assmann (1995, p. 132, tradução nossa), formulador do conceito de memória cultural,

[...] o conceito de memória cultural compreende o corpo reaproveitável de textos, imagens e rituais específicos de cada sociedade em cada época, cujo cultivo serve para estabilizar e conduzir a auto-imagem daquela sociedade. Sobre tal conhecimento coletivo em sua maior parte do passado, cada grupo baseia sua consciência de unidade e particularidade.

O passado é uma construção social marcada pela necessidade de sentido e de referências de um dado presente. O passado não existe no estado natural, ele é uma criação da cultura. Cultura e sociedade são as condições fundamentais da humanidade para a produção de identidade, seja ela individual ou coletiva, e essa

identidade é reflexiva, pois ela se dá através da comunicação e da interação com o outro. Na medida em que a identidade pessoal se forma na relação do indivíduo com o outro, é necessário que exista um mundo de sentido simbólico comum, que é a própria cultura. Mas para o homem se adaptar ao mundo de sentido simbólico da cultura, com suas regras e significações, deve existir um distanciamento entre o mundo e si próprio. Assmann (2010, p. 123, tradução nossa) afirma que “A cultura institucionaliza esta distância e que o estabelecimento consciente de uma distância entre si mesmo e o mundo exterior pode ser caracterizada como o ato fundamental da civilização humana”.

Podemos estender essas condições culturais da imagem também ao mundo mesopotâmico, com destaque para os baixo-relevos que, localizados nos palácios, implicavam em perceber a natureza do discurso, compreendendo a fenomenologia da imagem dentro dessa cultura.

A análise desses relevos permite observar distintas unidades do exército, com armamentos e uniformes específicos. Dentre esses, podemos visualizar um grupo de soldados-fundeiros (Figura 9) fazendo uso de uma arma bastante rudimentar... e usada até os dias de hoje (Figura 10), perpetuando a gestualidade do emprego desta arma, magistralmente representada nos relevos.

Figura 9 – Fundeiros, detalhe dos Relevos de Lakiš



Fonte: Museu Britânico, Londres. Foto da autora, 2017.

Figura 10 – Jovem palestino usando a funda em protesto contra as tropas de Israel. 2015



Foto: Ibrahem Abu Mustafa/Reuters³

Mas, além das táticas de guerra, as imagens também revelam a prática de deportação dos prisioneiros, como exposto nas Figura 11 e 12. Nesses detalhes identificamos que os cativos estão sendo conduzidos pelo exército assírio. Vemos um homem carregando uma criança nos ombros, e também algumas mulheres. As mulheres, que raramente são retratadas na arte assíria, são prisioneiras de guerra deportadas, sendo que algumas estão acompanhadas de crianças. Na linha inferior, vemos homens deportados conduzindo um camelo com pertences e carroças levadas por bois, seguidas de crianças e mulheres.

Figura 11 – Detalhe dos Relevos de Lakiš



Fonte: Museu Britânico, Londres. Foto da autora, 2017.

Figura 12 – Mulheres e crianças, detalhe dos Relevos de Lakiš



Fonte: Museu Britânico, Londres. Foto da autora, 2017.

Igualmente notável é a similitude encontrada nas imagens do conflito sírio, em 2015. Visualizamos cenas que evocam os deslocamentos forçados e, muitas vezes, os processos migratórios massivos, decorrentes da violência das guerras (Figura 13).

Figura 13 – Mulher curda com criança nas ruínas de Kobane



Fonte: Síria, 2015. Yasin Akgul/AFP/Getty⁴

Conclusão

No ano de 1991, durante a chamada Guerra do Golfo, o governo iraquiano empreendeu uma forte propaganda ao criar e expor *outdoors* nas principais avenidas das grandes cidades, com a finalidade de buscar o apoio popular à invasão do Kuwait e à iminente ocupação do território pelas forças armadas dos EUA e de seus aliados (que iria se demonstrar catastrófica para todo o Oriente Médio).

Em um desses painéis vemos Saddam Hussein, o ditador iraquiano, caracterizado como um soberano assírio, em seu carro de guerra, empunhando o arco e disposto a enfrentar os inimigos (Figura 14). Zainab Bahrani, arqueóloga e historiadora da arte da Universidade de Colúmbia, Nova York, em seu estudo sobre o corpo e a violência da guerra na Mesopotâmia antiga, defende que, nesse

caso, a cena tenta mostrar uma imagem da ideologia oficial, mas que, na realidade, ela não passa de uma tentativa de desviar nossa atenção, fazendo-nos cair na armadilha de uma mensagem superficial – a de que Saddam acreditava ser como, ou se parecer com, o herói da antiguidade (Figura 15). A autora garante que ninguém no Iraque acreditava que Saddam era uma reencarnação de Hammurabi ou Assurnazirpal II. Para ela, “O subjacente naquele momento era, na verdade, a submissão incondicional do povo ao Saddam, que governava o Iraque” (BAHRANI, 2008, p. 73).

Figura 14 – Outdoor de Saddam Hussein



Fonte: Bagdá, 1991. Getty Images.

**Figura 15 – Pintura no Palácio de Til-Barsib.
Século VII AEC. 6,40m de comprimento**



Fonte: PARROT, 2007, p. 250-251.

Zainab Bahrani (2003, p. 121) afirma que o sistema de representação assírio-babilônico é concebido como uma cadeia pluri-dimensional de aparências possíveis, isto é, que a representação é entendida como uma parte do real. Nesse sistema, a narrativa verbal e a narrativa visual não eram separadas, seus significados estavam imbricados, nos quais ambas possuíam uma relação de interdependência em um mesmo sistema simbólico.

Um sistema simbólico comum permite a formação da identidade coletiva, isto é, a consciência de pertencimento a um grupo social, que depende de um saber e de uma memória comuns. Podemos incluir nesse sistema simbólico não só a linguagem, mas também “ritos, motivos e ornamentos, monumentos, imagens. Tudo pode tornar-se signo para codificar este caráter comum.” (ASSMANN, 2010, p. 125). Nesse sentido, entendemos que o estudo de ícones,

símbolos e estruturas presentes na arte mesopotâmica é representativo de uma memória coletiva que necessita ser desvendada, e que assim possa explicar suas heranças culturais.

A representação plástica da batalha de Lakiš, feita pelos artistas assírios, retrata os eventos ocorridos e evidenciam um apuro técnico artístico muito grande. Ainda que essas cenas estejam impregnadas de um discurso ideológico e propagandístico, evocando uma íntima relação entre estética e política ou criando uma imagem ilusória, elas não deixam de conter verdades históricas.

Jean-Jacques GLASSNER (1993, p. 111, tradução nossa), que traduziu a série de crônicas assírias — narrativas da história política e militar desse período —, resume brilhantemente a concepção de guerra para eles:

Nesta época, o imperialismo assírio, convencido de sua ideologia universal, assimila a guerra a uma luta contra as forças do mal. Concebida como uma experiência ordálica, a guerra tornou-se um elemento constitutivo da ordem cósmica. Ela salva a população, sendo o rei o instrumento da justiça divina. [...] O estatuto de inimizado e de negatividade do inimigo faz com que as destruições e as devastações adquiram um caráter positivo. O rei assírio é sempre bom e justo, o inimigo mentiroso, mau e impuro. Os historiadores assírios, servidores zelosos do príncipe, repercutem esta ideologia oficial.

Os artistas assírios transpuseram esse entendimento para as representações imagéticas que ornamentavam os palácios de seus soberanos. E, de maneira significativa, vemos que a transmissão de elementos estéticos e políticos da antiguidade efetuou-se em inúmeras manifestações artísticas do mundo contemporâneo. Ou, ainda, que essa concepção de imperialismo se mostra de grande atualidade quando analisamos os exemplos de conflitos militares em curso, como na Palestina, no Iraque ou na Síria.

Poderíamos compreender essas imagens como um fenômeno de transculturação, o qual engendra uma apropriação de símbolos da antiguidade em um contexto de conflito militar contemporâneo. Ou,

ainda, que ideologias políticas e determinadas noções plásticas são capazes de se adaptar e sobreviver em condições significativamente diferentes daquelas em que tenham sido originalmente engendradas, permitindo, assim, que o império assírio sobreviva pela força de suas relações simbólicas, estéticas e ideológicas.

WAR, VIOLENCE AND CULTURAL MEMORY IN ASSYRIAN IMAGES

Abstract: The present study is the result of a research project on the Assyrian bas-reliefs and aims to discuss the complementarity relationship between material and visual culture in Mesopotamian sources, as well as the transmission and survival of aesthetic elements of antiquity in the contemporary world.

Keywords: Assyria. War. Violence. Art. Cultural memory.

Notas

¹ Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c1/Map_of_Assyria.png>. Acesso em: 5 jul. 2017.

² Disponível em: <<https://bleon1.wordpress.com/2010/11/30/>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

³ Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/news/world/trump-meet-palestinian-leader-abbas-wants-mideast-peace-deal-n753806>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

⁴ Disponível em: <<http://www.newsweek.com/sixth-anniversary-syrian-conflict-looms-war-monitor-says-465000-killed-or-567181>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

Referências

AMIET, P. *Introduction à l'histoire de l'art de l'antiquité orientale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1979.

ASSMANN, J. Collective Memory and Cultural Identity. *New German Critique*, Durham, CN, n. 65, p. 125-133, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/488538>>. 2012. Acesso em: 13 mar. 2012.

_____. *La Mémoire Culturelle: Écriture, souvenir et imaginaire politique dans les civilisations antiques*. Paris: Flammarion, 2010.

BAHRANI, Z. *Rituals of War: The body and violence in Mesopotamia*. New York: Zone Books, 2008.

_____. *The Graven Image: Representation in Babylonia and Assyria*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.

BARNETT, R. D. *Sculptures from the north palace of Ashurbanipal at Nineveh (668-627 B.C.)*. London: The British Museum Publications, 1976.

BLACK, J.; GEORGE, A.; POSTGATE, N. *A Concise Dictionary of Akkadian*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2000.

COLLINS, P. *Assyrian Palace Sculptures*. London: The British Museum Press, 2008.

CURTIS, J. E.; READE, J. E. *Art and Empire: Treasures from Assyria in the British Museum*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1995.

FINKELSTEIN, I; SILBERMAN, N. A. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: Girafa, 2003.

GLASSNER, J.-J. *Chroniques Mésopotamiennes*. Paris: Les Belles Lettres, 1993.

JOANNÈS, F. *La Mésopotamie au 1er millénaire avant J.-C.* Paris: Armand Colin, 2000.

_____. (Org.). *Dictionnaire de la Civilisation Mésopotamienne*. Paris: Robert Laffont, 2001.

LAYARD, A. H. *The Monuments of Niniveh*. London: John Murray, 1853.

LIVERANI, M. *Para além da Bíblia: História Antiga de Israel*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2008.

MORRIS, I.; SCHEIDEL, W. (Ed.). *The Dynamics of Ancient Empires: State Power from Assyria to Byzantium*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

OTZEN, B. Israel under the Assyrians. In: LARSEN, M. T. (Ed.). *Power and Propaganda: A symposium on ancient empires*. Copenhagen: Akademisk Forlag, 1979. p. 251-261.

PARROT, A. *Assur*. Paris: Gallimard, 2007.

POSTGATE, J. N. *Early Mesopotamia*. London; New York: Routledge, 1992.

POZZER, K. M. P. Uma História Assíria: o espetáculo do terror em uma composição artística. In: ROSA, C. B.; MARQUES, J. B.; TACLA, A. B.; MENDES, N. M. (Org.). *A Busca do Antigo*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2011.

PRITCHARD, J. B. *Ancient Near Eastern Texts*: Relating to the Old Testament, terceira edição com suplementos. New Jersey: Princeton, 1969.

READE, J. *Assyrian Sculpture*. London: The British Museum Press, 2006.

ROAF, M. Palaces and temples in Ancient Mesopotamia. In: SASSON, J. M. (Ed.). *Civilizations of the Ancient Near East*. Peabody: Hendrickson Publishers, 2000. p. 423-441.

RUSSELL, J. M. Sennacherib's Palace Without Rival Revisited: Excavations at Nineveh and the British Museum Archives". In: PARPOLA, S.; WHITING, R. *Assyria 1995*. Helsinki: University of Helsinki, 1997. p. 295-306.

_____. *The Writing on the Wall*: Studies in the architectural context of Late Assyrian Palace Inscriptions. Winona Lake: Eisenbruns, 1999.

USSISHKIN, D. Excavations and Restoration work at Tel Lachish. Available at: <http://archaeology.tau.ac.il/?page_id=2045>. Access on: 6 dec. 2011.

Recebido: 04/12/2017

Aprovado: 05/02/2018

The power of a powerless woman: examining the impact of violence on a Biblical nation

Elizabeth Tracy*

Abstract: She is nameless and without voice, viciously raped and murdered. The story of the Levite Concubine or *Pilegesh*, as told in the last three chapters of the Book of Judges, is often referred to by scholars as an appendix, unworthy to be considered part of the pantheon of illustrious judges in Israel. However, the account of the gang rape and murder of a defenseless and socially insignificant woman is more than a story of violence against women. It is the story of consequences of violence and the power one woman can have over an entire nation.
Keywords: Book of Judges. Levite. Concubine. Rape. Murder. Judges 19-21.

The Oxford Dictionary of Jewish Religion begins its definition of homicide with the following;

“Thou shalt not murder” (Exod. 20:13) is one of the Ten Commandments; willful murder is a capital crime for which no expiation is possible other than the forfeiture of the life of the murderer (Num. 35:31-33). Failure to expiate the crime of murder renders society guilty (Deut. 19:10) and the land polluted (Num. *loc. cit.*) (BERLIN, 2011, p. 358).

Marvin Sweeney (1997) states that scholars have for years read Judges “as a historical source that reflects the historical and social

* She holds a PhD in Hebrew Bible from the University of St Andrews, Scotland.
E-mail: bethtracy@hotmail.com.

realities of pre-monarchic Israel". He goes on to advocate that, "Judges must also be read as a literary work that presents a specific socio-political and religious understanding of Israel" (SWEENEY, 1997, p. 517). The gang rape of a woman and the ensuing results are most often viewed through a strictly social lens but the Deuteronomistic Historian consistently presents history in terms of covenants (FRIEDMAN, 1997, p. 104). If the social and covenant perspectives are combined the Levite's *pilegesh* can no longer be listed simply as a victim. She must be held up as a powerful symbol of judgment for an entire nation. She becomes, potentially, the most powerful judge in all of Israel.

"And it came to pass in those days, when there was no king in Israel, that there was a certain Levite sojourning on the side of mount Ephraim" (Judg. 19:1). So begins the story. The Levite and his *pilegesh*, defined as a concubine, a wife, or a slave, have marital problems. She leaves him in the territory of Ephraim and goes back to her father's house in Bethlehem-Judah. Four months pass before the Levite travels to Bethlehem to reconcile with her. He and his father-in-law get along, or maybe the father-in-law is trying to make up for his daughter's indiscretions with hospitality, either way, the Levite and his party are delayed returning home. On the evening of the fifth day the Levite, his *pilegesh*, and a servant finally set off. The sun is setting and they must find a place to stay for the night. The Levite decides that they will not stay in Jerusalem because it is not Israelite territory but must push on to Gibeah, a city near Jerusalem that belongs to the tribe of Benjamin. No one in Gibeah offers them hospitality except an old man, originally from Ephraim territory, who happens to be living in Gibeah.

During dinner an unruly mob comes to the house and demands "to know" the stranger in a sexual context (SCHNEIDER, 2000, p. 260). The host offers his virgin daughter and the *pilegesh* instead. The mob won't listen to the host or leave so the Levite "took his concubine, and brought her forth unto them" (Judg. 19:25). The chain of verbs describing the Levite's actions convey a strong impression of escalating violence (KEEFE, 1993, p. 81). The verb "brought forth" here has a connotation of seizure not a gentle exit from the house (SCHNEIDER, 2000, p. 261). The mob then gang

rapes and tortures the woman throughout the night. Finally, in literary slow motion, the *pilegesh* maneuvers her tortured body to the door step of the house where she is found unresponsive the next morning by the Levite. He picks her up, puts her on a donkey and continues the journey home where he dismembers her body into twelve pieces and sends one piece to the leaders of each of the twelve tribes.

The leaders of the tribes assemble to take action. The Levite relates the story of the murder, while not disclosing all the details, which ensures he is put in a good light (YEE, 2007, p. 156). The tribe of Benjamin is given the opportunity to repent and surrender the perpetrators. They refuse to help apprehend or even punish those responsible for the crime. The tribe then closes rank and refuses to submit themselves to covenant law. Civil war ensues. The entire tribe of Benjamin, including men, women and children, all their cities, and possessions are destroyed except for 600 men who hide out in the wilderness.

Horried that war has nearly decimated one of the twelve tribes, the remaining families decide to restore the tribe of Benjamin. Unfortunately, they have already covenanted with each other to not allow their daughters to marry any Benjaminite survivors. Wives must be found elsewhere. Women are then forcibly taken from the town of Jabesh-Gilead in Mannaseh. The town had not responded when called to fight and must now pay for their disobedience with their lives while their virgin daughters are taken against their will. Four hundred daughters are given to the Benjaminite survivors. Another two hundred wives are kidnapped from the daughters of Shiloh as they dance outside the city during a festival. The reconstituted tribe of Benjamin is restored to its lands and the narrative ends, “In those days there was no king in Israel: every man did that which was right in his own eyes” (Judg. 21:25).

Martin Noth, in his research on the Deuteronomic History, showed that the books of Moses and the six books that followed – including the Book of Judges – were not a loose collection of writings, but a thoughtfully arranged work. They “told a continuous story, a flowing account of the history of the people of Israel in their land” (FRIEDMAN, 1997, 103). Many scholars now believe

this body of literature was arranged in such a way as to emphasize and present a distinct theological perspective (MATTHEWS, 2004, p. 5). If so, then the story told in the last three chapters of the Book of Judges must have significance beyond the obvious brutality of the piece.

Phyllis Tribble's analysis of the Levite *pilegesh* has become a benchmark in scholarly approaches to this difficult story but it is very singular in its purpose.

Of all the characters in scripture, she is the least. Appearing at the beginning and close of a story that rapes her, she is alone in a world of men. Neither of the other characters nor the narrator recognizes her humanity. She is property, object, tool and literary device. Without name, speech, or power, she has no friends to aid her in life or mourn her in death (TRIBLE, 1984, p. 80-81).

The narrator may not recognize her humanity but the Deuteronomistic Historian sees her value and power as a symbol of justice and judgment on an entire nation.

She is powerful because her death defines murder

In Judges 20:4 the narrator identifies the Levite's *pilegesh* as "the woman who was slain." The Hebrew word **הָצַר**, "to murder", is used to describe the death of the woman. There are 46 occurrences of forms derived from **הָצַר** in the Hebrew Bible. From the Decalogue in Exodus 20 through to Judges the majority of these occurrences are contained within laws governing asylum (BOTTERWECK; RINGGREN; FABRY, 1977, p. 631). Because most of the laws governing asylum are in legal lists "it is impossible to determine its precise meaning. In the Bible, the word **הָצַר** appears four times in lists in which the behavior indicated by the use of the verb is prohibited. (It never appears in a list in which the behavior is approved or encouraged.)" (BAILEY, 2005, p. 7). Judges

20:4 is the first time **הָצַר** is used in a narrative and it is the only time it takes a feminine form (BROWN; DRIVER; BRIGGS, 2005, p. 953-954). With all due respect to Phyllis Trible, within Judges there are many examples of death by the hand of another, however, none of these stories use the Hebrew word **הָצַר** “to murder”, which makes the *pilegish* unique and much more than a one-dimensional literary device.

The Book of Judges has numerous incidents of killing with stories that capture the imagination of the reader such as Ehud killing Eglon the Moabite king, Jael who drives a tent stake through the head of Sisera, a Canaanite army commander, and Samson who kills thousands of Philistines with the jawbone of an ass. However, the intentional killing in these stories is accepted and sometimes even encouraged. David Noel Freedman studied the nature of these killings. He clarifies that,

[...] this command [ment, to not kill,] applies almost exclusively to personal relations between Israelites, as the killing of Israel's enemies in war is almost always a commendable action, including, at times, women and children, though this is much rarer. In these cases, to spare even one of the enemy could bring a curse on the entire Israelite community (FREEDMAN, 2000, p. 112).

Therefore, the killings mentioned above and others in the Book of Judges are, within their context, considered to be righteous actions performed for the sake of the community.

The rape and death of the *pilegish* stands in stark contrast to these righteous killings. Freedman (2000, p. 112-113), after investigating all the examples of killing in the Book of Judges, concluded that a violation of the commandment prohibiting murder must meet the following criteria:

1. The death could not be the result of a suicide (assisted or self-inflicted), or from capital punishment.
2. The death could not be the result of self-defense, the defense of others or an accident.

3. The action resulting in death is taken with malice or forethought.
4. The victim must not be an enemy to Israel.

Freedman then holds the death of the Levite *pilegesh*, a woman of no social relevance, unnamed, unspeaking and supposedly powerless, as the only event in the book that fits the criteria perfectly. She is, therefore, powerful from the stand point that her death defines murder for the first time in the Hebrew canon.

She is powerful because her death holds individuals accountable

In Judges 19:28 the Levite picks up the unresponsive *pilegesh* and puts her on a donkey. When he arrives home he takes the knife, תלכאסה, “and laid hold on his concubine, and divided her, with her bones, into twelve pieces, and sent her into all the coasts of Israel” (Judg. 19:29). The fact that the definite article is used in conjunction with the description of the knife is significant. “The expression, the knife, תלכאסה, appears in the Bible only in the dismemberment of the concubine and in Genesis 22 in relation to Abraham and Isaac” (REIS, 2006, p. 143). The narrator is using subtlety to move the audience in the direction of seeing the tortured *pilegesh* in terms of a sacrifice but not as a sacred one. By juxtaposing actions of the Levite and Abraham the narrator is setting up a distinction between the two stories. The Levite, a supposed keeper of priestly things, uses the knife to perform an abomination of a sacrifice in complete contrast to the divinely observed sacrifice Abraham was asked to make.

In addition to this allusion, the verb חתג “to cut in pieces” is only found outside of sacrificial contexts here and in 1 Sam. 11:7 when Saul cuts up an ox (BROWN; DRIVER; BRIGGS, 2005, p. 677). In that passage the action described is taken by Saul to summon the Israelites to war against the Ammorites.

In the incident in 1 Samuel the act is explained; the same fate of being cut up will befall the cattle of all who fail to obey the summons to battle. [In Judges 19] the action is clearly intended to arouse the horror and indignation of all against those who had perpetrated such an outrage (MARTIN, 1975, p. 206).

Who exactly has committed an outrage, however, is not explicitly defined. In her article “Rapes of Women/Wars of Men” Alice Keefe states that

[...] [t]here is scholarly discussion as to whether the greater outrage was the mob’s rape of the woman or their breach of hospitality in regard to the men [which] makes one suspect rampant androcentrism. Beyond these choices, the ambiguity in this response, “such a thing has never happened or been seen”, might well refer to the outrageous horror of a piece of a woman’s body arriving in town. Indeed, reading out of a perspective where the body of woman is sacred, the Levite’s act of calculated dismemberment may be the most disturbing outrage of all (KEEFE, 1993, p. 86).

It should be noted that at no time in the Masoretic Text does the narrator give an exact time or cause of the *pilegish*’s death (SCHNEIDER, 2000, p. 264)¹. With all the other stories of killing and death in Judges, her demise is the only one without a clear cause of death or assigned responsibility. This ambiguity of time of death and the fact that both the husband and the host have offered the *pilegish* to the mob adds to the complicity of all parties involved (KLEIN, 1988, p. 171) beyond just the men of Benjamin. “In biblical law, willfulness or premeditation is established by showing either that a deadly instrument was used (Num. 35:16-18) or that the assailant harbored hatred or enmity toward the victim (Num. 35:20-21; Deut. 19:11).” (COHN; ELON, 2007, p. 506) Without a marked time of death and cause the audience is left with two possibilities and, according to biblical law, two very viable suspects: the Benjaminite attackers or the Levite with “the knife”.

She is powerful because her death holds an entire nation accountable

The text uses the word *pilegesh* to define the woman's status. The term is most often translated into English as concubine but this is murky and problematic. Tammi Schneider explains,

The English term [concubine] was defined as, "a woman who cohabits with a man without being his wife". The term can also mean secondary wife in certain societies but there is no evidence [in Judges 19-21] of the existence of a primary wife to whom this woman would be second. Neither [English] translation addresses what is implied in terms of marriage, rank, status, legal rights, or inheritance procedures" (SCHNEIDER, 2000, p. 248).

Like the ambiguity of her time of death, this vagueness in categorizing the woman only makes her existence more universal and her situation more poignant. Even without a defined position in society, a name, or a voice she still becomes central to the actions of the story.

According to Mosaic tradition, if an individual was not held accountable for his or her crime the entire community became subject to the penalty (FREEDMAN, 2000, p. 118). The story of Achan in Joshua 7 tells the story of a man who confesses to bringing back expressly forbidden spoils of war and, therefore, condemnation on Israel. He pays for his sin with his life and the lives of his entire family. It is a dramatic description of how sin must be cleansed from the community by removing all associated with it.

The responsibility of calling the community together belonged to the appointed judges. However, while there are men and women called to be Judges in Israel, the tribes do not come together *en masse* until chapters 20-21. Most of the earlier stories feature one or two tribes fighting a common enemy and then dispersing until another event brings a new threat with a new deliverer. Walter Harrelson (1964, p. 129) wrote,

[...] [t]he tribes were held together by only a few realities: the worship of Yahweh who had brought them out of Egypt and given this new land to them; the sacred history of Yahweh's past dealings with them; the bonds of the confederacy that secured a minimum allegiance to the covenant requirements, participation annually in the covenant ceremony, maintenance of the central sanctuary, and the like; and the necessity of defending any of the tribes when threats arose, together with the necessity of disciplining any tribe for violations of the membership requirements in the confederacy.

What brings the all tribes together in this singular event is their understanding of the covenant, i.e., that the entire tribe of Benjamin has become guilty for the sins of a few of its members. If the single tribe is not punished the collective nation of Israel will carry the same guilt before Yahweh.

Many interpretations say the civil war that follows the death of the *pilegish* is due to the outrage of the destruction of the Levite's personal "property", his *pilegish*. The more pertinent issue, however, is the fact that the perpetrators of the crime would not confess, the town would not surrender the guilty, and the tribe of Benjamin, "would not harken to the voice of their brethren the children of Israel" (Judg. 20:13). Justification for the war is, in fact, the covenant and belief in the laws of Yahweh. If the woman was only property, and truly of little worth, the Levite would have been compensated with a woman from the tribe of Benjamin and no war would have been fought over her death. Benjamin's tribal crime is gang rape resulting in murder and an unwillingness to admit their sins and repent. Their opposition to cleanse the tribe, a total disregard for the covenants, and a collective contempt for righteousness threaten the entire Israelite nation in their standing before God.

She is powerful as a symbol of a final opportunity for redemption

70 A murder has brought the tribes together. As the combined Israelite army prepares to attack the tribe of Benjamin they seek Yahweh's blessing in the house of God. Since there is no king in Israel and therefore no defined leader they ask, "Which of us shall go up first to battle against the children of Benjamin?" (Judg. 20:18); Yahweh answers that Judah should lead, which is correct according to Genesis 49 where Judah is given a blessing that, "thy father's children shall bow down before thee... The scepter shall not depart from Judah, nor a lawgiver from between his feet, until Shiloh come" (Gen. 49:8,10). Interestingly, after this divine direction, Israel attacks Benjamin and loses 22.000 men. There is no mention of Benjaminite deaths in the narrative.

The Israelite army prepares a second day to attack the tribe of Benjamin. Again, they counsel with Yahweh. This time they ask if they should go up to battle against their brethren (Judg. 20:23). Yahweh tells them to go, which again, is correct according to the covenant they made to protect the sanctity of the nation when they first entered the Promised Land, "whosoever he be that doth rebel against thy commandment, and will not harken unto thy words in all that thou commandest him, he shall be put to death" (Josh 1:18). Israel attacks Benjamin a second time and another 18.000 of their army die.

Humility and repentance finally come into play as the entire nation, except Benjamin, goes up to the House of Yahweh where the Ark of the Covenant is kept.² In the previous days of fighting the tribes relied on worldly questions and concerns. This time they weep and fast, offer burnt offerings and peace offerings in an effort to truly know the will of Yahweh. Phineas, the grandson of Aaron, serves as the high priest before Yahweh and asks, "Shall I yet again go out to battle against the children of Benjamin my brother, or shall I cease?" (Judg. 20:28); Yahweh answers the honest and repentant pleas with, "Go up; for tomorrow I will deliver them into thine hand" (Judg. 20:28). The fighting that follows decimates the entire tribe of Benjamin – men, women, children, cities, and possessions.

Israel is now on the brink of deliverance from the idolatrous sins of the tribe of Benjamin.

Lillian Klein makes a very interesting statement at this point of the story. She notes that the tribes realize that rape and murder have caused the immanent destruction of an entire tribe but,

Not only do they fail to recognize their own responsibility in the judgment and the ensuing developments, but they end up blaming Yahweh for their getting what *they* wanted: to punish Benjamin for its protection of those who committed evil in Gibeah (KLEIN, 1988, p. 88).

17

The remaining tribes take matters into their own hands, forgetting their earlier promises to Yahweh.

In quick succession, without waiting for an answer from Yahweh, they ask, “Why is this come to pass in Israel, that there should be today one tribe lacking in Israel?” (Judg. 21:3). The next day the people rise early and build, somewhere outside the house of God, an altar and offer sacrifices. The questions then asked are, “Who is there among all the tribes of Israel that came not up with the congregation unto the Lord?” (Judg. 21:5) and “How shall we do for wives for them that remain?” (Judg. 21:7). While the first question, regarding the possible loss of the tribe of Benjamin, forgets the covenant made with Yahweh, the following two questions hold covenants made between the tribes as sacrosanct. These questions are balanced by oaths that stated anyone who did not come to Mizpeh to join the fight should be put to death and no daughters were to be given to any survivors of Benjamin as wives (Judg. 21: 5, 7).

In the process of “fixing” the tribe of Benjamin the tribes of Israel commit the same crime of rape and murder, repeating the tragedy of the *pilegesh* six hundred times over. They murder the residents of Jabesh-Gilead who had not come up to defend the nation and take their virgin daughters to marry the Benjaminite survivors. Two hundred more wives are “found” by kidnapping the daughters of Shiloh who come out to dance. To justify their actions they state, “Be favorable unto [the kidnappers] for our sakes: because we reserve not to each man his wife in the war: for ye did

not give unto them at this time, that ye should be guilty” (Judg. 21:22). They rationalize their actions using the same justification originally used to justify the civil war in response to the death of the *pilegesh*. This time, however, they have made the breech themselves with Yahweh. The story ends with “In those days there was no king in Israel” and the narrator adds the caveat, “and every man did that which was right in his own eyes” (Judg. 21:25). One rape and murder of a single socially insignificant woman has now become the rape of six hundred. The sin, like a disease, has spread to the entire tribe.

She is powerful because her story defines iniquity for all future generations

The story of the Levite *pilegesh* does not immediately seem to follow the guidelines set up in the previous chapters of the Book of Judges (YEE, 2007, p. 148) where the cycle of apostasy³ examines the ever-increasing idolatry within the nation. However, while the last three chapters of Judges have no glorious deliverer, they explicitly follow the pattern. Sin abounds in each of the characters involved in the story, whether explicit or implied. No one is without blemish. The entire nation is in bondage due to the sin of, not only Benjamin, but the multitude of transgressions that are continually being added upon previous sins. There is repentance, but only briefly, and it is not enough to bring about true deliverance.

Richard Elliott Friedman states that the Book of Judges defines prophets as, “men or women who were regarded as having been called by the deity to perform a special task with regard to the people. The task might be to encourage or to criticize. It might be in the realm of politics, ethics, or ritual” (FRIEDMAN, 1997, p. 36). Using this definition, the *pilegesh* is a potential prophet whose presence criticizes on almost every level and brings a special opportunity for redemption to the entire nation. But, as the last line of the book testifies, the nation had slid even farther into apostasy. Victor Matthews (2004, p. 202) says that this final phrase

[...] sums up the continual slide of the people into social and political anarchy. Without the leadership, without attention to the covenant or to God's direction, they had the option of 'flying blind' through life. Their lack of any clear code of conduct allowed for rampant violence, intrigue, and haphazard religious practice.

When the prophet Hosea speaks of the current spiritual state of the tribes in his day he references the multitude of crimes described in Judges 19-21 by saying, "They have deeply corrupted themselves, as in the days of Gibeah: therefore God will remember their iniquity, he will visit their sins" (Hos. 9:9). The corruption he refers to is not just the gang rape and murder of a single unnamed woman by men from the tribe of Benjamin. He is holding up a mirror to the people as they face their own imminent destruction due to the sin they have allowed to infect their entire society.

Alice Bach (1999, p. 143) defines rape as "a weapon to reassert the power of a man over an enemy. Rape is used to create fear in women... We have come to understand that rape is not so much a sexual crime as it is a means of physical, mental, and spiritual domination". If the action of rape is defined as power ill-used then a close look at the characters and what they represent during the horrific event are a telling prophetic metaphor.

Conclusion

James Berkeley (1954, p. 59) observed:

They are books containing history, but in them the history was written as the proclamation of the word of God, that is, as words of prophecy. To the Hebrews, prophets were not only speakers to the present but also were writers of history who told the story of the past to interpret God's will for the present.

If we look only at the physical death of the *pilegish* we follow in the blind footsteps of the Israelites. The power and value of the defenseless should resonate with us today far beyond the disgust of “violence against women”. Our individual worth, even if society does not see it, is seen by God and we are still held accountable at all times and in all places for our treatment of the seemingly powerless among us.

The *pilegish* was a woman unnamed and without a voice. She was not comforted in life but her existence has definite power. Her death, the result of meaningless violence, is defined as murder. She became a potential judge in Israel in the sense that her death orchestrated the only time all the tribes of Israel worked together to right a wrong. The consequences set in motion by her death show her to be the catalyst for potential redemption. Not only for the people of her time but also for those who come after.

The result of most actions taken by judges in the book is the return of the people to the correct worship of YHWH and the resulting rest in the land. “Ancient historians went about their task in a very different way from modern ones. Historical accuracy was not nearly as important to them as telling a good story and making an important moral point” (BELLIS, 2007, p. 32). The object of Judges 19-21 is not only to highlight inhospitality, sexual perversion or gender bias. It also records the last attempt to force the nation of Israel to return to an acceptable and accurate practice of the worship of YHWH. The narrator, in choosing a unique feminine particle form of the verb *הצר* to describe the death of a nameless woman, declares the moral bankruptcy of the people and proves, with the conclusion of the chapters, that Israel has not only not returned to YHWH but they have sunk even farther into the depths of sin as a result of choosing violence over the safety and well-being of the least of those in their midst.

O PODER DE UMA MULHER IMPOTENTE: EXAMINANDO O IMPACTO DA VIOLÊNCIA EM UMA NAÇÃO BÍBLICA

Resumo: Ela é sem nome e sem voz, violentamente estuprada e assassinada. A história da Concubina Levita ou *Pilegish*, como disse nos últimos três capítulos do Livro dos Juízes, é frequentemente referida pelos estudiosos como um

apêndice, indigno de ser considerado parte do panteão de juízes ilustres em Israel. No entanto, o relato da violação e assassinato de uma mulher indefesa e socialmente insignificante é mais do que uma história de violência contra as mulheres, é a história das consequências da violência e do poder que uma mulher pode ter sobre uma nação.

Palavras-chave: Livro dos Juízes. Levita. Concubina. Estupro. Assassinato. Juízes 19-21.

Notes

¹ The LXX and the NRSV add a sentence that declares her dead on the door step but the Hebrew text does not assign responsibility for her death to any one person or act.

² This is the only time the Ark of the Covenant is mentioned in Judges.

³ i.e. Israel sins, is in bondage, repents, and God sends a deliverer.

References

BACH, Alice. Rereading the Body Politic: Women, Violence and Judges 21. In: BRENNER, Athalya (Ed.). *Judges: A Feminist Companion to the Bible*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1999. p. 143-159.

BAILEY, Wilma Ann. *"You shall not kill" or "You shall not murder"? The Assault on a Biblical Text*. Collegeville: Liturgical Press, 2005.

BELLIS, Alice Ogden. *Helpmates, Harlots, and Heroes: Women's Stories in the Hebrew Bible*. Louisville: Westminster John Knox Press, 2007.

BERKELEY, James P. *Knowing the Old Testament*. Valley Forge: Judson Press, 1954.

BERLIN, Adele (Ed.). *The Oxford Dictionary of the Jewish Religion*. Oxford: OUP, 2011. (Volume 1).

BOTTERWECK, G. Johannes; RINGGREN, Helmer; FABRY, Heinz-Josef (Ed.). *Theological Dictionary of the Old Testament*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1977.

BROWN, Francis; DRIVER, R.; BRIGGS, Charles. *The Brown-Driver-Briggs Hebrew and English Lexicon*. Peabody: Hendrickson Publishers, 2005.

COHN, Haim Herman; ELON, Menachem. Homicide. In: SKOLNIK, Fred; BERENBAUM, Michael (Ed.). *Encyclopaedia Judaica*. 2. ed. New York: Macmillan Publishers USA, 2007. p. 506-507. (Volume 9).

FREEDMAN, David Noel. *The Nine Commandments: Uncovering the Hidden Pattern of Crime and Punishment in the Hebrew Bible*. New York: Doubleday, 2000.

FRIEDMAN, Richard Elliott. *Who Wrote the Bible?* San Francisco: Harper San Francisco, 1997.

HARRELSON, Walter. *Interpreting the Old Testament*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1964.

KEEFE, Alice. Rapes of Women/Wars of Men. In: CAMP, Claudia; FONTAINE, Carole (Ed.). *Women, War and Metaphor: Language and Society in the Study of the Hebrew Bible*. Atlanta: Scholars' Press, 1993. p. 79-97. (Semeia, 61).

KLEIN, Lillian R. *The Triumph of Irony in the Book of Judges*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1988.

MARTIN, James D. *The Book of Judges*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

MATTHEWS, Victor H. *Judges and Ruth*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. REIS, Pamela Tamarkin. The Levite's Concubine: New Light on a Dark Story. *Scandinavian Journal of the Old Testament*, v. 20, n. 1, p. 125-146, 2006.

SCHNEIDER, Tammi J. *Judges: Studies in Hebrew Narrative & Poetry*. Berit Olam Collegeville: The Liturgical Press, 2000.

SWEENEY, Marvin. Davidic Polemics in the Book of Judges. *Vetus Testamentum*, Hudson, v. 47, n. 4, p. 517-528, 1997.

THE HOLY BIBLE. King James Version. Salt Lake City: The Church of Jesus Christ of Latter-day Saints, 1979.

TRIBLE, Phyllis. *Texts of Terrors: Literary-Feminist Readings of Biblical Narratives*. Philadelphia: Fortress Press, 1984.

YEE, Gale A (Ed.). *Judges & Method: New Approaches in Biblical Studies*. Minneapolis: Fortress Press, 2007.

Recebido em: 01/12/2017

Aprovado em: 10/01/2018

Britannia: violência, poder e contato

Tais Pagoto Bélo*

Resumo: Este artigo tem por intuito demonstrar – por meio de fontes escritas de autores antigos, como as obras de Tácito (*Anais* e *A vida de agricultor*) e a de Dião Cássio (*História de Roma*) – como é descrita a violência da ocupação da província da *Britannia*, uma vez que a imposição do poder romano trouxe consequências para a vida da comunidade nativa dessa região. As rebeliões em destaque são a de Carataco e, principalmente, a de Boudica, dando maior ênfase na questão da violação das filhas da rainha dos iceni. Tal passagem corrobora os comentários acerca do ponto de vista de estudiosos da atualidade em relação a esse tema e a questão sobre o motivo pelo qual esses escritores da Antiguidade o apresentaram com tal veemência. As implicações do processo de invasão romana e a tomada da província vieram de resultados posteriores, que são demonstrados neste trabalho através da cultura material representada por epitáfios, pelos quais são conhecidas as vidas das mulheres nativas que se juntaram aos romanos, formando uma heterogeneidade cultural.

Palavras-chave: *Britannia*. Rebelião. Violência. Poder. Contato.

Introdução

Este estudo tem por objetivo demonstrar a violência da ocupação da província da *Britannia* pelos romanos e a reação contrária de rebeliões como a de Carataco e a de Boudica, no século I d.C., além de sua consequência, principalmente, para a população nativa feminina dessa região.

* Pós-doutoranda na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e doutora pela mesma instituição. Essa pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: taispbelo@gmail.com.

Na primeira parte deste trabalho, discute-se como os autores antigos, como Tácito, em *Anais* e *A vida de Agrícola*, e Dião Cássio, em *História de Roma*, narram a empreitada do Império Romano contra o exército de Boudica. Além disso, observamos os pontos de vista de diferentes autores contemporâneos sobre o tema da guerra em si e, especialmente, da agressão feminina em momentos de hostilidade.

A segunda parte enfatiza exemplos da decorrência de ideias, diversidade, pluralidade e heterogeneidade cultural vista mediante os vestígios que indicam o estado das mulheres depois dos embates da conquista do território pelos romanos, utilizando-se de epitáfios.

Os dois principais tópicos que são conclamados aqui, as rebeliões e o contato, são temas escolhidos para questionamento. Geralmente, eles surgem interligados, levantando questões sobre eles próprios, bem como sobre o modo como são investigados atualmente e o contexto em que foram criados, manipulados e articulados pela administração imperial romana. Além disso, esses assuntos levam à reflexão acerca de como a população local respondeu a esses eventos. De acordo com Hingley (2010, p. 92),

Impérios dependem de negociação e de acordo para vir a existir e a sobreviver, mas outras estratégias, entre as quais a força e a violência, também desempenham um papel. Como Dick Whittaker argumentou, as duas posições, a de um estado romano intervencionista e a de uma população nativa pronta para responder, não agem, necessariamente, em oposição; intervenção e inovação diretas poderiam ocorrer uma ao lado da outra. As sociedades locais não se estabeleciam inteiramente como marginalizadas ou assimiladas, uma vez que tais categorias, na maioria dos casos, não estavam separadas, mas, ao contrário, sobrepunham-se.

As rebeliões caem por terra e entende-se que em cada província, assim como na *Britannia*, o império moldou-se aos compromissos regionais, mostrando uma variabilidade de grupos em um mundo global, com suas integrações e heterogeneidades, que se mantiveram por alguns séculos.

A província da *Britannia*

A primeira investida romana contra os bretões da província da *Britannia* se deu por volta do ano 55 a.C., com Júlio César, que já tinha subjugado a Gália e agora levaria consigo Commio, rei dos atrebrates, da Gália, o qual já tinha contato e conhecimento sobre a *Britannia*. Todavia, não foi dessa vez que os romanos adentraram nesse território, já que encontraram dificuldades para desembarcar na costa e o inverno estava próximo. Entretanto, César retornou à ilha no ano seguinte, 54 a.C., equipado com um número maior de legiões e cavalaria, e, assim, alcançou o vale do Tâmis, onde futuramente seria Londinium (BÉLO, 2014, p. 52).

Cassivellauno, rei dos catuvellauni, foi subjugado com a ajuda da tribo vizinha, os trinovantes, que não se davam bem com esses primeiros. Desde então, os bretões começaram a pagar tributos aos romanos e a cumprir suas leis. A expedição de César abriu caminhos para o comércio com as tribos bretãs, o que inclui os iceni. Tempos depois, César acabou voltando para a Gália e escreveu sobre o que tinha encontrado na ilha (DAVIES; ROBINSON, 2009; BÉLO, 2014).

A segunda empreitada dos romanos à *Britannia* se deu em 43 d.C., ordenada pelo imperador Cláudio, com Aulo Plautio no comando, que iniciou os ataques contra a tribo bretã dos catuvellauni, que ocupava a região onde é hoje Hertfordshire. Essa tribo já tinha conquistado um grande território no sudeste da Inglaterra (SEALEY, 1997), contudo, a invasão não apresentou forte resistência e, assim, Cláudio conseguiu a submissão de onze tribos bretãs, fazendo delas tribos clientes, as quais poderiam ter suas próprias leis, tradições e moedas desde que pagassem tributos, ganhando assistência romana contra qualquer ataque externo, o que fez com que os bretões aceitassem a cortesia. Essas manobras renderam a Cláudio o título de *Britannicus* (DAVIES; ROBINSON, 2009; BÉLO, 2014).

A primeira revolta da tribo dos iceni, a tribo da rainha Boudica, contra os romanos ocorreu por volta de 47 d.C., quando Aulo Plautio foi substituído por Ostorio Scapula, que coordenou algumas ordens específicas, como destituir as tribos de suas armas de guerra, provocando uma ofensa aos iceni. Os romanos conseguiram driblar

a revolta e Scapula recebeu o título de *Corona Civica* (DAVIES; ROBINSON, 2009; BÉLO, 2014).

Em 58 d.C., Suetônio Paulino tornou-se governador da *Britannia* e, logo em seguida, por volta de 60 d.C./61 d.C., após a morte de Prasutago, marido da rainha guerreira, ocorreu o cataclismo da revolta de Boudica.

As rebeliões na *Britannia*

Imagina-se que, com a chegada dos romanos à *Britannia*, houve uma variedade de reações em relação aos ideais sociais, assim como surgiu a possibilidade de qualquer pessoa rejeitar as normas dos invasores. Pode-se citar como exemplo as reações dos nativos, que deram origem a revoltas como a de Carataco e a de Boudica.

Carataco liderou uma rebelião contra o Império Romano anos antes de Boudica, rainha dos iceni (JOHNSON, 2012; BÉLO, 2014), mais especificamente em 51 d. C. (HINGLEY; UNWIN, 2005; BÉLO, 2014). Ele foi herdeiro da tribo dos catuvellaunios, junto com seu irmão, Togodumno, e teve rivalidade com os Atrebates, que se localizavam no sul da ilha. As moedas encontradas com a palavra CARA indicavam o seu domínio (ALDHOUSE-GREEN, 2006; BÉLO, 2014). Herdeiros de reis-clientes, Carataco e Togodumno se indispuseram com a política de Roma (PINTO, 2011; BÉLO, 2014). A resistência de Carataco na ilha demonstrava que seria difícil para os romanos controlar essa terra. Seu poder podia ser considerado alto em razão da quantidade de moedas encontradas pelos arqueólogos no sul da ilha (SALWAY, 1993; PINTO, 2011).

Para fugir dos romanos, Carataco foi se esconder nas terras dos silurios e, depois, nas terras dos ordovices, onde é hoje o País de Gales, local que os romanos pouco exploraram (ALDHOUSE-GREEN, 2006; BÉLO, 2014). Ele teve o apoio de inúmeras tribos bretãs e organizou resistência nessa localidade. Entretanto, o príncipe foi capturado em 51 d.C. em decorrência da traição da rainha dos brigantes, Cartimandua (TACITUS, 1952, livro 12, capítulo 36). Em vez de ser executado em Roma, Carataco foi poupado devido à

demonstração de honra em prol de seu povo, em nome do qual foi aprisionado. Sentindo compaixão, Cláudio o perdoou e o deixou viver. No final, o príncipe demonstrou grande gratidão a Cláudio e a sua esposa, Agripina (TACITUS, 1952, livro 12, capítulo 36-37). Com isso, Carataco entrou para a história de Roma como herói de resistência ao invasor, pois era dotado de muitas virtudes, sobretudo pela renúncia da própria vida, ao mesmo tempo que conseguiu argumentar em defesa de sua pátria aos modos romanos. A diferença entre Boudica e Carataco, de acordo com os olhos de Roma, era que este último não demonstrava selvageria, confirmando atributos dignos de sua hombridade e de seu caráter masculino (PINTO, 2011; BELO, 2014).

Figura 1 – Vitral presente na prefeitura de Colchester com a figura de Carataco junto a outros heróis britânicos, assim como Eduardo, o Mais Velho



Fonte: BELO, 2012.

Boudica, rainha bretã da tribo dos iceni e conhecida como a única mulher que enfrentou o Império Romano, juntou-se a nomes masculinos que provocaram reação semelhante em outras províncias romanas, tais como Viriato, na Ibéria, Vercingetorix, na Gália, Civilis e Armínio, na Germânia, e Carataco, na *Britannia* (BELO, 2014).

Na batalha, de acordo com Tácito, em *A Vida de Agrícola*, a força dos bretões estava em sua infantaria, mas algumas tribos lutavam com carroças, como o fazia a própria Boudica. Seus comandantes sempre tinham um posto de honra e os combatentes eram meros retentores (TACITUS, 1914, capítulo 12). As carroças deixaram de ser usadas gradualmente pelos celtas da Gália, enquanto os bretões continuaram a utilizá-las, havendo nos escritos antigos informações de seu uso na *Britannia*. Diodoro e Tácito, por exemplo, demonstraram sua utilização desde a chegada de César à ilha, bem como na revolta de Boudica (FIELDS, 2011; BELO, 2014).

Tácito, ao descrever as batalhas contra os bretões, chama-os de covardes e destaca que eles somente lutavam por ganância e por rebeldia, enquanto os romanos lutavam por suas famílias (TACITUS, 1914, capítulo 15). Ao mencionar Boudica, salienta que ela persuadiu sua tribo a pegar em armas contra o inimigo. Tácito a apresenta como uma mulher de origem nobre e afirma que os bretões não reconheciam a distinção em relação ao sexo de seus governantes (TACITUS, 1914, capítulo 16). Além disso, explica que ela poderia até liderar os brigantes (não comenta sobre os iceni) para queimar a colônia e bramar em campo, porém, por ser mulher, nunca teria sucesso em batalha. No que diz respeito aos romanos, profere que lutavam como homens destemidos, homens que nunca falhariam em relação à liberdade e que nunca se tornariam penitentes (TACITUS, 1914, capítulo 31).

Tácito, em *Anais*, descreve o episódio do confronto do exército de Boudica contra o Império Romano no livro XIV, mas primeiramente menciona a investida romana à ilha de Mona, que fica a oeste do País de Gales e possui um legado que remonta à Idade da Pedra. Essa ilha era o coração do druidismo e, segundo Plínio, o Mais Velho, os druidas praticavam o culto à lua, que envolvia o brinde com chifres de animais, o uso de roupas brancas e também

sacrifícios de animais. Provavelmente, Plínio viu o druidismo como um tipo de magia. Para César, os druidas eram um grupo de homens jovens que possuíam grande sabedoria e eram respeitados pelo resto da tribo; eram aqueles que discutiam todas as disputas, públicas e privadas (DAVIES; ROBINSON, 2009; BELO, 2014).

Tácito afirma que a ilha estava densamente povoada e acolhia muitos refugiados (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 29). Coincidentemente ou não, esse episódio ocorreu ao mesmo tempo em que Boudica e seus aliados começaram a destruir os assentamentos romanos. Entretanto, essa coincidência foi de especial significado para as primeiras vitórias dos bretões (BELO, 2014, p. 62).

O autor descreve as mulheres da ilha de Mona usando uma túnica negra, cabelos despenteados e com tochas nas mãos, o que dá a impressão de que eles foram pegos de surpresa durante a noite. Os druidas foram narrados com suas mãos levantadas para o céu, gritando terríveis maldições. O general romano diz aos soldados para não temerem um bando de mulheres fanáticas. É mencionado que os bosques onde os habitantes de Mona devotavam suas superstições, bem como seus altares e seus deuses, foram demolidos com a intenção de acabar com a religião dos nativos (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 30).

Aldhouse-Green (2006) ressalta que, abolindo os valores básicos dos bretões, como a religião, seria mais fácil e consistente a introdução dos valores ligados ao “tornar-se romano”. Essa questão estava também associada à liberdade que os druidas tinham em se locomover de uma tribo a outra, levando informações e, sobretudo, a imposição religiosa romana de ostentação de Cláudio, que foi proclamado um deus por Roma. Essa obrigação já era cobrada dos trinovantes, os quais viviam na área onde o templo de Cláudio foi construído, o que pode ter facilitado a junção de forças desses com os iceni para a revolta de Boudica. O principal propósito desse culto imperial era encorajar a lealdade e aproximar a aristocracia local aos romanos, para que dividissem as responsabilidades (ALDHOUSE-GREEN, 2006; BELO, 2014).

Tácito salienta que, durante a empreitada à ilha de Mona, Suetônio Paulino soube da rebelião na província causada pelas tribos dos iceni e trinovantes. O autor assinala que a rebelião se

iniciou após a morte do rei Prasutago, marido de Boudica. Ele teria deixado o Império Romano como co-herdeiro de seus bens, junto a suas filhas, para evitar que seu reino sofresse ataques depois de sua morte. Todavia, após o seu óbito, os oficiais romanos quiseram tomar o reino dos iceni como um prêmio de guerra, açoitando sua viúva Boudica e violentando suas duas filhas, além de seus parentes e o resto da tribo terem sido tratados como escravos (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 31).

Os iceni foram degradados e reduzidos ao *status* de província, o que resultou em sua rebelião junto aos trinovantes e outros; o que emerge aqui é o tema da liberdade contra a escravidão, também enfatizado no diálogo de Boudica em Dião Cássio. Os iceni tiveram seu destino mudado, passando de prósperos, autônomos e dignos para um contexto de escravidão e humilhação (JOHNSON, 2012; BELO, 2014).

Prasutago fechou com os romanos um contrato antes de sua morte, o qual consistia em deixar-lhes parte de suas terras. O restante foi deixado para suas filhas e, de acordo com Tácito, Boudica não teve nenhuma relevância nesse contrato, o que leva a crer que os romanos teriam forçado Prasutago a concordar com esse documento ou que o marido a tenha deixado de lado por saber que ela era contra. O rei poderia estar interessado na abrangência de sua influência em relação a Roma, mesmo que sua posição estivesse longe de ser independente. A relação de governador da província com o cliente era pessoal e não dinástica, por isso, quando o primeiro morresse, os termos de aliança teriam que ser reconsiderados (ALDHOUSE-GREEN, 2006; BELO, 2014).

Pode-se frisar que foi a um só tempo ingênua e fatídica a aceitação do contrato por Prasutago, pois os termos devem ter sido revistos posteriormente e os romanos podem não ter reivindicado metade do território, e sim sua totalidade. Essa é uma questão que não está explanada com detalhes nos documentos históricos, portanto, não é possível saber a verdadeira razão do acontecimento entre os iceni e os romanos (BELO, 2014, p. 63).

A violência contra Boudica e suas filhas

Deciano Cato, um oficial de finanças, *procurator Britanniae*, responsável por todo e qualquer trabalho ligado a dinheiro e rendimento, em particular por taxaço, era encarregado de fazer com que a *Britannia* pagasse o que devia e, se possível, esgotar suas riquezas e mandá-las para a bolsa central de Roma. Ele cobrava o pagamento dos homens do exército, as taxas de terra e outros tributos, com o intuito de arrecadar cada vez mais, visto que isso lhe traria sucesso na província, além de promoção, em geral, para fora da ilha, porventura um lugar melhor e menos nebuloso (ALDHOUSE-GREEN, 2006; BELO, 2014).

Em trabalho na Anglia do Leste, Cato viu a morte de Prasutago como um modo de ganhar dinheiro e, talvez, adquirir glória, adicionando o território dos iceni à província na ausência do governador e do poder de guerra romano, os quais estavam na ilha de Mona. O resultado foi a recusa, por parte de Boudica, da entrega das terras, ocasionando o seu açoitamento e a violação de suas filhas. Esse episódio deu início à formação do exército liderado por ela e, conseqüentemente, à destruição de três assentamentos romanos (ALDHOUSE-GREEN, 2006; BELO, 2014).

O evento ocorrido com Boudica e suas filhas é considerado, por estudiosas da Antiguidade, tais como Aldhouse-Green (2006) e Johnson (2012), o pior tipo de humilhação, não apenas pelo testemunho da ferocidade imperial, mas também pela resposta dramática e expositiva a uma mulher reconhecida por desprezar os romanos (JOHNSON, 2012). Até mesmo para os padrões de Roma, o estupro era considerado um crime bruto de guerra, enquanto o açoitamento era uma punição executada em decorrência de uma ofensa hedionda, assim como o assassinato. Na lei do Império Romano, o espancamento até a morte era um método de punição para quem havia cometido o parricídio, que consiste em crime contra os pais (ALDHOUSE-GREEN, 2006). Dessa forma, pensa-se que os centuriões que executaram o ato contra Boudica e suas filhas, com a disciplina draconiana que tinham, somente poderiam tê-lo feito sob uma repressão muito densa de quem os comandava, ou cegamente cumpriam as ordens de alguém que ocupava uma

posição mais elevada, uma vez que não era de interesse romano ter soldados que questionassem ou pensassem a fundo sobre ordens dadas (BELO, 2014, p. 64-65).

Ainda que seja um crime lamentável, o estupro é comum em contextos de hostilidade, estando menos associado com o sexo em si e mais com violência, abuso, insulto, desonra, controle e criação de vítimas. O consequente risco de gravidez faz com que esteja também associado a violação e potente interrupção de uma linhagem (ALDHOUSE-GREEN, 2006). Sendo assim, os oficiais valeram-se de um poder que, segundo Johnson (2012), contaminaria as garotas com um descendente bastardo e romano. Mesmo que esse crime seja visto como horrendo, embora um crime de guerra comum, Tácito e Dião Cássio o expuseram abertamente em seus escritos, o que nos faz questionar por qual razão, já que esse tipo de abuso físico também reduz o caráter humano dos romanos. Talvez seu objetivo tenha sido mostrar que a conquista era o fator romano primordial e que ela aconteceria de qualquer maneira, ainda que para isso fosse necessário ultrapassar os limites da ética e da moral (BELO, 2014, p. 65).

De acordo com Adhouse-Green (2006), o estupro foi especialmente significativo, chocante e degradante para as adolescentes, a mãe, a casa real de Prasutago (DAVIES; ROBINSON, 2009) e toda a tribo, não apenas porque eram mulheres, mas também porque eram crianças, provavelmente virgens na puberdade. Elas representariam a futura geração da tribo dos iceni, futuras esposas e mães, e, por esse motivo, os romanos quiseram comprometê-las e contaminá-las com seus genes, fazendo com que carregassem a lembrança da agressão pelo resto de suas vidas (BELO, 2014, p. 65).

No discurso feminista, o estupro é a maior expressão da ordem patriarcal, visto como um crime que reduz a mulher a um estado degradante. O movimento vê o estupro como o crime mais extremo direcionado a uma mulher, ou seja, um ato de violência e repugnância, sendo um dos problemas mais difíceis encarados pelo grupo. A celebração do estupro na história, na música e na ciência, de acordo com Adrea Dworkin (1989), constitui-se como um paradigma de articulação do poder sexual masculino, como um absolutismo cultural. Robin Morgan (1977) descreve o estupro

como a última metáfora para dominação, violência, subjugação e posseção (CAHILL, 2001; BELO, 2014).

Segundo Fields (2011), a natureza da visão do mundo romano não era de este ser passivo, mas de exercer poder para conquistar e dominar. As invasões romanas significavam força e imposição e não a manutenção da paz e da ordem em Roma. O mundo não era tentado à paz como o era à agressividade e à submissão. Por essa razão, os romanos sentiam que podiam ameaçar os reinos dos clientes como bem desejassem. O que neles consideramos beligerante, bruto e sanguinário era fundamental para sua cultura e sistema social. Os romanos eram muito habilidosos na arte da guerra, a qual dava poder ao Estado, e esse poder não era exercido se ela não pudesse ser usada, já que a agressão era fundamental para a base lógica da política estrangeira romana. Além disso, a guerra era a oportunidade de colocar em prática o que aprendiam desde a infância, isto é, liderar e mandar. Esse comportamento também os fizera pedantes, patriarcalistas, brutais e, ocasionalmente, psicopatas (FIELDS, 2011; BELO, 2014).

A rebelião de Boudica

A guerra começou após o episódio de agressão contra Boudica e suas filhas, fazendo com que a rainha dos iceni rapidamente levantasse seu povo e se unisse aos seus vizinhos trinovantes. Ao descrever a passagem da rebelião na *Britannia*, Dião Cássio inicia afirmando que um grande desastre estava acontecendo na ilha, já que duas cidades romanas tinham sido saqueadas, oito mil romanos e seus aliados haviam sido derrotados e a ilha, perdida. Todavia, o mais vergonhoso, cita Cássio, era o fato de todo esse desastre ter sido tramado por uma mulher (CASSIUS DIO, 1914-1927, livro 62, capítulo 21).

Segundo o autor, uma das causas da guerra foi o confisco de uma soma de dinheiro dada por Cláudio aos bretões, a qual deveria ter sido paga. A pessoa que chefiaria os nativos, persuadindo-os a lutar e os conduzindo para a guerra, era Boudica, uma bretã de família real, de grande inteligência em comparação a outras mulheres (CASSIUS DIO, 1914-1927, livro 62, capítulo 22).



Tácito menciona que a rebelião se iniciou em Camulodunum, que abrigava ex-oficiais romanos, os quais tratavam os trinovantes como escravos. Além disso, essa instalação resguardava o templo de Cláudio, símbolo de lei romana e de opressão aos autóctones, que também significava a vitória e o triunfo dos romanos sobre os nativos. Todavia, a rebelião de Boudica representou um cataclismo na administração da província. Camulodunum foi destruída no primeiro impacto, de modo que o odiado assentamento foi arrasado e queimado até o chão, sendo a população, sem distinção de sexo ou idade, dizimada de formas variadas, como crucificação, enforcamento, ateamento de fogo e esfaqueamento (FIELDS, 2011; BELO, 2014).

Tácito dá a desculpa de que era muito simples invadir esse assentamento, pois ele não era cercado por muros (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 31). Para adicionar, o autor narra a invasão dos nativos como algo hediondo, descrevendo o sofrimento de mulheres e crianças, além de ilustrar a vermelhidão em que o mar ficou e como a maré levou os corpos mortos (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 32).

Pelas palavras de Cássio, a ação mais bestial dos bretões foi pegar as mulheres mais nobres, despi-las, pendurá-las, decepar seus peitos e colocá-los em suas bocas como se os estivessem comendo. Logo, empalaram-nas em lanças afiadas, atravessando seus corpos. Tudo o que faziam era acompanhado de sacrifícios, banquetes e comportamentos arbitrários, não apenas em seus lugares sagrados, mas particularmente no arvoredo de Andraste, que era para eles a deusa da Vitória, a qual resguardavam com excepcional reverência (CASSIUS DIO, 1914-1927, livro 62, capítulo 27).

De acordo com Aldhouse-Green (2006), a mutilação dos seios das mulheres romanas e o seu empalamento parecem representar um estupro simbólico em vingança ao que foi feito com as filhas de Boudica (ADHOUSE-GREEN, 2006; DAVIES; ROBINSON, 2009). Nesse sentido, ao narrar esse episódio, Cássio quis mostrar o quanto os bretões eram “bárbaros”, ao cortarem os seios e colocá-los na boca, como se fosse um ritual canibalista, já que esse estereótipo não fazia parte do que era conhecido como humanidade (ALDHOUSE-GREEN, 2006).

Sabendo da rebelião, Paulino não quis guerrear contra os bretões de imediato em razão da falta de homens e de comida para a batalha, tendo assim mais tempo para pensar em uma estratégia mais eficiente. Sua dificuldade estava ligada à II Legião, de Poeno Postumo, que não queria juntar suas forças. Outro ponto refere-se à IX Legião, sob o comando de Petillio Cereales, que tinha acabado de ser atacada pelos iceni e estava imobilizada no leste das Midlands. O exército de Suetônio consistia na XIV Legião e seus auxiliares (SEALEY, 1997), que poderiam ser convocados a qualquer momento (BELO, 2014, p. 72).

Como Suetônio estava longe do palco de guerra, ele mandou um exército com poucas guarnições, comandado por Cato Deciano, o mesmo que deu origem à revolta, porém, seu ímpeto contra os bretões falhou e a impopularidade adquirida fez com que ele voltasse para a Gália. Logo, o outro alvo dos bretões era Londinium, que não era caracterizada como um assentamento romano, embora fosse um centro importante de homens de negócios e mercadorias. Tácito, entretanto, salienta que Suetônio preferiu sacrificar Londinium para salvar, mais tarde, toda a província, pois estava com um exército muito pequeno. Os homens de Londinium acompanharam Suetônio, já as mulheres e as crianças que ficaram foram massacradas pelo exército de Boudica, segundo essa fonte. Contudo, Verulamium teve o mesmo destino (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 33).

É muito interessante a maneira como Tácito descreve os nativos, salientando que eles adoravam a pilhagem e nada mais. Eles ignoravam fortes e guarnições, sendo a pilhagem a garantia de riqueza para os bretões, mas a proteção deles era fraca. Outra característica, segundo o autor, é que eles não tinham o costume de vender prisioneiros ou de praticar outro tipo de troca relacionada a bens de guerra. Nas palavras do escritor, eles pareciam ansiosos pelo momento de cortar gargantas, enforcar, queimar e crucificar (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 33).

Tácito menciona ainda que a empreitada dos romanos contra os nativos foi estrategicamente planejada. Suetônio Paulino recrutou todas as brigadas disponíveis e pediu ajuda para as tropas auxiliares que estivessem mais próximas. Além disso, escolheu de forma perspicaz o campo de batalha, que, ao fundo, era tomado

por uma floresta densa, impedindo a presença do inimigo, a não ser na parte da frente do exército. O autor cita que o número de nativos era impressionante e que estes trouxeram as mulheres para assistir à sua vitória (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 34).

No que se refere a Boudica, Tácito afirma que ela andava de um lado para o outro numa carroça, com suas filhas à frente, entre as tribos, citando que entre os bretões era comum uma mulher no comando de guerra e que ela era descendente de homens poderosos, alegando, ademais, que ela assegurava não lutar pelo seu reino, mas por uma prosperidade. Destacou também que ela lutava como uma pessoa comum pela perda de sua liberdade, pelo seu corpo ferido e pelas filhas ultrajadas, acrescentando que, naquele momento, pessoas idosas estavam sendo mortas, virgens violentadas e, apesar disso, ela tinha a garantia de que os deuses iriam conceder a vingança que eles mereciam. Segundo as expressões do autor, Boudica continuou questionando quantas pessoas estavam lutando e por quê. Logo, ela supunha que os nativos iriam vencer a batalha ou perecer, de modo que lutar era o que ela, uma mulher, planejava fazer, se acontecesse o contrário deixaria os homens viverem na escravidão, mas duvidava de que eles iriam conseguir (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 35).

É interessante também citar as palavras de Suetônio Paulino, ao mencionar que na linha de soldados dos bretões havia mais mulheres para lutar do que homens (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 36), como se essa característica fosse uma fragilidade do oponente. O autor deixa claro que os romanos não pouparam as mulheres e que a vitória foi gloriosa comparada aos embates passados. Além disso, Tácito menciona que Boudica se envenenou e proclamou o triunfo romano (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 37).

Não se tem resquícios de onde foi travada essa batalha, mas provavelmente ocorreu em algum trecho da estrada romana, denominada *Watling Street* ou *Wæcelinga Stræt*, em inglês arcaico. Conhecida atualmente por A2 e A5, a estrada principal se estende de Dover-Portus Dubris a Wroxeter-Viriconium, via Tâmis e ponte de Westminster, que no passado unia Londinium às Midlands, a qual também passava por Verulamium (SEALEY, 1997; FIELDS, 2011) e era uma das mais importantes estradas romanas, ligando Londinium

ao noroeste, junto a outra que ligava esse centro comercial ao nordeste, a caminho de Camulodunum (FIELDS, 2011; BELO, 2014).

Figura 2 – Indicação da Watling Street em St. Albans, Inglaterra



Fonte: BELO, 2015.

Para os iceni, essa batalha foi um desastre inqualificado, visto que eles não semearam a colheita daquele ano (SEALEY, 1997; DAVIES; ROBINSON, 2009) e, portanto, sua derrota foi seguida por fome. É provável que séculos tenham decorrido até que a população conseguisse se recompor completamente (SEALEY, 1997). Contudo, questiona-se se esse foi um bom plano para os bretões, tendo em vista que uma política pacífica poderia ter infligido uma agonia duradoura, o que também não os faria vencer a guerra (FIELDS, 2011; BELO, 2014).

O território da tribo dos iceni foi dividido em grandes áreas de terras definidas por grades retangulares, atitude tomada pela

administração romana para facilitar o restabelecimento depois da guerra. Entretanto, o que os restos arqueológicos indicam é que o projeto não foi completado. Ao que parece, a construção foi parada durante o governo de Agrícola, entre o período aproximado de 77 d.C a 83-84 d.C. O mais interessante é que se sugere que a última guarnição romana foi afastada da região, pois foi encontrado em Camelon, Escócia, um forte construído durante esse período, com cerâmicas dos iceni, as quais não chegaram à região por meios comerciais, mas, sim, carregadas pelas tropas que deveriam ter servido ali (SEALEY, 1997; BELO, 2014).

Os achados arqueológicos do final do primeiro século, na capital dos iceni, chamada *Venta Icenorum*, em Caistor St. Edmund, mostram trabalhos em metal e moedas que caracterizam o local como um grande centro da Idade do Ferro, precedido por um grande forte romano construído no final da revolta de Boudica. Antes do término do primeiro século, o povoado teve um fórum, uma basílica e uma muralha com 14 hectares, uma das menores muralhas da província. Seu pequeno tamanho mostra o impacto da revolta na população dos iceni na economia e na moral da aristocracia. Contudo, ela se regenerou completamente entre os séculos II e V, passando a ser o local mais notável para trabalhos em joias de ouro e prata, os quais foram achados em sepultamentos de Snettisham, Mildenhall e Hoxne (SEALEY, 1997; BELO, 2014).

Pelas perspectivas dos autores sobre a rebelião de Boudica, parece que as de Tácito são mais palpáveis, apesar de que foi a descrição de Cássio sobre a guerreira e suas atrocidades que perdurou posteriormente (BELO, 2014, p. 74).

As perspectivas de comum dominação masculina da sociedade em que Tácito e Dião Cássio viviam fizeram com que, em suas narrativas, reproduzissem a visão patriarcal romana sobre o papel da mulher no mundo mediterrâneo da época, além de serem influenciados por discursos expansionistas (PINTO, 2011). Sendo assim, descreveram Boudica como uma figura “bárbara” e incomum no que tange à liderança de um exército, e, assim, autores posteriores, seguindo os mesmos pensamentos, quase sempre a apresentaram como algo diferente, uma anomalia, pois ela ultrapassou os limites do papel feminino da sociedade onde esses escritores

viviam. Segundo Pinto (2011), a descrição desses autores parecia seguir modelos greco-latinos de rebeliões nas províncias romanas (BELO, 2014, p. 75).

Entretanto, mesmo sendo muitas vezes descrita de forma pejorativa, Boudica foi constantemente lembrada, da Antiguidade até os dias de hoje, em razão do seu gênero e pelos seus atos, ou seja, pelo fato de ela ter sido uma mulher que levou seu povo à batalha. Em relação aos escritores romanos, pode-se dizer que a preocupação de Cássio era com a retórica e com o exagero, porém, Tácito tinha conhecimento das táticas de guerra e de comando de Suetônio Paulino (JOHNSON, 2012; BELO, 2014).

Tácito salienta que Boudica cometeu suicídio envenenando-se depois da última batalha (TACITUS, 1952, livro 14, capítulo 37), já que essa poderia ser uma das maneiras de não ser pega pelos romanos e levada para Roma. Dião Cássio menciona que ela morreria posteriormente, sem especificar a causa de sua morte (CASSIUS DIO, 1914-1927, livro 62, capítulo 12). O passado esvai-se e o que nos resta são os fatos, os quais devem ter uma força retroativa que inspira o estudo e a manutenção do que se foi (BELO, 2014, p. 75).

O contato e seus vestígios

A hostilidade e a represália poderiam assumir uma pacificação com a definitiva instalação e administração da província por Roma. Entretanto, a violência poderia ter assumido uma outra cena, ou um caráter diferente daquele com armas e confrontos corporais, pois na *Britannia*, antes da chegada dos romanos, habitavam tribos independentes, com atividades, religiões, costumes e tradições distintos daqueles dos invasores, atividades as quais tendiam a ser continuadas durante o cotidiano dessas tribos. O choque cultural assume, dessa forma, também uma violência quando um dos grupos admite que a ordem e as leis devam ser seguidas à sua maneira.

Pode-se imaginar a dificuldade da convivência de grupos totalmente distintos em um mesmo território. O embate acontece porque cada pessoa é formada dentro de um contexto sociopolítico específico, o qual influencia no modo de como se considerar

apropriada certa norma de comportamento. A ideia de normalizar o discurso de identidade pode ser, num primeiro momento, a entrega de um poder sem garantias, que carrega a impressão de estereótipos sociais, contudo, isso é amenizado com a ideia de agência, ou seja, quando cada pessoa tem a habilidade de fazer a diferença em sua situação através de certos recursos (literal e metaforicamente), adequando-se a eles dentro das estruturas sociais (JOHNSON, 1989; DOBRES; ROBB, 2000; REVELL, 2016).

Todavia, a identidade é dinâmica, e a posição dos indivíduos dentro da comunidade pode depender de vários aspectos, tais como gênero, idade, ocupação, *status*, sexualidade e etnicidade (REVELL, 2016, p. 16). O impacto dos diferentes modos de vida, no que tange à cultura do “outro”, pode ser visto em Tácito, que, ao descrever os germanos, por exemplo, salientou que eles não viviam em cidades, mas em assentamentos desorganizados, e que inexperientemente construíam suas casas (TACITUS, 1877, capítulo 16), classificando-os como não civilizados. Outro exemplo foi dado por García (1997), em relação ao grego Estrabão, que, ao abordar os cantabrianos da Península Ibérica, mencionou que aqueles que não tivessem cidade não eram considerados “civilizados”, pois viviam como animais (GARCÍA, 1997, p. 162).¹

A ideia de identidade está a cargo do discurso e de um grupo de ideias que envolvem ações e comportamentos trabalhados para usar certo tipo de cultura material (REVELL, 2016, p. 42). Todavia, Hingley (1997) ressalta que a existência da continuação das construções de casas redondas, típicas dos nativos, por exemplo, demonstrou a possibilidade da não resistência, ou mesmo da não imposição de uma cultura sobre a outra (HINGLEY, 1997; REVELL, 2016). Esse fato pode ser evidenciado pela cultura material de Vindolanda, em que os romanos começaram a incorporar esse tipo de edifício redondo nas suas próprias construções. Revell (2016) conclui que pode ter havido um processo de integração dos grupos, o que também pode ter levado a significativas transformações (REVELL, 2016, p. 55)².

Figura 3 – Sítio Vindolanda, norte da Inglaterra



Fonte: BELO, 2017.

Em relação aos bretões, os seus modos foram mencionados por Allason-Jones (2012), que, citando Júlio César, transcreve que “grupos de dez ou vinte homens tinham grupos de mulheres em comum, e particularmente, irmãos juntamente com irmãos e pais com filhos, mas a criança nascida pertencia a casa da mulher, a qual ela foi primeiramente conduzida” (CAESAR, 1988, livro 5, capítulo 14; ALLASON-JONES, 2012, p. 467). Essa atividade de sexo livre também foi questionada por Julia Domna a uma esposa de chefe nativo da Caledônia, Argentocoxus, em Dião Cássio (CASSIUS DIO, 1914-1927, livro 77, capítulo 16.5), o que levou Allason-Jones (2012) a interpretar esses eventos com a hipótese da possibilidade de que as famílias bretãs poderiam ser matriarcais (ALLASON-JONES, 2012, p. 467).

Outro exemplo desse fato está elucidado em “A vida de Agrícola”, em que Tácito menciona que “os bretões não fazem distinção do sexo de seus líderes” (TACITUS, 1914, capítulo 16), como também em *Anais*, quando o autor relata que tanto Boudica quanto Cartimandua eram líderes de tribos bretãs, o que traz uma concepção contrária às mulheres romanas, que possuíam certos limites para a atuação política.

Quando diferentes grupos se juntam, podem surgir situações em que os limites dos pertences e exclusão devam ser articulados e controlados, ou seja, quando eles entram em contato uns com os outros, suas fronteiras são elaboradas através de ações e demonstradas mediante a cultura material (REVELL, 2016, p. 11).

Esse processo pode acontecer imediatamente, envolvendo encontros cara a cara entre tais grupos, mas o mais significativo é a formação de fronteiras metafóricas. A criação do “outro” pode girar em torno da ideia das antíteses estereotipadas em relação às expectativas do grupo. As rotinas do dia a dia se tornam significativas quando o conhecimento do comportamento esperado é aprendido e reafirmado. O indivíduo aprende os ideais e as expectativas e os adota se ele passar a se identificar. Por outro lado, se mantém a distância do grupo, ele terá diferentes rotinas como afirmação, a qual somente pode ser entendida através de comportamentos normativos. Isso parece apresentar a identidade como uma expressão consciente, ou que um indivíduo é livre para escolher com qual grupo se identifica. Entretanto, muito dessa escolha pode ser inconsciente e se tornar significativo em momentos em que o indivíduo se confronta com uma situação na qual sua identidade é contestada (REVELL, 2016, p. 11).

Nessa perspectiva, dois exemplos de mulheres nativas que se juntaram, ou mesmo casaram-se com indivíduos de outras partes do mundo, os quais já estavam internalizados como cidadãos romanos, serão aqui notificados, evidenciando o pensamento de outros estudiosos sobre esse tema. Sendo assim, a primeira amostra da heterogeneidade cultural dessa província está no jazigo, feito em pedra, de Julia Velva (RIB³ 688) e família, que foi encontrado em 1922, ao fazerem uma nova estrada a sudeste de Mount, em direção a South Bank, York, e que atualmente se encontra exposto

no museu de Yorkshire⁴, demonstrando que Aurelio Mercuriale, que parece ser um nome romano, refere-se a si mesmo no epitáfio como herdeiro de Julia Velva e que ele construiu esse túmulo para ele e sua família. A falta de um nome em comum entre ela e seu herdeiro denota que ela não era nem sua filha nem sua irmã, mas parte da família. Ela poderia ser sua sogra, mas a expressão “viveu como a mais obediente” era mais comumente utilizada para esposas ou amantes livres. Algumas evidências epigráficas de Roma apontam que mulheres livres poderiam fazer parte da família e ser enterradas juntas (ALLASON-JONES, 2005, p. 12-13). Adicionando-se o fato de que dificilmente seria uma mulher que deixaria uma herança para um homem, e sobrepondo o comentário feito no site *Roman Inscription of Britain*, que salienta que Velva não era um nome latim, e, sim, celta, sugere-se que Julia Velva se tratava de uma mulher livre e que não seguia as leis de Roma de forma rigorosa⁵.

**Figura 4 – Jazigo familiar de Aurelio Mercuriale
com Julia Velva**



Fonte: York Museums Trust⁶

Epitáfio

D(is) M(anibus)
 Iulie Velve pientissi-
 me vixit an(nos) L Aurel(ius)
 Mercurialis he(es) faci-
 undum curavit vivus
 sibi et suis fecit⁷

66

Tradução

Aos deuses Manes e a Julia Velva: ela viveu como a mais obediente durante 50 anos. Aurelio Mercuriale, seu herdeiro, construiu esse monumento, e durante sua vida fez isso para si e para sua família.⁸

Julia Velva mostra-se no relevo, descrito em Eboracum como um jazigo em arenito, exposta em um sofá com uma jovem garota, um servo e Aurelio Mercuriale. Ela está com os cabelos separados ao meio e com o torso visível ao sol, reclinado em um sofá, apoiando a cabeça no braço esquerdo e segurando um frasco de vinho na mão direita. O sofá parece ser muito espesso, com lados altos e pernas nobres. Na frente do sofá, da esquerda para a direita, está uma jovem sentada em uma cadeira de cesta e apertando uma ave de estimação, em uma mesa de três pés. Os pratos encontram-se na mesa e um menino está de pé com a mão direita sobre a mesa e segurando uma jarra na sua mão esquerda, enquanto Aurelio Mercuriale está na frente de uma mesa maior com pés de garra, segurando um pergaminho na mão direita⁹. Nos relevos romano-britânicos, tanto o homem quanto a mulher podem aparecer deitados em sofá, mas é raro um homem surgir sentado em uma cadeira, posto que algumas cadeiras eram feitas apenas para mulheres (ALLASON-JONES, 2005, p. 86).

Em relação aos casamentos entre romanos e nativas, o maior exemplo pode ser evidenciado pelo sepultamento de Regina, encontrado em South Shields, datado de II d.C., que, além das inscrições, apresenta sua imagem com roupas, joias e mobília, caracterizando

um verdadeiro altar. A inscrição cita que ela era uma nativa da tribo dos catuvellauni que morreu aos trinta anos (RIB 1065) e era uma mulher livre, esposa de Barates, de Palmira (ALLASON-JONES, 2012, p. 470).

Figura 5 – Altar de Regina, encontrado em South Shields, datado do século II d.C



Fonte: Newcastle University¹⁰

O altar de Regina está dividido em quatro fragmentos e emoldurado em duas pilastras, nas quais a falecida fica sentada em uma cadeira de vime voltada para frente. Ela veste um manto com mangas longas sobre uma túnica, o qual chega até os pés. Em volta de seu pescoço, há um colar e pulseiras em seus punhos. Em seu colo, estão uma roca e um fuso. Além disso, enquanto do seu lado esquerdo encontra-se um cesto de trabalho, com novelos de lã, com sua mão direita, ela segura um porta-joias aberto. Ela possui uma grande auréola em volta de sua cabeça, mas seu rosto está cortado¹¹.

Epitáfio

D(is) M(anibus) Regina liberta et coniuge
Barates Palmyrenus natione
Catvallauna an(norum) XXX¹²

Tradução

Barates de Palmira (construiu este monumento), em dedicação aos deuses Manes, para a liberta Regina, sua esposa, da nação catuvelauna, com trinta anos de idade¹³.

De acordo com Allason-Jones (2005), Regina poderia ter sido, primeiramente, por um determinado tempo, uma escrava, com um aparente comércio doméstico em atividade, já que as inscrições demonstram que ela era uma mulher livre. No final do século II d.C., era difícil compreender como um membro de uma tribo bretã, nascida livre, poderia ter se tornado uma escrava. Allason-Jones (2005) sugere que o único modo de isso ter acontecido seria a venda dela pelos pais. Acrescenta que essa prática foi banida por Roma até 313 d.C., mas, por evidências em Noricum e em outras partes do Império, parece que essa atividade ocorria em todas as regiões entre os séculos II e III d.C. (ALLASON-JONES, 2005, p. 14). Essa hipótese sobre Regina também pode ser empregada no caso de Julia Velva.

As duas nativas, tanto Regina quanto Julia Velva, parecem ter vivido uma experiência discrepante, que foi expandida por

causa de uma identidade oposta. Deve-se ter em mente que múltiplos fatores podem ser reconhecidos como aqueles que formam as experiências de vida de uma pessoa, dentre os quais alguns podem ter sido impactantes para a identidade delas, como, por exemplo, a disparidade em relação a *status*, localização, religião, origem, língua, gênero, idade, entre outros (MATTINGLY, 2004; REVELL, 2016). Outra explicação diz respeito ao fato de que Regina pode ter sido uma vítima do impacto do imperialismo romano e das relações de poder, que podem ser caracterizados como uma transformação que não foi neutra, mas que serviu como uma estratégia de controle pelas autoridades imperiais (REVELL, 2016, p. 56). O casamento entre romanos e nativas poderia ser potencialmente um processo de remoção da identidade nativa. Embora o grupo tenha permanecido, as relações dentro dele e, potencialmente, entre os grupos podem ter sido refeitas em uma ideologia romana, cuja assimilação, passível de ser variável, pode ter sido incentivada pelo mecanismo do esquecimento.

Na lápide, ela está vestida como uma típica matrona romana, embora use um torc em volta do pescoço. A vestimenta está associada aos símbolos tradicionais das matronas romanas, assim como a cesta de lã, a roca e o fuso, que também estão ligados ao contexto funerário de Palmira, de onde seu marido era¹⁴. Regina possui um traje longo, invisível pelo pescoço, com a exceção de quando se vê o broche de fixação, e as mangas ajustadas que terminam antes dos braceletes. Esse traje interno é suportado pela bainha do vestuário externo (ALLASON-JONES, 2005, p. 107).

Achados em sepulcros sugerem que muitos braceletes eram utilizados ao mesmo tempo, mas as esculturas mostram que um bracelete em cada antebraço era o modo preferido de se usar, assim como os de Regina, pois ele poderia ser muito caro, bem elaborado e com motivos e decorações diversos (ALLASON-JONES, 2005, p. 118). Os broches não parecem ter sido usados como enfeites, mas como algo utilitário para juntar as peças de roupas, sendo geralmente feitos de cobre, fusão de metais, latão, bronze e com acabamento de prata. É provável que os broches tenham se tornado menos populares entre as mulheres no final do século II d.C., exceto os

broches em forma de arco, que foram encontrados massivamente em sepultamentos masculinos (ALLASON-JONES, 2005, p. 121).

A roupa, os adornos e mesmo a atividade ali representada, encontrados nesses tipos de cultura material, como o altar de Regina, podem indicar uma abstração de identidade que pode ser aprendida e internalizada, pois o modo de se vestir é parte do processo de socialização, isto é, a adoção de diferentes modos de vestimenta pode evidenciar a transição de um grupo para o outro ou apenas a incorporação de alguns aspectos. Segundo Revell (2016), isso pode ser utilizado para demonstrar quem faz parte do grupo, quem é excluído (REVELL, 2016, p. 107) e, também, quem se exclui. Quem não entende o significado de cada detalhe não faz parte da comunidade, o que cria e mantém limites (REVELL, 2016, p. 107).

A cor, a forma e a decoração, por exemplo, podem ser selecionadas para definir um grupo. Muitas vezes, o modo de se vestir pode revelar uma forma de disciplina institucional ou, de maneira mais informal, pode compreender uma série de assuntos, que não são mencionados, mas demonstram o que é apropriado. Nesse sentido, a vestimenta também é uma forma de comunicação. Portanto, a mudança de vestuário faz parte de um processo de transformação cultural, que é uma pequena parte de uma série de alterações. De acordo com as características de vestimenta que Revell (2016) cita em sua obra, a túnica e o manto que Regina usa no altar parecem ser do costume das mulheres romanas. Contudo, entre os dois grupos, poderiam ter costumes em comum (REVELL, 2016, p. 107). A esse respeito, Allanson-Jones (2005) sugere, em relação à identidade, que muitas dessas mulheres poderiam ter se sentido deslocadas, confusas e psicologicamente doentes, de modo que o suicídio poderia ter acontecido (ALLANSON-JONES, 2005, p. 76).

Conclusão

Nessa perspectiva, pode-se concluir que, através das rebeliões provinciais relatadas pelos antigos escritores, do exemplo das construções redondas em prédios romanos dado anteriormente, assim como dos exemplos de heterogeneidade cultural observada pelos

epitáfios, os resultados da migração e consequente contato são evidenciados de forma escrita e material, sendo esses vestígios vetores para demonstrarem os processos socioculturais que envolveram a questão de uma continuidade cultural, mas que nesse percurso possa ter sofrido mudanças, variedades, choques, traumas e outras formas de interação.

Para tribos bretãs, que já haviam passado por diversas revoltas contra a invasão romana, assim como a de Carataco e Boudica, a conformação com a cultura estrangeira poderia ter sido uma forma de trégua. Todavia, a adequação aos modos de vida e a regras estranhas poderiam acabar resultando em outros tipos de conflitos, assim como o psicológico, ou interagir quando a situação fosse mais ou menos equilibrada. O contato de distintos grupos com diferentes sistemas socioculturais é um fenômeno inerente ao ser humano, o qual tem ocorrido desde os primórdios de sua existência até os dias de hoje, numa “sociedade globalizada de rede”, tanto do modo mais pacífico como do mais violento.

Difícilmente já existiu uma sociedade com total isolamento. Contudo, a dificuldade de se estudar esses acontecimentos de migração está no fato de que eles apenas são vistos a partir de seu resultado, ou seja, pelo término de um fenômeno que é muito mais complexo e que envolve a interação entre as sociedades (CUCHE, 1999). Nesse aspecto, a multiplicidade de tipos de fontes, tais como a escrita e a material, é essencial para a via de acesso à compreensão desse processo.

BRITANNIA: VIOLENCE, POWER AND CONTACT

Abstract: This article aims to demonstrate – through written sources of ancient authors such as the works of Tacitus (*Annals* and *Agricola*) as well as the work of Cassius Dio (*Roman History*) – how the violence of occupation of the province of *Britannia* was placed by these authors, since the imposition of Roman power brought consequences for the life of the native community of that region. The rebellions highlighted are those of Carataco and, especially, of Boudica, giving greater emphasis to the issue of rape of the daughters of the Iceni queen. This passage corroborates with commentaries on the point of view of current scholars on this subject and the question about why these ancient writers presented such a heinous act in their works. The implications of the process of Roman invasion

and the provincial take came from later results, which are demonstrated in this work through the material culture represented by epitaphs, through which the life of the native women, who have joined the Romans, which formed a cultural heterogeneity, are demonstrated.

Keywords: *Britannia*. Rebellion. Violence. Power. Contact.

Notas

¹ Desde o período de Heródoto, a concepção grega do “outro” foi articulada de acordo com o conceito de “bárbaro”. Inicialmente associado aos Persas, o termo “bárbaro” conotava para Heródoto e outros gregos uma inclinação à subserviência e à tirania. Para os escritores romanos que, subsequentemente, se apropriaram do conceito em suas narrativas, acabaram dando uma ideologia política ao império. Dessa maneira, o termo “Barbarismo”, para esses últimos, implicava uma condição inferior, assim como uma natureza inferior (MCCOSKEY, 2005, p. 60-61; SAAVEDRA, 1999, p. 60).

² Essa questão implica o debate sobre o termo *Romanização*, conceito que foi criado no início do século XX, pelo inglês Francis Haverfield, para explicar o crescimento do Império Romano. Ele foi um dos fundadores da Arqueologia romano-britânica e elaborou o conceito de *Romanização* a partir de seus estudos e escavações em território britânico, junto com as ideias do alemão Mommsen (FUNARI; GARRAFFONI, 2004, p. 11). Funari e Garraffoni (2004) salientam que Hingley e demais estudiosos que seguem uma perspectiva pós-colonial enfatizam que a ideia de *Romanização* estava vinculada à visão inglesa imperialista. Para Hingley, é impossível compreender o conceito de *Romanização* sem recorrer ao momento histórico que fora criado, ou seja, um período em que ingleses acreditavam que o progresso e a civilização somente poderiam chegar sob liderança imperial, como se houvesse uma transposição de valores ingleses para o passado romano. Acreditava-se que os ingleses herdaram dos romanos, via descendência bretã, a missão de civilizar povos bárbaros no mundo (FUNARI; GARRAFFONI, 2004, p. 11-12). O termo *Romanização* estava vinculado ao conceito de aculturação, em que o prefixo “a” vem do latim *ad*, que indica um movimento de aproximação, e foi criado em 1880, por J. W. Powell, antropólogo americano que via a aculturação como uma ação de mão única (CUCHE, 1999) em que, diante de uma visão evolucionista, o mais forte sempre prevaleceria sobre o mais fraco, ou seja, pensava-se que o colonizador subjugaria o colonizado. Apenas nos anos 1950, o antropólogo francês Roger Bastide, discípulo de Franz Boas (geógrafo e antropólogo alemão, que atuava

nos EUA), dedicou-se a trabalhos sobre a cultura afro-brasileira e introduziu na França pesquisas sobre aculturação. Em sua análise, levou em conta tanto o grupo que dá quanto o grupo que recebe, posto que, para o estudioso, não havia uma cultura unicamente “doadora” nem uma cultura unicamente “receptora” propriamente dita. A aculturação não se produz jamais em mão única. Toda cultura é um processo permanente de construção (CUCHE, 1999).

³ Roman Inscriptions of Britain.

⁴ Disponível em: <<https://romaninscriptionsofbritain.org/inscriptions/688>>. Acesso em: 11 abril 2017.

⁵ Disponível em: <<https://romaninscriptionsofbritain.org/inscriptions/688>>. Acesso em: 11 abril 2017.

⁶ Disponível em: <<https://www.yorkmuseumstrust.org.uk/collections/search/item/?id=1089>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

⁷ Disponível em: <<https://romaninscriptionsofbritain.org/inscriptions/688>>. Acesso em: 11 abril 2017.

⁸ Tradução nossa, inglês-português, 2017.

⁹ Disponível em: <https://www.yorkmuseumstrust.org.uk/collections/search/item/?id=1089&search_query=bGltaXQ9MTYmc2VhcmNoX3RleHQ9SnVsaWErVmVsdmEmR3MlNUJvcGVyYXRvciU1RD0lM0UIM0QmR3MlNUJ2YWx1ZSU1RD0mR2UINUJvcGVyYXRvciU1RD0lM0MlM0QmR2UINUJ2YWx1ZSU1RD0mRk49>. Acesso em: 29 jul. 2017.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.nu-digitalheritage.com/CatalogueRetrieve.aspx?ProductID=9038865&A=SearchResult&SearchID=395928&ObjectID=9038865&ObjectType=27>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

¹¹ Disponível em: <<http://romaninscriptionsofbritain.org/inscriptions/1065>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

¹² Disponível em: <<http://romaninscriptionsofbritain.org/inscriptions/1065>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

¹³ Tradução P. P. A. Funari, 2017, que entende, com RIB 1065, que Regina liberta está no ablativo, no lugar do usual dativo.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.nu-digitalheritage.com/CatalogueRetrieve.aspx?ProductID=9038865>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

Referências

- ALDHOUSE-GREEN, M. *Boudica Britannia*. London: Pearson Longman, 2006.
- ALLASON-JONES, L. *Women in Roman Britain*. York: Council for British Archaeology, 2005.
- _____. Women in Roman Britain. In: James, L. S.; Dillon, S. (Ed.). *A companion to women in the Ancient world*. Oxford: Blackwell Publishing, 2012.
- BÉLO, T. P. *Estudo tecnológico e das cadeias operatórias da cultura material lítica e cerâmica, coletada nos anos de 1995, 1996 e 2000, no sítio Água Limpa, município de Monte Alto, SP*. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)–Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- _____. *Boudica e as facetas femininas ao longo do tempo: nacionalismo, feminismo, memória e poder*. 2014. 261 f. Tese (Doutorado em História)–Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- CAESAR, C. I. *De bello Gallico*. Texto latino revisado por Manuel A. Gámez. Barcelona: Bosh, 1988.
- CAHILL, A. J. *Rethinking rape*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2001.
- CASSIUS DIO. *Roman History*. Translated by Ernest Cary. London: W. Heinemann, 1914-1927. 9 v.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.
- DAVIES, J.; ROBINSON, B. *Boudica: her life, times and legacy*. Cromer: Poppyland Publishing, 2009.
- DOBRES, M. A.; ROBB, J. E. *Agency in Archaeology*. Oxford: Blackwell, 2000.
- DWORKIN, A. *Pornography: men possessing women*. New York: E. P. Dutton, 1989.
- FIELDS, N. *Boudicca's rebellion AD 60-61: the Britons rise up against Rome*. Oxford: Osprey Publishing, 2011.
- FUNARI, P. P. A.; GARRAFONI, R. S. História Antiga na Sala de Aula. *Textos Didáticos*, Campinas, n. 51, jul. 2004. ISSN 1676-7055.
- GARCIA, M. L. Las mujeres en la Gallaecia antigua. *Gallaecia*, Corunha, n. 16, p. 159-172, 1997.

HINGLEY, R. Resistance and domination: social change in Roman Britain. In: MATTINGLY D. (Ed.). *Dialogues in Roman Imperialism: power, discourse and discrepant experience in the Roman empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 81-100. (Journal of Roman Archaeology Supplementary Series, v. 23).

_____. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. Tradução de Luciano César Garcia Pinto. São Paulo: Annablume, 2010.

HINGLEY, R.; UNWIN, C. *Boudica: Iron Age warrior queen*. London: Hambleton Continuum, 2005.

HODDER, I. *Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

JOHNSON, M. H. Conceptions of agency in archaeological interpretation. *Journal of Anthropological Archaeology*, Amsterdam, v. 8, n. 2, p. 189-211, 1989.

JOHNSON, M. *Boudicca*. London: Bristol Classical Press, 2012.

JONES, S. *The archaeology of ethnicity*. London: Routledge, 1997.

MATTINGLY, D. Being Roman: expressing identity in a provincial setting. *Journal of Roman Archaeology*, Cambridge, v. 17, p. 5-25, 2004.

MCCOSKEY, D. E. Gender at the crossroads of empire: locating women in Strabo's Geography. In: DUECK, D.; LINDSAY, H.; POTHECARY, S. (Ed.). *Strabo's cultural geography: The Making of a Kolossourgia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 56-72.

MORGAN, R. *Going too far: the personal chronicle of a feminist*. New York: Random House, 1977.

PINTO, R. *Duas rainhas, um príncipe e um eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. 2011. 254 f. Tese (Doutorado)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

REVELL, L. *Ways of being roman: discourses of identity in the roman west*. Oxford; Philadelphia: Oxbow Books, 2016.

SAAVEDRA, T. Women as focalizers of barbarism in conquest texts. *Echos du Monde Classique: Cassical Views*, Canada, v. 43, n.s. 18, p. 59-77, 1999.

SALWAY, P. *The Oxford illustrated history of Roman Britain*. Oxford: OUP, 1993.

SEALEY, P. R. *The Boudican revolt against Rome*. Oxford: Shire Publications, 1997.

STRABO. *The Geography*. Translated by H. L. Jones. Loeb Classical Library: Harvard University Press, 1917-1932. 8 v. Disponível em: <<http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/strabo/home.html>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

TACITUS, P. C. *Agricola*. Tradução de W. Peterson. Londres: William Hinemann LTC; Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914.

_____. *The Annals and The Histories*. Translated by A. J. Church and W. J. Brodribb. Great Britain: Penguin Classics, 1952.

_____. *The Germania*. Translated by Alfred John Church and William Jackson Brodribb. London; New York: The Macmillan Company, 1877.

WHITTAKER, C. R. *Frontiers of the Roman Empire*: a social and economic study. London: Johns Hopkins University, 1994.

Recebido em: 26/11/2017

Aprovado em: 30/01/2018

Troianas, de Eurípides (415 a. C.): a guerra injusta e o fim da linhagem dos heróis

Lorena Lopes da Costa*

Resumo: O presente artigo busca discutir a relação entre *Troianas*, de Eurípides, de 415 a. C., e a história de Atenas, especificamente sua vitória em Melos, na Guerra do Peloponeso. Para tanto, faz-se um estudo da peça de Eurípides, bem como o uso de outras fontes antigas diversas, partindo-se do pressuposto de que, porque a tragédia tem um caráter profundamente histórico, uma interpretação que não busque entender esse caráter pouco entenderá do texto. Ressignificando os heróis, os crimes e os excessos da guerra, o poeta dá ao povo, para além de um *espelho trincado* a refletir o que ocorrera em Melos, a imagem profética da catástrofe que será a Expedição da Sicília.

Palavras-chave: *Troianas*. Guerra. História. Herói.

O massacre de Melos, a composição e a recepção de *Troianas* em 415 a. C.

*Se tivesses morrido pela cidade, obtendo,
na juventude, bodas e tirania divinizante,
terias sido abençoado, se há nisso algo abençoado.
(Troianas, 1168-70, tradução de Christian Werner)¹*

* Professora Adjunta de Teoria da História da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Doutora em História pela UFMG. E-mail: lorenalopes85@gmail.com.

Em geral, sabe-se a data das peças devido ao fato de terem ficado em primeiro lugar nas Grandes Dionísias. *Troianas*, de Eurípides, pode ser datada com precisão pelo motivo contrário, qual seja, exatamente, o de não ter ficado em primeiro lugar no concurso de 415 a. C.² O vencedor, do qual não restam mais do que poucas referências, é aludido por Eliano (séc. II) de forma desdenhosa:

Em primeiro lugar ficou Xénocles, quem quer ele tenha sido, com *Édipo*, *Licáon*, *Bacantes* e o drama satírico *Atamante*. Atrás dele, ficou Eurípides, com *Alexandre*, *Palamedes*, *Troianas* e o drama satírico *Sísifo*. (*Varia Historia*, II, 8)³

Nas Grandes Dionísias de 415 a. C., Eurípides concorre, portanto, com as tragédias *Alexandre*, *Palamedes* e *Troianas* (além do drama satírico *Sísifo*), ficando em segundo lugar. Como se sabe, das três tragédias, só se conserva a terceira, embora seja possível dizer, em função dos títulos, fragmentos e relatos de fontes distintas, que as outras duas também fossem pertencentes ao Ciclo Troiano.

Em 415 a. C., então, quando os espectadores assistem à representação de *Troianas*, há alguns meses, os atenienses haviam ocupado e derrotado a ilha de Melos. Decorre disso que boa parte da fortuna crítica da peça se esforça por defender ou refutar a ideia de que Eurípides teria recriado a história sob a influência do ocorrido. Antes de retomar a discussão, contudo, seria preciso pensar se, em se tratando de um mito, sua reverberação dependeria de fato da intenção do poeta. Isto é, seria preciso que Eurípides tivesse composto a tragédia querendo aludir ao evento para que o público a interpretasse à luz do evento?

Plutarco conta que Alexandre de Fera se emocionou com a representação de *Troianas*. Ele não a assiste durante as Grandes Dionísias, mas muitos anos depois do ataque à ilha de Melos (é também Eliano quem conta a história, *Var. Hist.* XIV, 40). A peça teria levado às lágrimas o tirano do séc. IV a.C., conhecido por suas atrocidades, que iam desde enterrar homens vivos a jogá-los cobertos com peles de javalis e de ursos a seus cachorros de caça esfaimados. Sua emoção se deveu, por certo, não à relação que se poderia estabelecer entre os vencidos de Troia e os vencidos de Melos, como

parte dos críticos afirma ser característico a essa peça, mas a uma nova relação, a julgar pela explicação que o tirano mesmo, segundo Plutarco, decide dar ao ator da peça, a fim de justificar sua saída:

[...] se eu saí, não foi por te desprezar, mas porque eu teria vergonha diante dos cidadãos, se eles me vissem chorar pelos males de Hécuba e Andrômaca, eu que nunca tive compaixão de nenhum dos que ordenei matar. (PLUTARCO, *Vida de Pelópidas*, XXIX,10)⁴

Ao assistir à peça, o tirano projeta sobre as vítimas troianas o destino possivelmente semelhante ao de seu próprio povo no confronto com as forças lideradas por Epaminondas [οὗτος μέντοι τὴν δόξαν αὐτὴν καὶ τοῦνομα καὶ τὸ πρόσχημα τῆς Ἐπαμεινώνδου στρατηγίας καταπλαγεῖς] (PLUTARCO, *Vida de Pelópidas*, XXIX,11). Alexandre de Fera enxerga na chegada iminente das tropas inimigas o fim atroz que seu povo sofreria, uma vez que ele mesmo nunca poupava de suas crueldades os povos que derrotara.

Diversas relações entre as vítimas troianas e as vítimas de novas e destruidoras guerras vão surgir em ocasiões distintas, não apenas na Antiguidade. No século XX, os exemplos são muitos. Em 1919, com o fim da Grande Guerra, os espectadores franceses de uma representação de *Troianas* também se emocionam durante a cena da morte de Astíanax, conta Bertrand Russell (1872-1970). Boa parte dos presentes havia votado por um governo que prolongaria o bloqueio à Alemanha, instituído desde o armistício, e que se estenderia, a partir de então, também à Rússia. Tacitamente, a morte de Astíanax incorporaria a morte das crianças dos países inimigos que, tais como o filho de Heitor, pereceriam nas mãos dos vencedores. Jean-Paul Sartre (1905-1980), em 1965, também ressignifica o texto de Eurípides e o emprega, recriando-o, influenciado pela guerra de independência da Argélia, durante a qual a ofensiva francesa liquida a resistência argelina (em meados dos anos cinquenta, no centro de Argel, a capital). The *Trojan Women* (1971), de Michael Cacoyannis (1922-2011), para dar um último breve exemplo, anuncia a que vem logo no início do filme, dedicando-o aos que são contra a opressão do homem pelo homem. O conquistador, de um lado, e as mulheres

e crianças, de outro, somam-se à cor vermelha e à imagem de fogo que abre e fecha o enredo, o qual repudia indiretamente, ainda que de maneira enérgica em seu discurso pacifista, a Guerra do Vietnã. Em comum, todas essas releituras, a despeito da intenção de Eurípides, puderam ser ressignificadas por seus recriadores, como Sartre e Cacoyannis. A despeito de suas intenções como autores, fizeram com que a peça fosse reatualizada e reconectada com outros eventos por seus novos leitores e espectadores. Ao assistir à peça, o público está diante das vítimas de guerra, pois *Troianas*, seja a de Eurípides, sejam suas releituras, tornam sensível o horror que partilham as guerras, todas as guerras.

Como suas releituras, a peça de 415 a. C. oferece a seu público a possibilidade de estabelecer um diálogo entre si e os fatos que lhe são contemporâneos, independentemente da intenção de Eurípides, portanto. De fato, com exceção de passagens que evocam a desproporção entre as forças dos vencedores e dos vencidos, dificilmente alguma passagem da peça de Eurípides nos daria a certeza de que o poeta teria desejado aludir ao recém-ocorrido massacre de Melos. Dessa forma, a ideia de que o poeta, através da peça, teria protestado contra as crueldades cometidas pelos atenienses em Melos não é mais do que conjectura (LLOYD-JONES, 1971).⁵ Ainda assim, teria o público da peça, no ano de 415 a. C., meses depois do massacre de Melos, sido capaz de ignorar a relação com o evento?

Em 416 a. C., com o princípio do verão, os atenienses enviam uma expedição contra Melos, composta por trinta naus atenienses, seis de Quios e duas de Lesbos, transportando mil e duzentos hoplitas, trezentos arqueiros e vinte arqueiros a cavalo, além de mil e quinhentos hoplitas das forças aliadas (TUCÍDIDES, V, 84, 1).⁶ Contra a decisão mélica de manter-se neutra, os atenienses, que haviam votado pelo confronto, cercam a cidade com uma muralha, sitiando-a e privando-a de víveres durante meses (TUCÍDIDES, V, 114). A ação ateniense explica-se, muito provavelmente, não pela ameaça real que representaria a neutralidade de Melos para o poderio de Atenas, mas pela ameaça simbólica. Embora pequena, ao reivindicar sua liberdade, a ilha anunciava um caminho às outras *póleis*, as quais, se seguissem seu exemplo, poderiam levar ao enfraquecimento da já fragilizada simaquia. Os atenienses, por

isso, decidem-se pela dura reação contra Melos, demonstrando, ao mesmo tempo, um exemplo do que aconteceria com possíveis aspirantes à retirada. Atenas manifesta então a superioridade de sua força, matando todos os homens da ilha em idade militar [οἱ δὲ ἀπέκτειναν Μηλίων ὅσους ἡβῶντας ἔλαβον], escravizando todas as mulheres e crianças [παῖδας δὲ καὶ γυναῖκας ἡνδραπόδισαν] e colonizando o território, através de quinhentos homens vindos de Atenas [τὸ δὲ χωρίον αὐτοὶ ὥκισαν, ἀποίκους ὕστερον πεντακοσίους πέμψαντες] (TUCÍDIDES, V, 116).⁷ O ocorrido em Melos torna-se, com isso, uma espécie de página negra na história de Atenas, consagrada pela célebre descrição tucidideana. O evento tem a forma de um massacre covarde, em que os valores caros à ideia de guerra justa são desconsiderados.

É certo que, antes mesmo do evento em Melos, a ideia de guerra justa mostra sua debilidade. Em 423 a.C., segundo Tucídides (V, 105), a totalidade dos habitantes de Delos é deportada para a Mísia, sob argumento religioso, sendo todas as suas propriedades entregues aos atenienses. No ano seguinte, em 422, após a tomada de Torone, na Calcídia, Cleon vende como escravas todas as mulheres e todas as crianças de lá (TUCÍDIDES, V, 1). Escione, cidade vizinha de Torone, padece do mesmo destino em 421, sendo também escravizadas as mulheres e as crianças de lá. Além disso, todos os homens em idade militar, tal como vai acontecer em Melos, são mortos (TUCÍDIDES, V, 3). O mesmo historiador informa que a injustiça cometida contra os délios é retratada (V, 32), e o tratamento às gentes de Torone e de Escione explicar-se-ia por sua rebeldia e traição. No caso de Melos, a pequena ilha que sofre o peso de não ter desejado se aliar nem a um nem a outro lado da guerra, a crueldade da pena dos vencedores sobre os vencidos não tem nem argumento nem retratação.

Não é à toa que a consciência ateniense sente o peso do crime (XENOFONTE, *Helênicas*, II, 2, 10; II, 3). A importância moral do evento também se revela no fato de que Tucídides dedique a um acontecimento de pequena importância política e militar uma passagem verdadeiramente longa (TUCÍDIDES, V, 84-116). A descrição do evento, ademais, é seguida pela narrativa sobre a expedição da Sicília, o evento mais importante de toda a guerra, conforme a

análise do autor. Tucídides, aliás, teria estabelecido, através dessa ordem, uma relação de crime e castigo entre um e outro (GOOSSENS, 1962). Num movimento de justiça natural, não natural aos deuses ou aos homens, mas à maneira mesma do entendimento tucidideano da história, os atenienses teriam cometido grave falta em Melos, e teriam sido, como consequência, punidos na Sicília.

O evento, enfim, atormenta os atenienses, apresentando-lhes o reverso da guerra aceitável. Para analisar a influência do evento sobre a composição da peça, porém, seria preciso refazer a linha do tempo. É o que faz A. Maria van Erp Taalmen (1987), que se pergunta: em que momento do inverno Melos teria sido capturada e vencida? As indicações de Tucídides acerca do evento, a estação do ano, o envio de mensageiros de Melos para Atenas, a realização de assembleia em Melos e em Atenas, o retorno dos mensageiros atenienses, a preparação para a tomada militar e o confronto final, somadas ao tempo necessário para que o choque pudesse ser transposto literariamente, para que a tragédia fosse escrita e o coro preparado até o fim do inverno, quando aconteciam as Grandes Dionísias, formam um cenário improvável para a composição da peça depois do massacre, segundo os cálculos do autor. Considerando que a expedição e as ações em Melos podem ter transcorrido rapidamente, A. Maria van Erp Taalmen propõe quarenta dias, ao menos, entre a chegada das tropas atenienses na ilha e sua aniquilação. Dessa forma, levando em conta que o inverno tucidideano começa em setembro,⁸ a trilogia, ou ao menos *Troianas*, teria que ter sido escrita em menos de quatro meses, para disputar o prêmio do festival seguinte.⁹ Além disso, é difícil identificar os critérios para estabelecer o tempo que um poeta como Eurípides levaria para escrever suas peças. Ainda assim, o que não pode ser posto em questão é que os atenienses, ao assistirem à *Troianas* de Eurípides pela primeira vez, assistem-na, definitivamente, depois do massacre de Melos.

Nas Grandes Dionísias que se seguem ao triste episódio, Eurípides põe em cena mais do que a disparidade de forças entre dois lados da guerra. A violência desmedida dos mais fortes sobre os mais fracos de fato orienta o enredo de *Troianas*. O poeta, contudo, preocupa-se com o momento que sucede à batalha, quando os sofrimentos, apesar da resolução em campo, parecem não ter

fim. Andrômaca é aconselhada a perceber a inexorabilidade do domínio do inimigo. Reconhecê-lo é sinal de sensatez (v. 726). De forma análoga ao que acontece em Melos, em *Troianas* os homens são todos mortos. Todos os heróis, todos os guerreiros. Até mesmo a criança Astíanax vê a morte antes do tempo devido (v. 1123-1155). As mulheres, por outro lado, Hécuba, Andrômaca, Cassandra, vão se tornar escravas na Hélade (v. 153-158). São elas próprias, aliás, que descrevem seu sofrimento. De maneira mais direta, é sobre os efeitos da guerra – precisamente sobre a percepção desses efeitos – que as personagens eurípideanas falam. Caracterizando o sofrimento de forma absolutamente cruel, as lágrimas, os gestos incoerentes, as falas entrecortadas das vítimas da Guerra de Troia, embebidas de um lirismo colorido, apresentam-nas como as vítimas de qualquer guerra (RIVIER, 1975). Da cidade, sobe a fumaça do incêndio e não há mais do que ruínas. “As queixas, os gritos, os gemidos das cativas tocariam menos se não houvesse a fumaça e as chamas surgindo das ruínas da cidade destruída” (RIVIER, 1975, p. 156).¹⁰ Os templos estão vazios, os santuários pintados do vermelho do sangue, corpos não enterrados poluem o ar e as mulheres são divididas como butim. “Lenta, reflexivamente, com pouca agitação do sangue, somos levados a olhar para a grande glória, até que nós não vejamos mais a glória, mas vergonha e cegueira e um mundo engolido pelas trevas” (MURRAY, 1913, p. 130-131).¹¹ A peça é o outro lado da vitória, a face torpe da glória dos vitoriosos.

O cenário, enfim, é tentador demais para a comparação com o massacre de Melos. A peça desperta o que Gilbert Murray (1905) chama de *paixão rebelde*. Ela vai contra o forte, contra a força organizada da sociedade, contra as sanções convencionais e os deuses aceitos.¹² *Troianas* faz, então, a autópsia de uma guerra que não resultou numa ação justa.

Sobre Astíanax e Heitor: o herói já não há, a bela morte já não há

Se o massacre de Melos é determinante na transformação da guerra à qual fazem referência Tucídides e Xenofonte, em que a guerra sem valores substitui a guerra heroica, *Troianas* parece querer denunciar tal transformação. O elogio ao herói de outrora, então morto, opõe-se à acusação contra o guerreiro vivo. Heitor e Odisseu são os extremos na peça. De um lado, jaz o herói troiano nobre, corajoso, que morre pela pátria e sobrevive através da arma que o simboliza. Heitor é, conforme a descrição das cativas, o maior dos heróis. Lutando pela pátria, foi chorado e sepultado em solo pátrio. Excelente, teve a bela morte [καλῶς ὀλέσθαι] (v. 402) e, com ela, a mais bela glória [τὸ κάλλιστον κλέος] (v. 386). Em *Troianas*, os grandes feitos têm tanto valor quanto a bela morte, que permite ao morto ser chorado e sepultado pelos seus, assegurando sua glória. Como antítese radical da vida, a morte que implicaria, em princípio, a “nulificação da existência, a nadificação de tudo, a escuridão do Hades, ou, filosoficamente, a privação do ser” (MURARI, O ser divino e a condição humana, sp.), apresenta ao herói troiano a solução para a corrupção dela mesma.

Na *Ilíada*, não é a morte propriamente que atormenta Heitor, mesmo quando encontra-se na iminência dela. Não que ele não tenha medo ao se defrontar com ela, mas, sabendo precisar enfrentá-la, ele parte para a batalha pela pátria, em defesa dos seus (*Ilíada*, XXII, 483-487; VI, 365; XXIV, 725). É a morte ingloria [ἀκλειῶς ἀπολοίμην] que o aterroriza. Heitor parece temer apenas a possibilidade de que sua morte não seja sucedida pela fama. Ele quer ser lembrado, quer que os homens vindouros, as novas gerações, ouçam falar de seus feitos. Somente tendo feito algo de grandioso sua morte fará com que o nome do guerreiro morto seja, para todo o devir, a razão e o esplendor de sua fama. A morte do herói é, por isso, como indica Vernant (1989), o elemento último, que não só encerra, obviamente, a vida do herói, como eleva e explicita sua qualidade por completo:

Agora está perto de mim a morte malévola; já não está longe, nem há fuga possível. Era isto de há muito agradável a Zeus e ao filho de Zeus que acerta ao longe, que antes me socorriam de bom grado. Agora foi o destino que me [apanhou.

Que eu não morra de forma passiva e inglória, mas por ter feito algo de grandioso, para que os vindouros de mim ouçam falar. (*Iliada*, XXII, 300-5, tradução de Frederico Lourenço)¹³

De fato, se o guerreiro morre sem ter realizado “algo de grandioso” [μέγα ῥέξας τι] na guerra que sela seu fim, ele se torna apenas mais um dentre os vários que o poeta dedica não mais que um ou dois versos no instante da morte – versos que, aliás, realçam não propriamente a sua condição de herói, mas a condição heroica, então em construção, de seu algoz. Desse ponto de vista, se o que definiria o herói iliádico seria a capacidade de matar (ato que supõe, evidentemente, ainda estar vivo o agente), mais do que a forma de sua morte (ASSUNÇÃO, 1995), por outro lado, o herói de *Troianas* dá grande respaldo à análise vernantiana da bela morte, em que a morte é o evento último responsável por elevar sua qualidade e justificar sua glória:

[...] Agora, quanto aos Troianos, é sua a mais bela glória: morreram pela pátria; [aos que a lança levou, os seus cadáveres foram transportados para casa pelos amigos, e no solo pátrio eram revestidos de terra, [depois de amortalhados pelas mãos que deviam fazê-lo.

[...]

[...] Quanto aos sofrimentos de Heitor, escuta a verdade sobre eles: sucumbiu, depois de se ter revelado o mais corajoso dos homens. Foi a vinda dos Aqueus que produziu esse efeito. (*Troianas*, 386-96, tradução de Maria Helena da Rocha Pereira)¹⁴

Reforça o fim do herói troiano também a morte de Astíanax, seu filho. Lançado do alto da cidade pelos aqueus, Astíanax é a confirmação da covardia aqueia. Em contraste com Heitor, herói que morre pela pátria, está Odisseu, aquele que vence na disputa sobre o destino do filho do herói troiano. Hécuba, desesperada ao saber que vai servi-lo, caracteriza-o como mentiroso e fraudulento, de “língua dúplice” [διπτύχῳι γλώσσῃαι]:

[...] um homem abominável, enganador,
da justiça inimigo, que morde sem lei,
que com língua dúplice
altera a verdade dos factos
(de lá para aqui, e de novo
daqui para lá), a todos
tornando odioso o que antes se amara.
(*Troianas*, 282-288)¹⁵

O papel de Odisseu em *Troianas* é odioso (*Troianas*, 278-292). De onde vem essa antipatia pronunciada de Eurípides por Odisseu, capaz de transformá-lo em demagogo, tal como o acusa Hécuba, na peça que leva seu nome (*Hécuba*, 251-259)? Na *Memorabilia* (I, 2), lê-se que certos atenienses usavam como pretexto uma passagem iliádica (II, 173-206) para fazer do Laertiade um filho dos oligarcas. Na verdade, Eurípides, não apenas em *Troianas*, mas na trilogia de 415 a. C. (sobretudo na segunda peça, da qual apenas alguns fragmentos sobreviveram ao tempo), dedica-se a explorar o caráter odioso de Odisseu.

Palamedes, a segunda peça, se passa no princípio da guerra, quando Troia, já sitiada, tem de resistir aos aqueus. Seu enredo apresenta a morte e a causa da morte do sábio inventor da escrita (conforme o que ele mesmo diz na peça: *Eu inventei o remédio contra o esquecimento, estabelecendo consoantes* [ἄφωνα], *vogais* [φωνοῦντα] e *sílabas* [συλλαβὰς] – *Palamedes*, 3) que lhe dá nome. Da peça, não mais do que treze fragmentos resistiram ao tempo, de modo que são eles (somados ao que se tem do mito de Palamedes em outras fontes) que permitem reconstituir a incerta retomada de Eurípides. Motivado por vingança (Palamedes desmascara a

pretensa loucura de Odisseu em Ítaca, quando os aqueus partem para Troia) e invejoso de sua sabedoria, Odisseu arquiteta um plano. Diz a Agamêmnon que Palamedes propõe a troca de líderes, o que faz com que o Atrida acuse a vítima de traição. Odisseu fabrica provas falsas: esconde ouro em sua tenda e forja uma carta escrita por Príamo, na qual o soberano propõe a Palamedes farta recompensa por seus serviços aos troianos. Odisseu falsifica ainda uma segunda carta, em que Palamedes dá a Príamo sua resposta. Uma delas, a da resposta de Palamedes, é encontrada em posse de um prisioneiro frígio, morto pelos subalternos do Laertiade. Com a carta falsificada descoberta junto ao cadáver do mensageiro, Palamedes é denunciado e levado a julgamento. Odisseu acusa-o de se ter deixado corromper pela riqueza oferecida pelo soberano de Troia, enxergando em sua morte o fim de um rival.

Dentre os guerreiros, apenas Palamedes e Odisseu sabem que a acusação é uma mentira. A consciência da perfídia, no entanto, não priva Palamedes de ver sua invenção, a escrita, cair na mão de seus adversários, transformando-se num instrumento farsante. Em busca de aclarar a verdade, ele alega que a carta, documento de sua traição, teria sido forjada. Em sua tenda, porém, depois de sua defesa, são encontrados o ouro e a carta de Príamo, objetos da acusação tão falsos quanto a carta encontrada com o prisioneiro morto. Condenado como traidor, uma vez que sua traição vem a ser corroborada pelas provas, Palamedes recebe como pena morrer apedrejado.

O Coro, cuja natureza não se conhece,¹⁶ lamenta a morte de Palamedes. Fiéis a Odisseu ou não, o fato é que seus integrantes chamam o sábio de rouxinol das Musas [ἀηδόνα μουσᾶν]¹⁷ e se entristecem com sua morte:

Vós matastes, vós matastes, o
pluri-sabedor, ó, Dânaos
que a ninguém causava dores, rouxinol das Musas.
(*Palamedes*, Fr. 12)¹⁸

O Odisseu de 415 a. C. não hesita em fazer uso da violência para alcançar seus objetivos, seja em *Palamedes*, seja em *Troianas*. Nesta, o Laertíade também é responsável pela morte de uma vítima inocente. Ele convence a todos da necessidade de matar Astíanax: “[...] no meio de todos os Gregos prevaleceu o discurso de Odisseu” (v. 721). A terceira peça, portanto, confirma seu papel na trilogia, qual seja, o de dar fim à vida de personagens admiráveis que lhe ameaçassem a posição no grupo. Em *Palamedes*, ele é o responsável pela morte do herói sábio; e em *Troianas*, morre a criança que, num futuro próximo, poderia vingar Troia, como diz Táltíbio:

Ó Aqueus, que tendes mais jactância nas vossas armas do
que no bom senso, por que cometestes um crime sem
[precedentes,
com medo dessa criança? Receáveis que ele um dia reerguesse a
arrasada Troia?
(*Troianas*, 1158-61)¹⁹

A morte de Astíanax é, além disso, a confirmação da morte de Heitor. Nas *Troianas*, vê-se a marca das peças de Eurípides:²⁰ o desespero da condição humana. O herói distingue-se, mas se integra à coletividade, cuja destruição e cujo sofrimento não contrastam em nada com o indivíduo, apenas endossam sua miséria. No mundo retratado por Eurípides, em que a força, a paixão e o poder são sempre superiores à razão, não há espaço, pois, para a ação heroica ou para a vitória dos valores heroicos (KNOX, 1985). De Heitor resta, em primeiro lugar, a lembrança, como cabe ao herói; em segundo, o filho, que deve lhe honrar o nome dando prosseguimento à nobre linhagem, e, em terceiro, sua arma. As três permanências estão em cena e se imiscuem, mas, com a decisão tomada por Odisseu de matar Astíanax, todas estão ameaçadas.

Na *Ilíada*, Heitor é qualificado pelo poeta como o grande herói troiano. De lá, porém, não se tem notícia de Astíanax depois da morte de seu pai.²¹ Tem-se a afirmação de um modelo que se sustenta na superação do pai pelo filho. Em prece a Zeus, o filho de Príamo diz:

Ó Zeus e demais deuses, concedei-me que este meu filho venha a ser como eu, o melhor entre os Troianos; que seja tão ilustre pela força e que pela autoridade seja rei de Ílion. Que no futuro alguém diga *‘este é muito melhor que o pai’*, ao regressar da guerra. Que traga os despojos sangrentos do inimigo que matou e que exulte o coração da sua mãe! (*Iliada*, VI, 476-81)

Nesse modelo, em que o herói deseja ser superado pelo filho, está também em jogo sua fama; quer dizer, a excelência do filho corrobora a excelência do pai, afastando ainda mais seus feitos do esquecimento. Na tragédia de Eurípides, ao contrário, a morte prematura do filho assinala o fim de uma linhagem heroica, não através de sua disposição à guerra, o que ressaltaria as qualidades dessa linhagem, mas através dos feitos vergonhosos do inimigo. O fim de Heitor, reiterado pelo fim de Astíanax, é ressignificado por Eurípides como espécie de marco do fim do herói, a quem espera a bela morte. Não à toa, ao se perguntar que inscrição poderia pôr em seu túmulo um poeta [γράφειεν ἄν σοι μουσικοποιὸς ἐν τάφῳ] (v. 189), Hécuba, empregando γράψειεν ἄν, alude aos costumes de se escrever sobre a tumba dos mortos seus grandes feitos (PERDI-COYIANNI, 1992).

A rainha troiana, lamentando a perda do neto, evoca os feitos que ele realizaria, não tivessem interrompido sua vida; ela menciona seus cachos (v. 1175) e suas mãos (v. 1178), bem como suas habilidades de guerra já reveladas (v. 1209-10), apesar de seu desfecho temporário:

[...] Filho tão querido, que desventurada
 morte foi a tua! Ainda se morresses pela cidade, depois de
 teres usufruído da juventude, dos esponsais e da suprema realeza
 que nos iguala aos deuses, terias sido feliz, se é que algum desses
 bens traz a felicidade. Mas assim, nem soubeste, ó filho,
 [o que era
 vê-los e conhecê-los no teu espírito, nem deles gozaste, tendo-os
 em tua casa. Desventurado, como as pátrias muralhas, as torres
 de Lóxias, tão miseravelmente cortaram os anéis de cabelo da
 tua cabeça, que tantas vezes a mãe que te gerou compunha e
 beijava, e donde agora, quebrados os ossos se escancara
 [como uma
 risada o sangue do crime. Não oculto estes horrores. Oh! Estas
 mãos, como elas se parecem docemente com as de teu pai, estas
 mãos que jazem na minha frente, soltas das articulações!
 [Ó boca
 tão querida, que tantas promessas grandiosas me lançavas, estás
 [desfeita!

(*Troianas*, 1167-81)²²

Quando Hécuba está diante do cadáver de Astíanax e do escudo de Heitor, que lhe servirá de tumba, o poeta, numa invenção que é inteiramente sua, consegue, personificando a arma de Heitor, fazer com que o herói esteja também presente em cena. Hécuba, fazendo da arma de seu filho o túmulo de seu neto, conforme a instrução que lhe deixa Andrômaca, duplica seu lamento. O escudo de Heitor, o terror dos aqueus [φόβον τ' Ἀχαιῶν] (v. 1136), descrito por Taltíbio como escudo de costados de bronze [χαλκόνωτον ἄσπίδα] (v. 1136) e nomeado por Hécuba como o escudo redondo [ἀμφίτορον ἄσπίδ'] (v. 1157), é a herança paterna de Astíanax:

Já que não te coube em sorte a herança paterna, terá ao menos o seu escudo de bronze como sepultura. Escudo, tu que [defendeste o braço formoso de Heitor, perdeste quem tão bem olhava por ti! Quão doce a marca que ainda está na tua braçadeira e no cuidado rebordo os vestígios do suor que tantas vezes, no [seu grande esforço, Heitor deixava gotejar da sua fronte, apoiando em [ti o queixo!

(*Troianas*, 1193-9)²³

Ele está destinado a lhe servir de sepultura, desde o pedido de Andrômaca, comunicado por Taltíbio, quando de sua partida para a Hélade:

O terror dos Aqueus, este escudo que aqui está, de costados de bronze, com que o pai desta criança costumava proteger [o corpo, pediu-lhe que não levasse para o lar de Peleu, nem para o [tálamo onde havia de ser desposada [ela, Andrômaca, a mãe deste [cadáver, para não sofrer a visão desse espetáculo], mas que, em vez de um caixão de cedro e das pedras do túmulo, nele sepultasse [o menino

(*Troianas*, 1136-42)²⁴

Hécuba, quando descreve o neto em seu lamento, personifica o escudo de Heitor, de modo a aproximá-lo de um novo corpo a ser sepultado ao lado de Astíanax (BARLOW, 1971), ou de uma nova morte de Heitor. Ela obtém esse efeito ao detalhar a arma, caracterizando-a pelo bronze [χαλκόνωτον] (v. 1193), dotada de uma braçadeira por onde o guerreiro passa o braço [ἐν πόρπακι] (v. 1196), marcada pelos vestígios das gotas que escorriam da testa de Heitor [ὄν ἐκ μετώπου πολλάκις πόνους ἔχων ἔσταζεν] (v. 1198-9) e por sua intimidade com o herói.

Talvez, de todas as reminiscências homéricas, a que mais se sobressaia seja a passagem do lamento de Hécuba. Na peça, tal como Andrômaca dissera a Heitor na *Ilíada* (“Tua coragem te perde, cruel! Não te apiedas, ao menos,/ de teu filhinho inocente, ou de minha desdita, ficando/ cedo viúva de ti, quando os feros aqueus te matarem?”), *Ilíada*, VI, 390-2), Hécuba chama a atenção do espectador para aquilo que o herói homérico, em princípio, não precisaria enfrentar: a morte do filho, ainda criança, pelo inimigo. Se a morte de Astíanax é, assim, a expressão de que, do ponto de vista das cativas troianas, nem a bela morte nem o herói existem mais, e seu sepultamento na arma de Heitor assevera o fim da linhagem de heróis à qual pertence, a escolha do poeta pelo escudo [ἄσπίς] para exercer tal função, uma escolha que é inteiramente sua, torna ambígua a caracterização dessa linhagem, uma vez que o escudo é a arma que caracteriza, por excelência, não o herói homérico, mas o herói da *pólis*, o hoplita. Heitor e Astíanax são, assim, heróis de outro tempo, que, a despeito disso, dizem ao público sobre a guerra que o próprio público conhece e sabe contar. Seus nomes confirmam e informam seus atributos (NAGY, 1979). O nome de Heitor [Ἕκτωρ] deriva do ἔχω, num sentido que é atestado no poema, qual seja, o de proteger. Sua função, como afirma sua esposa, é proteger a cidade, as viúvas e as crianças troianas [ἔχες δ’ ἀλόχους κεδνὰς καὶ νήπια τέκνα – *Il.*, XXIV, 730]. O nome de seu filho, Astíanax, reforça tal relação, já que ἄστυ evoca a função mesma que exerce o pai, afinal, embora chamado de Escamândrion por ele, os outros troianos lhe chamavam Astíanax, “[...] pois só Heitor era baluarte de Ílion” (*Il.*, VI, 403).

Heitor e Astíanax são heróis, enfim, que vêm do passado, mas que ainda não pertencem apenas ao passado e, por isso, são *repensados*. *Ressignificá-los* é buscar elaborar, de alguma forma, as necessidades daquela representação, quer dizer, daquela representação em diálogo com aquele momento de guerra.

A questão siciliana e a catástrofe imprevista

No párodo da peça, a alusão à Sicília causa estranhamento. Tal alusão, embora seja leve, constitui uma clara digressão e parece proposital. Cita-se, destoando-se do conjunto da Magna Grécia, a Sicília, sem que tal indicação geográfica tenha utilidade para o enredo, já que não se chega a saber qual dos heróis levará uma das cativas, que a elogia, à ilha mediterrânica [Σικελῶν ὀρέων ματέρ’]:

Seja-me concedido ir para essa terra,
a seguir à sagrada, divina, pátria de Teseu.
E também para o país do Etna, de Hefestos,
que jaz em frente à colônia fenícia,
mãe da montanhosa Sicília, de quem ouço proclamar
as coroas que recebe pelo seu valor,
e a terra que fica próxima,
para o nauta no Mar Íônio,
humedecida pelo formoso Crátis, que tinge os cabelos
de louro, e com suas fontes sagradas faz crescer
homens valentes e prosperar o solo.
(*Troianas*, 218-29)²⁵

O elogio à Sicília divide opiniões na fortuna crítica. Parte dos comentadores defende que o poeta teria escrito a trilogia depois dos eventos de Melos e já consciente do problema siciliano. Isso leva a imaginar que a composição teria sido criada em muito pouco tempo, de modo a ficar pronta até março, quando aconteciam as festividades. Outra parte defende que o poeta, tendo criado sua trilogia com antecedência, teria enriquecido-a com detalhes da atualidade, tais como os concernentes à questão siciliana, retocando-a nos meses que precederam o festival. Hipótese que é um pouco mais plausível, haja vista que Aristóteles informa de que uma das primeiras tarefas do arconte epônimo (que estreava em seu cargo no princípio do ano ateniense, isto é, em julho) era nomear os três coregos [χορηγοί] entre os atenienses mais ricos (ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, 56) – o que faz pensar que os ensaios para as apresentações não tardassem muito a começar. Para Henry Grégoire

(1959), a descrição elogiosa da região teria servido para incitar os atenienses a invadirem a ilha. Édouard Delebecque (1951), por sua vez, enxerga no elogio um aviso do poeta de que seria lastimável arruinar a região como se havia arruinado Troia: “[...] todo aquele que é sensato deve evitar a guerra” (v. 400).

A representação de *Troianas* nas Grandes Dionísias de 415 a. C. coincide não apenas com as notícias dos eventos transcorridos em Melos, mas com o regresso dos enviados atenienses à Sicília, precedendo a Assembleia que aprovaria a expedição, a se confiar na cronologia tucidideana. Isto é, ao assistir à peça, o público tem em mente que a ilha de Melos havia sido saqueada muito recentemente, já que o evento ocorrera durante o último inverno de 416-5 a. C. (TUCÍDIDES, V, 116). Mais ainda, no princípio desse mesmo inverno, haviam chegado a Atenas enviados de Segesta em busca de ajuda para a causa siciliana (VI, 6), causa que será pensada e discutida em Atenas em conexão com os eventos de Melos. Quando Eurípides redigiu a peça, portanto, ninguém poderia prever a catástrofe que sucederia a batalha contra os siracusanos. Certo é que o poeta, na peça que finaliza sua trilogia de 415 a. C., mostrando os crimes e os excessos da guerra contra os troianos, dá ao povo, para além de um *espelho trincado* do que ocorrera em Melos, a imagem profética de uma catástrofe imprevista.

Ao enviar seus embaixadores a Atenas, no princípio do inverno de 416 a. C., a cidade de Segesta, localizada na parte oeste da Sicília, sua aliada, está pedindo ajuda contra os ataques da cidade de Selinunte, apoiada por Siracusa. Antes de se decidir por acatar ou não o pedido, a Assembleia envia uma delegação à ilha para discutir a situação geral e conhecer a capacidade econômica de Segesta (TUCÍDIDES, VI, 6), uma vez que Segesta oferece pagar a manutenção da frota que os atenienses enviariam, no caso de aceitarem o pedido de ajuda de seu povo. A delegação retorna a Atenas acompanhada de segestanos em posse de sessenta talentos de prata não cunhada para o pagamento da frota (VI, 8, 1). Apesar disso, apenas no começo do verão de 415 a. C. a Assembleia opta por responder positivamente a Segesta, enviando então sessenta navios para a Sicília sob o comando de Alcibíades, Nícias e Lâmaco²⁶.

Troianas, nesse sentido, pode ser pensada não somente como uma reflexão trágica sobre a guerra injusta, tendo em vista o massacre de Melos, mas como o conselho do poeta aos atenienses, considerando-se em vista a iminência da batalha na Sicília. Na peça, a guerra é igualmente terrível para os vencedores e para os vencidos; ela se mostra, na verdade, ainda pior para os vencedores. Helena, a mulher pela qual a guerra de dez anos fora feita, não passa agora de outra cativa, e, por isso, a vitória é vazia (O'NEILL, 1941). Helena é a mulher frívola, que só pensou em si e que continua a só pensar em si (FERREIRA, 2014). Por ela, os combatentes deixaram sua pátria para morrer “em terra estrangeira” [ἐν ξένῃ] (v. 378). Por causa de Helena e por causa de Cípris, a guerra fora feita (v. 368). As vítimas da guerra haviam encontrado a morte não porque as fronteiras de sua terra tivessem sido invadidas [οὐ γῆς ὅρι' ἀποστερούμενοι] ou porque ela tivesse sido conquistada [οὐδ' ὑπὲρ πύργον πατρίδ']. Os guerreiros teriam seguido para Troia (e para Sicília) e lá lutado por uma guerra que não valia o preço de suas vidas:

Assim que chegaram às margens do Escamandro, morreram um a um, não porque os tivessem espoliado das suas fronteiras, nem das muralhas da sua pátria.
(*Troianas*, 374-6)²⁷

EURIPIDES' TROJAN WOMEN (415 B. C.): THE UNFAIR WAR AND THE END OF THE RACE OF HEROES

Abstract: This paper discusses the relationship between Euripides' *Trojan Women*, from 415 B. C., and the history of Athens, specifically its victory in Melos, in the Peloponnesian War. In order to do so, we examine Euripides' play as well as other ancient sources. We assume that, because the tragedy has a deeply historical character, an interpretation that does not seek to understand this character will misunderstand the text. Resigning the heroes, the crimes and the excesses of war, the poet gives to the people more than a broken mirror, which reflects what had happened in Melos. He gives also a prophetic image of the catastrophe that will be the Sicilian Expedition.

Keywords: *The Trojan Women*. War. History. Hero.

Notas

¹ Com exceção dessa passagem, todos os outros trechos citados são de tradução de Maria Helena da Rocha Pereira.

² Também os escólios de Aristófanes (*Vespas*, 1326; *Aves*, 842; 1720) indicam que a representação de *Troianas* ocorre em março de 415 a. C.

³ Texto original: καὶ πρῶτός γε ἦν Ξενοκλῆς, ὅστις ποτὲ οὐτός ἐστιν, Οἰδίποδι καὶ Λυκάονι καὶ Βάκχαις καὶ Ἀθάμαντι Σατυρικῶ. τοῦτου δεῦτερος Εὐριπίδης ἦν Ἀλεξάνδρῳ καὶ Παλαμῆδει καὶ Τρῳσὶ καὶ Σισύφῳ Σατυρικῶ.

⁴ Texto original: οὐ γὰρ ἐκείνου καταφρονῶν ἀπελθεῖν, ἀλλ' αἰσχυρόμενος τοὺς πολίτας, εἰ μηδένα πώποτε τῶν ὑπ' αὐτοῦ φονευομένων ἤλεγκώς, ἐπὶ τοῖς Ἑκάβης καὶ Ἀνδρομάχης κακοῖς ὀφθήσεται δακρύων. In: *Plutarchi vitae parallelae*, vol. 2.2, 2nd edn., Ed. Ziegler, K. Leipzig: Teubner, 1968.

⁵ Texto original: "That Euripides [...] in describing the cruelties of the Greeks towards the Trojans [...] wished to protest against the cruelties of the Athenians towards their subjects remains a matter of conjecture."

⁶ Dez anos antes do massacre, em 426, as forças atenienses já haviam sido enviadas a Melos, sob o comando de Nícias, com a intenção de submeter a ilha. A empresa não teve sucesso (TUCÍDIDES, III, 91, 1-3) e, a partir de então, ao que parece, a ilha não teria enfrentado nenhuma outra ação beligerante por parte de Atenas. Em 416 a. C., a neutralidade da ilha teria provocado nova ação ateniense.

⁷ Salvo informação contrária, todas as citações da obra de Tucídides traduzida para o português têm como referência a tradução do grego de Mário da Gama Kury.

⁸ Como se sabe, Tucídides tem o costume de indicar se os eventos que narra ocorrem no verão, fim de março a fim de setembro, ou no inverno, fim de setembro a fim de março.

⁹ Texto original: *The conclusion can only be that it was not possible for Euripides to wait till December. Moreover, it is rather absurd to suppose that he did, even if he was allowed to. Must we really assume that he quietly sat down till politics and war inspired him, consciously running the risk of a complete failure?* (TAALMAN KIP, 1987, p. 416)

¹⁰ Texto original: *Les plaintes, les cris, les gémissements des captives toucheraient moins s'il n'y avait cette fumée et ces flammes montant des ruines de la cité détruite.*

¹¹ Texto original: *Slowly, reflectively, with little stir of the blood, we are made to look at the great glory, until we see not glory at all but shame and blindness and a world swallowed up in night.*

¹² Texto original: *Pity is a rebel passion.* [...] A tradução de G. Murray revela, como argumenta, não apenas um olhar de compaixão sobre as vítimas troianas da guerra, um olhar euripídiano, como um olhar de compaixão sobre as

vítimas das guerras na África do Sul, sobretudo no começo do século XX, em que seu país natal, a Inglaterra, tinha papel considerável (PERRIS, 2010-2011).

¹³ Para todas as citações, salvo informação contrária, a tradução utilizada será a de Frederico Lourenço. HOMERO. *Iliada*. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013. Para o texto grego, utiliza-se: *Homeri Ilias*, vols. 2-3, Ed. Allen, T.W. Oxford: Clarendon Press, 1931.

¹⁴ Texto original: Τρῶες δὲ πρῶτον μὲν, τὸ κάλλιστον κλέος,/ ὑπὲρ πάτρας ἔθνηισκον· οὓς δ' ἔλοι δόρυ,/ νεκροὶ γ' ἐς οἴκους φερόμενοι φίλων ὕπο/ ἐν γῇ πατρώϊαι περιβολὰς εἶχον χθονός,/ χερσὶν περισταλέντες ὧν ἐχρῆν ὕπο/ [...] τὰ δ' Ἔκτορός σοι λύπρ' ἄκουσον ὥς ἔχει/ δόξας ἀνὴρ ἄριστος οἴχεται θανών,/ καὶ τοῦτ' Ἀχαιῶν ἱζὺς ἐξεργάζεται. A tradução portuguesa de Maria Helena da Rocha Pereira traduz em versos livres as partes líricas e em prosa as restantes, observando-se algum descompasso na numeração dos versos quando se compara à versificação original.

¹⁵ Texto original: μυσαρῶϊ δολίῳι λέλογχα/ φωτὶ δουλεύειν,/ πολέμῳι δίκας, παρανόμῳι δάκει,/ ὃς πάντα τάκεῖθεν ἐνθάδ' <ε> στρέφει,/ τὰ δ' > ἀντίπαλ' αὐθὺς ἐκέῖσε/ διπτύχῳι γλώσσαι,/ φίλα τὰ πρότερ' ἄφιλα τιθέμενος πάλιν

¹⁶ O mais lógico é mesmo que tenha sido formado por guerreiros aqueus, embora um dos fragmentos da peça evoque as danças dionísias, fazendo pensar num Coro feminino (Fr. 12).

¹⁷ Conforme Philostratus, 34.6; Diogenes Laertius 2.44.

¹⁸ Texto original: ἐκάνετ' ἐκάνετε τὰν/ πάνσοφον, ᾧ Δαναοί,/ τὰν οὐδέν' ἀλγύνουσιν ἀηδόνα Μουσᾶν.

¹⁹ Texto original: ᾧ μείζον' ὄγκον δορὸς ἔχοντες ἢ φρενῶν,/ τί τόνδ', Ἀχαιοί, παῖδα δέισαντες φόνον/ καινὸν διειργάσασθε; μὴ Τροίαν ποτὲ/ πεσοῦσαν ὀρθώσειεν;

²⁰ De Eurípides, diferentemente de Sófocles, não há pistas de que ele tenha exercido algum cargo político ou algum tipo de atividade política. Também não se tem nenhuma evidência de que o poeta, dessa vez diferentemente de Ésquilo, tenha participado de alguma atividade militar.

²¹ A *Pequena Iliada* informa-nos que Astíanax, tal como Príamo, é morto por Neoptólemo, o filho de Aquiles. O pai aqueu mata o pai troiano; o filho aqueu mata o filho troiano.

²² Texto original: ὦ φίλταθ', ὥς σοι θάνατος ἦλθε δυστυχής./ εἰ μὲν γὰρ ἔθανες πρὸ πόλεως ἤβης τυχών/ γάμων τε καὶ τῆς ἰσοθέου τυραννίδος,/ μακάριος ἦσθ' ἄν, εἴ τι τῶνδε μακάριον· νῦν <δ'> αὐτ' ἰδὼν μὲν γνούς τε σῆι ψυχῇ, τέκνον,/ οὐκ οἶσθ', ἐχρήσω δ' οὐδέν ἐν δόμοις ἔχων./ δύστηνε, κρατὸς ὥς σ' ἔκειρεν ἀθλίως/ τεῖχη πατρώϊα, Λοξίου πυργώματα,/ ὃν πόλλ' ἐκήπευσ' ἡ τεκοῦσα βόστρυχον/ φιλήμασιν τ' ἔδωκεν, ἐνθεν ἐκγελαῖ/ ὅστέων ραγέντων φόνος, ἴν' αἰσχυρά μὴ στέγω./ ὦ χεῖρες, ὥς εἰκοὺς μὲν ἡδεῖας πατρός/ κέκτησθ', ἐν

ἄρθροις δ' ἔκλυτοι πρόκεισθέ μοι./ ὧ πολλὰ κόμπους ἐκβαλὼν, φίλον στόμα,/ ὄλωλας, ἐψεύσω μ', ὅτ' ἐσπίπτων πέπλους.

²³ Texto original: ἐν ἧ ταφήσῃ χαλκόνωτον ἰτέαν./ ὧ καλλίπηχυν Ἑκτορος βραχίονα/ σῶϊζουσ', ἄριστον φύλακ' ἀπώλεσας σέθεν./ ὡς ἡδὺς ἐν πόρπακι σῶι κείται τύπος/ ἱτύος τ' ἐν εὐτόρνοισι περιδρόμοις ἰδρώς,/ ὃν ἐκ μετώπου πολλακίς πόνους ἔχων/ ἔσταζεν Ἑκτωρ προστιθείς γενειάδι.

²⁴ Texto original: φόβον τ' Ἀχαιῶν, χαλκόνωτον ἀσπίδα/ τήνδ', ἣν πατήρ τοῦδ' ἀμφὶ πλευρ' ἐβάλλετο,/ μὴ νιν πορεῦσαι Πηλέως ἐφ' ἐστίαν/ μῆδ' ἐς τὸν αὐτὸν θάλαμον οὗ νυμφεύσεται/ [μήτηρ νεκροῦ τοῦδ' Ἀνδρομάχη, λύπας ὀρᾶν],/ ἀλλ' ἀντὶ κέδρου περιβόλων τε λαῖνων/ ἐν τῇδε θάψαι παῖδα.

²⁵ Texto original: τὰ δὲ δευτέρᾳ μοι μετὰ τὰν ἱερὰν/ Θησέως ζαθέαν ἐλθεῖν χώραν./ καὶ τὰν Αἰτναίαν Ἥφαίστου/ Φοινίκας ἀντήρη χώραν,/ Σικελῶν ὀρέων ματέρ', ἀκούω/ καρύσσεσθαι στεφάνοις ἀρετᾶς,/ τάν τ' ἀγχιστεύουσιν γᾶν/ ἧ Ἰονίωι ναῦται πόντωι, / ἃν ὑγραίνει καλλιστεύων/ ὁ ξανθὸν χαιτὰν πυρσαίνων/ Κρᾶθις ζαθέαις παγαῖσι τρέφων/ εὐάνδρον τ' ὀλβίζων γᾶν.

²⁶ Nícias é escolhido general da expedição “contra a sua vontade, pois considerava que a decisão [de ajudar Segesta] era errada” (TUCÍDIDES, VI, 8.4). Para Nícias, a ambição desmedida de Alcibíades pela glória pessoal colocava em risco o Estado (VI, 11.2-3).

²⁷ Texto original: ἐπεὶ δ' ἐπ' ἀκτὰς ἦλυθον Σκαμανδρίους,/ ἔθνησκον, οὐ γῆς ὄρι' ἀποστερούμενοι/ οὐδ' ὑψίπυργον πατρίδ'.

Referências

ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó. Nota crítica à “bela morte” vernantiana. *Clássica*. São Paulo, v. VII/ VIII, 1994-1995. p. 53-62.

BARLOW, Shirley. *The imagery of Euripides*. A study in the dramatic use of pictorial language. Bristol: Bristol Classical Press, 2008.

CLAUDII AELIANI *de natura animalium libri XVII*, Varia historia, epistolae, fragmenta, vol. 2, Leipzig: Ed. Hercher R. Teubner, 1866, Repr. 1971.

DELEBECQUE, Edouard. *Euripide et la Guerre du Péloponnèse*. Paris, C. Klincksieck, 1951.

EURIPIDE. *Les Troyennes*. Texte Etabli et Traduit Par Leon Parmentier et Henri Gregoire. Paris: Les Belles Lettres, 1959.

_____. *Tragédies*, vol. 8, 2e partie. *Fragments*. De Bellérophon à Protésilas; texte grec et traduction française de François Jouan et Herman Van Looy. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

_____. *As Troianas*. Tradução de Maria Helena da Rocha Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2014.

_____. *Duas tragédias gregas: Hécuba e Troianas*. Tradução e introdução de Christian Werner. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOOSSENS, Roger. *Euripide et Athènes*. Bruxelles: Académie Royale de Belgique, 1962.

HOMERI. *Ilias*. v. 2-3. Edited by T.W Allen. Oxford: Clarendon Press, 1931.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013.

KNOX, Bernard. Euripides: the Poet as Prophet. In: BURIAN, Peter (Ed.). *Directions in Euripidean Criticism: a collection of essays*. Durham: Duke University Press, 1985.

LLOYD-JONES, Hugh. *The justice of Zeus*. Barkeley. Los Angeles: University of California Press, 1971.

MURARI PIRES, Francisco. O ser divino e a condição humana. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/humancondition/ensaios/divinohumano.html>.

MURRAY, Gilbert. *Euripides and his age*. With a new introduction by H. D. F. Kitto. London: Oxford University Press, 1965.

PERDICOYIANNI, Hélène. *Commentaire sur les Troyennes d'Euripide*. Athènes: Les Éditions Historiques Stefanos Basilpoulos, 1992.

PERRIS, S. The Kingdom of Heaven Within Us: Inner (World) Peace in Gilbert Murray's Trojan Women. *Comparative Drama*, 2010-2011.

PLUTARCHI VITAE PARALLELAE. vol. 2.2, 2nd ed., ZIEGLER, K. Leipzig: Teubner, 1968.

POLLE, Adrian. Total Disaster: Euripides' the Trojan Women. *Arion: A Journal of Humanities and the Classics*. New Series, v. 3, n. 3, 1976.

RIVIER, André. *Essai sur le tragique d'Euripide*. Seconde édition entièrement revue. Paris: Diffusion de Bocard, 1975.

TAALMAN KIP, Maria van Erp. *Euripides and Melos*. In: Mnemosyne, Vol. XL, Fasc. 3-4, 1987.

THUCYDIDE. *La Guerre du Péloponnèse*. Texte présenté, traduit et annoté pas Denis Roussel. Préface de Vidal-Naquet. Paris: Gallimard, 2000.

THUCYDIDIS HISTORIAE, 2 vols., Ed. H. S. Jones, J. E. Powell. Oxford: Clarendon Press, 1942, 1967.

Troianas, de Eurípides (415 a. C.): a guerra injusta e o fim da linhagem...

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Prefácio de Helio Jaguaribe; Tradução do grego de Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília; São Paulo: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. La belle mort et le cadavre outragé. In: VERNANT, Jean-Pierre. *L'individu, la mort, l'amour*. Soi-même et l'autre en Grèce Ancienne. Paris: Éditions Gallimard, 1989.

XÉNOPHON. *Helléniques*. Tome I (Livres I-III). Texte établi et traduit par J. Hatzfeld. Quatrième édition. Paris: Les Belles Lettres, 1960.

XENOPHONTIS OPERA OMNIA. vol. 1, Ed. Marchant. E. C. Oxford: Clarendon Press, 1900, Repr. 1968.

ZARANKA, Junzas. La trilogía troyana de Eurípides y el imperialismo ateniense. In: *Revista de la Universidad Nacional (1944-1992)*. n. 13. v. 7-36, 1973.

Recebido em: 30/11/2017

Aprovado em: 01/02/2018

El mito de *Inanna* y *Šukaletuda*: violencia sexual en Sumer

Estefanía Bernabé-Sánchez*

Resumen: El siguiente artículo trata el tema de la violencia sexual a través del mito sumerio de *Inanna* y *Šukaletuda*, donde la diosa *Inanna* es violentada por el *mal* jardinero *Šukaletuda*, estableciendo un paralelismo entre el crimen sexual cometido contra la diosa y aquellos que están siendo hoy moneda común en los conflictos armados de Oriente Medio, especialmente en Siria. El mito habla también de la funesta disociación entre los conceptos de *ser* y *naturaleza*, en la que entendemos está inserta intrínsecamente la condición femenina, representada por la diosa *Inanna*.

Palavras clave: Mitología. *Inanna*. *Šukaletuda*. Sumeria. Estupro.

Introducción

Según los informes del proyecto *Women under Siege*, dirigido por la periodista estadounidense Lauren Wolf¹ a través del *Women's Media Center*, sabemos que las violaciones se han convertido en una de las más poderosas armas de guerra, elemento de represión y *castigo* más utilizado contra las mujeres, especialmente en los conflictos armados de África y Oriente Medio.

En Siria, por ejemplo, tanto el Ejército como la milicia o los grupos paramilitares (*shabihah*) han sido acusados de llevar a cabo violaciones masivas en centros de detención y casas particulares, muchas veces ante la presencia de las propias familias de las víctimas. La psiquiatra siria Yassar Kanawati, que lleva tiempo

* Doutora em Letras e professora da Pontifícia Universidad Católica del Perú.
E-mail: e.bernabe1976@gmail.com.

recabando información sobre violencia sexual entre los refugiados sirios desplazados a Jordania y el Líbano, es tajante al afirmar que, en Siria, “rape has been reportedly used widely as a tool of control, intimidation and humiliation throughout the conflict”² [el estupro se ha utilizado sistemáticamente como herramienta de control, intimidación y humillación durante el conflicto]. Kanawati hace especial hincapié en el concepto de *trauma* asociado a estas violaciones sistemáticas y llega a referirse, incluso, a cientos de niñas sirias como “la generación perdida”³, por la inestabilidad emocional que supone enfrentar, no solo una guerra y sus consecuencias a todos los niveles, sino también una agresión sexual de estas características. Para intentar que el máximo número de mujeres pueda superarlo, por cierto, la SAMS (*Syrian American Medical Society Foundation*, dirigida por el Dr. Amjad Rass) ha puesto en marcha varios programas en algunas de las ciudades más afectadas por el conflicto bélico, como Damasco, Idlib, Quneitra, Homs o Aleppo.

En tal contexto, parece más que pertinente echar un vistazo a las raíces socioculturales de la zona, a los albores de la civilización mesopotámica, para profundizar en uno de los primeros casos de violencia sexual contra la mujer de los que tenemos constancia documentada. Aunque no hay guerra en la narración que nos ocupa, tal como hoy la entendemos, sí se comete abuso y crimen, sí hay un acto inicuo que llama la atención hasta el punto de ser colocado por escrito. En el mito, sin embargo, y al contrario que en la Siria actual, también hay espacio para una impugnación de la víctima, en este caso la diosa Inanna, como veremos. Nos referimos al mito de *Inanna* y *Šukaletuda*, conservado en dos tablillas sumerias con alrededor de trescientos versos en total:

*La Señora de grandes Poderes
Digna de sentarse en el Estrado
Inanna de grandes Poderes [...]
Quiso, un día descender hasta aquí abajo -
¡La santa Inanna quiso descender a la tierra!
¡Para separar a los mezquinos y los justos,
sondear los espíritus dentro del país,
(para) separar lo verdadero de lo falso,
quiso ella descender hasta aquí abajo!
¡Cuánto se te debe allí abajo!
¡Cuánto se habla todavía de ti!⁴*

Historia del mito

En 1949, Samuel Noah Kramer publicaba una traducción inédita de dos tablillas y algunos fragmentos fechados en el primer tercio del II milenio, en los que se hablaba explícitamente de una agresión sexual cometida contra Inanna, la gran “Señora del cielo” del panteón sumerio, y de las terribles represalias de ésta sobre la tierra en busca de su agresor⁵. Ya a mediados de los años 90, Konrad Volk, profesor de la Universidad de Tübingen, fue el primero en llevar a cabo una edición crítica del texto pleno con su traducción, siendo la incursión más completa en el mismo hasta el momento (VOLK, 1995).

Las primeras estrofas, de las que arriba hemos colocado un extracto, conforman una especie de introducción himnica al poema (versos 1-41), con loas a la diosa. En ellas, además de entrever ya la maravillosa cadencia de la poesía mesopotámica y su belleza rítmica, se nos informa del apremiante deseo de Inanna: bajar a la tierra para llevar a cabo la primordial disociación défica: separar el bien del mal, los espíritus mezquinos de los puros, la verdad de la mentira. Con ello, la diosa espera tomar contacto con el mundo de los mortales y medir su propia autoridad, conocimiento que todavía no tiene. Este viaje es visto por algunos estudiosos como

una especie de desplazamiento astral que identificaría a Inanna con el planeta Venus y sus movimientos celestes (vide COOLEY, 2008).

A continuación se presenta al dios Enki, padre de Inanna, dando instrucciones al personaje del *Cuervo* (versos 42-88) para que realice “una labor de Hombre”, esto es, que lance al aire paladas de tierra y prepare el terreno baldío para poder sembrar. Enki, no lo olvidemos, es también el gran dios sumerio del agua. De este esfuerzo colectivo entre el mundo divino (representado por el dios) y el natural (representado por el pájaro) nace otro símbolo mesopotámico por antonomasia, el árbol, en este caso, una palmera “progenitora de los cursos de agua”, un “árbol inmortal” de cuyos cuidados va a encargarse un jardinero llamado *Šukaletuda*:

*Pues este era el nombre del (jardinero?) –
[deshecho en lágr]imas y pálido de tristeza:
(Pues) él había regado los [arriates],
Y preparado hoyos con agua junto a los [bancales]:
Pero allí no crecía nada ¿Por qué?
¡Todo había sido arruinado por ese viento tempestuoso!
¡[Que a la cara] de Šukaletuda
Había lanzado el [polvo del s]uelo
Hasta inflamarle [los ojos]
Y Šukaletuda se vio obligado [a limpiar] sin descanso (el
jardín!)*

Tanto Bottéro y Kramer (2004, p. 281) como otros estudiosos posteriores ven en el *Cuervo* el germen mágico del jardinero *Šukaletuda*. Sin embargo, cuesta creer que este animal de alturas que ayuda a Enki a crear el jardín perfecto, y tan concienzudamente, se convierta en el nefasto jardinero del poema, el que no sabe *descifrar* el mundo natural, no lo entiende, y que además lo profana con un acto atroz cometido contra la diosa de la abundancia y la fertilidad, Inanna, como veremos. Estos últimos versos que reproducimos arriba ponen de manifiesto la dificultad de *Šukaletuda* para *man-*
tener este jardín divinal, por lo que defendemos que el Cuervo y el jardinero sean dos personajes diferenciados, con papeles disímiles

en la historia. La incomprensión de la naturaleza por parte de Šukaletuda es, en el fondo, la incomprensión del mundo femenino representado por la diosa, y de la condición femenina como un todo mayor. Esta ignorancia, este desconocimiento de lo femenino y su desconsideración, entonces, se nos muestran como actos *punibles* para la sociedad sumeria, y serán debidamente castigados.

Recordemos también que el jardín es, tanto para la cultura mesopotámica como para su radio de acción posterior, la perfección sistémica, un lugar crucial para entender la cosmovisión de las sociedades desérticas, donde se alcanza el nivel más alto de bienestar posible. Pensemos por ejemplo en el mítico Dilmún sumerio⁶, en Babilonia y la maravilla de sus jardines colgantes⁷ o en los jardines de los palacios persas, imágenes que se fusionan con el Edén paradisíaco.

Por lo tanto, el hecho de que este jardinero no consiga mantener vivo y verde este vergel instaurado por Enki es altamente significativo. Y lo es porque Šukaletuda *no sabe* interpretar los signos naturales que lo rodean en la tierra, como hemos dicho, por lo que debe recurrir a la divinidad que lo protege y dirigir sus ruegos al cielo. Este vínculo roto entre *hombre y entorno natural* – *mundo femenino* tampoco debe ser pasado por alto, y anticipa la actitud funesta del protagonista. Por suerte para él, es inspirado por el cielo a plantar una hilera de álamos que le ayuden a dirigir los vientos:

Alzando, entonces, la mirada,
Contempló las estrellas de Oriente [...]
Tomó en cuenta las estrellas de Occidente;
Tuvo cuidado de [los espíritus que, aislados, merodean];
Estudió los signos de los [demonios
Que vagabundean solitarios]
Aprendió a aplicar los Poderes,
Meditando acerca de los destinos asignados por los dioses.
Después [...] plantó una hilera (?) de árboles frondosos
Álamos muy frondosos,
Cuya sombra, tanto por la mañana,
Como al mediodía y por la tarde, nunca llegaría a faltar.

Precisamente será esta sombra, primera victoria del jardinero sobre el espacio, la que atrae a la diosa quien, exhausta de su viaje por cielo y tierra, procura un lugar donde poder retirarse a descansar. Acechante, *Šukaletuda*, el jardinero para quien la naturaleza es ininteligible, ve a esta bellísima mujer entrar en su jardín y acomodarse.

*Inanna, delante de su sexo y a modo de taparrabos,
Se había atado los Siete Poderes*

Sabemos por otros fragmentos mitológicos que *Inanna* había robado a su padre, el dios *Enki*, uno de los dones más preciados de la civilización mesopotámica, los *meh*, esto es, las reglas del juego de la civilización, o lo que podía ser un estadio anterior a un conjunto reglado de leyes, y los había llevado de Eridu a Uruk. Los *meh* eran una poderosísima herramienta de cohesión social, decretados por la divinidad (y, por tanto, inmutables) que garantizaban la comunicación y el entendimiento entre dioses y hombres. Se trataba de una serie de costumbres, comportamientos sociales, avances técnicos, prácticas religiosas y estatutos que legitimaban el equilibrio entre el macro y el microcosmos, y regían el funcionamiento ideal de la civilización. *Inanna*, desnuda, se ata los *meh* o Siete Poderes a la cintura, y estos caen “sobre su augusto sexo”.

Consumación de la violación e ira de la diosa

*[Luego ella se durmió]
Pero Šukaletuda separa el paño protector,
la besa y la penetra,
Tras lo cual volvió al extremo del jardín*

Aquí, entre los versos 120 y 125 es donde tiene lugar el silencioso estupro de la diosa, recordemos que por parte de un mortal, un jardinero que no consigue mantener vivo y verde su jardín, que no sabe interpretar el mundo natural-femenino, y que consume este

acto de manera taciturna, amparado por las sombras de la noche. El jardinero *besa* y *penetra* a la diosa, que descansa bajo un árbol. Al alba, Inanna despierta y es consciente de lo ocurrido,

*Inanna se mira con detalle,
Y comprende que había sido ultrajada
¡Qué catástrofe provocó, la santa Inanna,
Por culpa del ultraje a su sexo! [...] Llenó de sangre todos los pozos (del país),
Introdujo sangre
En todos los depósitos de los jardines! [...] Y ella decía: “Deseo encontrar a mi agresor
Donde quiera que esté”*

La ira de Inanna al saberse afrentada no tiene fin. La diosa decide organizar su particular venganza contra la tierra que cobija a su agresor, con la esperanza de que se entregue, o lo entreguen sus conciudadanos. La primera plaga que la diosa envía a la tierra convierte toda el agua en sangre. Este acto tendrá enorme repercusión posterior, especialmente en la escatología y ritualística hebrea, así como en la literatura profética. Esta sangre del poema, como ya apuntó Kramer, puede tener que ver con el agravio físico a la diosa, su *desfloración*, que provoca un castigo con el mismo elemento como protagonista.

A pesar de toda su furia, Inanna no consigue hallar al culpable. Šukaletuda está escondido en la casa de su padre, a quien relata todo lo ocurrido. Su padre le aconseja perderse entre la multitud de la ciudad,

*Hijo mío, permanece cerca de tus hermanos,
Los habitantes de la ciudad,
Mézclate decididamente con tus semejantes [...] Y [la Mujer nunc]a lo pudo encontrar!*

Este dato es muy significativo, pues refrenda el carácter cohesionador del concepto de *ciudad*, nacido en los albores de la

civilización mesopotámica como proyecto de unificación económica y socio-política. El pictograma cuneiforme sumerio para ciudad es , URU o IRI⁸, presente en las denominaciones de los primeros asentamientos humanos, las primeras ciudades, como Eridu, Ur o Uruk (todas contienen los fonemas mencionados), fundadas entre el 3.500 y el 3.000 a.C. en lo que hoy es el (despedazado) territorio de Irak⁹. Esta especie de escamoteo del mortal entre la masa de sus semejantes enfurece sobremanera a Inanna, que decide enviar una segunda plaga, también en la forma de un castigo colectivo:

*Y he aquí la catástrofe
(que) [la Mujer] provoca [por segunda vez],
Por culpa del ultraje a su sexo,
He aquí lo que Inanna provoca:
Montándose sobre las nubes [...]
Desencadena los malos vientos,
Y hace girar los ciclones.
Tras ella se alzaban los huracanes (?)
Y los tornados de polvo [...]
Y ella (decía): “Deseo encontrar a mi agresor,
Donde quiera que esté”*

De nuevo Šukaletuda acude a buscar el consejo de su padre, quien vuelve a sugerirle que se mezcle anónimamente entre las gentes de la ciudad. Llega entonces la tercera plaga de Inanna, la más oscura de desentrañar, pues el texto dice simplemente que “corta los caminos”, sin darnos más explicaciones, en una estrofa muy fragmentaria. Se entiende que bloquea todos los caminos, entorpeciendo el libre movimiento de la población. Una vez más, tenemos a Šukaletuda en la casa paterna, y de nuevo el mismo consejo de diluirse entre sus semejantes (los *cabezas negras*, según el texto, color de las cabelleras humanas que los dioses veían desde lo alto). Asistimos entonces a la desesperación de la diosa:

*El sol se alza, el alba aparece
Y la Mujer, mirándose con detenimiento,
Vuelve a pensar en el ultraje sufrido:
¡Pobre de mí! (decía) ¿Quién me ayudará?
¡Pobre de mí! ¿Quién me socorrerá?
¡Él, realmente, tiene que estar en casa de su padre,
En el palacio de Enki!*

Se nos revela aquí el nombre del padre de Šukaletuda, que resulta ser el mismo dios Enki; tal vez estemos ante una apropiación del título de progenitor que es, en realidad, un *empleador*, un *mentor*. Sea como fuere, Inanna ruega a Enki que le entregue a su agresor, amenazándole con abandonar su templo de Uruk. Su afán coercitivo surte efecto, y Enki le entrega al jardinero.

Castigo y clemencia

*La [santa] Inanna, entonces, se llevó consigo a Šukaletuda
Desde el apsû de Éridu.
¡Se atraviesa en el firmamento
Como un arco iris
[...] se acerca, [...] se acerca más [...]
Y Šukaletuda se hace cada vez más pequeño*

Lamentablemente, el final es el pedazo más mutilado del texto, y donde más lagunas tenemos. Sabemos que la diosa “golpea” (verso 284) a su agresor, es decir, que finalmente le infringe el castigo físico que ya habíamos atisbado en el último verso arriba señalado, determinando su destino, cuando él se iba empequeñeciendo mientras Inanna se iba convirtiendo en un magnífico arco iris. Quizás signifique esto la pena de muerte para Šukaletuda, un criminal en toda regla para la sociedad mesopotámica (no debemos descartarlo), tal como recoge la Ley 130 del *Código de Hammurabi*, que castiga la violación con la muerte.

Con todo, finalmente, la magnánima Inanna abre una puerta a la clemencia y ofrece a Šukaletuda la opción de la inmortalidad. Pensemos que, mientras la venganza obedece a la razón ciega, Inanna opta por otorgar una especie de perdón a su agresor en la forma de una memoria eterna para su afrenta, que ilustre a las generaciones venideras sobre el agravio sufrido por ella:

*Y la [santa] Inanna dice a Šukaletuda:
¡Sí, incluso cuando haya hecho de ti [...]!
Tu nombre nunca llegará a caer en el olvido,
Pervivirá en los cánticos – y serán cánticos suaves
En los palacios de los reyes
Los cantarán los jóvenes [trovadores (?)]
Y los past[ores] los canturrearán
Mientras baten el odre de leche*

Termina el poema con una afirmación doxológica que merece la pena suscribirse por la compasión mostrada por la diosa,

gloria a ti, Inanna.

Sin embargo, y cerrando el círculo con el que empezábamos este artículo, hemos de reconocer que, lamentablemente, los mortales herederos de la diosa sumeria siguen inmersos en la ceguera de la violencia donde el estupro es moneda común. La generosidad y el castigo ejemplar de Inanna no han dado sus frutos -seamos optimistas con el adverbio- *todavía*. Que las generaciones futuras puedan aprender a leer entre las líneas de la antigüedad es el desafío nuestro de cada día, y que las leyes humanitarias básicas, así como los derechos humanos fundamentales, se cumplan de una vez por todas, en cualquier parte del mundo.

Esta, como vemos, es una lucha multisecular de dioses y diosas, de mujeres y hombres de bien, pero no debe darse nunca por perdida.

O MITO DE INANNA E ŠUKALETUDA: VIOLÊNCIA SEXUAL NA SUMÉRIA

Resumo: O seguinte artigo trata o tema da violência sexual através do mito sumério de *Inanna* e Šukaletuda, no qual a deusa Inanna é estuprada pelo *mau* jardineiro Šukaletuda, estabelecendo um paralelismo entre o crime sexual cometido contra a deusa e aqueles que estão sendo hoje moeda comum nos conflitos armados do Oriente Médio, especialmente na Síria. O mito também fala da funesta dissociação entre os conceitos de *ser* e *natureza*, na qual entendemos está inserida intrinsecamente a condição feminina, representada pela deusa Inanna.

Palavras-chave: Mitologia. Inanna. Šukaletuda. Suméria. Estupro.

THE MYTH OF INANNA AND ŠUKALETUDA: SEXUAL VIOLENCE IN SUMER

Abstract: The following article analyzes a case of sexual violence through a Sumerian myth known as *Inanna and Šukaletuda*, where Sumerian goddess Inanna is raped by the bad gardener, Šukaletuda, establishing a parallelism between the sexual crime committed against the goddess, and those that are being standard practice in the various Middle East armed conflicts, especially in Syria. The myth also explores the ill-fated dissociation between the concepts of *being* and *nature*, in which we understand feminine condition is intrinsically added, represented by goddess Inanna.

Keywords: Mithology. Inanna. Šukaletuda. Sumer. Rape.

Notas

¹ Disponible en: <www.womensmediacenter.com/women-under-siege/>. Acceso en: 1 marzo 2018.

² Y no solo contra la mujer, también contra el hombre. Puede leerse una interesante entrevista realizada a Kanawati aquí: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2013/04/syria-has-a-massive-rape-crisis/274583/>>. Acceso en: 1 marzo 2018.

³ KANAWATI, Y. Saving the lost generation of Syria. *Mental Health & Human Resilience International Journal*, v. 1, issue 2, nov. 2017. Disponible en: <<https://medwinpublishers.com/MHRIJ/MHRIJ16000111.pdf>>. Acceso en: 1 marzo 2018.

⁴ Puede leerse la transcripción completa del mito y su traducción al inglés en el corpus de textos sumerios de la Universidad de Oxford en *The Electronic Text Corpus of Sumerian Literature*. Disponible en: <<http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/>>. (Su primer verso es /in-nin\ me gal-gal-la /barag\-ge4 ħe2-du7). Nosotros confrontamos ésta con el texto propuesto por Francisco Javier González, el traductor de *Cuando los dioses hacían de hombres: Mitología Mesopotámica*, de Jean Bottéro y Samuel Noah Kramer.

⁵ KRAMER, Samuel Noah. A Blood-plague Motif in Sumerian Mythology. *Archiv Orientální*, Praha 8, v. 17, n. 1, p. 399-415, 1945.

⁶ Vide CRAWFORD, Harriet E. W. *Dilmun and its Gulf neighbours*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

⁷ Para mayor información acerca del concepto pueden consultarse los estudios de DALLEY, S. *The Mystery of the Hanging Garden of Babylon: An Elusive World Wonder Traced*. Oxford: Oxford University Press, 2014. O el de FINKEL, I. L. The hanging gardens of Babylon. In: CLAYTON, Peter. *The Seven Wonders of the Ancient World*. New York: Routledge, 2008. p. 38-58.

⁸ Vide WESTENHOLZ, Aage. The Sumerian city-state. In: HANSEN, M. H. (Ed.). *A comparative study of six city-state cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre*. Copenhagen: Kongelige Danske Videnskabernes Selskab, 2002. p. 23-42.

⁹ Para un análisis de la cuestión patrimonial perdida puede consultarse el libro de STONE, P. G.; FARCHACK BAJJALY, J. (Ed.). *The Destruction of Cultural Heritage in Iraq*. New York: Boydell, 2008.

Referencias

BOTTÉRO, J.; SAMUEL, N. K. (Ed.). *Cuando los dioses hacían de hombres: Mitología Mesopotámica*. Traducción de Francisco Javier González. Madrid: Akal, 2004.

COOLEY, J. L. Inana and Sukaletuda: a Sumerian Astral Myth. *KASKAL: Rivista di storia, ambienti e culture del Vicino Oriente Antico*, v. 5, p. 161-172, 2008.

CHAVALAS, M. *Women in the Ancient Near East: A Sourcebook*. New York: Routledge, 2014.

KRAMER, S. N. *History Begins at Sumer*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

_____. *The Sumerians: Their History, Culture, and Character*. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

POZZER, Kátia M. P. O jardim do pecado: uma narrativa de violência sexual na Mesopotâmia. In: COSTA GRILLO, J. G. et al (Org.). *Sexo e violência: Realidades antigas e questões contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2011. p. 37-58.

VOLK, K. *Inanna und Šukaletuda: zur historisch-politischen Deutung eines sumerischen Literaturwerkes*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1995.

WOLKSTEIN, D.; KRAMER, S. N. *Inanna: Queen of Heaven and Earth*. New York: Harper & Row, 1983.

Recebido em: 30/12/2017

Aprovado em: 20/02/2018

“Melodia sangrenta” (*Anth.Pal.* VI.159): a trombeta e a guerra na Grécia Antiga

Fábio Vergara Cerqueira*

Resumo: Este artigo tem como objetivo interpretar a trombeta (*salpinx*), na iconografia e nos textos, em suas diferentes ligações com a guerra na Grécia antiga, em particular em Atenas, buscando analisar funções militares e simbolismos.
Palavras-chave: Música. Guerra. Trombeta. Iconografia. Grécia antiga.

σάλπιγξ πολεμῖαν ἀοιδάν
“*trombeta de canto belicoso*”
(*Bacchyl.* Dith. XVIII.4)

πάρος αἱματόεν πολέμου μέλος ἐν δαΐ σάλπιγξ
“*melodia sangrenta da guerra tocada na trombeta*”
(*Antípatro de Sídön Anth.Pal.* VI.159)

Inúmeros registros literários testemunham o emprego de instrumentos musicais no acompanhamento de atividades militares na Grécia antiga (e.g. Aesch. *Pers.* 393. Archilochus, *fr.* 110, vs. 10-15 [Lasserre & Bonnard]. Athen. XIV.630. Gell. I.11. Plb. IV.20.6-7. Ps.-Plut. *Mus.* XXVI.1140c. Strab. X.4.20. Suid. *Tirtaeus* 1. Thuc. V.10.3; VI.69.2). O *aulos* é com frequência considerado o

* Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo - USP. Artigo produzido com o apoio do CNPq (Bolsa Produtividade) e da Fundação Humboldt em conjunto com a CAPES (Bolsa Pesquisador Experiência). E-mail: fabiovergara@uol.com.br.

mais característico, dada a atenção que alguns textos antigos lhe conferiram, sobretudo em razão da forma especial como os exércitos espartanos o empregaram. No uso do *aulos*, via-se um duplo benefício às formações guerreiras: de um lado, por efeito do ritmo, o disciplinamento, a regularidade e a sincronia dos movimentos; de outro, por meio da melodia, o apaziguamento da *hybris* e do furor belicoso (VERGARA CERQUEIRA, 2016).

O *aulos*, contudo, não foi o único instrumento musical a assumir um papel estratégico nas práticas guerreiras. E esse foi um ponto em que a cultura militar ateniense diferia bastante da espartana. Em Atenas, apesar do registro tardio de que Sólon exortara os atenienses a combaterem através dos sinais da *lyra* e do *aulos* seguindo o ritmo enóplico (Sext.Emp. Adv. Mus. VIII)¹, as evidências textuais para o período clássico apontam o emprego da *salpinx* (trombeta)² e a ausência desses outros instrumentos nos campos de batalha (Aesch. Pers. 392-395. Thuc. V.10.3; VI.69.2).

Nas narrativas de guerra presentes em Homero, os heróis nunca usam a *salpinx* em contextos belicosos, apesar de o poeta a conhecer e revelar que em seu tempo já possuía conotação guerreira. Isto sugere que “as convenções das narrativas de batalhas épicas se formaram em um tempo quando a trombeta ainda não tinha caído no uso comum”, indicando que até o início do período arcaico seu uso militar no Egeu não haveria se disseminado (WEST, 1992, p. 119). Em um relevo do palácio assírio de Senaqueribe, que reinou entre 705 e 681 a.C., pode-se vislumbrar dois trombeteiros supervisionando a operação de transporte e instalação de um colosso no palácio real, representando um touro alado. As trombetas teriam papel de ordenar e encorajar a difícil missão a ser realizada por uma multidão de prisioneiros. A função de dar sinal em um ambiente para um número muito grande de pessoas, em espaço aberto e muito amplo, com muitos ruídos, análoga à função que terá em contexto militar, está presente nesse painel neoassírio³. A Grécia não ficou alheia à disseminação desse instrumento, de sorte que a cratera de Aristonoto testemunha a presença da *salpinx* em um navio de guerra⁴. Encontrada em território etrusco, em Caere, produzida por um artista grego, possivelmente ático, mas de origem cicládica, representa ambiência cultural da Magna Grécia, com provável influência

da Sicília, em especial de Siracusa (DENOYELLE; IOZZO, 2009, p. 56-57, pr. IVb), e expressaria provavelmente o fenômeno da circulação de artesãos e artistas no Mediterrâneo (FRANCISCO, 2016). Produzida poucas décadas após o relevo neoassírio, evidência de um cenário de trocas interculturais, a cratera de Aristonoto é um dos indícios mais recuados do uso militar da trombeta entre os gregos.

Ao se estudar de forma sistemática a iconografia dos vasos produzidos em Atenas, nos séculos VI e V a.C., no que se refere à cultura militar, praticamente não se encontram indicações do uso do *aulos* – no entanto, diversas cenas sugerem que os atenienses costumavam utilizar a trombeta em situações militares variadas, associando a ela alguns simbolismos com conotação militar (BOWYER, 2016; NORDQUIST, 2014, p. 242-244; BUNDRICK, 2005, p. 40-42; PETRETTO, 1995).

A trombeta como instrumento da música militar ateniense: o testemunho da pintura vascular ática

O que a iconografia da cerâmica ática nos informa sobre a cultura musical militar ateniense? Num primeiro momento, a ausência de cenas que retratem o fenômeno do acompanhamento musical do combate em si nos levou a pensar que os pintores atuantes em Atenas não tinham se interessado por esse traço da música na esfera pública ateniense, apesar de seduzir bastante os estudiosos modernos. Ora, esse julgamento é equivocado, pois, de modo geral, incide sobre a pintura de vasos áticos uma restrição relativamente à representação de cenas da história recente, não se prestando a cerâmica para o papel do jornalismo ou da narrativa histórica acontecimental. Os pintores, assim, não podiam retratar o ambiente dos combates onde esses *salpiktai* (trombeteiros) atuavam. A pouca presença dessas cenas não deve levar, portanto, à interpretação de que os atenienses não faziam uso desse acompanhamento musical no contexto militar, ou de que a produção visual não tenha se interessado em representá-la de outro modo. O mundo da guerra era representado pelo método da alotropia: as cenas de

amazonomaquia e centauromaquia referiam-se metaforicamente às Guerras Persas, uma vez que as mesmas não podiam ser registradas. É nesse entrecruzamento alotrópico entre o mitológico e o cotidiano que encontramos inferências sobre o acompanhamento musical militar.

Desse modo, o trombeteiro militar é com frequência representado por meio da figura mitológica de uma Amazona. Não temos, nesses casos, a figura do músico propriamente, nem sequer dos hoplitas atenienses; a imagem das guerreiras e cavaleiras míticas, porém, alude em alguns aspectos aos soldados atenienses, mesmo quando representam a alteridade (persas). Identificamos assim, na imagem de uma Amazona tocadora de trombeta, a referência histórica ao costume de utilizar a *salpinx* no acompanhamento musical militar.

A peça mais especial, ou que ao menos suscitou mais discussão entre os estudiosos modernos, é o *epinetron* do Pintor de Safo, do Museu de Elêusis (cat. 1), sobre cujos fragmentos estão retratadas figuras de Amazonas; entre elas, destaca-se uma trombeteira que executa o acompanhamento musical dos preparativos para o combate. O mais notável nesse vaso, porém, fica por conta das inscrições. Há um conjunto de inscrições, que foram por muito tempo descritas como “desprovidas de significado”. Annie Bélis, no entanto, identificou uma inscrição musical, indo além dos comentários do primeiro editor do vaso, Phillios, que via nessas inscrições uma tentativa do pintor de imitar a sonoridade da trombeta. Para Annie Bélis, as inscrições (TOTOTE TOTHTH) constituem “em realidade a própria partitura do toque executado”, podendo-se reconhecer “a estrutura em si da notação solfégica” (BÉLIS, 1984, p. 100-103). A existência de uma notação simples de solfejo, em paralelo às duas formas cultas de notação, lembra a autora, está atestada em musicógrafos do baixo império, como no tratado musical de Aristides Quintiliano (séc. III d.C.), intitulado *Sobre a Música*, e nos três tratados anônimos conhecidos como Anônimos de Bellermann.⁵ A fanfarra militar registrada pelas inscrições do *epinetron* de Elêusis foi analisada por Bélis e, sob sua regência musical, interpretada pelo conjunto *Kérylos*, estando gravada em disco (ENSEMBLE KÉRYLOS, 1996). Egert Pöhlmann e Martin West (2001), ao estabelecerem o corpus

de documentação musical grega, não endossam a interpretação acima, entendendo que a inscrição teria a intenção de sugerir o som do instrumento, entendimento corroborado por Bundrick (2005). Já Nordquist (2014, p. 242-243, nota de rodapé 5, tradução nossa), que acompanha a interpretação de Bélis, observa que “a mesma sequência rítmica é dada como uma fanfarra de trombeta” à *tuba*,⁶ em um dos mais antigos autores latinos, Ênio (239-169 a.C.): *tara tantara* (Enn. Ann. II.143[451]).⁷

A Amazona trombeteira pode ser identificada em uma série de outros vasos (cat. 2 a cat. 6). Essa série serve, para nós, como comprovação histórica do uso da *salpinx* nos combates pelos atenienses. Os pintores, porém, recorreram a outros recursos da imagética mitológica para registrar esse costume militar. Sobre uma *kylix* londrina de Epictetos (Figura 02a/cat. 8), vemos um sátiro com escudo de hoplita e uma *oinokhoé* na mão direita, soprando a trombeta e voltado para trás, enquanto corre para a esquerda. Cena semelhante se repete no medalhão de uma *kylix* coetânea, de Paris (cat. 9).⁸ Os pintores devem ter sido influenciados por algum modelo cenográfico, provavelmente de um drama satírico em que os sátiros estão envolvidos num combate (BROMMER, 1937, p. 55). A atuação do trombeteiro, na ação dramática, não somente nos informa novamente sobre o uso desse instrumento no âmbito militar em Atenas, mas ao mesmo tempo é sugestiva do efeito cênico, do personagem tocando um instrumento tão sonoro. Como a *salpinx* exigia uma boa técnica de sopro e embocadura, e como não era comumente ensinada na escola, é presumível, à primeira vista, que fosse necessário contratar um músico que devia, ele mesmo, atuar também como trombeteiro militar, coincidindo, desse modo, com as biografias de Ferênicos e Miccos de Pallene, que atuaram nas guerras e nos palcos (*Anth.Pal.* VI.46, VI.151, VI.159 e VI.194).

Numa outra pequena série iconográfica, constituída por poucos vasos, a instituição do acompanhamento das tropas pela *salpinx* era apresentada pela representação, como emblema de um escudo, da figura do etíope⁹ soprando uma *salpinx*. Numa *kylix* de Paris (cat. 9), o pintor lembrou da condição do etíope como trombeteiro, quando representou um sileno tocador de *salpinx* com um escudo etíope (FRASER, 1935, p. 41, n. 2). Sobre uma belíssima ânfora do Pintor

de Kleophrades, conservada em Würzburg (Figura 03/cat. 10), um guerreiro traz consigo seu escudo, sobre o qual vemos uma figura negróide tocando *salpinx*. O mesmo tipo pode ser identificado num escudo sobre uma ânfora de Viena (cat. 11). Nessa associação do negro à arte militar – lembremos também da ligação dos meninos negros com a cavalaria, registrada em obras da estatuária grega –, o significado devia ser a força guerreira atribuída por Homero às tropas de negros trazidas a Tróia por Mênon. Não devemos, todavia, pensar que os músicos que executavam a *salpinx* no contexto militar fossem de origem negróide. As representações sobre emblemas não retratam *ipsis litteris* imagens da vida cotidiana; trazem figuras mitológicas, como uma Górgona, pois têm um efeito místico, para trazer força ao guerreiro, e ao mesmo tempo um efeito psicológico, pois apresenta ao inimigo as temíveis forças às quais o guerreiro se associa. Que os trombeteiros nos campos de batalha não eram negros ("etíopes") é o que indicam os vasos que registram as figuras reais, humanas, de guerreiros soprando a *salpinx*.

Em alguns casos, sobretudo em peças fragmentárias, fica a dúvida sobre a identificação da figura de guerreiro soprando *salpinx*. É o caso de um fragmento da Ágora de Atenas atribuído ao Pintor de Kleophrades (Figura 04/cat. 12), que poderia ser tanto um jovem guerreiro como uma Amazona. A falta da barba não nos permite inferir que se trate de uma amazona, pois na *kylix* de Genebra do Círculo de Nikósthene (Figura 05/cat. 13) vemos um jovem e musculoso guerreiro imberbe, com escudo, soprando *salpinx* e usando *phorbeia*. Muito se argumentou sobre a ambiguidade sexual das figuras que tocam a trombeta, e que a ausência da barba implicaria que estas fossem figuras femininas – daí amazonas e não hoplitas. Alguns exemplos, porém, não deixam margem de dúvida à interpretação como figuras humanas de trombeteiros militares. Para aqueles que não acreditam nas analogias mitológicas para comprovação da existência de práticas humanas na vida diária, e que desconfiam que os trombeteiros militares imberbes possam ser figuras masculinas, esses vasos asseguram – somando-se, para nós, à série de cenas mitológicas de amazonas, sátiros e etíopes – que a *salpinx* era o instrumento empregado pelos atenienses nas atividades bélicas. Um prato (Figura 06/cat. 14) e uma *kylix* (Figura 07/cat. 15)

de Psiax são os exemplos mais pungentes. No primeiro, temos um arqueiro frígio (com traje e gorro frígios) soprando a *salpinx*, com seu estojo de arco e flechas suspenso à cintura; no segundo exemplo, um hoplita imberbe, com *chitoniskos*, clâmide, elmo e *phorbeia*, soprando a *salpinx*.

Quase todos os trombeteiros militares que identificamos como humanos, na prática musical da vida militar, são imberbes (cat. 07, Figura 04/cat. 12, cat. 13 a cat. 16), o que acarreta dois comentários: o primeiro, sobre a validade desses documentos para comprovar o uso da *salpinx* pelos exércitos atenienses, uma vez que a regra entre homens adultos gregos seria o uso da barba; o segundo, sobre o perfil dos trombeteiros militares.

A primeira questão. Não é necessário lembrar que o fato de os tocadores de trombeta serem imberbes nos incomoda, pois poderia se tratar apenas de míticas guerreiras amazonas. Além disso, para dificultar a interpretação, em 5 desses 6 exemplos (Figura 01/cat. 07, Figura 04/cat. 12 a Figura 5/cat. 15), o pintor representou a figura do trombeteiro em trajes militares isolado, solitário, não havendo a companhia de guerreiros com barba para confirmar a identificação não mitológica.¹⁰ Num único exemplo (cat. 16) o jovem guerreiro imberbe que sopra a *salpinx* está em companhia de outros hoplitas, envolvidos em preparativos militares. O problema é que esses hoplitas também são imberbes, de modo que a questão permaneceria não resolvida. De certo modo, uma *kylix* ática conservada em Florença parece colocar uma solução para esse impasse, retratando um jovem nu tocando a *salpinx*, em posição em que se pode claramente identificar seu sexo.¹¹

No entanto, para abordarmos essa questão com menos dúvidas, contamos, por exemplo, com um fragmento do santuário grego de Gravisca (Figura 08/cat. 17), publicado por Kalinka Huber (1999, n. 187). Trata-se do único caso, de nosso conhecimento, de guerreiro com barba, com escudo e elmo, soprando a *salpinx*. Esse fragmento, conservado no Museu Arqueológico de Tarquínia, constitui, portanto, o único exemplo que inventariamos que com segurança indica, iconograficamente, o uso da *salpinx* entre os guerreiros atenienses; além disso, ele acresce credibilidade ao restante da documentação iconográfica (com Amazonas, sátiros, Etíopes e

guerreiros imberbes) como comprobatória de que era a *salpinx* e não o *aulos* o instrumento que os atenienses elegeram para ritmar suas tropas, diferentemente dos espartanos.

Segunda questão. O que a iconografia nos revela sobre os músicos que desempenhavam a função de trombeteiros militares em Atenas? Em primeiro lugar, não utilizavam uma vestimenta diferenciada, como o faziam *auletai* e *kitharistai* em várias situações em que eram engajados como profissionais. Até mesmo o *auletés* que acompanha guerreiros na *olpé* protocoríntia do Museu da Villa Giulia usa um *chitoniskos* acinturado sem mangas, diferenciado dos resumidos trajes dos guerreiros coríntios (Figura 09).¹² Os trombeteiros não se diferenciam dos demais hoplitas pelas suas vestimentas, estando ou nus ou com *chitoniskos* de guerreiro e clâmide. Com exceção das figuras emblemáticas dos etíopes (Figura 03/cat. 10-11) e do sátiro de Epictetos (Figura 02a/cat. 08), todos os trombeteiros, sejam homens (adultos ou jovens imberbes) ou amazonas, utilizam-se do elmo ou algum outro chapéu militar (como o arqueiro de Psiax – Figura 06/cat. 14 – ou as amazonas com *alopekes* frígio – cat. 6). O trombeteiro etíope do escudo do vaso de Würzburg (Figura 03/cat. 10), mesmo sem o elmo, traz presa à cintura a bainha de um sabre. Além do elmo, há que se notar que muitos desses músicos portam um escudo. A amazona tocadora de trombeta do *epinetron* de Elêusis (cat. 1) traz numa mão suas lanças, enquanto deixa descansar no chão seu escudo, liberando assim a mão direita para empunhar a *salpinx*. Enquanto os dois trombeteiros de Psiax (Figura 06/cat. 14, Figura 07/cat. 15) não carregam escudo (apesar de vários atributos militares), os jovens trombeteiros imberbes de Berlim (Figura 01/cat. 7), da Ágora de Atenas (Figura 04/cat. 12), de Genebra (Figura 05/cat. 13), de Bruxelas (cat. 16), bem como o adulto com barba do santuário de Gravisca (Figura 08/cat. 17), ou o sátiro de Londres (Figura 02a/cat. 8), ou ainda a amazona de Oxford (cat. 5), todos eles, quais guerreiros, usam o escudo.

Os atributos guerreiros do trombeteiro militar (elmo, lança, sabre, escudo) indicam que ele não é somente um músico, mas um indivíduo encarado como guerreiro e com formação militar, que domina o manuseio do escudo e das lanças, do mesmo modo como hoje músicos das bandas militares recebem também formação

militar, apesar de não serem tão treinados para tanto. O tocador de trombeta ateniense, quando necessário, devia estar preparado para se defender e atacar o inimigo, não com o som de seu instrumento, mas com sua capacidade guerreira. Desse modo, em não existindo na Atenas clássica um exército profissionalizado, e em sendo os quadros do exército arregimentados segundo o modelo do cidadão-soldado das *poleis* clássicas, depreendemos que os músicos atenienses que atuavam no exército como trombeteiros faziam-no enquanto guerreiros, enquanto cidadãos, e não enquanto profissionais assalariados, independentemente de atuarem como assalariados nos tempos de paz, como o faziam nos festivais dramáticos ou atléticos, anunciando vencedores, dando sinais informativos e ritmando provas equestres. Esse trombeteiro é um músico-soldado. A iconografia dos vasos áticos sugere, também, segundo o material que nos foi legado, que predominavam nessa função jovens, talvez por serem cidadãos recém egressos das salas de aula de música, desejosos de exibir sua destreza musical, ou por serem ainda pouco experimentados no conflito guerreiro corpo a corpo.

O uso da *phorbeia* entre alguns tocadores de trombeta é um aspecto que nos chama a atenção, apesar de poucos autores terem conseguido analisar o seu significado até recentemente. A. Bélis propõe que houvesse dois tipos de *salpinx*: um tipo que era tocado com palheta, do mesmo modo que o *aulos*, para o qual a *phorbeia* se tornava uma necessidade, e outro sem palheta, cuja embocadura se dava direto na extremidade anterior do tubo do instrumento, não sendo necessário tocá-lo com *phorbeia*. A *phorbeia* propiciava ao tocador de trombeta que usava o instrumento de palheta um som mais contínuo, regular, ao mesmo tempo que lhe permitia tocar com mais força e durante um período mais longo, pois regulava a administração gradativa da tensão das bochechas, aliviando ao mesmo tempo sua tensão muscular. Garantia assim mais regularidade na emissão do ar, que precisava ser feita com muito mais força do que no *aulos* ou na *salpinx* sem palheta, a qual teria se tornado mais comum após o primeiro quartel do séc. V, quando os trombeteiros abandonaram a *phorbeia* (ao menos na cerâmica ática de figuras vermelhas), após meio século de uso registrado

pelos pintores de figuras negras e vermelhas do último quartel do séc. VI e primeiro do V (BÉLIS, 1986, p. 212-214).

O uso da *salpinx* no ambiente militar seria uma singularidade ateniense? Muito improvável! Evidências de ordem muito variada apontam que a *salpinx* era, de modo geral, compreendida pelos gregos como um instrumento militar, apesar da frequente ênfase conferida ao *aulos*.

Simbolismos e funções guerreiras da *salpinx* na cultura grega

A *salpinx* possuía função bélica e era acompanhada de um inerente simbolismo guerreiro. Os epigramas votivos testemunham que as *salpínges* que se tornaram objetos votivos foram ofertadas por tocadores de trombeta em diferentes templos ou a diferentes epítetos da deusa Atena: por exemplo, no templo de Atena Iliaca (*Anth.Pal.* VI.151) ou Atena Troiana (*Anth.Pal.* VI.195); no templo da Virgem Tritonida ou da deusa Triton (*Anth.Pal.* VI.159; VI.194).¹³ Além disso, esse instrumento carregava o epíteto de ser o instrumento de Ares, o “*aulos* de Enyalios” (Philostr. *Gym.* VII.18-19. *Anth.Pal.* VI.151; VI.195). “Enyalios” significava “belicoso”, sendo o nome dado a Ares na *Ilíada*. O “*aulos* de Enyalios” era, propriamente, o instrumento guerreiro.

Cabe ressaltar que a relação da *salpinx* com a deusa guerreira, que conta com múltipla atestação, reforça seu simbolismo cultural bélico (BOWYER, 2016, p. 52-54; NORDQUIST, 2014, p. 246; SERGHIDOU, 2001). Segundo uma versão reportada por Aristônico (*Schol. in Iliadem* IX.474-475), Atena teria inventado a trombeta.¹⁴ Conforme a tradição relatada em Paus. II.21.3, um certo Hegeleos, filho de Tirreno (Τυρσηνός), o qual vinha a ser neto de Héracles com Lídia, e um nome importante da linhagem lendária etrusca, teria aprendido com o pai a técnica de execução da trombeta e a teria ensinado aos dóricos.¹⁵ O mesmo Hegeleos teria sido responsável pelo estabelecimento em Argos de um culto e templo à deusa, adorada como Atena Salpinx, cuja veneração mais tarde

assumiria um sentido político parelho ao culto a Atena Polias em Atenas (SERGUIDOU, 2001). Sófocles promove uma aproximação entre Atena e a trombeta etrusca nas palavras de Odisseus, o qual afirma que não pode ver a deusa, mas pode captar claramente as suas palavras, como os anúncios brônzeos da trombeta etrusca (Soph. Aj. 15-17; BOWYER, 2016, p. 54).¹⁶ Ora, a tradição acessada por Pausânias, de instituição do culto a Atena Salpinx em Argos, deve fazer parte de um contexto cultural mais amplo, em que a *salpinx* se torna um epiclese da deusa, na mesma medida em que o instrumento assume função análoga à coruja ou ao ramo de oliveira como símbolos da divindade. Exemplo paradigmático dessa associação se encontra em um lécito de figuras vermelhas da Acrópole de Atenas, datado da primeira metade do séc. V, em que a deusa Atena segura a *salpinx*, como que orgulhosa de seu invento, enquanto seu escudo, recostado junto ao chão, tem um emblema duplo, formado pela coruja e pelo ramo de oliveira, símbolos que adquirem sentido político no caso da pólis ateniense (BOWYER, 2016, p. 63-64, Figura 1.19, nota de rodapé 201; NORDQUIST, 2014, p. 246).¹⁷ Bowyer (2016, p. 65) observa que a “associação de Atena com a *salpinx* perdura muito além do séc. V a.C. e parece ter se tornado tradicional”. O poeta helenístico Licofron de Cálcis (séc. III a.C.) usa o epíteto Salpinx personalizando a divindade, dizendo que “Salpinx [i.e. Atena] com a própria mão deve orientar a seta, liberando a vibrante corda do arco” (Lyc. *Alexandra* 914-915).¹⁸ Nike (Vitória), a alegoria associada à Atena, sendo inclusive um epíteto seu, foi cultuada em Atenas como Atena Nike, com vinculação aos triunfos da cidade. Assim, o pintor de um *skyphos* etrusco conservado na localidade de Escherheim, junto a Frankfurt, representa Nike em companhia de Hércules, empunhando uma trombeta na sua mão direita, não esquecendo, porém, do escudo, que ela segura com a esquerda, reforçando sua vinculação à Atena como deusa guerreira, bem como com os campos de batalha (BOWYER, 2016, p. 69, Figura 1.23).¹⁹ A personificação da Vitória sopra o instrumento em sua função de anunciadora dos triunfos – no caso, referência ao sucesso de Hércules em seus trabalhos, mas também referência ao êxito na guerra. Nesse sentido, parece oportuna a sugestão de Bowyer (2016, p. 166) de que a representação do instrumento na

pintura de vasos possa marcar uma "visão simbólica da *salpinx* como um emblema das proezas no campo de batalha".

Na Antiguidade, diversos epítetos foram vinculados à *salpinx*, relacionados a possíveis origens ou tipologias, apresentando-nos ao mesmo tempo uma classificação desses tipos de trombeta. Essas informações estão conservadas destacadamente nos *Comentários de Aristônico à Iliada de Homero* (Aristonicus. *Schol. in Iliadem* XVIII.219), gramático alexandrino da época de Augusto e Tibério, e no Dicionário (*Onomastikon*), de Júlio Pólux de Náucratis, do séc. II d.C. Aristônico, autor mais antigo a nos proporcionar um estudo mais pormenorizado, conhecia seis classificações étnicas, baseadas na atribuição de origem, sendo, além da grega, a tirrênica (atribuíu-se sua invenção com frequência aos etruscos, por isso também conhecida como trombeta etrusca, *tyrsenike salpinx*),²⁰ a paflagônica,²¹ a médica (persa), a egípcia e até céltica ou gálica,²² o que sugere que esses povos de várias regiões circunvizinhas do Mediterrâneo antigo usavam na guerra a *salpinx* conhecida dos gregos, ou algum instrumento muito semelhante.

Baquílides caracteriza poeticamente o reinado da paz, numa cidade, pela ausência da *salpinx* de bronze (Bacchyl. fr. 4.75 Maehler),²³ tal sua ligação com a guerra. Tanto Pausânias como Políbio chamam a atenção para o fato de que espartanos e cretenses abandonam o uso da *salpinx*, preferindo o *aulos* e o ritmo, segundo o testemunho mais confiável de Políbio (IV.20.6-7), ou a melodia do *aulos* acompanhado de *lyrai* e *kitharai*, conforme registro mais duvidoso de Pausânias (III.17.5). A preocupação em apontar a singularidade desses costumes evidencia que era a *salpinx* o instrumento mais comum no ambiente militar. Não é à toa que o músico que acompanha os guerreiros aqueus Ulisses e Diomedes, quando estes resgatam Aquiles na ilha de Esquiro, é um trombeteiro. Apesar de retratado com frequência na iconografia clássica (KOSSATZ-DEISSMANN, 1981, n. 93, 98, 137, 169, 166, 172, 178b) e mencionado pelos textos antigos, somente o napolitano Papínio Estácio (ap. 40 – ap. 96 d.C.), na Aquileida (94-95 d.C.), cita seu nome (Stat. *Ach.* 1874-1875): chama-se Agyrtes. Soprando a *salpinx*, ele dá o sinal que revela a presença de Aquiles entre as filhas de Licomedes.²⁴ Aquiles, ouvindo o som metálico característico da vida guerreira,

prefere juntar-se a Ulisses e Diomedes, abandonando o convívio das mulheres de Licomedes, entre as quais havia assumido o nome feminino de Pirra.²⁵ Nessa narrativa mítica, a *salpinx* comporta uma significação de virilidade, de caráter guerreiro, em oposição ao ambiente doméstico feminino no qual o jovem herói se escondia.

Enéas, o Tático (séc. VI a.C.), mais antigo autor grego a escrever sobre a arte da guerra, coloca, no tratado *Poliorcética*, que a trombeta tem o papel de “chamar às armas” (Aen.Tact. XXVII.4).²⁶ Autores do período imperial corroboram esse entendimento. Para Filostrato, o Atenense, era a *salpinx* que incitava os jovens às armas, nesse sentido agindo como um elemento encorajador (Philostr. *Gym.* VII.18-19). Já Plutarco evidencia a diversidade de costumes da cultura musical militar. Enquanto os lacedemônios preferiam marchar nos combates ao som do *aulos*, muitos povos tinham o costume de fazê-lo acompanhados pela *salpinx* (Ps.-Plut. *Mus.* XIV.255-259 [1140b-c]).

Malgrado o incontestável caráter militar do *aulos*, é curioso que os autores de epigramas tenham feito um único registro à conexão militar desse instrumento, ao passo que nos legaram 5 epigramas votivos ilustrativos da função guerreira da *salpinx*. Sobre um epigrama do séc. III a.C., de autoria de Leônidas de Tarento, poeta da Coroa de Meleagro, uma cigarra dirige-se a um guerreiro, dizendo-lhe que este verá uma cigarra sobre a lança de uma estátua da deusa guerreira, Atena, lembrada como inventora do *aulos* – sem fazer nenhuma menção ao caráter militar do instrumento, isso fica implícito apenas na aproximação simbólica entre a deusa guerreira, o *aulos* por ela inventado e o guerreiro que fita a estátua (Leon. *Anth.Pal.* VI.120 [“A Atena”]).

Já as referências à *salpinx* como instrumento militar são bastante evidentes, informando inclusive a identidade de alguns músicos que exerceram a profissão de trombeteiros militares. Ficamos sabendo, por intermédio de Antípatro de Sídón (séc. II a.C.), Timnes de Eleuterna (séc. II a.C.) e Árquias de Antioquia (séc. II-I a.C.), da atuação dos trombeteiros Ferênicos e Miccos de Pallene, que ofertaram as suas *salpínges* de bronze à deusa Atena, após se aposentarem de suas atividades como músicos (Antípatro de Sídón *Anth.Pal.* VI.46; VI.159 [sobre Ferênicos]. Timnes de Eleuterna *Anth.*

Pal. VI.151 [sobre Miccos de Pallene]. Árquias de Antioquia Anth. Pal. VI.195 [sobre Miccos de Pallene]; VI.194 [sobre uma *salpinx* oferecida a Atena, sem identificar o nome de quem fez a oferenda]). Os epigramas nos indicam que os músicos que se engajavam nas campanhas militares durante a guerra, no período de paz atuavam ou bem nos treinamentos militares, ou bem nos palcos. Assim, no caso da *salpinx*, que apresentava um mercado de trabalho mais reduzido do que o *aulos*, a especialização era mais no instrumento em si do que no tipo de engajamento profissional, diferentemente dos *auletai*, entre os quais encontramos uma maior diversidade social, do rico Ismêneas²⁷ ao *trieraules* Formión,²⁸ escravo que acompanhava remadores. Afora acompanhar as tropas nas campanhas, os trombeteiros atuavam nos grandes festivais, anunciando os vencedores ou mesmo rivalizando entre si na força de seus pulmões e diafragma, bem como acompanhando corridas de quadrigas ou corridas em armas: por exemplo, anunciavam a última volta na corrida de cavalos em Olímpia, como também, provavelmente, em outras provas equestres (Paus. VI.13.9). Além disso, subiam também aos palcos, repartindo espaço com os *auletai* – lá não tinham, porém, uma função militar, mas sim a mesma incumbência que nos jogos atléticos, anunciar, qual uma sirene, um alarme, ou estabelecer o momento de silêncio.²⁹

Textos do período clássico, de autores atenienses, como Ésquilo, Tucídides e Xenofonte, informam sobre diferentes funções da *salpinx* nas atividades guerreiras, sugerindo ser esse, no período em questão, o instrumento musical militar tanto em Atenas como em diferentes regiões do Mediterrâneo antigo, estando presente nos diversos fronts de batalha, nos conflitos com os persas ou na expedição à Sicília de 415. Os atenienses empregavam-no para dar o sinal de ataque (Aesch. Pers. 392-395. Thuc. VI.69.2), do mesmo modo que para dar o toque de fuga (Thuc. V.10.3), sendo essas utilizações recorrentes entre outros povos gregos e estrangeiros (Xen. Hell. V.1.9 [ataque]), inclusive persas (Xen. Anab. IV.4.22 [fuga do sátrapa]). Aristides Quintiliano, autor tardio (séc. III-IV d.C.), fornece a descrição mais detalhada das diferentes ordens dadas pela *salpinx*, explicando que os comandos dados por esta são mais seguros que as ordens dadas verbalmente, as quais correm o risco de serem mal compreendidas

por aqueles a quem elas se destinam, ao mesmo tempo que podem ser compreendidas pelo inimigo (Aristid.Quint. *Mus.* p. 62.11-20 e 72.12 [Winnington-Ingram]; BÉLIS, 1984, p. 99-100, nota de rodapé 3).

A técnica grega de adestramento musical dos cavalos, mencionada num trecho de Ateneu sobre os sibáritas e os cárdios (Athen. XII.520d-f. Cf. Jul.Afric. *Cest.* p. 293 [*P.Oxy.* 412]. Ael. *nat.anim.* XVI.23),³⁰ que ensinavam seus cavalos a dançar ao som do *aulos*, era empregada também nos comandos e manobras sincronizadas da cavalaria, regidos pelos diferentes sinais da *salpinx*, conforme a descrição pormenorizada de Xenofonte (*Cav.* III.11-12), que nos retrata um espetáculo de exibição da disciplina militar da cavalaria graças à obediência dos animais e entendimento por parte dos cavaleiros das ordens do trombeteiro.

Qual a lógica cultural do uso da *salpinx* em contexto bélico?

Cabe-nos tentar entender a lógica cultural subjacente à utilização de um instrumento musical como a *salpinx* no contexto militar. Do contato direto com os povos orientais, através dos lídios, os gregos tinham conhecimento da presença de músicos acompanhando as tropas como forma de espetacularizar a guerra, procurando impressionar o adversário com uma imagem de grandeza, ordem e riqueza (Hdt I.1. Gell. I.11.7). Os gregos, porém, deram outro sentido à música no campo da guerra, apesar de estarem suscetíveis a influências orientais no campo das linguagens e instrumentos musicais. Ora, há um problema nesse ponto, pois não podemos falar de uma concepção grega unívoca e homogênea, geral, sobre a finalidade da música no âmbito militar, pois esta difere conforme o instrumento utilizado, a *salpinx* ou o *aulos*, e conforme tradições locais. Quando a *salpinx* é o instrumento preferido para executar o acompanhamento musical militar, como é o caso de Atenas, a finalidade não é a mesma que aquela vinculada ao *aulos*, inclusive porque os resultados sonoros e musicais desse instrumento são bastante distintos.

Em princípio, a *salpinx* tem como objetivo produzir um som que possa ser ouvido à distância. A qualidade requisitada dos tocadores de trombeta era a potência sonora, como nos recorda Pólux (IV.88-90) na história sobre um certo Epítades, capaz de fazer ouvir o som de sua *salpinx* a uma distância de 50 estádios, ou na história de Heródoros de Mégara, que soprava tão forte que não se podia suportar ficar perto dele. Deve-se compreender que, o mais das vezes, tocavam em campos abertos, sob o barulho intenso de um campo de batalha. Desse modo, mesmo que fosse capaz de emitir “o doce canto da paz”, sobre os palcos e nos certames atléticos, seu som lembrava uma “sanguinolenta melodia de guerra” [αἱματόεν πολέμου μέλος], (Antípatro de Sídon *Anth.Pal.* VI.159)³¹, talvez por isso seus sons, que se opunham assim à melodia e ritmo do *aulos* – evocadores da civilização –, fossem qualificados como “bárbaros”, [βάρβαρον], (Antípatro de Sídon *Anth.Pal.* VI.46),³² cremos que no sentido de “estrangeiros”. A finalidade militar da *salpinx*, sonoramente, era produzir uma “música clamorosa”, retumbante (Árquias de Antioquia *Anth.Pal.* VI.195).

Precisava ser altissonante, para que pudesse cumprir sua missão nos amplos e ruidosos campos de batalha. Ela possuía uma função psicológica e uma função comunicativa. Psicologicamente, a *salpinx* servia para “incitar e inflamar os ânimos” [*ut excitarentur atque evibrarentur animi, quod cornua et litui moliuntur*] (Gell I.11.1),³³ “provocando os jovens às armas” [προκαλουμένην τοὺς νέους ἐς ὄπλα] (Philostr. *Gym.* VII.18-19). Era o estímulo encorajador para enfrentar o inimigo, e é nessa medida que ela é chamada *aulos de Ares* (*Enyalios*). Nisso difere do emprego que os espartanos davam ao *aulos* no exército, no qual tinha a função de tornar os hoplitas “mais moderados e mesurados” [*ut moderatiores modulatioresque fierent*] (Gell. I.11.1).³⁴

Os autores antigos frisam com clareza que, quando se usa o *aulos*, a prioridade é o ritmo, pelo qual se disciplina a marcha dos soldados (Plb. IV.20.7). Contrapõem o lutar ao som da *salpinx* [μετὰ σαλπίγγων] ao lutar com a música do *aulos* [αὐλῶν μέλῃ] (Paus. III.17.5); opõem os sinais da *salpinx*³⁵ às melodias do *aulos* (Gell. I.11.1). Se a música do *aulos* contribui para que a marcha avance

com passos bem ritmados (Luc. *Salt.* X), para que serve musicalmente a *salpinx*, se a ela não são associadas nem as qualidades do ritmo nem da melodia?

A *salpinx* cumpre uma função comunicativa, substituindo a mensagem verbal, que é menos eficiente, pois nem sempre pode ser escutada nos campos de batalha e corre o risco de ser entendida pelo inimigo (Aristid. Quint. *Mus.* p. 62.11-20 e 72.12 [Winnington-Ingram]; BÉLIS, 1984, p. 99-100, nota de rodapé 3). É através dos sinais que essa comunicação se efetiva (Aesch. *Pers* 392-5. Thuc. VI.69.2. Xen. *Hell.* V.1.9. *Anth.Pal.* VI.151; VI.195), e esses sinais podem ser estabelecidos por convenções conhecidas somente pelos soldados de um determinado exército. Os sinais podiam ser empregados igualmente para os comandos da cavalaria (Xen. *Cav.* III.11-12). Note-se que o *keras* (corne), instrumento mais rústico e mais ligado à vida rural, também poderia ser usado para emissão de sinais militares, apesar das referências a ele serem mais raras (Thuc. V.10.3. Gell. I.11.1). Mesmo que em menor número, há igualmente exemplos iconográficos da associação do *keras* ao contexto bélico (Figura 02b/cat. 8, cat. 18). “Berrante”, nome com que o correspondente desse instrumento é chamado no Brasil, no meio rural, dá uma ideia da sua possibilidade sonora, atendendo à prerrogativa militar de ser altissonante. Talvez por isto a *kylix* de Epictetos, conservada em Berlim, apresente esta alternância (em um lado, sátiro com *salpinx*, no outro, sátiro com *keras*), sendo o único vaso, do meu conhecimento, que mostre os dois instrumentos ao mesmo tempo como possibilidade de instrumento a ser usado na guerra, visto que os dois sátiros carregam ao mesmo tempo seu escudo (Figura 02a-b/cat. 8a-b).

De fato, ambos, *keras* e *salpinx*, têm a função de encorajar às armas, e podem fazer isto porque seu som tem essa potencialidade. Assim une o viés comunicativo e racional (a emissão de sinais) com o viés psicológico, pré-racional (o estímulo encorajador para encarar os desafios da guerra e superar os temores, e ao mesmo tempo aterrorizar o inimigo). Vê-se aí que a força inerente à *salpinx*, que a justifica como instrumento indispensável à guerra, carrega consigo um paradoxo, que nos chama a atenção e nos demanda reflexão.

Entre a comunicação de sinais e uma psicologia de terror e sangue

Como vimos, a lógica subjacente à instituição da trombeta como instrumento musical bélico está na funcionalidade comunicativa. Ao mesmo tempo, vimos que não se trata de uma conta simples. Sua capacidade para exortar os cidadãos-soldados ao combate está associada a alguma qualidade em seu som, em seu timbre, que está além da potencialidade comunicativa. Sim, emite sinais. Mas envolve também furor e temor. Aterroriza. A esse respeito, Bowyer (2016, p. 175) considera o *tarantara* atribuído à *tuba* por Ennio (*Ann.*II.143[451]) como uma espécie de “descrição do terrível som do sinal de ataque da trombeta, de modo a ecoar o som do instrumento no campo de batalha”. Na mesma linha, Skutsch (1985, p. 608), que considera essa passagem “um caso extremo de onomatopeia”, o *tarantara* “podia marcar a abertura da batalha”. Por que seu som traduz tanto o campo de batalha? O que torna possível essa capacidade de exortar, de encorajar? Seu volume ensurdecedor? Mas somente? Creio que não. Há algo infrarracional, diverso da emissão de sinais, que está no campo de uma linguagem racionalmente calculada.

Parte desse domínio infrarracional, abrangido e fundante das potencialidades culturais e militares da *salpinx*, pode ser captado pelas suas adjetivações e epítetos de origem. Algo de bárbaro lhe é atribuído. Seu “clamor bárbaro” (*Anth.Pal.* VI.46) a coloca em zonas limítrofes, de onde provém. Em suas origens, vem dos limites geográficos e, enraizada na alteridade, é desafiadora aos princípios de civilização grega. Etíope, egípcia, persa, celta, gálica, pflagônica, tirrênica... De outro lado, está nos limites da humanidade, no “outro” mítico, representado pelas amazonas, pelos silenos ou mesmo pelos etíopes, figuras lendárias que remetem à memória mítica dos tempos do rei Menés.

O aspecto bárbaro, porém, mesmo que resultante de habitar as alteridades geográficas, está contido nela mesma, naquilo que seu timbre gera. Naquilo que seu som evoca na memória social: a sua sanguinolência. É assim que Antípatro de Sídion (*Anth.Pal.* VI.159) fixa a memória do instrumento e seu som em um epigrama

votivo: “melodia sangrenta da guerra tocada na trombeta”, [πάρος αἱματόεν πολέμον μέλος ἐν δαΐ σάλπιγξ].³⁶ Sua música suscita em Baquilídes o sentimento de guerra; ele a sente como a “trombeta de canto belicoso”, [σάλπιγξ πολεμῖαν ἀοιδάν] (Bacchyl. *Dith.* XVIII.4). Mas vale também prestar atenção ao predicado que o poeta atribui à trombeta [χαλκοκώδων]; conforme Liddel and Scott, *brazen-mouthed*, ou seja, “de boca de bronze”. Ora, a composição metálica da trombeta é indispensável para produzir o “som terrível”, *terribile sonitu*, o *tarantara* (Enn. *Ann.* II.143[451]). Horácio contribui para entendermos esse aspecto, mesmo que se refira à *tibia* e à *tuba*,³⁷ ao considerar a contraposição entre a simplicidade e delicadeza da primeira (que dá o tom ao coro), e o som sólido da trombeta brônzea (*orichalco*), som viabilizado pelo material metálico (Hor. *Ars.* 202).³⁸ Instrumentos de osso e madeira não têm a capacidade de proporcionar o “som terrível”. Ademais, o som da guerra é metálico. A dor e o sofrimento da guerra, assim como o êxtase do triunfo militar, se dão em um ambiente prenhe de barulhos metálicos. Interessante observar que Homero, que não faz referência direta à presença da *salpinx* nos campos de batalha – talvez até porque descreva precipuamente embates individuais dos heróis, homem a homem (BOWYER, 2016, p. 78) –, em suas comparações evoca o timbre metálico da voz em uso militar, tendo em mente o poder da trombeta. O arauto aqueu, Estentor, cuja voz equivalia à de 50 homens, tinha “voz de bronze”, [χαλκεόφωνος] (Hom. *Il.* V.785), o que vincula o poder comunicativo do arauto ao poder de mesma natureza da trombeta, na emissão de sinais audíveis à distância e em meio a muito barulho. Mas é quando fala de Aquiles que Homero evoca seu poder aterrorizante. Os gritos do herói, metálicos, apavoraram os cavalos e aurigas troianos, fizera-os recuar e os levaram à morte. Seriam gritos semelhantes ao som de uma trombeta (Hom. *Il.* XVIII.219-224). A densidade poética da tradução de Odorico Mendes entra em sintonia com essa dimensão infrarracional do poder do som da trombeta, a que nos referimos mais acima, e aqui presente na voz de Aquiles:

*Como o clangor da tuba [som estridente da trombeta], em
[duro cerco
de hostes exciais [tropas funestas], o alarme soa,
A voz soou de Aquiles érea [metálica] e clara:
Treme o inimigo [o exército troiano]; retrocedem os coches,
Dano os frisões comados [cavalos de longas crinas] pressagiam;
Assustam-se os aurigas [cocheiros], do Pélida [Aquiles]
Ao ver sobre a cabeça o fogo horrendo [áurea com que Atena
[circundou sua cabeça]
(Hom. Il. XVIII.183-188 [Odorico Mendes])³⁹*

Considerações finais: a *salpinx* cidadã e viril

O efeito aterrorizante remete a uma psicologia do terror e do sangue que emana da percepção cultural da trombeta. Assim, o gosto por representá-la ligada a personagens mitológicos e lendários, como amazonas, etíopes ou silenos, mostra que a psicologia da trombeta extrapola o sentido comunicativo. Sua capacidade de estimular à guerra jaz em algo negativo do ponto de vista civilizacional. Mas aqui se encontra um aspecto paradoxal em sua significação cultural, notadamente aos atenienses. Ao mesmo tempo em que ela se situa no campo do bárbaro, do não-grego, em suas origens, assim como no furor descontrolado que evoca, a *salpinx* suscita um sentimento de pertença grega, políade, um sentimento cidadão, comparável talvez somente à *lyra*. Vale lembrar que alguns atribuíam a Atena a sua invenção.

Sobre esse sentido cidadão, basta considerarmos como, na iconografia dos vasos áticos, o trombeteiro nunca se diferencia dos hoplitas por sua indumentária, e a eles se equipara pelo aparelhamento militar. A “prova dos nove” de que é uma característica distintiva da iconografia ática a representação do tocador de trombeta como um militar, é o fato de que o único exemplo de trombeteiro usando requintada vestimenta profissional de músico ao atuar em uma batalha ocorre em uma vaso ápulo, produzido em Tarento, no Sul da Itália, no final do século V. Neste, o *salpiktes* se diferencia por sua vestimenta profissional dos hoplitas (estes nus), inclusive

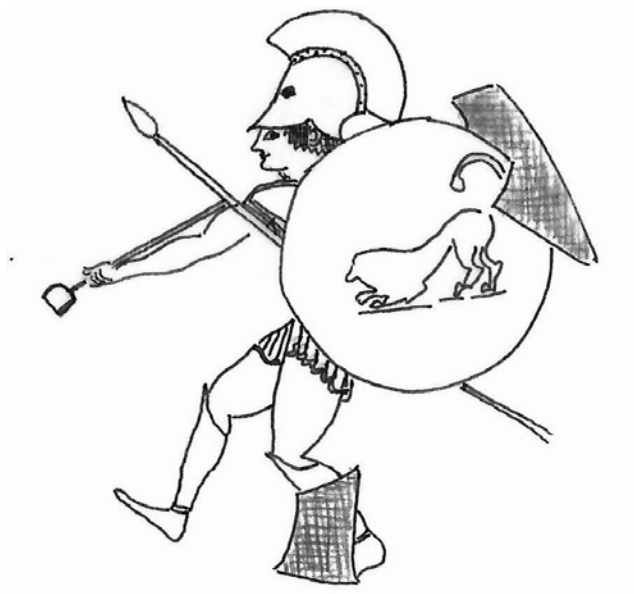
não portando qualquer acessório militar. Ora, é em um ambiente sócio-cultural não-ateniense e colonial que a figura do trombeteiro se descola do soldado, e, portanto, da significação política, cidadã, que possui em Atenas, em Argos e em outras regiões da Grécia (BOWYER, 2016, Figura 3.8).⁴⁰

Não é como músico profissional que os pintores de vasos áticos o representam, mas como cidadão em armas, na defesa da pólis! Vê-se assim como a *salpinx* carrega outra sorte de positividade, que estimula sua aderência cultural em Atenas e em vários rincões da Grécia: “sentimento de nacionalidade”. Corroborando este sentido político da trombeta, outros binarismos simbólicos se agregam, por exemplo, simbolismos identitários e de gênero.

Um conteúdo de ideologia política reforça a oposição entre o *aulos* e a *salpinx*, que militarmente oporiam as estratégias bélico-musicais de Esparta e Atenas. Enquanto os trombeteiros em Atenas seriam basicamente cidadãos atenienses, boa parte dos *auletai*, que desempenhavam variadas funções, seriam estrangeiros ou escravos. A deusa Atena não rejeitou o *aulos* somente por enfeiar seu rosto, mas também por se acreditar que era de origem asiática e indigno para um homem livre (Plur. *Alc.* 2). Já a trombeta, conhecida por anunciar a guerra, também anunciava o início das assembleias – tinha o mesmo papel duplo da deusa, papel guerreiro e político. Representava, portanto, a obrigação a ser cumprida por todo cidadão, de cumprir seus deveres políticos e militares. Esse sentido não seria exclusividade ateniense, posto que a tradição da Atena *Salpinx* argiva indica esse sentido político da trombeta também em outras localidades (SERGHIDOU, 2001; LECOMTE, 2002, p. 510).

Paralelamente, há um sentido de gênero que organiza esse campo simbólico, reforçando a positividade militar da trombeta. Enquanto o *aulos* frígio era considerado feminino pelo seu caráter lamentoso, a *salpinx* era tida como masculina, devido à sua veemência, qualidade compartilhada com a *lyra*, considerada masculina por ter uma afinação muito baixa e ser rude (Aristid. Quint. *Mus.* II.16).⁴¹

Masculina, “nacional”, guerreira, política, cidadã. Emblema de triunfos militares, aterrorizante, sanguinolenta. A trombeta é, ao mesmo tempo, um discurso. Discurso da guerra, da violência bélica; um discurso ideológico de afirmação de pretendida superioridade militar e de simbolização de valores etnocêntricos.



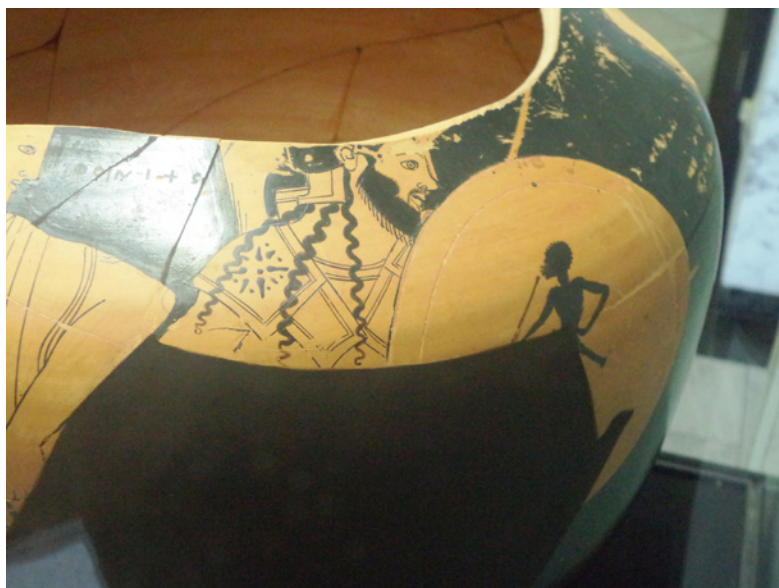
Legenda: Figura 01/cat. 07.



Legenda: Figura 02a/cat. 8.



Legenda: Figura 02b/cat. 8



Legenda: Figura 03/cat. 10.



Legenda: Figura 04/cat. 12.



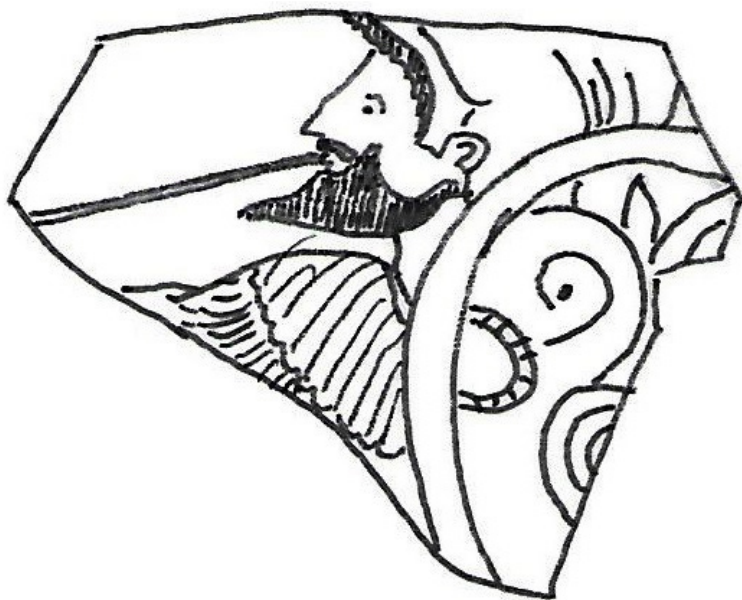
Legenda: Figura 5/cat. 15.



Legenda: Figura 06/cat. 14.



Legenda: Figura 07/cat. 15.



175

Legenda: Figura 08/cat. 17.



Legenda: Figura 09¹².

“Melodia sangrenta” (*Anth.Pal.* VI.159): a trombeta e a guerra na Grécia...

“BLOODSTAINED MELODY” (*ANTH.PAL.* VI.159): THE TRUMPET AND THE WAR IN ANCIENT GREECE

Abstract: This paper aims to interpret the trumpet (*salpinx*), in iconography and texts, in its various links with the war in Ancient Greece, namely in Athens, seeking to analyze military functions and symbolisms.

Keywords: Music. War. Trumpet. Iconography. Ancient Greece.

Catálogo (*salpinx* e *keras* em cenas de significação militar na iconografia de vasos áticos)

1. *Epinetron* (fragmentos). Figuras negras.
Pintor de Safo (HASPELS ABL p. 104, 106, 228, pr. 34.1 a-b-c).
Eleusis, Museu Arqueológico, 907 (7965 = 465).
Final do séc. VI.
2. *Lekythos*. Figuras negras.
Atenas, Museu Nacional, 12738.
3. *Lekythos*. Figuras negras.
Klugmann Painter (ARV 1199/15).
Atenas, Museu Nacional, 12782.
4. *Oinochoe*. Figuras vermelhas.
Schuwalow Painter (ARV 1207/14).
Ferrara, Museo Archeologico, 2496 (T 915).
c. 440-430.
5. *Kylix*. Figuras vermelhas.
Oltos (ARV² 62/77).
Oxford, Ashmolean Museum, 1927.4065.
c. 520-510.
Bibliografia: BÉLIS, 1986, p. 215, Figura 17, nota 43. *Agora* XXX, p. 178, texto ref. a 257 (com bibliografia).
6. *Kylix*. Figuras vermelhas.
Oltos (ARV² 43/74; 55/15).
Vaticano, Museu Gregoriano, inv. 498.
c. 520-510.
Bibliografia: BÉLIS, 1986, p. 215, Figura 18, nota 43.

7. [Figura 01] *Kylīx*. Figuras vermelhas.
Oltos (pintor), Euxitheos (oleiro) (ARV 60/64).
Berlin, Antikesammlung, F2264.
c. 510.
Bibliografia: CVA Berlim 1 pr. 1,3 (DDR 1, pr. 112-114).
Desenho: Fábio Vergara Cerqueira (2018).
8. [Figura 02a-b] *Kylīx*. Figuras vermelhas.
Epictetos (ARV² 70/3).
Londres, Museu Britânico, E 3 (814).
c. 520-510.
Bibliografia: BÉLIS, 1986, p. 215, Figura 20, nota 46.
Foto: © Trustees of the British Museum
9. *Kylīx*. Figuras vermelhas.
Próxima do Pintor de Bowdoin e do Pintor de Scheurleer. Classe III. “Palmette-eye cups” (ARV² 49/186).
Paris, Louvre, G 73 (MN 149 = N 3302).
c. 520-510.
Bibliografia: CVA Louvre 10 (França 16) pr. 21.2-6.
10. [Figura 03] Ânfora (fragmentária). Figuras vermelhas.
Pintor de Kleophrades.
Würzburg, Martin von Wagner Museum, L 508.
Em torno de 480.
Bibliografia: BÉLIS, 1986, Figura 14, nota 35. LIMC “Aithiopes”, n. 10.
Foto: Fábio Vergara Cerqueira (2014).
11. Ânfora. Figuras vermelhas.
Viena, Kunsthistorisches Museum, IV 3724.
Primeiro quartel do séc. V.
Bibliografia: LIMC “Aithiopes”, n. 9.
12. [Figura 04] Fragmento. Figuras vermelhas.
Pintor de Kleophrades (ARV² 186/46; Para 340; Add² 187).
Atenas, Museu da Ágora, P 10509.
c. 480.
Bibliografia: *Agora* XXX, n. 257, p. 178-179. BÉLIS, 1986, p. 213, Figura 12.
Desenho: Fábio Vergara Cerqueira (2018).

13. [Figura 05] *Kylix*. Figuras vermelhas.
 Pintor do Círculo de Nikósthene (ARV² 1628, ad. A 135/9 bis).
 Genebra, Musée d'Art et d'Histoire, inv. 20.152.1964 (020152).
 c. 510.
 Bibliografia: BÉLIS, 1986, p. 215-7, Figura 19, nota 44.
 ©MAH|Colléctions en Ligne
14. [Figura 06] Prato. Figuras negras.
 Psiak (ABV 294/19).
 Londres, Museu Britânico, B 590.
 c. 520-515.
 Bibliografia: BÉLIS, 1986, p. 215-7, Figura 15, nota 42.
 ©Trustees of the British Museum
15. [Figura 07] Prato. Figuras negras.
 Psiak (ABV 294/20).
 Londres, Museu Britânico, B 591 (1867,0508. 941).
 c. 520-515 a.C.
 Bibliografia: BÉLIS, 1986, p. 215-7, Figura 16, nota 42.
 ©Trustees of the British Museum
16. *Kylix*. Figuras vermelhas.
 Pintor da Fundação, próximo de Brygos (ARV² 402/17).
 Bruxelas, Musée du Cinquantenaire, R 322.
 c. 480.
 Bibliografia: BÉLIS, 1986, p.215-7, Figura 21, nota 47.
17. [Figura 08] *Kylix* (fragmento do fundo). Figuras vermelhas.
 Pintor de Delos.
 Tarquínia, Museo Archeologico, 72/20048.
 c. 520-510.
 Bibliografia: HUBER, 1999, n. 187.
 Desenho: Fábio Vergara Cerqueira (2018).
18. Ânfora. Figuras negras.
 Pintor de Amasis. (ABV 152.25).
 Paris, Bibliothèque Nationale, 222.
 Em torno de 530.
 Descrição: Guerreiro soprando *keras*.
 Bibliografia: PAQUETTE, 1984, p. 73, K2.

Notas

¹ Sobre o valor marcial das poesias de Sólon, ver: Athen. XII.517a. Phld. *Mus.* LXXXVII.20.

² De forma sucinta, “a *salpinx* consistia em um tubo bastante longo e reto, com orifício estreito e cilíndrico, finalizando com um sino proeminente em forma de tulipa na extremidade. Era usualmente de bronze com uma embocadura de osso (de acordo com Pólux). Os pintores de vaso sugerem o comprimento de 80 a 120cm” (WEST, 1992, p. 118). “Trumpet” (inglês) ou “trompette” (francês) exemplificam a tradução mais usual, apesar de haver uma grande discussão sobre o sistema de embocadura do instrumento, havendo dúvidas se usaria ou não palhetas, aos moldes do moderno trompete. Nordquist (2014, p. 241-241) coloca que não há prejuízo em manter essa tradução, ao fazer uma discussão sobre essa problemática, a qual está bem desenvolvida em Bélis (1986, p. 212-217). Dada a dimensão e volume sonoro do instrumento, Roosevelt Rocha (2010, p. 147) prefere descrevê-lo como “um tipo de trompa de origem etrusca”. Em razão da forma e dimensão do instrumento, considero mais adequada para o português a tradução “trombeta”, descartando “trompa” ou “trompete”, que sugerem outros tipos de aerofones, que não possuem tubos exclusivamente retos.

³ Relevo neoassírio. Alabastro. Par de painéis de parede. Proveniência: Nínive, Iraque. Palácio de Senaqueribe, pátio VI, painéis 63-64. 700-692 a.C. Londres, Museu Britânico, 124820 (1851,0902.6).

⁴ Cratera orientalizante. Assinada: *Aristonothos epoiesen*. 680-670 a.C. Proveniência: uma tumba em Caere. Roma, Museus Capitolinos, inv. 172 (antiga Coleção Castellani).

⁵ Sobre os Anônimos de Bellermand, ver: Dietmar, Najock. *Drei anonyme griechische Traktate über die Musik*: Eine kommentierte Neuausgabe des Bellermandschen Anonymus. Kassel: Barenreiter, 1972. (Göttinger Musikwissenschaftliche Arbeiten, Band 2).

⁶ Conforme Landels (2002, p. 80), era o correspondente romano da *salpinx*, adjetivada nos autores latinos como “Tirreniana” ou “Etrusca”, como o faziam autores gregos em relação à *salpinx*.

⁷ “And the trumpet in terrible tones taratantara blared” (Warmington). *At tuba terribili sonitu taratantara dixit*. (II.fr.143 Warmington = II.fr.18 Steuart). Fragmento identificado como 451 em Nordquist (2014) e Browyer (2016).

⁸ Outro exemplo se encontra no medalhão da *kylix* de figuras vermelhas, Berlin, Antikensammlung, V.I. 3217, em que um sátiro nu toca *salpinx* (parece soprar dois tubos ao mesmo tempo), empunhando com a mão esquerda um escudo beócio. CVA Berlin 1, Taf. 4 (DDR 1, Taf.). Atribuída ao Bowdoin-Eye Painter. c. 515-510 a.C.

⁹ “Etiópe” era uma figura mítica, presente desde Homero, designadora de povos com pele escura, de várias regiões. Em Heródoto e Xenofonte estava clara a associação com o negro e o mulato, pela referência ao nariz adunco e ao cabelo pixaim. Pausânias referia-se à Etiópia como região ao sul do Egito. É significativo lembrar, pois somos herdeiros de uma cultura e sociedade racistas, que preconizaram a inferioridade racial do negro, que os etíopes eram qualificados como “inocentes”, sendo visitados por 12 dias pelos Olímpios. A denominação “etíope” indica o “rosto bronzeado”. São elogiados por Hesíodo por terem uma alma elevada. Falava-se de um rei que enfrentara Cambises, quando os persas queriam invadir seu país, como o homem mais belo e mais alto do mundo. Eram tidos como piedosos. Heródoto e Diodoro da Sicília falam dos faraós da XXV dinastia (a dinastia etíope) como modelos de piedade e justiça (SNOWDEN, 1981). A associação dos etíopes ao som estava referida na história de Calístrato, que afirmava que eles fizeram uma estátua “vocal” de Mênnon, na Etiópia (Callistr. Stat. 9). As “estátuas que falam” dos etíopes seriam superiores às de Dédalo. As lendárias estátuas vocais etíopes devem se referir ao conhecido colosso de Mênnon, que, na verdade, constituía-se de um par de estátuas criselefantinas de Ramsés II em seu templo funerário do Vale dos Mortos, em Tebas. A explicação moderna para o fenômeno do canto da estátua no amanhecer é que, constituída de vários blocos, emitia um som durante a alvorada, devido ao fenômeno de retração e expansão decorrente da grande variação térmica do clima desértico entre a noite e o dia.

¹⁰ Nos casos em que o trombeteiro imberbe está representado no medalhão de uma *kylix*, vale examinar as duas faces externas, para averiguar a possibilidade metodológica de se aferir alguma conclusão. No caso da *kylix* de Oltos, de Berlim (cat. 07), entre os guerreiros das faces externas, há outros imberbes, misturados à cena. Esta observação contribui para não tomar como fator definitivo para identificação de gênero a presença ou ausência da barba.

¹¹ *Kylix* ática de figuras vermelhas. Final do séc. V. Florença, Museu Arqueológico, inv. 81600. CVA Florença 4, pr. 118. Paquette, 1984, p. 80-81, T10. Não dispomos de referências sobre como se dava o processo de aprendizado da *salpinx*, diferentemente do *aulos*. Não há indícios de sua ocorrência no âmbito escolar. Entretanto, o número representativo de figuras de rapazes imberbes tocando trombeta, na pintura de vasos áticos, indica que devesse ocorrer algum processo de aprendizado ainda na juventude, talvez durante a efebia (16 a 18 ou 19 anos de idade), em associação a aprendizados de natureza militar.

¹² *Olpe* protocoríntia (Vaso Chighi). Proveniência: Veio, túmulo de Monte Aguzzo. c. 640-630 a.C. Roma, Museo di Villa Giulia, inv. 22679. ©Imagine SBAEM – Licença: CC BY NC 3.0.

¹³ Epíteto que associa a deusa à sabedoria, à prudência, indicando talvez sua origem, aparece sob diferentes formas: Tritogeneia (Triton-nascida?) (Aristoph. *Lys.* 346-347), Tritônia (Ov. *Met.* II.8; V.250; V.270), Tritonida (Ov. *Met.* V. 645). Refere-se talvez à sua origem no rio Triton, do norte da África, ou a uma associação a divindades da água, como Triton, mãe de Anfitrite, ou em geral a uma origem na água. O epíteto Tritogeneia se mistura com o epíteto Alalcomênia, epíteto da divindade derivado da cidade homônima da Beócia, “onde”, conforme Lewis Farnell, “era um título sagrado derivado do córrego Triton que corria próximo ao templo”. Farnell acrescenta que colonos beócios fundadores de Cirene introduziram essa devoção na Líbia, a partir de onde o culto de uma Atena líbia, chamada Triton-nascida (Tritogeneia), teria se espalhado pelo mundo grego (FARNELL, 2010, p. 268). Assim, é plausível situarmos na Líbia e/ou na Beócia templos à Atena Triton/Tritônia/Tritogeneia/Tritonida.

¹⁴ Acomodando à versão mais usual, que atribuída a invenção da trombeta aos etruscos, Aristônico afirma que Atena a inventara para os etruscos.

¹⁵ “Ἀθηνᾶς δὲ ἰδρύσασθαι Σάλπιγγος ἱερὸν φασιν Ἡγέλεων. Τυρσηνοῦ δὲ τοῦτον τὸν Ἡγέλεων, τὸν δὲ Ἡρακλέους εἶναι καὶ γυναικὸς λέγουσι τῆς Λυδῆς, Τυρσηνὸν δὲ σάλπιγγα εὐρεῖν πρῶτον, Ἡγέλεων δὲ τὸν Τυρσηνοῦ διδάξαι τοὺς σὺν Τημένῳ Δωριέας τοῦ ὀργάνου τὸν ψόφον καὶ δι’ αὐτὸ Ἀθηνᾶν ἐπονομάσαι Σάλπιγγα” (Spiro). “A sanctuary of Athena Trumpet they say was founded by Hegeleos. This Hegeleos, according to the story, was the son of Tyrsenus [Tirreno], and Tyrsenus was the son of Heracles and the Lydian woman; Tyrsenus invented the trumpet, and Hegeleos, the son of Tyrsenus, taught the Dorians with Temenus how to play the instrument, and for this reason gave Athena the surname Trumpet” (Jones).

¹⁶ “ὡς εὐμαθὲς σου, κἄν ἄποπτος ἦς ὅμως, / φώνημι’ ἀκούω καὶ ξυναρπάζω φρενὶ / χαλκοστόμου κώδωνος ὡς Τυρσηνικῆς” (Storr). “com que facilidade, embora estejas invisível,/ ouço as tuas palavras e as apreendo no meu espírito,/ como se saíssem da boca de uma trombeta de bronze da Tirrénia” (Resende).

¹⁷ Lécito ático de figuras vermelhas. 500-450 a.C. Atenas, Museu da Acrópole, 2568. LIMC s.v. Athena, n. 600.

¹⁸ “αὐτὴ γὰρ ἄκραν ἄρδιν εὐθυνοεῖ χεροῖν / Σάλπιγξ ἀποψάλλουσα Μαιώτην πλόκον”. (A. W. Mair). “for the Trumpet herself shall with her hand guide his arrow point, releasing the twanging Maeotian [i.e. cita] bowstring” (A. W. Mair).

¹⁹ *Skyphos* etrusco de figuras vermelhas. c. 350-325 a.C. Frankfurt-Escherheim, Museu Municipal (antiga Col. Haeberlin).

²⁰ Tirreno (ou Tyrsenos), neto de Héracles, teria sido inventor da *salpinx*, mas uma versão alternativa atribui a disseminação a Hegeleos, filho de Tirreno (Paus. II.21.3). Outras atribuições também a associam às margens do Mar Tirreno e à Etrúria, como Pisaio, possível herói fundador da cidade etrusca de Pisa

(Plin. *N.H.* VII.56.201). Autores gregos se referem à trombeta como etrusca/tirrênica: eg. Aesch. *Eum.* 568 (διάτορος Τυρσηνικῇ σάλπιγγι); Eur. *Phoen.* 1377 (Τυρσηνικῆς σάλπιγγος). Isidoro de Sevilha (*Etym.* XVIII.4.2) atribui sua invenção aos piratas tirrênicos, explicando inclusive a razão do invento: viabilizar a comunicação a distância na costa do Tirreno. Para um arrolamento e explicação detalhados de diversas versões sobre a invenção etrusca da trombeta, ver Castro (2017, p. 509-514).

²¹ A Paflagônia era uma região na costa do Mar Negro, situada no Norte da Anatólia Central, entre a Bitínia, a leste, e o Ponto, a oeste, onde se localizava a importante cidade grega Sinope. Após o breve domínio de Alexandre, esteve sob a jurisdição de um diádoco, mas garantindo autonomia aos príncipes locais. Ao final do séc. IV, e durante quase todo Período Helenístico, esteve sob o domínio dos reis pânticos. Mais tarde, em 293 d.C., à época de Diocleciano, foi promovida à condição de Província da Paflagônia. De acordo com a classificação de Aristônico, a *salpinx* paflagônica seria mais longa que a grega e de registro mais grave (βαρύφωνος), e teria na extremidade um sino em forma de cabeça de touro (BOWYER, 2016, p. 46-47). Também era chamada βόϊνος, palavra grega, certamente não usada pelos próprios paflagônios, que sugere a relação com o touro.

²² Para essas atribuições étnicas de origens, que corresponderiam a cinco tipos de *salpinx* não gregas conhecidas, ver Bowyer (2016, p. 43-47).

²³ “χάλκεῖν δ’ οὐκ ἔστι σαλπίγγων κτύπος” (Maehler).

²⁴ A mãe de Aquiles, a ninfa Tétis, para evitar o cumprimento do oráculo de que seu filho morreria se fosse para a guerra, leva-o para a ilha de Esquiro, para escondê-lo junto às mulheres da família de Licomedes (Stat. *Silv.* II.6.30-31). Lá conheceu Deidameia, com quem se casou antes de partir para Troia, e teve um filho, Neoptolemos.

²⁵ *Pyrrha* (“ruiva”); outros nomes associados a Aquiles disfarçado de mulher em Esquiro são Issa ou Kerkysera.

²⁶ “ἐὰν δέ τι ὁ στρατηγὸς φοβερὸν αἰσθηται, τῇ σάλπιγγι σημαίνειν· τοῦτο δ’ ἔστω γνωστὸν ὅτι εἴη τὸ πολέμιον” (William Abbott Oldfather).

²⁷ “Ismênias de Tebas, um dos *auletai* mais ricos e mais prestigiados da Antiguidade, encomendou, de um atelier de Corinto, um instrumento que ele comprou por 7 talentos (isto é, 42.000 dracmas; comparativamente, uma trombeta valia somente 60 dracmas)” (BÉLIS, 1989, p. 45).

²⁸ Em Atenas, conforme Pólux I.96, recebiam essa denominação aqueles que acompanhavam os remadores das trirremes com o aulos. Estes eram, via de regra, estrangeiros assalariados, tais como os *auletai* especificados na lista da tripulação de uma trirreme ateniense. Um destes chamava-se Sógenes de Sifnos; outro, de quem não sabemos o nome, supomos, vinha de Priene. Ver: “Lista

de tripulação de trirreme ateniense” (também conhecida como “Inscrição do catálogo naval”), *IG* i 1032, col. 7, l. 162 (=IG II/III 1951). AIO, *IG* i 1032, col. 7, l. 162 (αὐλητής), l. 163 (Σόgenes de Sifnos); col. 8, l. 298 (*auletes?*), l. 299 (-nes of Pri[ene?]). (Tradução de Stephen Lambert e Robin Osborne). Disponível em: <<https://www.atticinscriptions.com/inscription/IGI3/1032>>. Acesso em: 15 jan. 2018. O tradutor observa, na nota 8, que os *auletai* são basicamente estrangeiros. Era considerado um ofício menos prestigioso, próprio a *auletai* de baixa extração social, por exemplo, indivíduos de origem servil, como o *triaules* Formíon, suposto amante da mãe de Ésquines e escravo de Díon de Frearrios (Dem. 18.129).

²⁹ Sobre a presença da *salpinx* nos jogos e festivais, ver: VALAVANIS, Panos. La proclamation des vainqueurs aux Panathénées. À propos d’amphores panathénaïques de Praisos. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, v. 114, p. 350-352, 1990. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/bch_0007-4217_1990_num_114_1_1725>. Acesso em: 15 jan. 2018. e CROWTHER, N. B. The role of heralds and trumpeters at Greek Athletic Festivals. *Nikephoros*, Hildesheim, n. 7, p. 135-155, 1994.

³⁰ Uma curiosidade: tomamos conhecimento dessa história graças a um fracasso. Os crotoniatas, rivais dos sibaritas, tendo acesso aos seus segredos, trouxeram *auletai* disfarçados em trajes militares. Ao tocarem no *aulos* a canção conhecida pelos cavalos de Síbaris, estes puseram-se a dançar, o que lhes custou a derrota.

³¹ “I, the trumpet that once poured forth the *bloody notes of war* in the battle, and the *sweet tune of peace*, hang here, Phrenicus, your gift to the Tritonian maid [Athene], resting from my clamorous music” (Paton).

“ἃ πάρος αἵματόεν πολέμου μέλος ἐν δαΐ σάλπιγξ / καὶ γλυκὺν εἰράνας ἐκπροχέουσα νόμον, / ἄγκειμαι, Φερένικε, τεὸν Τριτωνίδι κούρῃ / δῶρον, ἐριβρύχων παυσασμένα κελάδων.”

³² “Phrenicus, having quitted the wars and the altar, presented to Athene his brazen trumpet, previously the spokesmen of peace and war, sendind forth a *barbarous* clamour from its mouth” (Paton).

“τὰν πρὶν Ἐνυαλίοιο καὶ Εἰράνας ὑποφᾶτιν, / μέλλουσιν κλαγγὰν βάρβαρον ἐκ στομάτων, / χαλκοπαγῇ σάλπιγγα, γέρας Φερένικος Ἀθάνᾳ. / λήξας καὶ πολέμου καὶ θυμέλας, ἔθετο.”

³³ “that their courage might be roused and stimulated, which is the purpose of horns and trumpets” (J. C. Rolfe).

³⁴ “that they might be calmer and advance in better order” (J. C. Rolfe).

³⁵ Associa-se à *salpinx* o verbo “σημαίνειν” (Philostr. *Gym.* VII.18), “emitir sinais”.

³⁶ “‘bloodstained’ sounds made by the trumpet” (Paton).

³⁷ *Tibia*, equivalente romano do *aulos*; *tuba*, da *salpinx*.

³⁸ “tibia non, ut nunc orichalco, vincta tubaeque / aemula, sed tenuis simplexque foramine pauco / adspirare et adesse choris erat utilis atque / nondum spissa nimis complere sedilia flatu” (Smart). “At one time the flute – not as now bound with brass and a rival to the trumpet, but simple and delicate in tone and with only a few stops – was of service in giving the note to the Chorus” (Kaimowitz).

³⁹ “ὥς δ’ ὅτ’ ἀριζήλη φωνή, ὅτε τ’ ἴαχε σάλπιγξ / ἄστν περιπλομένων δηῖων ὑπο θυμοραϊστέων, ὥς τότ’ ἀριζήλη φωνή γένετ’ Αἰακίδαο. οἱ δ’ ὥς οὖν ἄϊον ὅπα χάλκεον Αἰακίδαο, / πᾶσιν ὀρίνθη θυμός· ἀτὰρ καλλίτριχες ἵπποι / ἄν ὄχεα τρόπεον· ὅσσοντο γὰρ ἄλγεα θυμῶ...” (Monro; Allen). Algumas traduções não valorizam o termo “brônzeo”, χάλκεον, satisfazendo-se com a ideia “loud cry”, “grito alto” (Butler). Já Murray prefere *brazen voice* (“voz de bronze”). Assim, as traduções oscilam, mas mantêm a relação entre o tom metálico do grito de Aquiles e o poder aterrorizante do som da *salpinx*. “Ringing as the note of a trumpet that sounds alarm then the foe is at the gates of a city, even so *brazen was the voice* of the son of Aiaikos, and when the Trojans heard its clarion tones they were dismayed. Thrice did Achilles raise his *loud cry* as he stood by the trench, and thrice were the Trojans and their brave allies thrown into confusion; whereon twelve of their noblest champions fell beneath the wheels of their chariots and perished by their own spears” (Butler). “Clear as the trumpet’s voice when it soundeth aloud [220] beneath the press of murderous foemen that beleaguer a city, so *clear* was then the *voice* of the son of Aeacus. And when they heard the *brazen voice* of the son of Aeacus the hearts of all were dismayed; and the fair-maned horses [225] turned their cars backward, for their spirits boded bane. And the charioteers were stricken with terror when they beheld the unwearied fire blaze in fearsome wise above the head of the great-souled son of Peleus” (Murray). Na tradução de Odorico Mendes, o passo XVIII.185-189 = XVIII.219-224).

⁴⁰ Cratera ápula de figuras vermelhas. Pintor do Nascimento de Dioniso (RVAp. I, p. 36, n.11). c. 410-400. Tarento, Museu Arqueológico, IG 8264. Paquette, 1984, p. 80, T14=S7.

⁴¹ O *aulos* pítico seria masculino, por sua afinação baixa, enquanto a *sambyke* (espécie de harpa) seria feminina, pelos tons muito agudos de suas cordas, muito curtas. “Ἐν μὲν οὖν τοῖς ἐμπνευστοῖς ἄρρεν μὲν ἄν τις ἀποφῆναιτο τὴν σάλπιγγα διὰ τὸ σφοδρόν, θῆλυ δὲ τὸν αὐλὸν τὸν φρύγιον γοερόν τε ὄντα καὶ θρηνώδη” (Winnington-Ingram). “Among the inflated instruments you may consider the trumpet as a masculine instrument because of the vehemence, but the Phrygian *aulos* as a feminine instrument because it is mournful and appropriate to threne” (Perrot, 2016, p. 26).

Referências

AENEAS TACTICUS; ASCLEPIODOTUS; ONASANDER. *Aeneas Tacticus; Asclepiodotus; Onasander*. Edited by William Abbott Oldfather. London: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons, 1923.

ARISTIDES QUINTILIANUS. *On Music: In Three Books*. Translated by Thomas J. Mathiesen. New Haven; London: Yale University Press, 1983. (Music Theory Translation Series).

_____. *De musica libri tres*. Edited by R. P. Winnington-Ingram. Leipzig: Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana, 1963.

ARISTONICUS. *Scholia Graecae in Homeri Iliadem (scholia vetera)*, v. 1. Edited by H. Erbse. Berlin: de Gruyter, 1969. 7 v.

BACCHYLIDES. *Carmina cum Fragmentis*. 11. ed. Edited by Herwig Maehler. München; Leipzig: K. G. Saur, 2003.

_____. *The Poems and Fragments*. Edited, with introduction, notes, and prose translation, by Jebb Richard C. Sir. Cambridge, MA: The University Press, 1905.

BÉLIS, Annie. La phorbeia. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, v. 110, n. 1, p. 205-218, 1986. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/bch_0007-4217_1986_num_110_1_1793>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Les instruments de la Grèce Antique: des vestiges et la reconstitution. *Les Dossiers d'Archéologie*, n. 142, nov. 1989. p. 40-47. (La Musique dans L'Antiquité).

_____. Un nouveau document musical. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, v. 108, n. 1, p. 99-109, 1984. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/bch_0007-4217_1984_num_108_1_1848>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BOWYER, Carolyn Susan. *Echoes of the salpinx: ancient Greek culture*. 2016. 294 f. Thesis (Doctorate in Classics)–Royal Holloway, University of London, London, 2016.

BROMMER, Franz. *Satyroi*. Würzburg: Triltsch, 1937. Originalmente apresentado como tese de doutorado, Universidade de Munique, 1937.

BUNDRICK, Sheramy. *Music and Image in Classical Athens*. Cambridge: University Press, 2005.

CALLIMACHUS; LYCOPHRON; ARATUS. *Callimachus: Hymns and Epigrams; Lycophron; Aratus*. Translated by A. W. Mair and G. R. Mair. London: William Heinemann, 1921. (Loeb Classical Library, 129).

“Melodia sangrenta” (*Anth.Pal.* VI.159): a trombeta e a guerra na Grécia...

CASTRO, Emiliano di. Musical instruments. In: NASO, Alessandro (Org.). *Etruscology*. v 1. Berlin: De Gruyter, 2017. p. 505-522.

DENOYELLE, Martine; IOZZO, Mario. *La céramique grecque d'Italie méridionale et de Sicile*. Paris: Picard, 2009.

ENSEMBLE KÉRYLOS. Fanfare d'appel aux armes. Direção musical: Annie Bélis. In: _____. *De la pierre au son: Musiques de l'Antiquité Grecque*. Sarrebourg: K617, 1996. 1 CD. p. 7-11. K617069.

FARNELL, Lewis Richard. *The Cults of the Greek States*. New York: Cambridge University Press, 2010.

FRANCISCO, Gilberto da Silva. Um artista grego na Etrúria: o caso de Aristonoto. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, Paraná, v. 10, p. 26-47, jun. 2016.

FRASER, A. D. The panoply of the Ethiopian warrior. *American Journal of Archaeology*, Boston, v. 39, n. 1, p. 35-45, 1935.

GELLIUS. *Attic Nights*. Books I-V. Translated by John C. Rolfe. London: Harvard University Press, 1927.

HOMER. *Homeri Opera*. Edited by David B. Monro and Thomas W. Allen. Oxford: Oxford University Press, 1920. 5 v.

_____. *The Iliad*. With an English Translation by A. T. Murray. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1924. 2 v.

_____. *The Iliad of Homer: rendered into English prose for the use of those who cannot read the original*. Translated by Samuel Butler. London: Longmans; New York: Green and Co., 1898.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução por Odorico Mendes. Prefácio e notas verso a verso por Sálvio Nienkötter. Campinas: Editora da Unicamp; Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

HORACE. *The Odes of Horace*. Translated by J. H. Kaimowitz. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2008.

_____. *The Works of Horace*. Translated by C. Smart. Philadelphia: Joseph Whetham, 1836.

HUBER, Kalinka. *Le ceramiche attiche a figure rosse*. Bari: Edipuglia, 1999. 187 p. (Gravisca: Scavi nel santuario greco).

KOSSATZ-DEISSMANN, Annelise. s. v. Achilleus. In: ACKERMANN, Hans Christoph et al. (Ed.). *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*. v. 1. Zürich: Artemis & Winkler, 1981, p. 37-200.

LANDELS, John. *Music in Ancient Greece and Rome*. London and New York: Routledge, 2002.

LECOMTE, Catherine. Susan Deacy, Alexandra Villing (Ed.). *Athena in the Classical World*. Resenha. *Kernos*, Liège, issue 15, p. 509-512, 2002.

NORDQUIST, Gullög. The Salpinx in Greek Cult. *Scripta Instituti Donneriani Aboensis*, Turku, v. 16, p. 241-256, feb. 2014.

PAQUETTE, Daniel. *L'instrument de musique dans la céramique de la Grèce antique*: Études d'organologie. Paris: Diffusion de Boccard, 1984.

PAUSANIAS. *Pausaniae Graeciae Descriptio*. Edited by F. Spiro. Leipzig: Teubner, 1903. 3 v.

_____. *Pausanias description of Greece*. With an English translation by W. H. S. Jones, and H. A. Ormerod. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1918. 4 v.

PERROT, Sylvain. Towards an Anthropological Approach to Classifications of Ancient Greek Music and Sound Instruments. In: EICHMANN, Ricardo; KOCH, Lars-Christian; JIANJUN, Fang. (Hrsg.). *Studien zur Musikarchäologie X*. Rahden: Marie Leidorf, 2016. p. 25-33.

PETRETTO, Maria Alessandra. Musica e guerra: note sulla Salpinx. *Sandalion*, Sassari, v. 18, p. 35-53, 1995.

PÖHLMANN, Egert; WEST, Martin L. *Documents of Ancient Greek Music: The Extant Melodies and Fragments*. Oxford: University Press, 2001.

REMAINS of old latin I, Ennius and Caecilius. With an English translation by E. H. Warmington. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1935.

RESENDE, Maria Luísa de Oliveira. *Sófocles. Ajax*: Tradução, Introdução e Notas. 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos, Edição e Tradução de Textos Clássicos) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

ROCHA, Roosevelt. Uma introdução à teoria musical grega. In: PLUTARCO. *Obras Morais: Sobre o Afecto aos Filhos. Sobre a Música*. Tradução, introdução e notas por Carmen Soares e Roosevelt Rocha. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010. p. 111-148.

SERGHIDOU, Anastasia. Athena “salpinx” and the ethics of music. In: DEACY, Susan; VILLING, Alexandra (Org.). *Athena in the Classical World*. Leiden: Brill, 2001. p. 57-74.

SKUTSCH, O. (Ed.). *ENNIUS: The Annals of Q. Ennius*. Oxford: University Press, 1985.

“Melodia sangrenta” (*Anth.Pal.* VI.159): a trombeta e a guerra na Grécia...

SNOWDEN JR., Frank M. v. s. Aithiopes. In: ACKERMANN, Hans Christoph et al. (Ed.). *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*. v. 1. Zürich: Artemis & Winkler, 1981, p. 413-419.

SOPHOCLES. *Ajax. Electra. Trachiniae. Philoctetes*. v. 2. With an English translation by F. Storr. London: William Heinemann; New York: The Macmillan Company, 1913. (The Loeb Classical Library, 21).

THE ANNALS of Quintus Ennius. Edited by Ethel Mary Steuart. Cambridge, MA: The University Press, 1925.

THE GREEK ANTHOLOGY. With an English translation by William Roger Paton. London: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons, 1916-1918. 5 v.

VERGARA CERQUEIRA, Fábio. To march in phalanx, to jump with weights, to knead the bread, to tread the grapes. What is the aulos for? *Archimède: Archéologie et Histoire Ancienne*, Estrasburgo, n. 3, p. 187-205, 2016.

WEST, Martin. *Ancient Greek Music*. Oxford: University Press, 1992.

Abreviações

- ABL = HASPELS, C. H. Emile. *Attic black-figured lekythoi*. Paris: de Boccard, 1936.
- Agora XXX = MOORE, Mary B. (Ed.). *The Athenian Agora: Attic Red-figured and White-ground Pottery*. Volume XXX. Princeton: The American School of Classical Studies at Athens, 1997.
- ARV² = BEAZLEY, John Davidson. *Attic Red-figured Vase-Painters*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1963. 2 v.
- CVA = *Corpus Vasorum Antiquorum*. Union Académique Internationale.
- LIMC = *Lexicon Iconographicum Mithologiae Classicae*. Union Académique Internationale, Bruxelas; Conseil Internationale de la Philosophie et des Sciences Humaines, Paris; Association Internationale d'Études du Sud-est Européen, Bucarest; UNESCO, Paris. Genebra: Artemis Verlag, 1981-1999. 8 v.

Recebido em: 06/12/2017

Aprovado em: 05/02/2018

ARTIGOS

A fuga da escravidão imperial: Benedita Luiza os jogos de fronteira entre novos Estados (Bolívia e Brasil)

Ernesto Cerveira de Sena*

Resumo: Em 1850, momento em que uma nova lei antitráfico entrava em vigor no Brasil, Benedita Luiza, uma escravizada, empreende fuga do Império, em Mato Grosso, até a Bolívia. Com esse episódio foram suscitados problemas típicos dos novos países modernos que surgiam, como os relacionados à soberania, e até onde iriam a territorialidade nacional, a legitimidade da *propriedade* em contraposição à fuga internacional. O texto mostra que, em meio a essas discussões, os representantes do Império aproveitaram tal momento para ocupar e praticamente sedimentar ocupações nas áreas fronteiriças. A Bolívia, por seu turno, em posição mais frágil na fronteira, mostrou-se receptiva aos fugitivos do Brasil, o que poderia trazer possibilidades de barganha em um acordo internacional sobre limites, que seria realizado mais cedo ou mais tarde.

Palavras-chave: Bolívia. Brasil. Escravidão negra. Estados modernos. Fronteiras.

Este texto aborda a fuga de uma escrava chamada Benedita Luiza, de Mato Grosso para a república boliviana, e a apropriação de um espaço territorial, na época da construção das fronteiras internacionais dos novos países, que surgiam após a crise dos impérios ibéricos. Partimos do pressuposto conceitual de que a construção de limites nacionais era uma contingência dos Estados nacionais que se formavam no século XIX (FOUCHER, 1986). Ou

* Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília - UNB, com estágio pós-doutoral na Universidade Federal Fluminense - UFF. Professor de História da América na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. A pesquisa conta com o apoio do CNPq. E-mail: ernesto.sena@gmail.com.

seja, tinha-se a perspectiva contingencial de que, a partir da ruptura com a metrópole, as novas unidades políticas deveriam estabelecer oficialmente seus limites territoriais com os vizinhos, por tratado ou por decorrência de guerra. Tal contingência era a afirmação da nova ideia de soberania na América, que se deslocava do corpo do monarca, do outro lado do Atlântico, para recair no “povo”, assentado no solo de sua própria “pátria”, que impulsionariam o surgimento de novos Estados nacionais (GUERRA, 2009; CHIA-RAMONTE, 2004).¹ O território, então, notadamente no caso das Américas, com sua população heterogênea, assume uma forte conotação de lugar apropriado e reservado para o exercício da nova soberania nacional (PAMPLONA; DOYLE, 2009).

No caso específico da fuga de Benedita Luiza, foram realçados pontos sensíveis às novas soberanias no mundo moderno, pós-independências, na região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia. A atitude individual de evasão de uma cativa trouxe à tona questões relativas às políticas internacionais, tais como a *legitimidade* de sua fuga (ou seja, em que medida atingiria, por aspectos legais ou morais, a questão da soberania), a possibilidade de asilo na república boliviana e, principalmente, quais seriam, ou deveriam ser, os limites das terras do Império e da Bolívia em meados do século XIX, quando os dois países ainda não haviam assinado nenhum acordo diplomático nem tido conflitos abertos em relação às suas fronteiras. A não devolução da negra, por parte da Bolívia, demonstrava a estratégia adotada pelas autoridades bolivianas naquele momento. Foi uma maneira de fazer frente às ocupações territoriais em andamento por brasileiros, tendo em vista seus poucos recursos para se defender na zona fronteira.

Benedita Luiza empreendeu fuga ao final de 1850, adentrando parte da zona fronteira em área geográfica então considerada boliviana tanto por representantes do Brasil como da Bolívia. Ela fugiu de sua “senhora” de um lugar chamado Tremedal, antes tido como parte das terras da república fundada por Sucre, mas recém-ocupado por tropas e colonos brasileiros (lugar atualmente situado no oeste de Mato Grosso), não muito distante de outros *pueblos* e ranchos do mesmo país.² A evasão fez com que o presidente de província

de Mato Grosso pedisse sua extradição imediata, alegando haver “direitos” de brasileiros sobre ela. Apontava-se que a cativa teria passado para o *outro lado* por ter sido “seduzida” por um boliviano. Tal evento, além de protestos oficiais de autoridades brasileiras, levantava outras indagações sobre a zona de fronteira entre os dois países. Estava em jogo o entendimento do limite territorial entre ambos, como assinalamos. À Bolívia, recaía o exercício de sua soberania em seu próprio solo. Ao Império, o destino da escrava seria relacionado principalmente à *ilegitimidade* de sua evasão e aos direitos de seus nacionais.

Esses pontos de discordância traziam consigo uma historicidade da própria zona fronteira, em diálogos ou em atitudes autônomas relacionados às respectivas capitais, Rio de Janeiro e La Plata (ou Chuquisaca, hoje em dia chamada de Sucre³), as quais ansiavam por maiores fluxos de materiais e ideias com o exterior. Não obstante, era nos lugares fronteiriços que apareciam situações, demandas e questões candentes. Era aí, na zona fronteira, que se projetavam com bastante força, explicitada ou de maneira implícita nas documentações, os posicionamentos das autoridades locais relacionados ao próprio exercício da nova *soberania nacional*. Tal campo de embate suscitava o problema do reconhecimento de ambos os vizinhos sobre seus respectivos *solos pátrios*, cuja concepção e materialização estavam em construção.

Soberania com escravidão

Em meados do século XIX, tornava-se cada vez mais distante (mas não nula) a ideia de recolonização dos países americanos por suas ex-metrópoles, com apoio especialmente de outros países europeus. Ao mesmo tempo, certa integração à Europa ou aos Estados Unidos mostrava-se extremamente necessária diante do padrão “civilizacional” e de “progresso”, típico do século oitocentista, com *traduções* locais (QUIJADA, 2000).⁴ Ou seja, em geral, os novos Estados sul-americanos não mostravam possibilidades efetivas de prescindir do grande comércio mundial, que crescia

exponencialmente durante a maior parte do Oitocentos, como também não poderiam abrir mão do reconhecimento político de seus próprios países pelo exterior.

Nesse bojo, a Grã-Bretanha conseguia imprimir uma hegemonia no Ocidente, construída desde o início do XIX, insuflando a produção de matérias-primas ou semielaboradas na “periferia”, para suprir as demandas crescentes de sua expansão industrial e de seu mercado consumidor, tanto doméstico quanto fora dele. Como mostra Tomich (2011), nessa rearticulação da economia mundial pós-independência nas Américas, com a queda dos antigos monopólios coloniais, novas (ou revitalização de antigas) zonas de produção agrícola, notadamente as de açúcar, algodão e café, receberam quantidades inéditas de escravizados trazidos da África, coadunando com a produção que aumentava exponencialmente desses itens de exportação. Juntava-se a isso a maior oferta de créditos para essas mesmas áreas de expansão agrícola, especialmente de origem britânica, mas que abriam espaços para prosperar rentistas também de outros centros financeiros, como os de Nova York, o que fomentava um mercado multilateral (TOMICH, 2011, p. 89). Dessa forma, como indica o autor, a escravidão não se mostrava incompatível com o desenvolvimento do comércio e das finanças globais. Pelo contrário, essa “Segunda Escravidão” era elemento chave tanto para os preços de mercadoria que passaram a ser cotadas em um mercado aberto, passando pelos investimentos em transportes, quanto para os próprios salários dos trabalhadores das áreas industriais. Enfim, o autor chama de “Segunda Escravidão” essa maior demanda e esse emprego de mão de obra africana em um novo cenário econômico e político, notadamente no pós-independência nas Américas. Ela conviveu lado a lado com as formas novas e mais eficientes de comunicação e produção, mostrando a “adaptabilidade e vitalidade” do regime durante boa parte do século XIX (TOMICH, 2011, p. 86-97).

Isso não impediu que fosse a Grã-Bretanha, desde as primeiras décadas do século XIX, de ser o principal país a levantar a bandeira do abolicionismo e do livre-comércio (mesmo tendo dissensões internas). Os líderes britânicos consideravam essencial não somente forçar a queda de preços dos produtos primários com maior oferta

deles, em contrapartida ao que vinha acontecendo com os produtos industrializados ingleses, mas também atender a questões morais e aos novos entendimentos de uma economia política pró-trabalho assalariado, encetados por abolicionistas do hemisfério ocidental. Tais diretrizes acabaram sendo a política oficial inglesa.

Dessa maneira, a hegemonia inglesa no comércio e nos mares não significou a diminuição do grande tráfico negreiro. Deu-se o contrário. Na primeira metade do século oitocentista, a importação de escravos para as grandes áreas de escravocratas, como Brasil, Cuba e o sul dos Estados Unidos, atingiram suas maiores marcas, como mostra Tomich (2011, p. 81-83). Formava-se, então, uma grande tensão nas relações internacionais no Atlântico, resultante da pressão inglesa pelo fim do tráfico (acompanhada de um horizonte abolicionista), a forte expansão agrícola nas “periferias” e o incremento do comércio infame, seguido por sua relutância, especialmente nas décadas de 1830 a 1860.

Justamente analisando as políticas nacionais e internacionais das maiores regiões escravagistas e da Grã-Bretanha, Bivar Marquese e Parrom (2011) apresentam determinadas articulações entre o sul dos Estados Unidos, Brasil e Cuba. Desde o início do século, esses lugares conseguiam implementar uma política interna que assegurava a manutenção da escravidão. De certa maneira, coadunando os planos internacionais e nacionais, acabaram se mostrando interdependentes ao se postarem como antagonísticos à pressão inglesa, que, no correr do Oitocentos, só tendia a aumentar. Se tal “articulação” não se apresentava como política explícita, ela se apresentava como referências mútuas sobre a viabilidade do trabalho escravo, em meio à crescente opinião pública sobre sua inequidade. O fim de uma dessas áreas escravagistas seria prejudicial à outra. Assim, os homens públicos defensores da escravidão negra demonstravam que resistir à Grã-Bretanha seria questão de “soberania”, e vital para o “progresso” de seus respectivos lugares (MARQUESE; PARRON, 2011, p. 107).

Nesse contexto, o Brasil parecia se diferenciar cada vez mais das repúblicas vizinhas sul-americanas ao explicitar seu apego ao trabalho cativo negro. Villafañe Gomes Santos (2003) mostra que, no início dos novos países, o Império trazia a imagem de um “estranho

no ninho” em meio a tantas repúblicas recém-formadas. Vizinho de quase todos os países da América do Sul, além de manter e defender abertamente a escravidão, poderia inclusive sofrer a acusação de ser o representante das antigas monarquias europeias na América, e, então, colaborar para a implementação de uma “recolonização” pelas antigas dinastias europeias.

Dessa maneira, na primeira metade do século XIX, a política exterior do Brasil foi de precaução em relação aos demais países do subcontinente sul-americano. Isso se dava porque o Império receava uma união entre os vizinhos republicanos para tratarem de assuntos espinhosos como os limites territoriais e a escravidão. Para forjar tal unidade, os vizinhos – além de serem repúblicas – poderiam utilizar o argumento antiescravagista, o que acabaria por deixar o Império em situação defensiva. Essa união, no entanto, nunca se efetuiu, embora ao longo do século XIX, tenham se realizado vários congressos de chefes de Estado, os quais não tiveram a participação do Império do Brasil (GOMES SANTOS, 2003, p. 21-31). Ao contrário, os países e as regiões da Bacia Platina tinham como pautas mais importantes a livre navegação nos rios da Bacia e os limites territoriais internacionais (FERREIRA, 2009), e era onde investiam mais suas energias e não, como mostra Blanchard (2008), qualquer defesa imaginária de uma *alforria negra* para todo o continente.

Em relação à Bolívia, especificamente, o Brasil também desenvolveu certa política imperial, mas não tão intensa como no restante da região platina. Mesmo sem nenhum dos dois países destacarem, em meados do século XIX, as suas relações frente aos demais vizinhos, as ações do Império foram suficientes para a obtenção de terras junto à república com maior extensão territorial, como veremos.

A Bolívia, em suas primeiras décadas, imprimia mais esforços nas zonas de fronteira com o Chile e o Peru, onde via maior necessidade de defesa ou afirmação de sua nova soberania. A República, de fato, era muito mais voltada para o Pacífico. A maioria da população encontrava-se na região andina, enquanto o oriente boliviano era considerado “vazio” ou pouco povoado.⁵ De todo modo, mesmo que as *Tierras Bajas*⁶ não atraíssem as principais atenções da república boliviana, ela, como muitos dos novos países que surgiam na América do Sul, sabia que em algum momento teria

de assinar acordos sobre seus limites territoriais com os vizinhos. A esses acordos, normalmente, seguiam-se diversas regulamentações – entre outras, sobre comércio, de “amizade” (não hostilidade e possível cooperação), além de extradição de trânsfugas.

Escravizados em fronteira: estratégias e imagens para o exterior

Na América do Sul, os embates a respeito da mão de obra cativa não estavam dissociados das disputas por limites territoriais. Enquanto a Grã-Bretanha concorria para que os países do Atlântico adotassem o princípio do “solo livre da escravidão”, como uma das formas de combater o tráfico (MARQUESE; PARROM, 2011, p. 98-99), o Império do Brasil, na década de 1850, emplacou nas suas relações com países da região amazônica, do Peru e da Colômbia, tratados de extradição de escravizados fugitivos (GOMES SANTOS, 2003). Na região platina, os membros do Partido Colorado, no Uruguai, também assinaram acordos com o Império para a devolução de cativos. Por outro lado, Buenos Aires, sob Rosas (1835-1852), assim como os *blancos*, ocupando ou pressionando Montevidéu (1825-1828, 1830-1834, 1839-1851), agiriam de maneira oposta, com acenos de liberdade para os escravizados que fugissem de seus senhores brasileiros.⁷ Ou seja, os escravizados eram parte do jogo que envolvia os limites territoriais e a proteção dos rios, duas questões fundamentais para a soberania dos novos Estados nacionais.

As guerras de independência na América hispânica abriram possibilidades significativas para a conquista da “liberdade” por parte de numerosos escravizados. Atraídos por possível alforria, foram integrados tanto nos grupos de “realistas” como nos “patrióticos”, ou simplesmente eram “emprestados” por seus senhores. Se para os *criollos* a luta contra a “opressão” do rei tornou-se a luta pela liberdade do seu país,⁸ para muitos negros escravizados, o estado belicoso poderia ser a luta ou a oportunidade para a própria mudança de *status* (BLANCHARD, 2008, p. 115 e ss). Ao mesmo tempo, os escravizados, eles próprios, também representavam uma

força a ser temida, vindo sempre à memória de líderes o exemplo de Saint Domingue como o terror máximo, em meio à *necessidade* de mantê-los sob controle.⁹

Tal utilização política dos cativos, aliando o temor da *haitianização* com a alforria, também se fez presente na capitania fronteiriça de Mato Grosso com a futura Bolívia, nos anos iniciais da década de 1820, no momento de ruptura com a metrópole. No processo de independência brasileiro, despontou a rivalidade entre Vila Bela e Cuiabá para decidirem qual das duas seria a capital na nova configuração política. Assim, a junta governativa vila-belense chegou a prometer a liberdade aos escravizados como estratégia de conflito regional (SIQUEIRA, 2002), procurando enfraquecer as elites da baixada cuiabana. Tal medida acabou afastando o apoio de outras localidades para a junta, antes tido como certo, como foi o caso de Vila Maria. No geral, os principais grupos políticos e senhores proprietários ficaram temerosos com o resultado de tal medida. Essa proposta, depois de bastante estardalhaço, acabou não vingando, inclusive na própria Vila Bela, sendo veementemente desqualificada e seu proponente, isolado do jogo partidário (LIMA, 2012).¹⁰ Assim, a instituição escravista já dava sinais de que mais poderia provocar a união de elites locais do que separá-las e enfraquecê-las.

Com o fim das guerras de independência na América hispânica, muitos dos escravizados se viram frustrados quanto ao desejo de alforria imediata. Como enfatiza Blanchard (2008, p. 160), as lutas pela independência não se deram pela liberdade dos escravizados, mas sim contra a Espanha, por mais que os cativos dela participassem. O medo da *haitianização* não desapareceu nas décadas seguintes. Temia-se que ressurgisse uma guerra baseada em fundamentos raciais. Ao mesmo tempo, quando se começou a tratar do soerguimento econômico da América, notadamente na andina, da qual a Bolívia era parte, as ideias *liberais* (de cidadania e de liberdades frente ao mundo de “castas”) não puderam fazer frente aos donos de terras e de áreas de mineração, que continuaram a possuir escravizados negros e a submeter grupos indígenas à *pongueaje*, em meio a uma legislação que ainda sustentava o imposto indígena, visto como um “fóssil” do tempo colonial.¹¹

Não foram poucos na América hispânica que também argumentavam que a “propriedade” de escravizados, por “direito”, não era incompatível com a época de “progresso” e “civilização”. Pelo contrário. Os escravizados foram vistos como essenciais para a reconstrução das terras depois das guerras e para a competição econômica diante de mais produtores de matérias-primas (LOMBARDI, 2003). Dessa maneira, foi extremamente comum imprimir nas legislações nacionais a protelação da “liberdade” dos escravizados em toda a América hispânica. Na Venezuela, por exemplo, Lombardi (2003, p. 380-381) mostra que a proclamação de Bolívar estabelecendo o fim da escravidão, em 1814, atendia principalmente a seu grupo guerreiro (em oposição aos grandes plantadores), interessado muito mais em compensar suas várias derrotas nos campos de batalha. O fim legal da escravidão somente foi efetivado em 1854, ou seja, 36 anos depois da famosa declaração.¹²

Em geral, as leis do ventre livre passaram a ser um estágio antes da alforria definitiva na América ibérica. Normalmente, estabelecia-se a obrigatoriedade do trabalho do filho de escrava até os dezoito ou 21 anos, como forma de compensar os “prejuízos” do dono da genitora. Era, sem dúvida, uma maneira de tentar assegurar por mais algum tempo mão de obra supostamente “dócil”. Isso, contudo, não evitou que negros escravizados ou livres promovessem guerrilhas logo após as independências, como insatisfação ante os rumos dos novos países, ou manifestações de sua própria independência frente às diretrizes que tomaram os novos países em que habitavam e lutaram pela independência (LOMBARDI, 2003, p. 379-381).

Sobre a Bolívia, especificamente, tem grande valor o trabalho pioneiro de Crespo (1977), baseado nas constituições republicanas, principalmente se considerarmos que até a atualidade são muito poucos os trabalhos que tratam da escravidão de negros na república boliviana.¹³ Se a Constituição de 1826 concedia uma “liberdade” inicial para todos os escravizados negros (presumia-se que o indígena não era e não poderia ser “cativo” desde o período colonial, embora, de fato, persistisse o trabalho coercitivo e agenciado), ainda que condicionada a uma “indenização” ao “amo”, logo apareceriam outras legislações prorrogando a manutenção da escravidão negra. Em 1830, um dispositivo jurídico estabelecia que somente

200

poderiam ser livres aqueles que tivessem nascido a partir de seis de agosto de 1825, justamente a data comemorativa do aniversário da independência boliviana (CRESPO, 1977, p. 92).

A Constituição de 1851 restabeleceu o princípio de que “[...] todo hombre nasce libre en Bolivia; todo hombre recupera su libertad al pisar su territorio. La esclavitud no existe ni puede existir en él [...]”, tal como apareceu na primeira Carta Magna. Depois, tal premissa é repetida em 1868, em outra Constituição (CRESPO, 1977, p. 193). Provavelmente essa repetição tenha ocorrido justamente porque a escravidão de negros permanecia a olhos vistos, apesar das disposições legais em contrário, como mostram Cerveira de Sena (2013) e Revilla Orías (2014).

A ideia de “solo livre”, como afirma Grinberg (2007), fortaleceu-se “ao longo do século XIX”, no momento em que as fronteiras nacionais começavam a ser definidas. Colocava-se para o debate se a escravidão seria “legítima” ou “ilegítima” em dado país, o que influía sem dúvida nas relações internacionais. Assim, considerar “a permanência da escravidão” em pleno Oitocentos, quando vários países a rejeitavam, implicava aceitar que o regime de trabalho de escravizados em larga escala estava sobretudo circunscrito a um dado território.

De acordo com Secreto (2015), antes das independências, a ideia de “solo livre” já era usada em determinadas ocasiões, recorrendo a *tradições* da península ibérica, mas na América implicava principalmente não devolver escravizados fugidos e tentar atrair cativos dos rivais para desestabilizá-los. Também se alegava os “tratamentos inadequados” que o escravizado sofreria nas áreas de cativeiro. No mundo ibérico, tal como na época da “reconquista” da península, isso fazia parte das tentativas de incorporar mais terras, ao mesmo tempo que diminuía as explosões de descontentamento em territórios conquistados. Em geral, com rupturas e continuidades, os códigos antigos relacionados à lida com escravizados se faziam presentes. Então, o direito de asilo somava-se às várias estratégias das relações internacionais entre os impérios, seja em guerra, seja em negociações com outros países colonizadores.

No século XIX, após as independências, o princípio do “solo livre” foi preconizado pela Bolívia já na sua primeira Constituição,

de 1826, aliando, como já assinalamos anteriormente, à “liberdade” de cativos. Ou seja, além do pressuposto da liberdade de quem estivesse no território republicano, também quem nele entrasse não poderia ser reduzido à condição de escravo. Isso não chegou a impedir que houvesse escravizados negros claramente sendo vendidos e comprados, pelo menos durante a década de 1830 e 1840, como apontou Revilla Orías (2014, p. 233), e que na fronteira de Mato Grosso fossem devolvidos aos *donos* brasileiros, como mostrou Sena (2013, p. 92-94).

Mesmo assim, como em muitos países na América ibérica pós-abolição, era necessário assinalar para outros países europeus, principalmente à Grã-Bretanha, que não existiria mais escravidão ou que ela estaria em vias de extinção. A necessidade de reconhecimento dos novos países por outras “nações” que expressavam potência militar e comercial no Ocidente, certamente, facilitaria o ansiado intercâmbio de mercadorias e representações diplomáticas, além de poder neutralizar hostilidades de outras potências ou mesmo de países vizinhos.

Dessa maneira, se na Bolívia ainda se via a presença de escravizados negros no interior de seu território, sua política externa procurava demonstrar imagem contrária à escravidão negra (SENA, 2013; REVILLA ORÍAS, 2014), como maneira de se relacionar melhor com as grandes potências, notadamente a Inglaterra. No Ocidente, em geral, estava cada vez mais difícil sustentar o regime de trabalho cativo como regime instituído. Economicamente, conforme apontou Revilla Orías (2014, p. 233), não era mais percebido como vantajoso para a República insistir no regime escravista; mas isso era exatamente o contrário, como já assinalamos, de como era percebido por elites políticas do Brasil, de Cuba e do sul dos Estados Unidos. De toda forma, a tensão no Atlântico derivada da migração forçada de africanos e a proeminência inglesa corroboraram a implementação da lei do fim do tráfico negreiro, em 25 de setembro de 1840, assinada pela Bolívia ao lado da Grã-Bretanha, já “tradicional” concessora de créditos para a “periferia” e, nesse momento, a principal tratadora do comércio global. Isso era uma considerável tentativa de a república impulsionar suas atividades,

notadamente as mineradoras, que se encontravam praticamente destruídas desde as guerras de independência (BETHELL, 2002).

Em meados do século XIX, a Bolívia possuía uma população de escravizados negros considerada pequena tanto em face aos demais países da América do Sul quanto ao total de sua população. Em levantamentos censitários durante os anos 1840, publicados no ano de 1851, foram contabilizadas menos de 1.400 pessoas negras escravizadas, ante uma população de 1.373.896 habitantes, com a maioria classificada como indígenas e *mestizos* (DALENCE, 1851). Mesmo podendo-se desconfiar desses números, como de qualquer censo do século XIX, Lisocka-Jaegermann (2011) mostra que a grande “dicotomia” produzida na Bolívia, na sua busca por *civilização*, era *blancos* versus *índios* (resultando daí um lugar de síntese para o *mestizo*, para o bem ou para o mal), o que deixava para o descendente de africano menos que uma área bem periférica nos discursos e nas políticas nacionais, quando não o seu completo apagamento.¹⁴

Assim, mesmo sendo pouco expressivo o número de escravizados negros, os governantes bolivianos, de maneira aparentemente contraditória, ao afirmarem para o exterior que a Bolívia seria “solo livre da escravidão”, apontavam justamente para o calcanhar de Aquiles de seu vizinho, o Império do Brasil, onde a escravidão negra era um dos pilares de sustentação do regime monárquico e o que dificultava suas relações com os países lindeiros. A escravidão, portanto, era o que colocava o Brasil no mundo atlântico, pós-independência, em situação no mínimo desafiadora, tendo em vista a necessidade de estabelecer, como qualquer novo país, suas relações internacionais e os seus limites territoriais.

A fuga da escrava Luiza e as relações do Império com a Bolívia

Se quando a Bolívia se formou a quantidade de negros não chegava a dar a cor de sua mão de obra, em Mato Grosso, a presença de escravizados negros, e demais descendentes de africanos, mostrava-se exatamente o oposto, o que frequentemente trazia temor

aos proprietários de escravizados e de terras. Já no final das guerras de independência, espalhou-se um boato de que Bolívar – que não fazia jus à fama de “libertador” – ultrapassaria as fronteiras para libertar os escravizados da província vizinha. A falsa notícia foi suficiente para deixar os governantes e senhores de escravizados bastante intranquilos, temerosos de uma sublevação negra, pois parte das tropas independentistas, de fato, estava perto de Santa Cruz de la Sierra (SECKINGER, 1985). A entrada no Império não aconteceu, mas o boato evidenciou o receio brasileiro em relação aos cativos num momento de grande instabilidade política.

Na verdade, como mostra Luiza Volpato (1993), o medo de rebeliões escravas era constante, tanto na cidade como no campo, e o pavor aos quilombos somente diminuiu na década de 1870. Devido a esse medo, houve uma série de códigos e a observância de sua aplicação, na tentativa de disciplinar não somente os escravizados, mas os pobres em geral. No entanto, no cotidiano da capital da província, era difícil distinguir as pessoas pobres dos cativos, pois todos faziam muitas atividades lado a lado, do trabalho ao lazer (VOLPATO, 1996).

Por outro lado, desde o período colonial, já havia uma larga experiência de fuga de escravizados de Mato Grosso para o lado “espanhol”, que continuou após as independências. Houve casos de escravizados que, retirados do interior da África e após desembarcar no Rio de Janeiro, seguiram por meses de viagem até a fronteira oeste do Império. Por meio da fuga, estenderam suas odisseias até o império espanhol, como verdadeiros “homens de ferro”, e “mulheres de pedra”, sendo depois localizados em tribunais de jurisdição na costa do Pacífico (RODRIGUES, 2015).

Os governos locais e senhores mato-grossenses tomavam várias medidas contra essas evasões, como descobrir rotas e montar guarda nas matas. Já na época dos Estados nacionais, eram enviadas expedições de guardas brasileiros, que adentravam o território boliviano levando recompensas para “resgatar” os fugitivos, além de armas para eventuais problemas. Certa negociação entre autoridades locais permitia isso naquele momento¹⁵. Também foram estabelecidos postos na zona fronteira para o pagamento de recompensas ao boliviano que encontrasse um fugitivo, o que claramente aconteceu

até parte da década de 1840. Quando a Bolívia cessou tal transação, houve protestos contundentes e mesmo ameaças por parte das autoridades mato-grossenses às de Santa Cruz de la Sierra, o mais extenso departamento boliviano que fazia divisa com a província de Mato Grosso¹⁶.

Quando a escravizada Benedita Luiza – descrita nos ofícios bolivianos ora como “morena”, ora como “negra” – partiu do lugar recém-ocupado por tropas brasileiras, chamado Tremedal, acabou se inserindo nos jogos de fronteira, mesmo que sua atitude possa ser lida como individual¹⁷. O vilarejo de Tremedal, ou “El Tremedal”, tinha sido ocupado por tropas brasileiras (e por colonos) em 1848, ou seja, pouco antes da chamada “política ativa” do governo imperial (GOMES SANTOS, 2002, p. 65 e ss.), expressa especialmente por sua atitude mais incisiva no Prata. Segundo uma autoridade boliviana, um dos culpados dessa ocupação foi o então administrador boliviano do lugar, que teria cooperado com a invasão e ainda teria queimado a cruz de madeira que ficava em lugar visível ao público (a cruz simbolizava o departamento de Santa Cruz, e sua queima não era necessariamente um ataque à Igreja Católica), entre outros “hechos nada decorosos”¹⁸. A reação das demais autoridades bolivianas foi tentar reunir soldados e reclamar para o representante brasileiro que estava em Chuquisaca (atual Sucre) tentando negociações com a Bolívia sobre limites e extradições. Caso não houvesse um acordo entre autoridades nacionais ou locais, era de se esperar que tal invasão pudesse colocar por terra o “bom entendimento” que oficialmente os dois países diziam ter¹⁹. Nos cálculos das autoridades da Bolívia, ainda pior do que a ocupação de Tremedal era a ameaça de que estaria próxima a tomada das “Salinas”, onde estaria instalado o “Marco do Jauru”, e também onde o “defensor de la frontera”, D. Sebastián Ramos, tinha montado estância²⁰.

Desde 1844 já havia reclamações do intitulado “defensor de la frontera” sobre rondas de soldados saídos de Mato Grosso, o que trazia transtornos à população local do vale do rio Jauru. Sabia-se que por essa via fluvial poderia se chegar com embarcações até o rio Paraguai e daí, passando por outros dois grandes rios platinos, ao Atlântico. A rota ainda era vista pela Bolívia como uma possibilidade, mesmo que os portos do Pacífico continuassem a se apresentar

como caminho mais importante e viável, de onde, contornando o Cabo Horn ou seguindo para os portos da América Central ou do Norte, se poderia seguir rota até o Atlântico e, assim, garantir a inserção boliviana nos principais mercados mundiais (KLEIN, 2008).

No entanto, o Império do Brasil procurou controlar as duas margens do rio Jauru, para desgosto do próprio Sebastián Ramos, que se utilizava dessa via para seus negócios na região. O rio também era uma referência para o que seria a borda do território boliviano, caso o que tinha sido o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, fosse adotado pelos dois países²¹. Em situações como essa, as autoridades bolivianas de fronteira, e por vezes o governo central da Bolívia, praticamente só poderiam expedir notas oficiais de protesto, sem que surtisses os efeitos esperados para recuperar o espaço perdido. Tudo demonstrava que a chance de reapropriação dessas terras somente aconteceria quando um tratado oficial entre os dois países fosse finalmente assinado, tendo em vista o pequeno número de soldados da República na região, a precariedade da ocupação civil na fronteira, além das prioridades internacionais bolivianas se concentrarem na região andina. Muito provavelmente, um tratado seria a via desejada para que não se entrasse em conflito aberto contra uma potência regional, como acontecia com outros países ao sul, notadamente se fosse considerada a instabilidade interna que por vezes derrubava o presidente da República²².

De toda forma, com a fuga de Benedita Luiza, avolumou-se o número de reclamações das autoridades bolivianas em relação às atitudes dos brasileiros na zona fronteira. As tropas imperiais estavam se movimentando ostensivamente na região, o que fez com que os bolivianos receassem que o Império estivesse efetivamente se preparando para uma guerra contra a República²³.

Em resposta a um dos ofícios, o presidente da província de Mato Grosso, Carlos Augusto Leverger, respondeu colocando-se de maneira aparentemente ambígua: de um lado, procurava acalmar os ânimos afastando qualquer possibilidade de organização para um conflito armado, reafirmando a paz e o “bom entendimento” entre os dois países²⁴; de outro, procurava sedimentar a recente ocupação da colônia de Tremedal. Assim, informava que o cônsul do Brasil estava a caminho das repúblicas do Pacífico, incluindo

a Bolívia, para tratar dos “ajustes de limites” entre os dois países. Esquivando-se, dizia que a questão da ocupação do Tremedal somente poderia ser tratada por autoridades diplomáticas, não mais entre autoridades locais. Em relação às correrias de brasileiros em outras partes do território boliviano, justificava-as principalmente pela fuga da escrava Benedita Luiza²⁵.

Apesar das palavras de Leverger, as autoridades bolivianas prosseguiram pedindo socorro para suas fronteiras, e tropas brasileiras continuaram a entrar no território da República. Tais correrias eram amiúde justificadas pela tentativa de captura de outros escravizados e desertores fugidos do Brasil²⁶. Em relação à vulnerabilidade dos povoados e das terras, uma autoridade local boliviana, o juiz territorial das Salinas, demonstrava, dessa maneira, a situação da região ao administrador do povoado de Santo Corazón: “[...] ninguna respetabilidad [...] hay en nuestra frontera porque los pocos naturales chiquitanos que tengo la mayor parte son ancianos y aun estos se hallan al presente todos gravemente enfermos de la peste”. Assim, para a defesa, contaria somente com três *vecinos* dispersos, e para contatá-los e articulá-los seria necessário ao menos uma “cavalgada”, mas nem disso dispunha naquele ponto avançado do território boliviano²⁷.

Essa falta de “respetabilidade” foi demonstrada notadamente logo após a fuga da escrava Benedita Luiza, quando sua própria senhora e seu sobrinho foram até a casa do juiz territorial, em San Matías, exigir sua devolução. Segundo o juiz, os dois brasileiros bateram na porta de sua residência requerendo a entrega da fugitiva. Ele negou que estivesse com ela e mandou os brasileiros saírem, ao que eles obedeceram. No entanto, era notória a fragilidade de defesa da fronteira, inclusive de seus povoados. Mesmo assim, a ideia dos bolivianos era não proporcionar o “resgate” da fugitiva, apesar das hostilidades.

As autoridades do Brasil procuraram representar, em suas cartas, que a fuga e a sua não extradição eram ilícitas. A escravidão teria sido “seduzida” por um comerciante boliviano chamado Barba. Por parte da Bolívia, desde administradores de “cantões” (como se chamava à época o que seria mais ou menos os municípios do Brasil), do governador de Chiquitos²⁸ (então governadoria

que englobava vários cantões) até o prefeito do departamento de Santa Cruz (o prefeito era o cargo que corresponderia, mais ou menos, ao de presidente de província no Império), todos defenderam que não havia ocorrido “sedução” – ou seja, que ela teria sido convencida a deixar “sua” senhora²⁹. Ao contrário, ela teria fugido devido aos “maus-tratos” que recebia de sua dona. Em relação ao negociante Barba, defendiam que ele, como outros bolivianos, nem sequer conseguia passar do “primeiro posto” da guarda brasileira³⁰ – enquanto a pretensa senhora de Luiza e seu sobrinho haviam entrado livremente na Bolívia procurando *resgatá-la*.

Ao focar na acusação de “sedução” de Benedita Luiza, o presidente de província procurava desqualificar a atitude da escravizada³¹, não só retirando sua vontade própria, mas também, acreditamos, forjando uma maneira de abrir possibilidades para futura deportação. Na verdade, o Império do Brasil não tinha nenhum tratado em vigor com a Bolívia, embora já tivessem ocorrido conversas diplomáticas para que houvesse algum acordo oficial. Caso surgisse um termo oficial, como aconteceu com outros países, o fato de a fugitiva ter sido “seduzida” poderia ser uma das vias para qualificá-la como extraditável, como veremos a seguir em condições semelhantes.

Na fronteira do sul do Brasil com o Uruguai, estudos mostram como estancieiros conseguiam reaver seus cativos devido a acordos diplomáticos. Por outro lado, foi também por tratados entre esses dois países e por meios judiciais internos ao Império que escravizados conseguiram a liberdade de seu senhor por terem adentrado território uruguaio e voltado ao solo sulista. Isso era invocado de acordo com a lei de 1831, que, além de abolir o tráfico transatlântico de africanos, também trazia esse dispositivo para os cativos que tivessem pisado em “solo livre”. No entanto, essa possibilidade judicial somente passou a ser empregada na fronteira sul, principalmente a partir da década de 1860, quando a instituição escravista sofria fortes golpes também dentro do Brasil (GRINBERG, 2007).

No caso de Benedita Luiza, é importante assinalar que a fuga em si não era considerada crime, como mostra Flores (2014) ao analisar os delitos no sul do Brasil. A evasão de um escravizado poderia ser considerada crime se fosse qualificada como “sedução”, ou seja, se terceiros tivessem convencido o cativo a fugir. Assim,

a “sedução” assemelhar-se-ia a roubo ou furto, e o senhor, então, procuraria reaver sua propriedade³². Mas isso, lembramos, quando o acordo diplomático permitia, em meio às oscilações e instabilidades do Prata.

De toda forma, o presidente de Mato Grosso, Leverger, na tentativa de reforçar que não entraria em guerra com a Bolívia, tinha proibido a “ronda” de soldados em locais da fronteira, como San Matías, nas proximidades do *pueblo* de Santo Corazón e na área a oeste do Jauru. Se sobre o Tremedal o assunto era somente para esferas maiores de agentes de Estado, dois anos depois, uma autoridade boliviana considerou que havia cerca de trezentos soldados brasileiros no lugar de onde Benedita Luiza havia fugido³³. Esse cálculo, sobretudo, assinalava o quanto era difícil pensarem em uma retomada de posse. As possibilidades bolivianas na fronteira contrastavam com a ostentação do poderio bélico dos brasileiros, que faziam expedições ao território boliviano e conquistavam pontos cada vez mais a oeste.

Não sabemos muito sobre o destino da escravizada fugitiva, além de que foi mandada, por autoridade boliviana, internalizar-se no território republicano. Em certa medida, podemos dizer que essa falta de dados e de hipóteses tem a ver com os pouquíssimos trabalhos sobre a presença negra na República da Bolívia, o que se relaciona com a própria escassez de documentação sobre suas atividades em sociedade no XIX. Em geral, a historiografia boliviana trata da “questão” de indígenas e mestiços como mão de obra básica e suas formas de inserção na economia e política no período de formação das sociedades bolivianas³⁴. De toda forma, sabe-se que o número de pessoas apontadas como descendentes de negros continua consideravelmente baixo e, como já nos referimos, era concentrada, durante o século XIX, no vale dos Yungas, perto da capital La Paz. Daí, aponta-se que teriam migrado para Santa Cruz de la Sierra, o que tornou essa cidade o segundo lugar com maior concentração de negros (LISOCKA-JAEGERMANN, 2011, p. 324). No entanto, podemos considerar que era para essa região fronteira que muitos escravizados fugiram desde o período colonial, inclusive formando quilombos (LORDELO, 2012). Nas primeiras décadas do período imperial, as fugas continuaram, para

desespero dos “proprietários”. Então, não seria de todo descabido imaginar que Benedita Luiza, no novo lugar em que foi viver e trabalhar, pudesse ter se encontrado com negros que também se libertaram de seus “donos” brasileiros, por mais que a Bolívia não fosse propriamente um “solo livre” da escravidão.

De toda forma, seja qual tenha sido o paradeiro e a inserção de Luiza no território boliviano, as práticas das autoridades da República passaram a demonstrar claramente que o “solo nacional” estava aberto às fugas de escravizados, além de desertores, que deixassem o território da monarquia sul-americana³⁵. Era uma maneira de fazer frente ao vizinho mais numeroso e armado, ao menos enquanto o esperado tratado não fosse assinado. Assim, a atitude boliviana também se coadunava com a tendência ocidental, capitaneada pela Grã-Bretanha, que, por mais que houvesse oponentes resistentes e persistentes, previa em seus cálculos o fim do tráfico de escravizados retirados da África e a consequente extinção do cativo negro no Novo Mundo. Ao mesmo tempo, a Bolívia não deixava de esperar participar mais efetivamente do grande comércio mundial, para o qual dependeria bastante de suas relações com outros países. Além do Brasil, que poderia franquear navegação pelo Amazonas e quiçá pelo Prata (caso se tornasse hegemônico ou estabelecesse uma paz com equilíbrio de forças na difícil situação da região), havia Chile e Peru, com quem se relacionava visando à garantia da saída pelo Pacífico. Não menos importante seria sua relação com a Inglaterra, pois se configurava como a maior importadora mundial de *commodities* naquele momento, além de possuir a sede da *City*, o maior mercado financeiro do mundo³⁶.

Considerações finais

O caso de Benedita Luiza deixa que percebamos a tomada de um espaço geográfico. A fuga da então cativa serviu como pretexto aos representantes do Império para sedimentarem ocupações da zona fronteira, em lugares que antes eram considerados bolivianos. Tremedal, ex-colônia boliviana de onde Benedita fugiu, não retornaria mais para a Bolívia. A região de Jauru, lugar que sofria várias

“correrias” de soldados brasileiros, tendo já sido ocupado nas duas margens do rio de mesmo nome, acabou também ratificado como brasileiro devido ao primeiro tratado entre os dois países, assinado em 1867. Assim também foi com outras partes a oeste do rio Paraguai.

A fuga de Benedita Luiza também permite notar a ligação dessa região fronteira com a dimensão da conjuntura atlântica, da qual a lei de 1831, que previa abolir o tráfico e a consideração de “solos livres” no exterior, era parte, mas que cada vez mais forçava os países a tomarem posições frente ao comércio infame. Assim, os bolivianos, mesmo tendo escravizado negros em seu território, procuraram usufruir vantagem ao receber escravizados e outros fugidos em seu solo, pelo menos enquanto não houvesse algum acordo oficial. Adotava essa posição na medida de suas possibilidades, que eram muito mais precárias que as do Império, em especial nessa região fronteira. Seguramente, o efeito não foi promissor, a República não conseguiu fazer frente ao Brasil, mas não deixou de ser uma tentativa desafiadora à cobertura dada à escravizada Luiza.

Se a escravidão era o calcanhar de Aquiles do Império quando se tratava de negociações internacionais, a demonstração de poderio armado na região fronteira compensou, diante do vizinho, na busca de melhores condições para efetivar sua expansão territorial. Ao que tudo indica, a Bolívia temia – ou não lhe interessava – um conflito armado na região e acabou sendo o único país da América platina com o qual o Império não entrou em conflito aberto. Em troca, o Império não deixou de ferir a reivindicação de soberania territorial da Bolívia. Assim, a busca de liberdade da escravizada Benedita Luiza, indo para a Bolívia, acabou vinculando-se também à posse e ao respectivo controle de mais terras pelo Império do Brasil, ao estabelecer, na prática, limites geográficos ao vizinho naquele momento.

Como já assinalaram Bivar Marquese e Parrom (2011, p. 99), a política internacional pode ser melhor entendida se for vinculada à nacional, notadamente no caso da escravidão no século XIX. No caso da análise de região de fronteira, também podemos acrescentar atitudes locais relacionadas às políticas nacionais e internacionais. Localmente, na fronteira, respondia-se com graus variáveis às respectivas diretrizes capitais, ao mesmo tempo que essa mesma

área também estabelecia demandas tanto para os centros políticos quanto para os representantes do país no exterior. Afinal, coube aos proprietários de Mato Grosso planejar e executar formas de evitar a evasão de escravizados, ou mesmo de “resgatá-los”, enquanto governantes locais faziam as vezes de diplomatas ao se relacionarem com autoridades de escalões diferentes da Bolívia. Da mesma maneira, eram os moradores bolivianos da fronteira que procuraram resistir aos avanços brasileiros, enquanto tinham pouquíssimos recursos para assegurarem as terras nacionais e a política de recepção de fugitivos do Império. Assim, uma ligação mais efetiva da Bolívia com a Grã-Bretanha, ao abolir o tráfico, procurando mostrar ser “solo livre da escravidão”, de nada adiantou para obter mais recursos para defender-se da expansão imperial, o que significava também a prática da escravidão. Justamente dessa forma foi o ponto geográfico de Tremedal, lugar recém-ocupado, mas que rapidamente já tinha senhores com escravizados, no caso, Benedita Luiza. Se o império, na década 1840, reclamava dos atentados à sua soberania quando ingleses aprisionavam navios negreiros na costa brasileira, o Brasil, por outro lado, em poucos anos, alargou-se para o oeste, sem deflagrar guerra, mas em detrimento das reivindicações bolivianas, promovendo o “solo cativo” no subcontinente sul-americano.

THE ESCAPE FROM IMPERIAL SLAVERY: BENEDITA LUIZA AND THE BORDER GAMES BETWEEN NEW NATIONAL STATES (BOLIVIA AND BRAZIL)

Abstract: In 1850, when a new anti-trafficking law went into effect in Brazil, Benedicta Luiza, a enslaved woman, escapes from the Brazil Empire, in Mato Grosso, to Bolivia. With this episode were raised problems typical of new modern countries that emerged, such as those related to sovereignty, how far would the national territoriality, the legitimacy *ownership* right as opposed to international breakout. The text shows that in the midst of these discussions, the Empire took advantage of that time to occupy and settle occupations in the areas of the border. Bolivia, for its part, in a weaker position on the frontier zone, was receptive to fugitives from Brazil, which could bring bargaining possibilities in an international agreement on limits, which would be realized eventually.

Keywords: Bolivia. Brazil. Black slavery. Modern States. Borders.

Notas

¹ Para François-Xavier Guerra (2009, p. 248-280, p. 390-417), a reunião das Cortes em Espanha, em 1812, em pleno desafio à ocupação francesa que vinha desde 1808, foi um momento marcante para a “modernidade política”, que estava em seus inícios, ao impor uma constituição ao rei ainda cativo pelos franceses. Era essa “modernidade” que colocava em novas bases a ideia de soberania. O rei deveria ser “sujeitado” à carta elaborada pelas “cortes”. Na América hispânica, colaborou bastante para isso a “mutação ideológica” (1808-1810), que com a criação de várias juntas governativas em cidades diferentes, acabou-se vislumbrada uma série de novas possibilidades políticas, como a república ou uma monarquia constitucional, ou seja, várias possibilidades alternativas ou que colocassem em xeque a antiga soberania real. Já José Carlos Chiaramonte, por seu turno, centra seu escopo nas antigas doutrinas do Direito Natural e das Gentes como chave para se entender as forças centrífugas de cidades e províncias na formação dos Estados nacionais na América; não menos importante é a consideração da palavra “nação” e “pátria”, sendo que especialmente a primeira, no início do século XIX, acabaria por receber um conteúdo essencialmente político, logo procurando delimitar a soberania a determinado território, o que subsidiou conflitos nas décadas iniciais das formações nacionais, por exemplo, entre “centralistas” e “federalistas”.

² Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Fondo Relaciones Exteriores – Juzgado Territorial de Salinas, en San Matías, Juan Ignacio García para Administrador del Cantón de Santo Corazón, 29 de diciembre de 1850.

³ La Paz tornou-se capital somente em 1899, sendo sede do Poder Executivo. Sucre permaneceu como sede do Poder Judiciário.

⁴ Segundo a autora, era com base nessas ideias que se procurou a *homogeneização* da população em dado território. Procurava-se “apagar” as heterogeneidades étnicas e culturais, para formar um “povo” único de dado país na América hispânica. Não precisamos dizer que tal intento, norteador de muitas políticas no XIX e inícios do XX, não vingou a contento, apesar de muitos “apagamentos” de etnias e culturas. Ver (QUIJADA, 2001, p. 32-56).

⁵ Ver García Jordán (2001).

⁶ Outra designação das regiões não localizadas na parte andina, indo da parte amazônica aos chacos. Ver Peña Hasbún (2011).

⁷ Ver Doratioto (2002), Blanchard (2008) e Grinberg (2013).

⁸ Termo que ganhava novo sentido, que, em suma, tornava a “paisagem” o local de uma nova configuração política para a “pátria”.

⁹ Entre outros, ver Blanchard (2008, p. 76)

¹⁰ O imperador do Brasil, D. Pedro, resolveu essa disputa em 1824, com muita cautela, procurando diminuir os ânimos, mas escolhendo Cuiabá como capital, a região que passara a ser mais rica diante da decadência mineral naquele momento (SIQUEIRA, 2002, p. 86-87). Se era necessário procurar manter a ordem em todo o Império que se construía, mais ainda necessário era buscar uma harmonia com os grupos locais da região fronteiriça do Brasil, pois uma rebelião em tal lugar seria bastante difícil de debelar, tanto pela distância (cerca de três meses de viagem por terra) como pela própria posição estratégica frente às repúblicas que se formavam na *enorme vizinhança*. Ver Sena (2009).

¹¹ Ver Camargo (2006).

¹² Para um quadro mais detalhado sobre vários países da América latina e o período das leis de abolição do tráfico, lei do ventre livre e “abolição final” da escravidão, ver Andrews (2007).

¹³ Além de poucos, a maioria se concentra no período colonial, logo, quando não existia “Bolívia”. Conforme levantamento de Revilla Orías (2013, p. 222-224), com o qual concordamos, somente há cotejamentos sobre escravos na Bolívia em trabalhos que tratam de outros assuntos, ainda assim, tendo praticamente por base unicamente o texto pioneiro (e quase único) de Crespo sobre a república (é abordado também no livro o período colonial).

¹⁴ A autora mostra o quanto recente é o movimento “afro-boliviano”, em contrapartida a outros movimentos afros na América, ao mesmo tempo que apresenta dados sobre os negros na Bolívia. O senso da virada do século XIX para o XX registrou 3.945 negros em uma população de 1,8 milhões de habitantes. A maioria residente no vale dos Yungas, em La Paz, um território que deixou os negros relativamente ilhados até há poucas décadas. Antes do censo de 2012, havia números discrepantes em relação ao total de afro-bolivianos, indo de oito a 35 mil, dependendo de quais órgãos os estipulavam. De toda forma, atualmente podemos consultar os dados do censo de 2012, que contou com o critério da autodeclaração “afroboliviano”, no qual foram registradas 16.329, em uma população de mais de dez milhões (INE-BOLIVIA, 2013). Fugiria demais dos objetivos deste trabalho debatermos os termos de “auto-declaração”, mas pode-se imaginar o quão foram diferentes as sociedades com fortes zonas de *plantation* e um país com relativa pouca quantidade de negros. Ademais, como mostra Lisocka-Jaegermann (2011, p. 327), a grande “dicotomia” que é vivida hoje em dia na Bolívia é entre *Altiplano* e *Tierras Bajas*, o que equivale a *Cholo* e *Camba*. Assim, na economia mais dinâmica da Bolívia, Santa Cruz de la Sierra, não faltam demonstrações de preferências ao trabalhador *negro* do que ao *Aymara* (colocado genericamente como *cholo*). A esse último cabe o maior preconceito e estigma de personificar o “obstáculo histórico” ao desenvolvimento do país.

¹⁵ Como veremos adiante, a contínua entrada de brasileiros armados na Bolívia levantaria muitas queixas, pois claramente desconsiderava a soberania boliviana.

¹⁶ Ver Sena (2013, p. 94.)

¹⁷ Aqui, em uma perspectiva apresentada por Elias, na qual o indivíduo e a sociedade são percebidas de maneira relacional, descartando a independência das duas esferas de ação e percepção.

¹⁸ Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB) – Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE). Casa de gobierno para Ministerio de Relaciones Exteriores. Santa Cruz, en 21 de septiembre de 1849.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ ABNB MRE – Prefectura del departamento de Santa Cruz al Presidente de la provincia de Mato-Grosso. Santa Cruz, a 5 de febrero de 1851.

²¹ Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolívia. Ministerio de Relaciones Exteriores. Caja 8. José Ignacio de S. Ignacio de Sanjines, El Oficial Mayor al Exmo. Snor. Ministro de Relaciones Exteriores del Imperio Constitucional del Brasil – Palacio de Gobierno en Chuquisaca a 15 de marzo de 1837.

²² Nos primeiros vinte anos de república, por treze vezes o presidente foi substituído, por dez pessoas diferentes.

²³ ABNB. Fondo MRE. Juzgado territorial de las Salinas al señor Administrador de Santo Corazón. San Matías, diciembre 29 de 1850.

²⁴ Leverger teria dado ordem para que as tropas não passassem do Corixo, um destacamento que ficava defronte de outro, também boliviano, San Matías. Pode-se depreender das documentações que eram pontos estratégicos, que daí muitos comerciantes e outras pessoas passavam de um país ao outro. Logo, aí foram montados postos de fiscalização.

²⁵ ABNB. MRE. Presidencia da Provincia de Matto Grosso para Prefectura de Santa Cruz. Cuiabá, 30 de maio de 1851.

²⁶ ABNB. MRE. Prefectura de Santa Cruz para Ministro de Relaciones Exteriores. Santa Cruz, 28 de mayo de 1852.

²⁷ ABNB. MRE. Juzgado territorial de las Salinas para Administrador de Santo Corazón. San Matías, 12 de diciembre de 1850.

²⁸ Chiquitos era uma governadoria do departamento de Santa Cruz de la Sierra. O departamento seria a unidade administrativa aproximada às províncias do Brasil imperial.

²⁹ Por vezes, administradores de instâncias menores do que a da prefeitura escreviam diretamente para o presidente da província de Mato Grosso, pois, diante de situações que reclamavam urgência e lhes causavam muita indignação e/ou angústia, não podiam esperar a resposta de autoridade superior de seu próprio país.

³⁰ ABNB. MRE. Juzgado territorial de las Salinas al Señor Administrador de Santo Corazón. San Matías, 29 de diciembre de 1850.

³¹ Ver ABNB. MRE. Quartel do Ponto da Corixa para Juizado Territorial das Salinas. Corixa, 29 de dezembro de 1850.

³² No entanto, como mostra a autora, a partir da década de 1860, criou-se uma jurisprudência, amplamente empregada, na qual a “sedução” de cativos não seria mais enquadrada entre os crimes descritos como “furto” e “roubo” (FLORES, 2014 p. 158).

³³ ABNB. MRE. Santa Cruz, casa de gobierno al Ministro de Instrucción Pública y del Culto y de Relaciones Exteriores. Santa Cruz, 11 de septiembre de 1852.

³⁴ Sem necessariamente ser demérito dessas publicações, pois, pelo contrário, são chaves para quem estuda a Bolívia, as publicações sobre história geral boliviana pouco ou definitivamente nada abordam sobre escravos e negros no século XIX, como Klein (1992), ao tratar da evolução multiétnica e social boliviana, Sandoval Rodríguez (1999), que desenvolve uma história com acentuação estruturalista, e José de Mesa, Teresa Gisbert e Carlos Mesa Gisbert (2003), que se apoiam bastante nos eventos políticos. Mesmo os “gerais” sobre, especificamente, Santa Cruz de la Sierra, como Roca (2001) e ainda Sandoval Rodríguez (2003), se atêm à escravidão. Inclusive, uma monografia específica sobre a indústria açucareira em Santa Cruz, feita por García Enríquez (2013), a qual, em várias partes da América, era ligada à escravidão negra, a mão de obra referida é basicamente a de grupos indígenas e mestiços. Em nenhum caso, por exemplo, trata da “*peonaje*” ou “*engaje*” de africanos e seus descendentes, ao contrário do que é apontado aos indígenas e mestiços. De toda forma, não acredito que esse “apagamento” foi pura deliberação dos autores. Pode ser, sim, além de uma documentação não tão abundante, a experiência variada sob a perspectiva das “grandes dicotomias bolivianas” expressadas anteriormente por Lisocka-Jaegermann.

³⁵ ABNB. MRE. Juzgado territorial de las Salinas para Administrador de Santo Corazón. San Matías, 12 de diciembre de 1850.

³⁶ Nesse sentido, para as transformações da Grã-Bretanha, notadamente quando são abordados os séculos XVIII e XIX, para muito além da Revolução industrial, ver Ferguson (2016).

Referências

ANDREWS, George Reid. *América afro-latina, 1800-2000*. São Carlos: EdUSCAR, 2007.

BETHELL, Leslie. A Grã-Bretanha e a América Latina - 1830-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Vol. IV. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

BLANCHARD, Peter. *Under the flag of freedom: slave soldiers and the wars of independence in Spanish - South America*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 2008.

CAMARGO, José Alfredo Cavalcanti Jordão de. *Bolívia - A criação de um novo país: a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales*. Brasília: FUNAG, 2006.

CRESPO RODAS, Alberto. *Esclavos negros en Bolivia*. La Paz: Editorial G.U.M., Bolivia, 1977.

DALENCE, José M. *Bosquejo estadístico de Bolivia*. Sucre: Imprenta Nacional, 1851.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra - nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERGUSON, Nial. *Império - como os britânicos fizeram o mundo moderno*. São Paulo: Planeta, 2016.

FERREIRA, Gabriela Nunes. Conflitos no Rio da Prata. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial (1808-1831)*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FLORES, Mariana da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2014.

FOUCHER, Michel. *L'invention des frontières*. Paris: F.E.D.N., 1986.

GARCÍA ENRÍQUEZ, Fernando Aníbal. *Historia de la industria zucarera cruceña*. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2013.

GARCÍA JORDÁN, Pilar. *Cruz y arado, fusiles y discursos*. La construcción de los Orientes en el Perú y Bolivia 1820-1940. Lima: Editora IFEA/IEP, 2001.

GOMES SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. *O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo*. São Paulo: Unesp, 2003.

_____. *O Império e as Repúblicas do Pacífico - as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do Império brasileiro. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 267-286.

_____. Fronteiras, escravidão e liberdade. In: GRINBERG, Keila (Org.). *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 Letras: Faperj, 2013. p. 7-24.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Madrid: Ed. Encuentro, 2009.

HORNE, Gerald. *O sul mais distante*. Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

INC-BOLIVIA. *Principales resultados del Censo Nacional de Población y vivienda 2012*. La Paz: Instituto Nacional de Estadística: Estado Plurinacional de Bolivia, 2013.

KLEIN, Hebert S. *Bolivia – The evolution of a Multi-Ethnic Society*. New York: Oxford Press, 1992.

_____. *Historia de Bolivia*. La Paz: Librería Editorial G.U.M., 2008.

LIMA, André Nicácio. Mato Grosso e a geopolítica da independência (1821-1823). *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 5, n. 2, p. 3-31, jul./dez., 2012.

LISOCCA-JAEGERMANN, Bogumila. Los afrodescendientes en los países andinos. El caso de Bolivia. *Revista del CESLA* [en línea] 2010, 1 (Sin mes). Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243316419024>>. Fecha de consulta: 7 en. 2018. ISSN 1641-4713

LOMBARDI, John V. A independencia y esclavitud en el período de transición de 1750-1850. In: CARRERAS DAMAS, Gérman; LOMBARDI, John V. (Dir). *Historia General de América Latina*. Paris: Unesco; Madrid: Trotta, 2003. vol. IV.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. “Escravos Negros na Fronteira entre Brasil e Bolívia”. In: SHEIDT, Eduardo; MOURA, Ana Maria S.; RODRIGUES, Fernando da S.; MONTEIRO, Cláudio A. (Orgs.). *História social das fronteiras*. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARROM, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 97-117, 2011.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2.

MESA, José de; GISBERT, Teresa; MESA GUIBERT, Carlos. *Historia de Bolivia*. 7. ed. La Paz: Editorial Gisbert y Cia, 2008.

PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. *Nação e nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

PEÑA HASBÚN, Paula. *La permanente construcción de lo cruceño: un estudio sobre la identidad de Santa Cruz de la Sierra*. Santa Cruz: Universidad Autónoma Gabriel René Moreno, 2011.

QUIJADA, Mónica. *Homogeneidad y nación - con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX*. Madrid: CSI, 2000.

REVILLA ORÍAS, Paola. “!Morir antes de esclavos vivir!” República libertaria y esclavitud negra en Bolivia decimonónica. In: ROBINS, Nicholas A.; RARAHONA MICHEL, Rosario. *Mitos expuestos: leyendas falsas de Bolivia*. Cochabamba: Editorial Kipus, 2014.

ROCA, José Luis. *Economía y Sociedad em el Oriente Boliviano (siglos XVI-XX)*. Santa Cruz de la Sierra: Editorial Oriente S.A., 2001.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “Homens de ferro, mulheres de pedra”: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Guaporé-Paraguai e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

SANDOVAL RODRIGUEZ, Isaac. *História de Bolivia - Desarrollo Histórico-Social*. Santa Cruz: Sirena Color, 1999.

_____. *História de Bolivia - Desarrollo Histórico-Social*. Santa Cruz: Sirena Color, 2003.

SANTOS, Corsino Medeiros. *O tráfico de escravos do Brasil para o rio da Prata*. Brasília: Ed. do Senado, 2010.

SECKINGER, Ron L. La cuestión de chiquitos: una breve crisis en las relaciones boliviano-brasileñas. *Revista de la Universidad Gabriel René Moreno*. Santa Cruz de la Sierra, n. 39-40, 1985.

SECRETO, Maria Verônica. Asilo: direito de gentes. Escravos refugiados no Império Espanhol. *Revista de História*, São Paulo, n. 172, p. 197-219, jan./jun., 2015.

SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

_____. Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 82-98, jan./jun. 2013.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

TOMICHI, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

VOLPATO, Luiza Rios. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993.

_____. Quilombos em Mato Grosso – resistência negra em área de fronteira. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Recebido em: 29/01/2017

Aprovado em: 30/10/2017

A geografia da historiografia: o acesso à e o uso da documentação por Joaquim Felício dos Santos nas Memórias do Distrito Diamantino (1868)

Pedro Afonso Cristovão dos Santos*

Resumo: O presente artigo analisa a obra *Memórias do Distrito Diamantino* (1868), de Joaquim Felício dos Santos (1822-1895), sob o ponto de vista da localização das fontes e seu uso por parte do autor. O artigo investiga as possibilidades de escrita de histórias regionais no Segundo Império, refletindo sobre as potenciais limitações que o envio de documentos das províncias para a Corte (bem como as remessas para Lisboa, no período colonial, e para outros centros regionais, como Ouro Preto, no caso das *Memórias* analisadas) poderia trazer para os historiadores, e suas formas de superá-las. Tal delimitação geográfica, tanto do objeto de estudo da obra como dos arquivos à disposição do autor, poderia levar a uma consideração maior, por exemplo, das tradições orais locais como fontes. Por outro lado, a inserção do autor na sua região (como a de Joaquim Felício no Distrito Diamantino) se traduz em uma posição determinada a partir da qual o autor avalia e hierarquiza as *evidências históricas* com as quais trabalha. O artigo propõe, nessa linha, uma discussão sobre as evidências a partir das reflexões de François Hartog.

Palavras-chave: Historiografia. Brasil império. História regional. Fontes históricas.

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. E-mail: pedroafonsocs@gmail.com.

No student of the history of historiography does his job properly unless he is capable of telling me whether the historian or historians he has studied used the evidence in a satisfactory way. (MOMIGLIANO, Arnaldo apud BOWERSOCK; CORNELL, 1994, p. XIV)

Apresentação

Ugo Tucci mostrou como Leopold von Ranke (1795-1886) pôde amearhar considerável coleção de documentos e obras raras em Veneza, e como o mercado destes artigos naquela cidade, ao lado das bibliotecas e arquivos (públicos e particulares), contribuiu para que tivesse acesso a um tipo de documento que lhe seria fundamental na escrita de suas obras: os relatórios dos embaixadores venezianos (TUCCI, 1999, p. 99-107). O estudo de Tucci ressalta o que pode ser, talvez, uma obviedade: a análise da historiografia demanda a consideração de como os historiadores tiveram acesso a suas fontes, e de quais puderam se utilizar na feitura de suas obras. À semelhança de Ranke, o século XIX é rico em exemplos que mantêm e reinventam a figura do historiador-viajante, cujas circunstâncias de vida permitem acesso a fontes e testemunhos que ajudam a moldar suas historiografias (o caso de Varnhagen, no Brasil oitocentista, pode ser visto sob essa ótica; cf. CEZAR, 2007). A geografia é, por conseguinte, parte indissociável da historiografia. As “cartografias” particulares desenhadas a partir das viagens nas quais, e por meio das quais, os historiadores conheceram suas *evidências* (termo polissêmico, que discutiremos a partir de HARTOG, 2011) parecem, pois, indispensáveis aos estudiosos de história da historiografia. Sem elas, fica dificultada a tarefa delineada por Arnaldo Momigliano na epígrafe anteriormente escrita (contida em BOWERSOCK; CORNELL, 1994, p. XIV): saber como o historiador/objeto de estudo utilizou-se de sua evidência. Como sabê-lo, sem saber onde, quando e em que circunstâncias o historiador *viu o que viu* (parafraseando o título do já citado estudo de HARTOG, 2011, grifos nossos)?

Por outro lado, a limitação geográfica pode fazer parte da prática do historiador tanto quanto os deslocamentos. O que dizer de escritos cuja marca vem não dos arquivos e bibliotecas distantes visitados pelo autor, mas da restrição às evidências imediatamente disponíveis? Nenhuma documentação pode ser considerada *completa*; mesmo o mais fortuito historiador-viajante não pode reivindicar a obtenção de todas as fontes possíveis para seu estudo. A lacuna e a ausência são partes inerentes da “operação historiográfica”. Neste artigo, propomo-nos a estudar ausências que têm a ver com a geografia, com as restrições contidas no lugar (geográfico) a partir do qual escreve o historiador. No caso, o historiador do local, do regional, confrontado com as evidências que seu espaço de escrita (simultaneamente objeto de estudo) lhe permite acessar.

Este historiador pertence ao contexto do Brasil oitocentista, e sua história local remete à sua terra natalícia: Joaquim Felício dos Santos (1822-1895), autor das *Memórias do Distrito Diamantino*, publicadas em livro pela primeira vez em 1868. Na origem, as *Memórias* de Joaquim Felício saíram no jornal diamantinense *O Jequitinhonha*, entre janeiro de 1861 e setembro de 1862. Instado a republicá-las no *Diário do Rio de Janeiro*, Felício procedeu a uma rigorosa revisão do texto em 1864, acrescentando os dois primeiros capítulos, e assinou a obra em primeiro de outubro daquele outubro desse ano. Em 1868, as *Memórias* receberam a primeira edição em livro, pela Tipografia Americana. A obra recebeu uma segunda edição em 1924, e ao longo do século XX adquiriu certo *status* de bibliografia básica sobre o Brasil, sendo reeditada em 1956 como o primeiro número da *Coleção Brasília* das Edições O Cruzeiro (Rio de Janeiro); a edição seguinte, de 1976, foi o número 26 da *Coleção Reconquista do Brasil*, da Editora Itatiaia (Belo Horizonte), em parceria com a Edusp (São Paulo). A quinta edição (1978), pela Editora Vozes, de Petrópolis, com apoio do Instituto Nacional do Livro e do Ministério da Educação e Cultura, fazia parte da coleção *Dimensões do Brasil*, que incluía de autores coloniais (como o padre Simão de Vasconcelos) a Capistrano de Abreu (do Conselho Consultivo da coleção faziam parte, entre outros, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e José Honório Rodrigues).

Joaquim Felício, nascido em 1822, na Vila do Príncipe, depois Serro (cidade vizinha a Diamantina), pensou seus escritos sobre a história da região de mineração diamantina sob um propósito inicial simultaneamente modesto e desafiador (NEVES apud SANTOS, 1956, p. 22): seu intuito principal seria orientar os mineiros de então (década de 1860), apontando quais minas e terrenos já haviam sido explorados; portanto, aos quais não valeria a pena dedicar-se e desperdiçar esforços. Por outro lado, pretendia registrar a história de um povo oprimido pela administração colonial (e depois imperial), um povo cuja história patenteava o absolutismo e o autoritarismo português, e, por último, do governo central do Brasil independente. Essa segunda temática garantiu à obra o público liberal do Rio, ensejando sua publicação no *Diário do Rio de Janeiro* e depois em livro. Felício tinha relações com o círculo liberal carioca, especialmente com Quintino Bocaiúva, colaborador e depois redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*: seu romance histórico *Acaíaca* foi publicado, após sair n' *O Jequitinhonha*, na coleção Biblioteca Brasileira, dirigida no Rio por Bocaiúva (EULÁLIO, 1976, p. 15). No momento da publicação das *Memórias*, Quintino Bocaiúva era o redator-chefe do *Diário* (seu “ilustrado redator”, declara Felício no início da obra, na nota “Ao leitor” das *Memórias*), assumindo sua direção em dezembro de 1865, quando tinha como seu braço direito Machado de Assis (BOCAIÚVA, 1986, p. 24). Quintino quase foi contemporâneo, ou ao menos *caloiro*, de Felício, pois veio para São Paulo em 1850, aos catorze anos (nascera no Rio de Janeiro), para iniciar os estudos no curso anexo à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde Felício, naquele ano, se formava.

Distrito Diamantino era o nome dado à área de exploração de diamantes (descobertos no início do século XVIII) localizada na Comarca do Serro Frio, região do Vale do rio Jequitinhonha, no nordeste da capitania de Minas Gerais (separada da capitania de São Paulo desde 1720), posteriormente província. O centro administrativo do Distrito era o Arraial do Tijuco, ou Tejuco, que a partir de 1831 recebeu o nome que possui até hoje, Diamantina, desmembrada do Serro, antiga Vila do Príncipe. A demarcação do Distrito ocorreu em 1731, mas constantes expansões de seus limites foram efetuadas à medida que novas áreas de mineração

de diamantes eram descobertas. De 1734 a 1739, a exploração de diamantes foi mantida proibida a particulares, e o Distrito teve administração própria. Em 1739, tem início a fase dos contratos, em que contratadores particulares arrendavam junto à Coroa o negócio de extração de diamantes, comprometendo-se a pagar uma remessa determinada ao rei. Em 1745 foi proibido o livre acesso ao Distrito, e em 1771 a Coroa assumiu o negócio de diamantes, pondo fim aos contratos. Passa a valer então a legislação do Regimento Diamantino, conhecido popularmente como “Livro da Capa Verde”, um *corpus* de regras que aparece, em Joaquim Felício, bem como em outros autores, como símbolo maior do despotismo português na colônia. A partir desse momento, a administração do Distrito esteve a cargo da Junta Diamantina, subordinada à Administração Diamantina, em Lisboa.¹

As *Memórias do Distrito Diamantino* são divididas em quarenta e dois capítulos, acompanhando, *grosso modo*, a cronologia administrativa do distrito. O livro parte da descoberta das minas no Serro Frio e acompanha as diferentes legislações a respeito da exploração mineradora na região, seguindo ainda a ordem dos governadores e intendentes responsáveis pela administração do distrito. Por outro lado, a obra é pontuada pelo que podemos chamar de narrativas da história social do distrito, como o capítulo XV, que contempla a história de Xica da Silva, ou o capítulo XXXII, dedicado a “Isidoro, o garimpeiro; sua vida, prisão, martírio e morte”, além de tratar, por todo o texto, do contrabando de diamantes. O capítulo XLII, último, inclui observações sobre os tipos sociais do “mineiro” e do “agricultor”, contrastantes na vida social do distrito.

Procuraremos estudar nesse autor e obra a questão do alcance documental, ou do raio de arquivos e documentação que o autor poderia cobrir (especialmente quando se baseava essencialmente na documentação guardada na província sobre a qual escrevia), e o quanto esse alcance poderia marcar seu texto historiográfico. Buscaremos a tipologia das fontes utilizada por Joaquim Felício nas *Memórias*, bem como seu uso de cada tipo de documentação, pensando relações entre essa prática, os limites dos arquivos disponíveis a Felício e os limites (geográficos e cronológicos) que o próprio impôs ao objeto de seu escrito.

Arquivos e províncias no Brasil imperial

O movimento de direcionamento dos documentos das províncias para a Corte (já presente no período colonial, com o envio de arquivos para Portugal), que se acentua após 1838 (por iniciativa do IHGB, e ainda com a criação do Arquivo Público do Rio de Janeiro; cf. COSTA, 2000), envolvia basicamente documentos *oficiais* ou, no limite, memórias e crônicas, se não oficiais, com um caráter de obras que obedeciam a determinadas regras, mesmo que fluidas. Ou seja, estavam fora do alcance do que era remetido das províncias para a Corte, pela sua própria natureza, pois eram fontes que não se enquadravam ou não tinham como ser enquadradas naquelas que os arquivos da Corte guardavam, como panfletos, manuscritos particulares, e, principalmente, tradições orais. Assim, veremos nas *Memórias do Distrito Diamantino* o recurso a depoimentos orais, geralmente de pessoas idosas, guardadoras da memória antiga do Distrito, “documentos” que os arquivos centrais não tinham como recolher (ou, melhor dizendo, não se preocuparam em recolher, ou estavam fora de sua concepção de documento) e cuja participação na escrita da história poderia ser problemática, pela forma como a historiografia oitocentista lidava com as tradições orais. Desse modo, as províncias possibilitavam a um autor local um arquivo específico, mescla de documentação da burocracia oficial local, produção letrada (particular e regional) de outras épocas e fontes não escritas, tradições locais cuja incorporação ao texto histórico demandava do autor alguma forma de crítica da testemunha, validando-a ou não.

A pesquisa de Joaquim Felício para a escrita das *Memórias* deparou-se com os problemas relativos à limitação dos arquivos regionais. No primeiro dos apêndices incluídos por Alexandre Eulálio na terceira edição (1956) das *Memórias*, que é o primeiro artigo da obra saído n’*O Jequitinhonha*, de vinte de janeiro de 1861, Joaquim Felício dá a seguinte procedência dos fatos que relata:

[...] o que podemos afiançar aos nossos leitores, é a veracidade dos fatos que vamos publicar: a sua prova encontrarão em documentos existentes na Secretaria da Administração

Diamantina, e quando recorrermos à tradição procuraremos o testemunho de pessoas fidedignas (SANTOS, 1956, p. 429).

Suas principais fontes viriam da documentação oficial local (excluindo, como veremos, toda aquela remetida a Lisboa) e de depoimentos diretos de testemunhas “fidedignas”. José Teixeira Neves identifica algumas dessas testemunhas e ainda lembra que no próprio *O Jequitinhonha* apareciam notícias de indivíduos centenários vivendo em Diamantina por volta de 1862, que seriam depositários confiáveis da memória local (NEVES, 1956, p. 22-23).

A esses dois conjuntos de fontes, deve-se somar o arquivo pessoal de Joaquim Felício e obras de outros historiadores. Entre essas, contamos a *História da Fundação do Império Brasileiro* (1864-68, parte, portanto, da revisão de Felício voltada à publicação das *Memórias* em livro), de João Manuel Pereira da Silva (1817-1897), que aparece como fonte propriamente, ou seja, tendo seu relato dos fatos usado por Felício (SANTOS, 1956, p. 61), e como fonte de documentos, pois Felício transcreve documento a partir de Pereira da Silva (SANTOS, 1956, p. 140) – além de oferecer interpretação dos fatos utilizada por Felício, no caso, considerações de Pereira da Silva sobre o absolutismo da administração colonial sobre o Distrito Diamantino (SANTOS, 1956, p. 55). Também são citadas as *Memórias sobre o Quinto do Ouro de Minas Gerais*, de José Antônio da Silva Maia, de 1827. Felício ainda menciona duas edições da *Revista* do IHGB, o volume 16, de 1853, onde saiu publicada uma Instrução de 1752, e o tomo 4, que continha biografia do Intendente dos Diamantes, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, assinada por José Francisco Sigaud.² Felício ainda utiliza os viajantes Auguste de Saint-Hilaire e John Mawe, e a *História Geral* de Varnhagen, que aparece em três momentos: dois deles são momentos em que Felício contesta o texto de Varnhagen. No terceiro, utiliza-o como fonte (SANTOS, 1956, p. 148).

O arquivo pessoal de Joaquim Felício aparece, por exemplo, no caso de “[...] uma exposição, que possuímos manuscrita, feita à coroa sobre o estado nas minas por José da Costa Sousa Rabelo” (SANTOS, 1956, p. 278); ou em alguns pareceres em que “Possuímos manuscritos”, de vários mineiros à coroa sobre a questão do contrabando

de ouro (SANTOS, 1956, p. 279). Considerando ainda a menção a “Um velho manuscrito, que temos presente, e que atribuímos ao Dr. Plácido da Silva e Oliveira Rolim, irmão do inconfidente Padre José da Silva e Oliveira Rolim” (SANTOS, 1956, p. 115), bem como a “[...] um eloqüente sermão que possuímos manuscrito, como uma preciosidade” (SANTOS, 1956, p. 198), do Dr. Brandão, vigário da Vila do Príncipe, cremos que o arquivo pessoal de Felício possa ter sido amealhado junto a particulares. Felício também utiliza cartas particulares (SANTOS, 1956, p. 91-92 e p. 226, nota 40), que não diz se eram ou não de sua propriedade (cremos que não), mas que reforçam a possibilidade de ter obtido o consentimento ou mesmo a ajuda de conterrâneos para a escrita da obra.

O uso dos depoimentos diretos segue a preocupação com testemunhas “fidedignas” e, quando possível, oculares. Contamos quinze menções de Joaquim Felício a esse tipo de fonte, e em alguns casos aparecem expressões de validação, tais como: “[...] conforme narrou-nos uma testemunha ocular” (SANTOS, 1956, p. 362), ou o caso do sofrimento nas mãos das autoridades do garimpeiro (isto é, minerador ilegal, no vocabulário da época) Isidoro: “O que acabamos de narrar contaram-nos testemunhas fidedignas, imparciais, oculares” (SANTOS, 1956, p. 322).

Relacionadas aos testemunhos orais estavam, de certa forma, as “tradições”. Para parte da historiografia oitocentista brasileira, as tradições, quando não podiam ser comprovadas documentalmente, deveriam ser excluídas dos textos historiográficos, vindo a servir, eventualmente, como material para obras literárias (OLIVEIRA, 2012, p. 2). Joaquim Felício menciona nas *Memórias*, segundo contamos, vinte e duas tradições. Sua posição, em geral, é por aceitá-las, ou ao menos consentir em apresentá-las. Em um dos casos, parte de uma tradição, busca sua comprovação e, feito isso, desmente trecho da *História Geral* de Varnhagen. É o episódio em que o Conde de Valadares entrega ao contratador (isto é, o arrendatário do contrato de extração de diamantes) João Fernandes Vieira uma ordem do rei de Portugal para que este deixasse o Arraial do Tijuco e partisse para Lisboa, sob pena de, desobedecendo, ser considerado inconfidente. É o início da ruína de Vieira, homem muito rico e importante, célebre por ter se casado com Xica da Silva. Joaquim Felício narra

toda a dissimulação do Conde de Valadares para se aproximar de João Fernandes Vieira, postergando a entrega da ordem e obtendo muito ouro do contratador no meio-tempo.

O trecho no qual Felício relata o momento em que o Conde afinal notifica Vieira termina com remissão à seguinte nota de rodapé:

Podemos asseverar a autenticidade dos fatos, que de propósito narramos com todas as suas circunstâncias, e talvez demasiadamente. Nós os sabemos da tradição e testemunho de pessoas respeitáveis e fidedignas, que tivemos o trabalho de consultar, que os ouviram dos contemporâneos de João Fernandes, que os conheceram e foram testemunhas oculares. Ainda hoje existe um velho desse tempo, que confirma o que levamos dito. Fizemos esta nota por termos lido o seguinte na *História do Brasil* por Varnhagen:

“Em Minas o Conde de Valadares (1768-1773) zelou pela fazenda pública, evitou roubos e extorsões e fez respeitar a autoridade pública, apesar dos réculos e mandões [entre os quais se incluíria João Fernandes Vieira, um poderoso local], que haviam introduzido tal relaxação nos costumes, que a virtude era sufocada pela ambição, pela soberba e pelo orgulho; a riqueza fazia a honra e veneração popular; a vingança adquiriu e restabeleceu o respeito, e a grandeza do fausto era o único caráter da nobreza e fidalguia. O Conde de Valadares tinha grande compreensão e gênio indagador, constante e inalterável; foi prudentíssimo, desinteressado, reto, zeloso e de exemplar proceder”.

É assim que se escreve a história (SANTOS, 1956, p. 166).

Joaquim Felício partiu da tradição conhecida no Serro Frio sobre o papel do Conde Valadares no desterro de João Fernandes Vieira, averiguou-a (segundo diz) e pôde enfim contestar o retrato que Varnhagen desenha do Conde na *História Geral*. Varnhagen não deveria conhecer a tradição local; se a conhecia, optou por ignorá-la, o que pode ser compreendido levando-se em conta o capítulo da

História Geral em que está o trecho citado por Joaquim Felício. É a seção XLV do tomo II, que apresenta, de forma geral, uma defesa da centralização administrativa em detrimento dos poderes locais, o oposto do que defendia Joaquim Felício. O Conde de Valadares é, para Varnhagen, além de indivíduo exemplar, símbolo da necessidade do poder central para conter os desvios de costumes decorrentes do excesso de poder na mão dos “mandões” locais (como João Fernandes Vieira). O trecho transcrito por Joaquim Felício, que se encontra entre as páginas 251 e 252 da primeira edição (1857) do tomo II da *História Geral*, está copiado fielmente pelo autor mineiro, com um porém: as partes “[...] a virtude era sufocada pela ambição, pela soberba e pelo orgulho; a riqueza fazia a honra e veneração popular; a vingança adquiriu e restabeleceu o respeito, e a grandeza do fausto era o único caráter da nobreza e fidalguia [...]”, e “[...] tinha grande compreensão e gênio indagador, constante e inalterável; foi prudentíssimo, desinteressado, reto, zeloso e de exemplar proceder [...]” estão entre aspas em Varnhagen. Pode-se argumentar que, se Varnhagen transcreve o trecho, o subscreve, mas a parte que de fato indignou Joaquim Felício é de um terceiro, não do futuro Visconde de Porto Seguro.

Não há referência direta em Varnhagen às fontes de onde extraiu as citações, mas a segunda deve pertencer (embora não esteja transcrita textualmente) à *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, de José João Teixeira Coelho. O texto, de 1780, é citado por Joaquim Felício nas *Memórias* (SANTOS, 1956, p. 56-57, 59 e 195), e, nos momentos em que o utiliza, Felício não lhe faz qualquer objeção como fonte, pelo contrário, trata-a como fidedigna. Quando contestar Varnhagen a respeito do pioneirismo da fundição de ferro no Brasil, em seção que mencionaremos mais à frente, Felício colocará questionamentos à fonte usada pelo historiador sorocabano, às motivações do autor de um panfleto que serviu de base à narrativa contida na *História Geral*. Mostrará que uma fonte tomada por Varnhagen como uma testemunha ocular fidedigna era, na verdade, fortemente interessada e parcial. Aqui, por outro lado, Felício não identifica a procedência ou não procura discutir o caráter apologético do trecho da *Instrução* que trata do Conde de Valadares, aspecto apontado por Laura de Mello e Souza,

que mostra como os textos do século XVIII, referentes a Minas Gerais, “[...] omitem todo comentário crítico e se limitam a arrolar as virtudes morais dos governantes, não podendo ser diferente numa época em que a colônia sul-americana e a Metrópole integravam um só Império” (SOUZA, 2006, p. 176). A autora cita a seguir o mesmo trecho da *Instrução* usado por Varnhagen e criticado por Felício para mostrar como os governantes de então apareciam, na sua expressão, como “modelos de virtude pública”.

Interessa apontar ainda que Joaquim Felício faz a discussão da divergência com Varnhagen no rodapé e não no corpo do texto – mostrando preocupação com a não interrupção da narrativa em caso de debate historiográfico. Se nesse caso Felício atestou a tradição, há momentos em que mostra desconfiança, como neste trecho:

Diz-se geralmente que os contratadores do primeiro e subseqüente contratos sempre abusaram desta última condição [o limite de seiscentos escravos no trabalho de mineração], e que alguns deles mineraram com um número, que se tem elevado, até quatro mil escravos.

Não duvidamos que alguma vez se desse abuso, e mesmo constam de documentos oficiais reiteradas queixas de intendentes e fiscais contra os contratadores pela infração desta condição; não podemos, porém, capacitar-nos que seja verdadeiro tudo quanto reza a tradição a este respeito, atenta a vigilância que havia, para que não trabalhassem com escravos além dos capitados [seiscentos], a energia e zelo de muitos intendentes e fiscais, e sobretudo as providências que se deram para o rigoroso cumprimento do contrato e severidade das penas impostas à sua violação (SANTOS, 1956, p. 87).

Isto é, a tradição dava conta de abusos na legislação, que restringia a seiscentos o número de escravos que um contratador de diamantes poderia empregar, chegando a se falar em quatro mil escravos, mais de nove vezes o permitido (e alguns “documentos oficiais” corroborariam tal queixa). Esse parece mais um caso de verossimilhança histórica do que de constatação de um fato histórico comprovado

pelos documentos. Felício concorda que abusos existiam, mas lhe parece implausível que, com toda a vigilância existente, um contratador tenha conseguido chegar a ter quatro mil escravos em seu serviço. De todo modo, as tradições não eram descartadas, *a priori*, por Joaquim Felício, e mereciam pelo menos o benefício da dúvida.

Ao ouvir a “tradição e testemunho de pessoas respeitáveis e fidedignas”, Felício compreende uma história que é visão, mas também audição (HARTOG, 2011, p. 144). Entretanto, fugindo à proposta micheletiana de ser o historiador um “visitante dos mortos e dos túmulos” (HARTOG, 2011, p. 150), Felício se apoia no testemunho dos vivos. São estes que lhe permitem devolver o morto (João Fernandes Vieira) a seu devido posto na história. O mergulho na história de Joaquim Felício é um mergulho não apenas nos arquivos e cemitérios, mas na vida social da localidade cuja história escreve. As tradições populares em Felício são, nesse caso positivamente, como para Michelet: “em suma, verdadeira[s]” (HARTOG, 2011, p. 156).

As tradições orais às quais Felício não podia aferir certeza podiam servir-lhe, como no caso de Varnhagen com a lenda de Amador Bueno,³ de material para escritos literários. A tradição a respeito da descoberta de diamantes no Arraial do Tijuco é um exemplo. Nas *Memórias*, Felício afirma que “Não se sabe ao certo qual o lugar em que fora achado o primeiro diamante, atenta a variedade de tradições que há a respeito. Esta incerteza e variedade de tradições explica-se, e mesmo parece natural, se atendermos que os mineiros só se ocupavam com a extração [de ouro] e não conheciam ainda o diamante [...]”, acrescentando ainda que “Não é menos difícil dizer quem fora o primeiro descobridor, ou antes, o primeiro conhecedor dos diamantes entre nós. Uns querem que fora Bernardo da Fonseca Lobo [...]. outra tradição diz que um frade, cujo nome não se declara” (SANTOS, 1956, p. 60). Em seu romance histórico *Acaíaca* (1866), que trata da descoberta dos diamantes como uma maldição sobre o Tijuco, Felício mistura as duas tradições que menciona nas *Memórias*: Bernardo da Fonseca Lobo foi o primeiro a extrair diamantes, mas, sendo um dos mineiros que “[...] só se ocupavam com a extração”, não dá importância às pedrinhas. Um frade, em visita ao Tijuco, percebe-as na casa de Lobo,

e, conhecedor de seu valor, o ludibria a presenteá-las, sem revelar seus conhecimentos a Bernardo, que as dá de boa fé (SANTOS, 1894, cap. XIII; atualizamos a grafia nas transcrições).⁴

Curiosamente, no romance, escrito sob a forma de um manuscrito histórico encontrado ao acaso, as tradições aparecem com poder de prova. Há na história um cientista capaz de produzir diamantes em laboratório, e a maneira do “manuscrito” fictício dar veracidade a isto é afirmando “Que o Dr. Medina fazia diamantes, é um fato que não podemos negar, porque aí está a tradição para atestá-lo” (SANTOS, 1894, p. 61). A tradição, corroborada por testemunhos fidedignos, servia para transmitir ao leitor toda a impressão de veracidade que conferiria à leitura da obra um impacto maior, malgrado o que houvesse nela de fantástico: “Cumpre agora explicar como o nome de *Cajuby* torna a aparecer nesta narração onde se tem visto fatos tão maravilhosos, mas que se não podem negar, a menos de querer-se contestar uma tradição constante, o testemunho de pessoas fidedignas” (SANTOS, 1894, p. 73). No romance, as tradições merecem crédito; as fontes em que se encontrariam “falsidades” e fábula são os relatos de viajantes estrangeiros, naturalistas satirizados no *Acaíaca* pelas descrições fantásticas que davam do que viam (SANTOS, 1894, em especial p. 85). Nas *Memórias*, Felício utiliza dois relatos de viajantes estrangeiros, os de Auguste de Saint-Hilaire e John Mawe. O primeiro aparece sempre como uma testemunha confiável; de Mawe, porém Felício põe em descrédito um cálculo do valor de diamantes vendidos por contrabando para a Europa (SANTOS, 1956, p. 98). Nem um caso, todavia, de descrição de aspectos naturais.

A documentação e sua leitura por Joaquim Felício dos Santos

O maior número de documentos que encontramos nas *Memórias* são aqueles que podemos classificar, seguindo a expressão que vimos Felício utilizar, de “oficiais”. Sendo uma obra cujo eixo de sentido é dado pelo fato principal que organizou a vida no Distrito

Diamantino, a mineração, Joaquim Felício dedica sua atenção (e a do leitor) a acompanhar a evolução da legislação e das políticas reais em relação à mineração, que acarretavam ordenações de todo o restante da vida social. A obra se estrutura de fato pela sequência dos governantes a que o Serro Frio esteve sujeito, primeiro os governadores da capitania, aos quais se somam depois os intendentes gerais do Distrito Diamantino (isto é, após a criação da Intendência Geral dos Diamantes, em 1734, que aparece no quarto dos quarenta e dois capítulos); Felício procede procurando narrar os fatos mais notáveis e importantes de cada governo. Na verdade, como sua história procura mostrar a opressão sobre o povo do Arraial do Tijuco, um governo pobre em acontecimentos seria um governo em que poucas manifestações dessa opressão seriam observadas – como se, de forma geral, o estofo da história fosse de violências. Por isso, assinala Felício: “Disse um escritor: – Feliz o povo que não tem uma história” (SANTOS, 1956, p. 276). Há a frase atribuída a Montesquieu, “Heureux le peuple dont l’histoire est ennuyeuse” (feliz o povo cuja história é monótona), que pode ser a inspiração de Felício aqui.

Numa chave mais ampla, a obra segue as sucessivas legislações que regularam a mineração, ou melhor, a forma de a Coroa obter sua parte da mesma (isto é, cobrança de quinto, casas de fundição, capitação, mineração por contrato e a famosa *Real Extração*, regulada pelo temido Regimento Diamantino, ou *Livro da Capa Verde*, máxima expressão do despotismo real para Joaquim Felício⁵). A legislação real é o fio condutor da obra, com contraponto das reações do povo ao que o governo impunha; daí constarem frequentemente alvarás, decretos, portarias etc., de um lado, e as petições e representações dos moradores do Arraial do Tijuco, de outro.

Como dissemos anteriormente, Joaquim Felício afirmou, no primeiro artigo escrito para *O Jequitinhonha* do que viriam a ser as *Memórias*, que, além do testemunho de pessoas fidedignas, contou com os documentos da Secretaria da Administração Diamantina. Uma observação no romance *Acaíaca* pode ajudar a compreender a formação desse arquivo. Em uma das intervenções voltadas para conferir verossimilhança ao romance, o “editor” do “manuscrito” afirma, em nota de rodapé, a respeito de uma portaria transcrita no texto:

Não possuímos e nem sabemos onde existem os livros, onde se mandou registrar esta portaria. E também não a encontramos no arquivo da extinta administração diamantina, para onde o Dr. Antônio Ferreira do Vale e Melo, quando nomeado intendente, trouxe todas as portarias expedidas anteriormente à sua criação (SANTOS, 1894, p. 107. A portaria transcrita no romance é uma versão alterada da portaria verdadeira sobre a descoberta de diamantes, transcrita nas Memórias; SANTOS, 1956, p. 61).

Antônio Ferreira do Vale e Melo era ouvidor-geral da Vila do Príncipe (exercendo autoridade sobre a região dos recém-descobertos diamantes) desde ao menos 1729, e o regimento de 26 de junho de 1730 o nomeou, e a seus sucessores, “superintendentes de todas as terras diamantinas da comarca” (SANTOS, 1956, p. 62); o superintendente seria o equivalente do intendente, quatro anos antes desse cargo ser criado (quando da criação, inclusive, o intendente assumiu as atribuições do ouvidor-geral como superintendente; SANTOS, 1956, p. 70). Vale dizer que Júnia Ferreira Furtado, no seu estudo recente sobre o Regimento Diamantino, publicado em 1996, afirmou que a documentação da Intendência do Diamante já não existe mais, “[...] queimada provavelmente durante os trabalhos de recuperação do prédio, que atualmente abriga a Prefeitura e a Câmara da Cidade” (FURTADO, 1996, p. 29).

De todo modo, se for considerada válida a informação no *Acaíaca*, a Secretaria da Administração Diamantina, principal arquivo consultado por Joaquim Felício, deve ter sido estabelecida após junho de 1730, e recebeu os documentos oficiais anteriormente à sua criação. A ordenação da administração diamantina marca a baliza cronológica das *Memórias*. Em artigo seguinte ao inaugural publicado no *O Jequitinhonha*, agora de 29 de janeiro de 1861, também incluído como apêndice na terceira edição das *Memórias*, Felício explica o marco inicial dos escritos, 1729:

É do ano de 1729 que começam estes apontamentos; por que foi quando na Comarca se conheceu a existência de um *Distrito Diamantino*. Até 1734, não estavam bem definidos

os seus limites, e todos os Alvarás, portarias, Bandos e Ordens, que se expediam sobre a nova mineração, só falavam em córregos e ribeiros de onde se extraem diamantes na Comarca do Serro Frio (SANTOS, 1956, p. 429).

Destarte, uma vez delimitada claramente a região, o objeto do autor também ganhou corpo. E o critério geográfico permanece ao longo da obra. Por isso, Felício julga necessário se justificar quando vai tratar da participação dos eleitores do Distrito Diamantino na escolha dos deputados mineiros às cortes, em 1821. Já no índice do capítulo, o XXXVII, aparece: “O autor entende dever acompanhar os eleitores da comarca até Vila Rica, sem apartar-se de seu assunto”, e assim o justifica:

Enquanto dão-se estes acontecimentos nada tem ocorrido de importância no Distrito Diamantino, que mereça ser referido; por isso aproveitaremos a oportunidade para seguirmos os nove eleitores da comarca até Vila Rica, onde vão concorrer para a nomeação dos Deputados às cortes pela capitania de Minas. *Com esta digressão julgamos que não perdemos o fio da história do Distrito, porque acompanhamos os seus representantes.* Os fatos sucedidos na capital pertencem de alguma forma às memórias, que vamos escrevendo. Demais é agradável recordarmo-nos dos primeiros tempos de nossa independência, visto que o presente só nos oferece a luta de paixões e interesses pequeninos, pela degradação a que entre nós tem descido o sistema representativo (SANTOS, 1956, p. 356, grifos nossos).

Sair da comarca do Serro Frio equivalia a uma “digressão”, cabível porque, primeiramente, nada ocorria de notável no interior da comarca (se acontecesse, teria preferência, ao que parece). Felício julga não perder o “fio da história” ao seguir os representantes do Distrito até Vila Rica, embora não precise bem porque (“Os fatos sucedidos na capital pertencem *de alguma forma* às memórias”). O contraste com o atual (isto é, década de 1860) momento político parece o grande móvel do capítulo, de fato. E, vale notar, Felício

teve como fontes para esse capítulo o que “ouvimos de testemunhas oculares e fidedignas” (SANTOS, 1956, p. 356, grifos nossos), os próprios representantes da comarca, supomos, mostrando que seu acesso às fontes quase sempre se limitava ao que estivesse (arquivos ou pessoas, isto é, testemunhas) no Distrito Diamantino. Note-se ainda o limite talvez mais distante atingido pela geografia das *Memórias*: Vila Rica.

Se a geografia determina fortemente o objeto nas *Memórias*, a cronologia não se intimida diante da história contemporânea. Felício chega a seus dias atuais e trata de pessoas ainda vivas ou com parentes vivos. É o caso de seu relato da ascensão e ruína da família Caldeira Brant, ainda então presente em Diamantina, provavelmente do círculo de amizades de Felício.⁶ Ali o autor advoga total imparcialidade:

Vamo-nos aproximando da época contemporânea. Os fatos tornam-se mais abundantes, a tradição mais clara. Das pessoas de que temos de falar neste escrito algumas ainda vivem, de outras há descendentes, parentes, amigos, ou conhecidos. Mas nada pretendemos ocultar nem desculpar: é o dever do narrador (SANTOS, 1956, p. 103).

As *Memórias* terminam com as últimas legislações em vigor a respeito dos terrenos diamantinos, no caso, uma lei de 1852, que alterava decreto de 1845: “[...] lei que julgamos excelente, e que ainda poderá ser melhorada se forem adotadas as ideias de um projeto, que atualmente existe na Câmara dos Deputados, e for pelo Governo melhorado o sistema da atual administração” (SANTOS, 1956, p. 403). A história articula-se então como o longo e tortuoso caminho que os moradores do Distrito Diamantino percorreram, do despotismo dos tempos coloniais à vida sob leis mais justas.

Na apresentação ao leitor de sua pesquisa com as fontes, Joaquim Felício usa expediente comum no século XIX: a utilização de expressões como “temos à vista”, ou “temos presente”, antes de tratar de um documento. Como em: “[...] uma carta particular, que temos à vista e da qual transcreveremos alguns trechos [...]” (SANTOS, 1956, p. 91. Dentre os muitos casos de uso daquelas expressões nas

Memórias, podemos citar ainda p. 73, p. 115, p. 146, p. 306). Essas expressões acabam por conferir credibilidade ao relato do autor, pois a transcrição ou o resumo do documento que geralmente lhes sucede é apresentado ao leitor como uma cópia fiel da fonte que o historiador tem à sua frente. Cremos que, em certo sentido, ocorre também uma presentificação da própria escrita da história nesses casos. Estudos recentes têm trabalhado os recursos utilizados pelos historiadores oitocentistas para dar um sentimento de presença ao leitor, isto é, fazê-lo presente à cena narrada no texto historiográfico (por exemplo, VARELA, 2012). Expressões como “temos à vista” tal documento, assim nos parece, colocam o leitor na presença do historiador no momento em que compõe seu texto, presentificam a própria escrita da história. É evidente que os documentos poderiam ser confrontados por outro estudioso que consultasse os mesmos arquivos, mas essa forma de escrita estabelece a confiabilidade da transcrição apresentada. Desse modo, o historiador assegura ao leitor que a transcrição do documento será fiel, pois não a faz de memória ou a partir de relatos de terceiros, mas “tendo presente”, tendo diante de si a fonte que transmite a seus leitores.

Do ponto de vista da construção do texto, nos parece que a posse, ou a consulta pessoal (o *ter* ou o *ter visto pessoalmente*), funcionava como meio de comprovação da existência e da veracidade das afirmações feitas sobre o conteúdo da fonte, garantindo-se, evidentemente, a autenticidade da mesma. O *ter visto pessoalmente* aparece como meio de comprovação da existência de uma fonte. Alguns exemplos desse procedimento podem ser lidos no primeiro tomo da *História Geral* de Varnhagen. Em meio ao relato da invasão da Bahia pelos holandeses, no século XVII, Varnhagen menciona uma estampa gravada na Holanda comemorando a invasão de Piet Heyn, e afirma, em nota: “O original dela vimos em Amsterdã, em casa do bibliófilo Muller, em setembro de 1853” (VARNHAGEN, 1854, p. 353). Em outro momento, a presença do autor como testemunha ocular da documentação serve mesmo de comprovação para o que escreve. Sobre um suposto plano do Cardeal D. Henrique, sucessor de D. Sebastião, de se casar para manter a coroa em Portugal (acabaria passando à cabeça de Felipe II de Espanha), Varnhagen afirma, em nota: “A tal respeito vimos em Espanha

uma carta autógrafa do cardeal-rei [D. Henrique] anunciando a Felipe II o seu projeto” (VARNHAGEN, 1854, p. 279). A questão do *olhar* no projeto historiográfico do IHGB aparece desde cedo, embora referido, em geral, a localidades geográficas que pudessem ser consultadas *in loco*, para dirimir dúvidas existentes nos textos. Entretanto, cremos poder estender essa lógica para a consulta a documentos, afirmando, com Manoel Luiz Salgado Guimarães, que “O olhar assegura então a possibilidade de prova” (GUIMARÃES, 2007, p. 112). O historiador é testemunha, não do fato que relata, mas da existência e do conteúdo do registro que apresenta ao leitor como fonte de informação e de credibilidade de sua narrativa.

O alcance documental das *memórias*

Os limites geográfico e cronológico da obra marcam também seu alcance documental, isto é, o raio de arquivos e fontes que seu autor cobrirá. Restringindo o Distrito Diamantino como o teatro das ações de que falará, e a cronologia de 1729 até seus dias atuais, década de 1860, Felício utilizou, como vimos, os arquivos da Secretaria da Administração Diamantina como sua principal fonte para os documentos oficiais sobre seu objeto. Contamos a menção a sessenta e cinco documentos oficiais nos quarenta e dois capítulos das *Memórias*, entre bandos do governador da capitania, portarias, alvarás, decretos, ordens régias, petições e representações dos moradores etc. As lacunas na pesquisa de Felício aparecem, de fato, no caso de documentos importantes para sua narrativa *que não se encontravam no Distrito Diamantino*.

E isso não apenas para os documentos que haviam sido remetidos a Lisboa. Felício afirma não ter como calcular os quilates de diamantes extraídos dos dois primeiros contratos, “[...] por não termos presentes os *Livros das Entradas dos Diamantes para o Cofre [...]*”, explicando, em nota de rodapé: “[...] estes livros eram cinco, que se achavam na Secretaria dos Terrenos Diamantinos, e foram remetidos para Ouro Preto, por ordem do Inspetor da Tesouraria da Província, de 4 de fevereiro de 1847”. A solução encontrada por Felício para oferecer uma estimativa é “[...] um pequeno folheto

anônimo, que corre impresso, do ano de 1821, intitulado: *Refutação da Proclamação de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá*, geralmente atribuído ao Dr. José Vieira Couto [...], complementado com trecho do *Tratado dos Diamantes e Pedras Preciosas*, de John Mawe, que viajou pelo Serro Frio em 1807 e, além de naturalista, era negociante de diamantes, segundo Felício (SANTOS, 1956, p. 96, grifos do autor).

Mas seu maior problema parece ter sido, de fato, com os documentos enviados a Lisboa. Caio Boschi (1998) relata a existência de 25 fontes referentes à comarca do Serro Frio e onze referentes a Diamantina, em Portugal, quando de sua pesquisa. Além de outras que pudessem interessar à pesquisa de Joaquim Felício, como as da Vila do Príncipe ou Ouro Preto, ou os papéis sobre os impostos de capitação ou as casas de fundição, já representa um bom número de documentos, os quais, se não houvesse cópias no Distrito Diamantino, estariam inacessíveis a Felício. Por exemplo: um relatório de 1757, de Antônio Lourenço Costa, oferecido ao Intendente, contando dez anos de viagens suas pelos sertões da região, para pretender junto ao rei o título de descobridor de diamantes. Felício não conheceu o relato: “Não possuímos este relatório, que devia ser bem curioso: foi provavelmente remetido para Lisboa” (SANTOS, 1956, p. 149; Caio Boschi não menciona documento de Antônio Lourenço da Costa entre as fontes que encontrou sobre Minas Gerais em Portugal. Teria o relatório se perdido?). Vale dizer que, pelo Regimento Diamantino, instituído em 1771, a Junta Diamantina, que administrava o Distrito, reportava-se diretamente à Administração Diamantina em Lisboa, criando uma comunicação direta com o reino (SANTOS, 1956, p. 207). É assim que, não tendo havido cópia, ou “traslado”, os documentos quedavam fora da província no momento em que escreveu Joaquim Felício, como é o caso da devassa contra o Intendente João Inácio, sobre a qual Felício lamenta: “Sentimos não ter podido ler os atos desta devassa. Foram remetidos, sem ficar traslado, para Lisboa, que foi onde se abriram as inquirições” (SANTOS, 1956, p. 264).

Felício contrabalançava os documentos oficiais com as tradições, testemunhos ou folhetos, como vimos anteriormente. No seu uso dos documentos oficiais, transcrições são muito frequentes.

Seu propósito poderia ser dar a conhecer a legislação ou a decisão do governo em algum caso, ou ainda expor o que considerava o absolutismo e despotismo do governo em relação aos moradores do Tijuco (além de transcrever certas peças por “curiosidade”, por exemplo. SANTOS, 1956, p. 100). Sobre a confiabilidade dos documentos oficiais quando forneciam descrições do Tijuco, Felício poderia levantar dúvidas, como faz no caso de um relatório sobre “o estado da mineração diamantina no ano de 1813”, enviado pelo Intendente de então, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, à Junta administrativa de Lisboa. O relatório dá uma perspectiva ruim para a possibilidade de extração na região, ao que contrapõe Felício, após transcrever três parágrafos do documento: “Tal era o conceito que Câmara fazia do Jequitinhonha em 1813; entretanto foi daí que nos anos posteriores extraiu as melhores remessas de diamantes, que fez para a corte. Hoje ainda é o rio mais rico do Distrito Diamantino” (SANTOS, 1956, p. 304-305).

As transcrições colocavam o problema da interrupção da narrativa. Em certo momento, Felício para e justifica suas transcrições, mostrando consciência do efeito disruptivo das mesmas sobre a narrativa:

Preferimos, sempre que se nos oferece ocasião, transcrever textualmente as disposições das leis a resumi-las: a linguagem do despotismo tem certa força e energia, que não será fácil imitar nos nossos tempos. Desculpe-nos, pois, o leitor qualquer excesso de transcrições (SANTOS, 1956, p. 175).

As transcrições justificam-se porque o autor não se vê capaz de transmitir “a linguagem do despotismo”. O documento fala por si toda vez que o historiador for incapaz de *imitá-lo*, de mimetizar seu conteúdo. Mas o pedido de desculpas final demonstra o entendimento de Felício de que as transcrições comprometiam o andamento da narrativa. Na verdade, o termo recorrente em Felício é “narração”, e são constantes suas preocupações com “digressões”. Vimos anteriormente como acompanhar os representantes do Serro Frio a Vila Rica, na ocasião da escolha dos deputados mineiros às cortes, foi entendido por Felício como uma “digressão”, e as

Memórias contam vários outros exemplos. Após relatar, seguindo um folheto, a destinação dada na corte portuguesa aos diamantes extraídos do Distrito, Felício retoma com “Voltemos à nossa narração” (SANTOS, 1956, p. 185). Talvez o principal momento de expressão da tensão que envolvia transcrições, digressões e a narração seja o relato dos festejos da população do Tijuco em homenagem ao Governador da capitania, que viera destituir e abrir sindicância contra o Intendente João Inácio, visto pelo povo como despótico. Escreve Felício:

Vamos transcrever, terminando este capítulo, uma pequena descrição, que possuímos manuscrita, dos festejos que por esta ocasião se fizeram na Conceição.

Precisamos pedir desculpa ao leitor por descermos muitas vezes a minuciosidades, que parecerão inúteis. Com esta publicação entrou muito em nosso intuito mostrar os costumes dos tempos passados; a nada há que faça melhor conhecê-los, que a descrição das festas e espetáculos públicos; eles são a expressão genuína das ideias e sentimentos da época. Por esta mesma razão temos muitas vezes preferido à narração dos fatos, a transcrição de documentos, em que eles vêm relatados. Dada esta satisfação julgamos poder apresentar a descrição prometida (SANTOS, 1956, p. 264-265).

Esse trecho parece revelar que Felício não via suas *Memórias* como esse gênero seria normalmente entendido, pois, pela definição do dicionário Moraes Silva de 1831, as *memórias* poderiam ser espaços para miudezas, para minúcias:

As memorias desenvolvem miudamente os factos e suas causas; discutem os que são duvidosos, determinão e verificação datas, copião documentos, etc. O seu estilo deve ser simples, livre, corrente, e desaffectedado, e não admite o ornato, a nobreza, e a elevação da Historia. O nome de memorias, que indica o fim deste genero de escritura, mostra tambem, de algum modo, qual deve ser o seu character. Quem quer conservar, ou deixar em memoria os successos publicos do

seu tempo, escreve tudo, escreve os factos principaes, e os menos principaes, nota as causas e as consequencias, etc. (SILVA, 1831, p. 301).

Talvez o problema aqui fosse com o fato a ser relatado com “minuciosidade”: os festejos, fatos relativos a costumes, ideias e sentimentos. Assim, o problema seria introduzir uma preocupação quase antiquária (MOMIGLIANO, 2004, cap. 3) numa narração eminentemente política, isto é, interpor um momento de descrição sistemática numa narrativa cronológica linear.

Felício não chega a ter a preocupação memorialista por completo, se tomarmos por base a definição anteriormente exposta, pois não age como “Quem quer conservar [...] [e] escreve tudo”. Em vários momentos seleciona entre os documentos e casos que pode apresentar, quando julga que só precisa de um exemplo daquilo que pretende transmitir ao leitor. Quando procura expor os motivos fúteis que as autoridades usavam como subterfúgio para instaurar processos no Distrito Diamantino, sob alegação de combaterem a mineração ilegal de diamantes, Felício escreve: “Temos à vista alguns dos processos daquele tempo. Seria longo, fastidioso e inútil narrar o que eles contêm. De um deles, que abrimos, quase sem escolha, consta que [...]” (SANTOS, 1956, p. 73). Em nossa leitura, suas *Memórias* contêm a preocupação com a fluência da “narração”, uma atenção à linearidade e à sequência cronológica dos eventos, assim como o acompanhamento dos fatos “notáveis” ocorridos em cada unidade em que se divide a narrativa, normalmente a sequência de administradores do Tijuco. Há um eixo, dado pelas regulamentações que o governo impôs ao povo do Tijuco, e as reações deste.

De fato, são poucos os momentos que Felício dedica à discussão de alguma questão historiográfica. Seus questionamentos a visões contidas em tradições ou fontes são breves, sem grande argumentação. O grande momento em que realmente se dedica a uma argumentação voltada à questão duvidosa é no capítulo em que trata do estabelecimento da fundição de ferro no Serro Frio. Após relatar a produção das primeiras barras de ferro e sua celebração em regozijos públicos pelo povo do Tijuco, Felício transcreve o trecho da *História Geral* em que Varnhagen relata o mesmo fato,

de perspectiva completamente diferente, afirmando que as celebrações públicas serviam apenas para disfarçar o efetivo fracasso da fundição. A partir daí, até o fim do capítulo (o XXVIII), Joaquim Felício contestará a versão varnhageniana (sobre a polêmica, cf. CEZAR, 2005).

Considerações finais

As *Memórias do Distrito Diamantino*, de Joaquim Felício dos Santos, expõem questões relativas à escrita da história nas províncias no Segundo Reinado. Trabalhamos aqui, sobretudo, os problemas referentes à documentação. Que fontes permaneciam nas províncias ao alcance dos autores locais? Estas lhes permitiam contestar versões de autores escrevendo a partir de outros lugares (simbólicos e geográficos)? O uso das tradições, em particular, parece mais aceito como fonte. O peso da localidade, do conhecer ao longo da vida os guardiões da tradição, moradores do local como o autor, teria algum impacto nisso?

Vale dizer que Joaquim Felício dos Santos não reclama de arquivos enviados à Corte, uma consequência possível, como afirmamos no início, do projeto historiográfico do IHGB (o tomo I da *Revista* do Instituto já vinha com uma “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”, elaborada pelo então secretário Januário da Cunha Barbosa) e do estabelecimento do Arquivo Público do Rio de Janeiro, ambas as instituições inauguradas em 1838. Autores de histórias provinciais no século XIX, como Gonçalves Dias (DIAS, 1853) e João Francisco Lisboa (LISBOA, 1976, em especial p. 62), ambos escrevendo sobre o Maranhão, descreveram a situação gerada pela transferência de documentação para o Rio de Janeiro, marcada pelos desfalques nos arquivos locais (embora Lisboa não visse o traslado com maus olhos, em razão do mau estado dos arquivos no Maranhão). O processo de transferência de documentos para a Corte antecedeu o IHGB, começando, segundo José Honório Rodrigues, já em 1825, com decreto de D. Pedro I (RODRIGUES, 1969, p. 54).

O problema maior de Felício ainda era consequência do período colonial, do envio de documentos a Lisboa. Documentos, no caso, “oficiais” (na terminologia de Felício), mas que nem por isso escapavam da desconfiança do autor, como vimos anteriormente. Panfletos, memórias e, em particular, tradições orais, demandavam também juízo crítico para sua utilização. A “fidedignidade” das testemunhas, sua posição em relação ao que narravam (se eram ou não testemunhas “oculares”), sua isenção em relação àquilo (ou a quem) de que falavam, faziam parte desse juízo crítico. Juízo consideravelmente dependente do olhar e da credibilidade do historiador: não se revela, por exemplo, a identidade das testemunhas que narram as tradições; sua fidedignidade perante o leitor provém do autor, ou de um pacto deste com aquele que lê. A *evidência* de Joaquim Felício é a região, é o Distrito Diamantino, suas repartições e sua população, somadas à sua coleção particular de livros e manuscritos. O mundo exterior das ruas e instituições diamantinas e o mundo interior do gabinete do historiador. Com efeito, a atenção dada ao olhar deve ser compartilhada com o *ouvir*, que possibilita o registro das tradições orais. “Se a história é visão, ela é também audição”, aponta Hartog (2011, p. 144), trabalhando com uma perspectiva de longo prazo, partindo desde as concepções antigas de evidência e testemunho, e se detendo, no momento da citação já exposta, ao século XIX de Michelet.

Pois, segundo Hartog, “[...] para Michelet, o historiador é não só um mergulhador, visitante dos mortos, o viajante com olhar-participante, mas ainda deve ser dotado de ouvido porque a história fala” (HARTOG, 2011, p. 154-155). Joaquim Felício *deixou falar*, como vimos, os documentos da administração colonial, cuja linguagem expressava o despotismo melhor do que ele, memorialista, poderia fazer. Hartog vê, nessa linha, duas abordagens distintas na França do século XIX: Augustin Thierry, que deixa falar os documentos oficiais e provenientes da burguesia, e Michelet, para quem o historiador deve “saber ouvir a história” (HARTOG, 2011, p. 155), pois busca não o Estado ou a classe dominante (produtores de ampla e articulada documentação), mas o *povo*, aquele que sussurra, balbucia, articula e formula com dificuldade o que tem a dizer. É nesse registro que entra, na historiografia romântica

francesa de meados do século XIX, a tradição. “‘Tradição oral’, a crença popular é também ‘tradição nacional’” (HARTOG, 2011, p. 155), com um detalhe (na visão micheletiana): para compreender o povo é preciso ser do povo ou, ao menos, ser compassivo em relação a suas vivências. Faria Joaquim Felício uma combinação dos dois exemplos, deixando falar documentos oficiais e sabendo ouvir tradições?

Silvio Romero, escrevendo em 1888, comparou Joaquim Felício à historiografia romântica, mas a Thierry, e não Michelet. Para Romero:

Felício dos Santos traz à memória Aug. Thierry, não pela sobriedade majestosa do estilo, senão pelo dom da evocação pinturesca dos fatos e das personagens históricas. – O livro [refere-se às *Memórias do Distrito Diamantino*] é delicioso de naturalidade, de singeleza, de tom realístico.

A vida dos sertanejos mineiros, da região diamantina, aparece, durante dois séculos, da segunda metade do século XVII à primeira do século XIX, em plena movimentação.

Vê-se que é obra de legista, mas legista que educou a fantasia no romance.

Os homens ali vivem e se movem (ROMERO, 1960, p. 1586).

Francisco Iglésias manterá a vinculação ao Romantismo, considerando as *Memórias do Distrito Diamantino* como um “[...] livro singular na bibliografia histórica, como algo único, nunca repetido, nem imitado [...]”, embora fosse “exemplo típico da historiografia romântica” (IGLÉSIAS, 2000, p. 106-107). A “evocação pinturesca dos fatos”, na terminologia de Romero, é o sinal indefectível do Romantismo, ligado à *cor local* tão almejada (CEZAR, 2004). Porém, se Romero preferiu ver Thierry ao invés de Michelet em Joaquim Felício, poderia ter seguido a direção contrária: a “vida dos sertanejos”, sua “plena movimentação”, os “[...] homens [que] ali vivem e se movem [...]”, são descrições que trazem à mente o elemento que Michelet julgava ter introduzido na história da França: a vida (HARTOG, 2011, p. 163).

Como pôde Felício captar com tal “tom realístico” o caráter do povo, dos sertanejos do Distrito que descreve? Sua fantasia educada no romance lhe forneceria algumas ferramentas, por certo, mas o que dizer da parte que cabe à pesquisa histórica? Pôde Felício *ver* e *ouvir* o que o Distrito tinha a lhe mostrar e dizer, e depois fazer presente a seus leitores o que enxergou? Retomamos nosso questionamento: que efeito tem o vínculo de Joaquim Felício com sua terra natal sobre sua tentativa de escrever as memórias dessa terra? É de seu conhecimento da localidade, da população, que lhe vem as pistas das tradições, das cartas, dos manuscritos, o acesso à documentação oficial? É desse conhecimento e de sua posição na comunidade local que lhe vem o lugar a partir do qual julgar credibilidades e fidedignidades? Permite-lhe ver motivos e motivações, e hierarquizar sua sociedade como fonte?

Joaquim Felício não é um historiador-viajante. Não podemos supor, por isso, que não tenha obtido livros e materiais de fora do Distrito (como as revistas do IHGB de que se vale, num exemplo simples). Mas Felício não foi a Lisboa obter os documentos que não encontrava na província, e teve dificuldades, inclusive, com documentos que estariam em Ouro Preto. Por outro lado, talvez muito de sua escrita historiográfica venha justamente de seu enraizamento no Distrito Diamantino. O que o levou a escrever suas *Memórias* do modo como escreveu parece ter a ver com uma educação do olhar que o convívio, a estadia longa, a posição social (com todos os *pré-juízos* que esta pode implicar), o nascer e crescer no lugar concedem, por oposição a uma passagem, a um olhar externo. A própria desconfiança em relação aos textos de viajantes não deixa de estabelecer essa distinção entre os do Distrito e os de fora. Joaquim Felício escreve uma história *da* província, e o duplo significado da preposição, indicando o objeto bem como o lugar de onde pesquisa e escreve o autor, talvez seja chave para compreendermos como buscou e utilizou suas evidências.

THE GEOGRAPHY OF HISTORIOGRAPHY: THE ACCESS TO AND THE USE OF THE SOURCES BY JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS IN *MEMÓRIAS DO DISTRITO DIAMANTINO* (1868)

Abstract: The article analyzes the book *Memórias do Distrito Diamantino* (1868), by Joaquim Felício dos Santos (1822-1895), from the perspective of the localization and use of the historical documents by the author. The article investigates the possibilities of writing regional history in the Second Empire through a reflection on the potential limitations that the sending of documents from the provinces to Rio de Janeiro (or Lisbon, in the colonial period, or to regional administrative centers like Ouro Preto, as in the case of the *Memórias*) could bring to historians, and how they attempt to overcome these limitations. Such geographical delimitation, both concerning the subject of regional history and the local archives used to its writing, could lead to a greater appreciation, for instance, of the oral traditions as sources. On the other hand, the author's insertion in the local society (such as Joaquim Felício's insertion in the region studied in the *Memórias*) translates itself in a determined position from which the author could evaluate and hierarchize the *historical evidences* with which he works. The article proposes, in this line, a discussion about evidences from the reflections of François Hartog.

Keywords: Historiography. Second Empire. Local History. Historical sources.

Notas

¹ Uma boa síntese da organização do Distrito Diamantino no período colonial encontra-se em (FURTADO, 1996, p. 25-34).

² José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856), francês de Marselha, doutor em Medicina, chegou ao Brasil em 1825, fugindo da perseguição antibonapartista na França. Biografia Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/sigjoxav.htm>. Acesso em: mar. de 2013.

³ A tradição diz respeito ao governante paulista Amador Bueno, que teria sido aclamado rei pela população de São Paulo em 1640, após a restauração bragantina em Portugal (a separação da Espanha, que pôs fim à União Ibérica). Bueno teria, então, recusado a coroa, preferindo declarar-se leal ao rei de Portugal. Varnhagen não encontrou subsídios para este fato, de modo que sua presença na *História Geral* é passageira e sempre ponderada por condicionantes. Em compensação, escreveu uma obra literária contando esta história, *Amador Bueno ou a Coroa do Brasil, em 1641*. Drama épico-histórico americano (1858), porque julgava que o caso tinha uma moral relevante para o público: a lealdade ao monarca que demonstrara Amador Bueno.

⁴ Vale mencionar a reedição recente do livro, com um ótimo estudo crítico: *Acayaca, 1729*, atualização do texto, notas e estudos crítico e biobibliográfico por Valéria Seabra de Miranda e Oscar Vieira da Silva. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas: Traquitana, 2004.

⁵ A autora inclusive minimiza a opinião de Joaquim Felício de que o Regimento Diamantino inaugurou uma situação de opressão atípica, defendendo que, “Examinando mais detidamente o Regimento, percebe-se que ele pouco trouxe de novo. A maioria de seus parágrafos já estava em vigor, sendo que muitos deles se aplicavam também a regiões exclusivamente auríferas” (FURTADO, 1996, p. 76).

⁶ Vide o relato de Alice Dayrell Caldeira Brant, a Helena Morley, em *Minha vida de menina*, registrando passeios de família ao sítio do Biribiri, da família Felício dos Santos, onde Joaquim passou seus últimos dias.

Referências

BOCAIUVA, Quintino. *Ideias políticas de Quintino Bocaiúva*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados, por Eduardo Silva. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, vol. 1.

BOSCHI, Caio. *Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

BOWERSOCK, Glen Warren; BOWERSOCK, G. W (Ed.). *A. D. Momigliano: studies on modern scholarship*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1994.

CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*. São Leopoldo. v. 8, n. 10, jul./dez. 2004.

_____. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 207-240, 2005.

_____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, jul./dez. 2007. p. 159-207.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 217-231.

DIAS, Antônio Gonçalves. Exame nos archivos dos mosteiros e das repartições publicas para a collecção dos documentos historicos relativos ao Maranhão

por A. Gonçalves Dias. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 16, 1853, p. 370-384.

EULÁLIO, Alexandre. *Joaquim Felício dos Santos, cronista romântico*. São Paulo: Jacaremirim Editor, 1976.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Livro de Fontes de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

NEVES, José Teixeira. Joaquim Felício dos Santos. Estudo Biográfico. In: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. A crítica do fabuloso e a verdade histórica nos estudos de Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Manoel de Macedo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, jul. 2011, p. 2. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775. Acesso em: maio 2012.

PERES, Marcos Roberto Flaminio. *As minas e a agulheta: Romance e História em As minas de prata, de José de Alencar*. São Paulo. Tese (Doutorado). USP, 2006.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. 6. ed. ROMERO, Nelson (Org.). e Prefácio de. [1ª edição: 1888]. Tomo Quinto.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Acaíaca. Romance indígena. 1729*. Ouro Preto: Tipografia do Estado de Minas, 1894.

_____. *Acaíaca, 1729*. Atualização do texto, notas e estudos crítico e biobibliográfico por Valéria Seabra de Miranda e Oscar Vieira da Silva. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas: Traquitana, 2004.

_____. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Quarta edição, reformada, emendada e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correta, e enriquecida de grande número de artigos novos e dos sinônimos por Theotonio José de Oliveira Velho. Tomo II F-Z. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito. Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TUCCI, Ugo. Ranke and the Venetian document market. In: IGGERS, Georg G.; POWELL, James M. (Ed.). *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. Syracuse: Syracuse University Press, 1999, p. 99-107.

VARELLA, Flávia Florentino. Ver e tocar o passado: emoção e sentimento na História do Brasil de John Armitage. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 8, abr. 2012, p. 91-106.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: Em Caza. de E. e H. Laemmert, 1854, tomo I. Utilizamos a edição digitalizada da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: Digital da USP, <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01818710>. Acesso em: set. 2006.

Recebido em: 10/01/2017.

Aprovado em: 20/09/2017.

Entre antigos e modernos: escrita da história e lições morais no Brasil do século XIX

Evandro Santos*

Resumo: O objetivo deste artigo é examinar a presença de autores antigos na produção historiográfica oriunda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de Janeiro, em meados do século XIX. Para tanto, alguns textos publicados na *Revista do IHGB* são retomados à luz do debate atual sobre o tema. Considerados fontes seminais para a história da historiografia, abordagem que sustenta a análise aqui exposta, tais escritos fornecem importantes elementos ao debate que se encontra aberto. Nesse sentido, argumenta-se que, a despeito de sua participação no longo processo de estabelecimento da modernidade e de sua marca tanto epistemológica quanto retórica, os aspectos morais fornecidos pelos autores antigos operaram, particularmente no caso brasileiro, como elo discursivo entre o poder do Estado imperial e a emergente disciplina histórica.

Palavras-chave: História da historiografia. Antigos e Modernos. IHGB.

* Professor do Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES-UFRN. Doutor em História Pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. E-mail: evansantos.hist@gmail.com.

Introdução

A presença de autores oriundos da antiguidade na escrita da história do Brasil, em seu sentido moderno, tornou-se objeto de análise privilegiado há poucos anos pelos historiadores. Tendo por escopo a apropriação ou a adaptação de formulações de filosofia política, das características e da própria abrangência social da religião ou de formas narrativas que resistiram à passagem dos séculos e às mudanças culturais, é incontornável a constatação a seguir: o conhecimento e o interesse por determinados modelos vindos da antiguidade fundamentaram as principais tentativas de explicação ao paradoxo da modernidade no que se refere ao particular e ao geral, ou ainda, à identidade e ao universal (PAYEN, 2011).

Discussão ampla e de interesse perene para as mais diversas áreas dos saberes humanos, o argumento a ser de imediato exposto, considerando-se o que foi dito anteriormente, é o seguinte: a escolha pela permanência do diálogo com os antigos permite verificar que a disciplina histórica não buscou estabelecer seu estatuto a partir de um rompimento com os domínios então definidos na modernidade (a política, a estética, a ciência, a moralidade etc.), mas pretendeu ocupar os diferentes espaços porquanto conquistava a autoridade que lhe era atribuída, sobretudo, a partir das primeiras décadas do século XIX (ENDERS, 2014, p. 77). Assim, defende-se neste artigo que o discurso da história fez das trocas com os autores do mundo antigo outro recurso para a abertura da ação dos historiadores nas diversas esferas da vida pública, em especial na política. Antes, porém, que aquelas filosofias da história com feições próprias da intervenção política e social estivessem em pleno domínio nos debates eruditos internacionais (remete-se aqui, principalmente, ao positivismo e ao marxismo), parte considerável do pensamento tido como adequado à vaga liberal (ou à crítica desta) e à narrativa dos passados nacionais resguardava o diálogo com os antigos nos dois lados do Atlântico (KOSELLECK, 2013, p. 119-184).

O IHGB e os deveres da história: a historicidade do regime

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde os méritos e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros (REVISTA DO IHGB, 1839, p. 5).

Se o diálogo com os antigos foi um assunto relevante para a construção do Estado imperial no Brasil pós-independência, a importância tornou-se mais marcante quando do investimento para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), esforço da então recente instituição, no ano de 1838. Sem esquecer registros acadêmicos emergentes ainda no período em que o Brasil era a mais importante colônia portuguesa e todas as produções esparsas, contemporâneas ou não ao IHGB, o que se processou a partir da fundação desse órgão foi um projeto sistemático e resistente, de caráter propriamente nacionalista e centralizador, que atravessou os anos Oitocentos. O fato de o órgão dedicado à pesquisa histórica e geográfica ter surgido no seio de uma associação de caráter industrial não é fortuito, sabendo-se do ponto de vista pragmático que o desenvolvimento de tais saberes representava na época no mundo ocidental. Nesse sentido, é importante ter como fator em destaque as decisões políticas que fizeram do segundo reinado ambiente propício para a implementação do órgão dedicado à história e à memória nacionais.

É preciso que se diga de imediato: mais que um espaço dedicado à cultura da lembrança, o IHGB fora concebido como um lugar de

estudo e trabalho político, constatação em nada antagônica à sua importância como objeto de pesquisa para uma história da historiografia tal como esta é atualmente concebida. Os homens que se dedicavam ao levantamento de nomes, eventos, objetos, obras de arte e de ciência que resistiram ao tempo eram figuras plenamente ligadas à diminuta burocracia da empresa imperial brasileira do final dos anos 1830 (WEHLING, 1994, p. 151-168). Do mesmo modo que as chamadas academias letradas da Europa no século XVIII encontravam suas bases na subvenção das monarquias, o cuidado e o controle do acervo do passado estavam paralelamente submetidos à dimensão político-administrativa de cada Coroa.¹ Entretanto, é interessante observar que, a despeito da sobreposição da política no controle do órgão, a variedade de temas e assuntos que foram explorados desde o início das atividades confirma a força e o dinamismo de um conceito de história caracterizado por um sentido alargado. Por esse prisma, a conjunção entre uma ideia de história moderna, isto é, imperante em seu caráter processual e aberto, não entrava em conflito com o investimento acadêmico que vinha de séculos anteriores e auxiliava na manutenção das monarquias tradicionais e absolutistas na Europa.

A historiografia produzida pelo IHGB nasceria, por assim dizer, sob um clima dominado pelos ditames do presente, cuja novidade residia muito mais nas justificativas dadas para o interesse pelo passado. Diversas características comprovam essa afirmação. Não apenas pelo fato de ser uma empresa financiada pelo Estado imperial e pela formação e atuação de seus membros, o Instituto nasceu imbuído da ideia de que, segundo Manoel Salgado Guimarães, “[...] era preciso ver na História um ensinamento moral e a importância dos fatos narrados estava justamente na possibilidade de se extrair deles uma lição, constituí-los em fonte de exemplos, inspiração para o patriotismo” (GUIMARÃES, 2002, p. 196-197). Esse registro do presente, estrutural e estruturante do Estado moderno, é elemento que merece ser analisado, pois aí se encontra boa parte das explicações para a presença de autores antigos nos escritos do século XIX. Os antigos estavam nas falas da maioria dos primeiros sócios do IHGB. Conforme sublinha Rodrigo Turin,

[...] a constatação dessa presença, concretizada de modo abundante na forma de epílogos, citações e comparações, indica, entre outras coisas, a familiaridade desses autores com a tradição clássica e, como ressaltou Roberto Acízelo de Souza, o importante papel que a eloquência continuava a desempenhar no Império (TURIN, 2010, p. 132).

O alargamento da concepção temporal foi favorecido, ao passo que a dimensão retórica, em movimento centrífugo, parecia atrair todo o passado no sentido do contemporâneo, havendo a valorização de um passado selecionado. A escolha de boa parte dos letrados foi aquela que dizia algo sobre o estado da “ideia de nação” em meados do século XIX. Ao Brasil, faltava uma origem distante e conhecida, algum elemento que pudesse ligar os dilemas políticos e sociais do presente. Mesmo que não fossem portadores de uma lição moral plena e acabada, os indígenas, por exemplo, na visão de Domingos José Gonçalves de Magalhães, poderiam aprender:

O elemento europeu que constitui uma parte da população do Brasil, e ao qual devemos o incremento da nossa civilização, tem por si a história gloriosa dos seus antepassados, desde que herdeiros dos remanescentes da civilização grega e romana que combateram, deixaram por este mesmo combate o estado selvagem em que viviam (MAGALHÃES, 1860, p. 6).

O passado mostrava que experiências ensinavam. Alinhar diferentes culturas em uma mesma trajetória é forma eficiente de converter fragmentos de passado, que nada têm em comum, em tradição. Quando se pensa na chamada globalização dos últimos trinta anos, pode-se ter ideia aproximada desse efeito. É permitido frisar: tratava-se de um esforço de uniformização do presente a partir do passado. Ainda sobre as considerações de Magalhães, sublinha Turin:

[...] essa posição de origem, convém ressaltar, longe de indicar qualquer condição primitiva dos antigos, qualifica-se antes pelo caráter de fundação daquilo que se entende como uma

tradição europeia, à qual o Brasil se vincula pela colonização portuguesa (TURIN, 2010, p. 138).

Dentro da lógica das monarquias europeias do período, a visão temporalmente deslocada dos autóctones americanos parece algo evidente. Dessa maneira, não significa ser fruto de grande elucubração a comparação verificada entre antigos (gregos e romanos) e índios do Brasil, sem desconsiderar, contudo, suas consequências. O movimento de “regeneração” que tomava conta das emergentes nações da Europa buscava justamente no período medieval as bases dos seus dias então atuais (SILVEIRA; SANTOS, 2014, p. 90-104). O que se discutia como sendo o passado remoto da civilização europeia (antiguidade greco-romana) passava a situar a distância entre os europeus que dominavam politicamente a recente ex-colônia e os povos conquistados. A relação com os antigos era, por vezes, uma relação de controle temporal:

[...] a posse de um passado histórico, tão extenso e ‘grandioso’ como o das civilizações mais antigas, garantiria às sociedades americanas um critério de identificação caro à cultura histórica oitocentista através de sua inserção paralela a uma tradição (re)conhecida (TURIN, 2010, p. 140).

Na leitura de Magalhães, de 1860, a comparação e proximidade entre o caráter dos indígenas e os homens do mundo antigo construíam uma temporalidade então emprestada aos indígenas.

Tais injunções já estavam presentes desde a fundação do IHGB, como comprova o importante *Discurso* do cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo daquela agremiação. A presença dos antigos não serviria apenas como parâmetro de comparação que ajudava a explicar o mundo indígena americano e seu papel na grande história nacional, mas operaria no próprio fazer historiográfico em diferentes níveis. A cultura letrada deslocava muitos dos seus princípios fundamentais de nomes como Cícero, Plutarco e Tácito. Dessa maneira, era bastante evidente a face política do projeto historiográfico do novo órgão imperial:

O coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro no peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos da nossa gloriosa independência. Ainda estão eles ao alcance das nossas vistas, porque apenas dezesseis anos se têm passado dessa época memorável da nossa moderna história, que acrescentou no Novo Mundo um esperançoso império ao catálogo das nações constituídas, e muitos já vão se obliterando na memória daqueles a quem mais interessam, só porque têm sido escritos sem a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador (BARBOSA, 1839, p. 10).

Encravado em um continente em que diversos processos de independência ocorriam por meio da força, rumo ao republicanismo, o Império do Brasil, por sua peculiaridade, ligado ao contexto português, fazia do investimento na história um diálogo legitimador da política do presente e também de sua composição geográfica, a outra face do IHGB. O critério de imparcialidade também estava condicionado ao componente nacional. Este espírito protecionista e dominante mostrava-se presente em todas as diretrizes do referido projeto historiográfico.

O clima político do Regresso apenas favorecia o que já era a estrutura do saber histórico que passaria a ser produzido a partir da fundação do IHGB, qual seja, a carga nacionalista da fundação do Estado. Conforme Armelle Enders,

[...] de fato, esperavam-se dos historiadores não apenas grandes diretrizes capazes de unir o passado e o futuro dos povos, mas também resultados práticos, imediatamente aplicáveis à política nacional, aos interesses econômicos e aos litígios fronteiriços (ENDERS, 2014, p. 86).

O pragmatismo do trabalho de investigação histórica não seria resolvido senão por meio de uma solução eficiente tanto no sentido de apresentar planos de ação política quanto no de efetivamente orientar, na esteira do discurso letrado da época, os mecanismos de legitimidade do saber que advinha daquela investigação. Cláudia

Callari considera, no que chamou de momento singular da historiografia brasileira, a situação das concepções no âmbito do IHGB como uma confusão entre a tradição e a memória coletiva e a história propriamente dita. Ainda de acordo com a historiadora, a permanência do topos *historia magistra vitae*, forte nos primeiros anos que se seguiram à fundação, mas ainda presentes nas décadas posteriores e mesmo no início do século XX, apenas reforça os interesses na definição do Estado nacional (CALLARI, 2001, p. 74).

Não exatamente um quadro no qual se confundia tradição e história, mas a premência do político talvez ajude a explicar a longevidade da marca clássica na historiografia do IHGB. Essa preponderância acabava por constituir certo alargamento da concepção de história, que não se conformava em inventariar os registros do passado, mas deveria ainda atribuir sentido àquilo que se encontrava livre em suas ações pretéritas. Era o que concluía Cunha Barbosa em outro trecho de seu *Discurso*:

A prossecução do meu discurso me faz chegar a um ponto que, designando bem claramente a grande utilidade que se pode colher dos estudos históricos e geográficos, marca por isso mesmo uma época gloriosa em nossa pátria, da qual se descobre a honrosa estrada que podem melhor seguir aqueles dos nossos patrícios em cujos peitos palpitam corações animados pelo amor da glória literária. Eles, de certo, farão o melhor uso dos seus estudos sobre a história da pátria, expurgada de tantos erros, enriquecendo os seus espíritos de conhecimentos interessantíssimos, que lhes sirvam nos empregos a que forem chamados pelos votos dos seus concidadãos. Da combinação dessas ideias, assim adquiridas, nascerão princípios de que produzam novos conhecimentos, que ilustrem a carreira da sua vida, tornando mais profícuos os seus serviços em benefício da pátria. Não duvidamos, senhores, que as melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela história (BARBOSA, 1839, p. 13).

As lições dadas pela história tinham o nítido papel de valorizar, em simultâneo, o saber sobre o passado pátrio e o esforço daqueles

que ora se dedicavam à pesquisa do conhecimento histórico. As oportunidades criadas pela fundação do IHGB são argumento reafirmado em diversas passagens do texto supracitado. A dimensão disciplinar está marcada, evidentemente, por condições que surgiam ao ofício do historiador. Como se pode observar, sem comprometer a importância da tradição erudita que circunscreve a historiografia do século XIX, a atenção aos ditames do presente oitocentista pode auxiliar na compreensão da presença dos antigos nos textos dos sócios da academia imperial fundada em 1838.

Aparentemente, menor era o caráter de confusão entre memória e história. Tratava-se tanto mais de opção adequada ao projeto nacional à manutenção de elementos clássicos, há muito circulantes nas academias de história e, posteriormente, na imprensa periódica e literária europeia. Além de Cícero, podemos observar a marca de Plutarco na proposta biográfica registrada no texto de Cunha Barbosa:

Na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos, que muitas vezes são causas de maior glória. O livro de Plutarco (diz o barão de Morogues), é uma excelente escola do homem, porque oferece em todos os gêneros os mais nobres exemplos de magnanimidade; aí se encontra descoberta toda a antiguidade; cada homem célebre aí aparece com seu gênio, com seus talentos, com suas virtudes e com a influência que exercera sobre seu século; aí se aprende como o gênio dá movimento a povos inteiros por suas leis, por suas conquistas, por sua eloquência, aí se conhece a sabedoria dos desígnios, umas vezes profundamente concebidos e amadurados pelos anos, outras vezes como inspirados, admitidos e executados a um só tempo com a energia que domina os maiores obstáculos; aí vidas brilhantes e mortes ilustres ensinam a amar a glória, a apreciar as suas causas, a prever seus resultados, e a acautelarmo-nos daqueles perigos que a seguem como sombras, porque (diz M. Thomaz) os homens que pesam sobre o universo também lutam com o seu próprio peso; logo após a glória acham-se frequentemente ocultos o desterro, o ferro e o veneno (BARBOSA, 1839, p. 14-15).

A leitura do excerto ora exposto evidencia o caráter pedagógico do projeto aberto pelo IHGB. Entretanto, não exclusivamente indicador de matiz moral, mas cívico. Especificamente, pode-se dizer que a história – ao abarcar componentes particulares como as narrativas de vidas – seguia a aglutinar a multiplicidade de aspectos do mundo político. “Escola do homem”, as biografias poderiam servir para a educação dos brasileiros, nesse momento inicial da investida historiográfica. As etapas da vida humana, do nascimento à morte, quando permeadas por contribuições para a imagem da nação, poderiam compor relatos que, mais que meros apontamentos particulares, “[...] encontra[riam] descoberta toda a antiguidade”. Considerando a apropriação plutarqueana demarcada no texto de Cunha Barbosa, uma vez mais se evidencia uma aporia do discurso histórico sobre a nação então posto em andamento: ao mesmo tempo em que pretendiam dar características específicas ao Brasil, muitas vezes sofisticadas quando se consideram as diversas exigências e os impedimentos à narrativa do passado nacional, os envolvidos nessa tarefa não prescindiam da inclusão da história brasileira em uma perspectiva mais ampla e, por isso, mais apreensível.

Maria da Glória de Oliveira sintetizou de maneira bastante eficaz a convocação da biografia no espaço letrado oitocentista, com destaque para a vasta produção desse gênero ligada ao IHGB. Segundo essa historiadora,

No longo processo de sutura do mosaico de identidades coletivas que marcou a cultura histórica do Brasil no século XIX, historiografia e biografia compartilharam não apenas os propósitos de fixação dos fatos e nomes memoráveis, de modo que eles espelhassem os valores políticos e morais da nação, mas também sustentaram as ambições de verdade e fidedignidade na representação do seu passado (OLIVEIRA, 2011, p. 172).

O retorno às páginas do periódico do IHGB, sem dúvida, reforça a conclusão apresentada no trecho anteriormente exposto. Ao lado disso, é importante lembrar que esse órgão surge e é posto em funcionamento dentro do modelo monárquico, este ligado por

laços efetivos aos parâmetros de antigo regime. Esse tipo de exigência nobiliárquica não seria preterida, o que reforça a hipótese do uso político e retórico da menção a Plutarco. Contudo, tal como também evidencia o trabalho de Oliveira, o predomínio de agendas políticas não impediu que a presença de autores e de modelos antigos atingisse a escrita da história em seus trâmites epistemológicos. Ao contrário, boa parte dos princípios e das regras apresentadas a partir de remissões a Cícero, Plutarco e suas obras indicava, de fato, não somente o pragmatismo do conhecimento histórico então em elaboração, mas seu estatuto e sua legitimidade.

Nesse sentido, Temístocles Cezar encaminha sua análise sobre a valorização do saber histórico e da construção do passado nacional no Oitocentos a partir da hipótese de certo câmbio de autoridade entre os modelos antigos e a historiografia moderna (CEZAR, 2011a). Cezar traz por premissa a perspectiva de que os historiadores oitocentistas vinculados ao IHGB optaram por seus pontos de partida dentre as possibilidades legadas pela tradição. A partir disso, a referência aos antigos

[...] não exerce apenas um papel de fundamento retórico – um ideal a imitar ou a evitar –, mas também um papel de figura de autoridade que, em última instância, atribuirá à cultura histórica nacional uma configuração com base científica e/ou erudita e literária, ou ao contrário, uma base pseudocientífica e/ou pura e simplesmente eloquente (CEZAR, 2011a, p. 50-51).

Como já foi lembrado pelo mesmo historiador em outro texto, apesar desse aspecto de normatização do discurso histórico, textos como o de Januário da Cunha Barbosa, entre outros, reafirmavam as limitações e dificuldades da escrita da história na operação com as categorias de antigo e de moderno (CEZAR, 2011b, p. 94).

Valdeir Araujo, por sua vez, ressaltou as alterações conceituais ocorridas entre a geração da Independência e os letrados ocupados do projeto de historiografia nacional a partir da década de 1830. Segundo o historiador, a permanência das menções aos antigos teria a ver com a resistência da formação retórica de boa parte

desses homens. Ao contrário do conceito de literatura advindo do movimento romântico, que pretendeu uma separação direta com a tradição clássica, “[...] a revista do IHGB e a historiografia brasileira da época parecem demonstrar que o rompimento com essas imagens não foi condição determinante para o estabelecimento de nova historiografia [...]” (ARAUJO, 2008a, p. 150). Posteriormente, Araujo enfatizou a hipótese de que teria havido uma adaptação do *topos historia magistral vitae* ciceroniano. Buscando diferenciar a concepção de história dominante entre as histórias filosóficas do século XVIII e as filosofias da história oitocentistas e seus respectivos ajustes, destaca:

Ao mesmo tempo, o etapismo das filosofias da história permitiu tirar lições do passado, já que pela sua análise é possível vislumbrar o futuro, mesmo que esse já não fosse concebido em termos de repetição do passado. Assim, o *topos* pode ser adaptado a esse novo tipo de lição histórica: é possível aprender com o passado, mas não imitá-lo, como é fundamental na concepção ciceroniana. Em resumo, o simples uso retórico dos *topoi* ciceronianos não qualifica uma concepção de história como pré-moderna, pois o fundamental seria entender quais os procedimentos necessários para aprender com a história (ARAUJO, 2008b, p. 55, grifos do autor).

Reunidas, as diversas abordagens expostas até aqui fornecem importantes elementos para a compreensão da resistência de modelos antigos na escrita histórica fabricada no IHGB. Sem exceção, as leituras evidenciam, em maior ou menor grau, o inarredável peso do político, confirmado inclusive pelos conceitos que sustentam os argumentos sobre o tema (identidade, autoridade, filosofias da história). Como e se ocorrem dissociações mais nítidas entre o sentido do diálogo com os antigos para a história sob o prisma disciplinar e o uso dos antigos direcionado ao caráter pedagógico e cívico é algo a ser verificado. Para além de propor uma diferenciação entre condicionamentos epistemológicos e fins de divulgação do saber histórico, será possível avançar no que diz respeito às concepções temporais desses letrados. Levar em consideração a historicidade do

modelo monárquico e sua chancela nesse processo é algo pertinente. Restará, além disso, elucidar até que ponto “seguir Cícero” e buscar a verdade poderia corresponder, na prática, a eliminar perspectivas alternativas acerca do presente e incentivar a manutenção de um determinado passado e também seu monopólio.

A história que serve é uma história serva?

O papel pedagógico que se exigia da história produzida no IHGB é ideia constantemente retomada em praticamente todos os estudos historiográficos cujos objetos consistem nos textos vinculados direta ou indiretamente àquele órgão. Tanto no *Discurso* de fundação, proferido por Januário da Cunha Barbosa, como nos registros mais amplos de interação com academias europeias, essa dimensão do conhecimento histórico em meados do século XIX pode ser considerada determinante para a constituição disciplinar e para a definição de seu executor de ofício. Como destaca Valdeci Lopes de Araujo, “[...] essa opção pelo ensino e pela divulgação guarda uma certa coerência com o movimento ilustrado luso-brasileiro, que, ao menos em teoria, privilegiava a divulgação do conhecimento” (ARAUJO, 2008a, p. 144). Tendo em conta esse aspecto, é pertinente retomar outros escritos fundamentais que apareceram nos primeiros anos do Instituto e que encaminham, por outras frentes, o problema geral da permanência de concepções antigas na escrita histórica oitocentista.

Pode-se, de imediato, alternar a ideia até aqui desenvolvida acerca da sujeição da história às exigências do presente da época. Até que ponto a presença dos antigos, mais que apenas harmonizar a manutenção da ordem política por meio da sustentação de um conhecimento que se queria legitimador, também não conduziu à aceleração da crítica que promoveria o historiador a uma figura pública de relevância, para além das posições definidas no período regressista (no Brasil) e regenerador (em Portugal)? Nem serva do presente, nem serva do passado: o impreciso conceito de história ganhava itinerários que, em muitos sentidos, levam a percepções

difusas acerca das consequências das escolhas dos homens que planejavam a história do Brasil no âmbito do IHGB.

A necessidade de se dar ordem à história do Brasil, presente no texto inaugural de Cunha Barbosa, motivou discussões que, é permitido dizer, circunscreviam basicamente a totalidade dos dilemas políticos e historiográficos comuns à década de 1830. Poucas semanas após a sessão de abertura, o marechal Raimundo José da Cunha Mattos propusera uma “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil” (MATTOS, 1863, p. 121-143). Na verdade, uma primeira versão do texto de Cunha Mattos fora apresentada no dia quinze de dezembro de 1838, no IHGB, sob o título *Quais são as verdadeiras épocas da História do Brasil?*, sendo outra exposta já com o título da referência aqui utilizada; como também se pode observar, ele só foi editado e publicado 25 anos depois.

A importância dos debates levantados pelo discurso do marechal apareceu indicada na apresentação do texto, pois, como observa Temístocles Cezar, o próprio autor fez questão de indicar que se tratava de versão revista após contribuições de outros sócios (CEZAR, 2011b, p. 112). Desde o início, Cunha Mattos expusera sua opinião negativa sobre a possibilidade de se escrever uma história geral do Brasil:

Pela parte que me toca declaro francamente que se a sorte ou a votação por escrutínio recair em mim para trabalhar *in solidum* ou como colaborador em uma empresa tão gigantesca, eu me ostentarei inabilitado, e recusarei aceitar essa honrosa comissão, para não ter de representar um papel desagradável e muito em desabono do Instituto Histórico (MATTOS, 1863, p. 122).

Essa ideia seria constante à maioria dos sócios. A sensação presente entre os membros era realmente aquela que se dirigia para a inauguração de uma forma diferenciada de se construir o tempo histórico nacional. Efetivamente, Cunha Mattos ficaria fora da continuidade de debates relativos ao tema em função de sua morte, ocorrida poucos dias após a leitura do texto, como atesta a ata da sexta sessão do IHGB, datada de dois de março de 1839 (Revista do IHGB, 1839, p. 49-50).

De todo modo, a fala de Cunha Mattos deixava ditos alguns limites que impediam o início de um trabalho histórico mais geral. O propósito primário do IHGB estava definido em reunir documentação distribuída pelas províncias e mesmo fora do império. Desse modo, enfatizava:

Como será possível escrever uma história filosófica do povo do Brasil antes de levar ao cadinho da censura mais severa o imenso fardel de escritos inexatos, insulsos, indigestos, absurdos e fabulosos anteriores ao ano de 1822 em que unicamente se imprimia em Portugal, e raríssimas vezes no Brasil, aquilo que um governo desconfiado, uma inquisição intolerante, um Ordinário sem critério, uma mesa da comissão sobre a censura dos livros permitia que fosse publicado? Como será possível escrever a história filosófica do Brasil tomando por farol os livros estrangeiros impressos antes da declaração da independência do império? (MATTOS, 1863, p. 122-123).

É oportuno observar a dupla crítica presente no excerto ora exposto. Por um lado, recriminavam-se as incorreções provocadas pelas impressões demarcadas à distância, vindas quase que exclusivamente de Portugal no longo período colonial; de outro, a condenação da instituição inquisitorial, que filtrava de forma inadequada as notícias sobre o Brasil. Nessa breve passagem, estavam redimensionadas duas ideias diretamente ligadas ao conceito de história na época, quais sejam, a defesa de um ponto de vista nacional, sem que este viesse a comprometer justamente a segunda ideia a ser ressaltada: o lugar da crítica que deveria vir da investigação acadêmica, ainda que esta estivesse diretamente ligada ao poder político e religioso. Tais premissas criavam alguma identidade ao mosaico de proposições que emergiam no IHGB.

No que diz respeito a dois dos pontos levantados, a saber, a visão estrangeira e a participação da religião do Estado imperial, o historiador inglês Robert Southey, autor de uma precoce *História do Brasil*, datada de 1810, torna-se alvo de elogios e críticas por parte de Cunha Mattos:

O melhor de todos aqueles escritores, o sábio Southey, a todo o instante nos lança em rosto a nossa incapacidade; e fere-nos na parte mais sensível das nossas opiniões, atacando sem reboço a crença religiosa, em que vivemos qualificando-nos de idólatras fanáticos, supersticiosos e de perpetradores de toda a espécie de maldade, por acreditarmos que a confissão e a absolvição purificam-nos perante Deus e os homens! Quantas reflexões poderemos nós fazer a respeito da crença e da moral desses estrangeiros que não têm a confissão nem absolvição *supersticiosa* dos brasileiros, e apesar disso cometem crimes de natureza tão atroz como os que praticam em todos os lugares do universo! (MATTOS, 1863, p. 123, grifos do autor).

Esse tipo mais geral de posicionamento crítico, que participava dos debates sobre os caminhos possíveis para a escrita de uma história brasileira, evidencia as diretrizes anteriormente mencionadas no que se relaciona à questão nacional da investigação do passado e seu envolvimento direto com a defesa da política imperial. Como se pode observar desde já, mesmo em texto como esse de Cunha Mattos, cuja remissão direta aos antigos não é uma marca (exceto em um ponto na parte final), a história faz as vezes de embate político, sem, contudo, negligenciar a centralidade das discussões disciplinares.² As consequências da história da monarquia portuguesa, sua sujeição à coroa castelhana e o controle administrado pela inquisição são justificativas trazidas para a explicação dos limites das ciências e das artes em Portugal e, por conseguinte, no Brasil (MATTOS, 1863, p. 125-126). É importante sublinhar que, se o império buscava contar a sua história em terras americanas, ao mesmo tempo, Portugal tinha pretensões de “regenerar” sua nação a partir do estudo do passado e da crítica a todo e qualquer aspecto que pudesse ser relacionado à decadência percebida na época. Tais reconstituições e argumentos corroboram a visão desses primeiros registros do IHGB como comprovados textos fundadores da disciplina histórica, sem negligenciar as outras formas da crítica histórica de períodos anteriores.

Chama atenção um ponto específico da fala de Cunha Mattos, excerto este a partir do qual o marechal expressa sua concepção geral da história e de seus meios de fabricação:

A história abrange todos os ramos do conhecimento humano: pode ser geral ou particular, e divide-se em seções principais, que são subdivididas em particulares ou especiais. Ela em a matéria, ordem, e estilo deve ser escrita por um modo harmonioso, agradável, conciso, decente, exato e o mais claro que for possível; e o fim principal da história política e civil, é encaminhar os homens à prática das virtudes e ao aborrecimento dos vícios para que daí resulte o bem-estar das sociedades (MATTOS, 1863, p. 137).

Essa ocupação generalizada da história, responsável por “todos os ramos do conhecimento”, tornava-se impreciso o novo estatuto desse saber antigo (o mesmo ocorrendo com a definição de seu produtor), permitia, entretanto, que aspectos do presente dialogassem constantemente com as informações e opiniões sobre o passado. A exigência didática à historiografia, por sua vez, delimitava algo além da pertinência de sua aplicação pedagógica. Nessa perspectiva, pode-se pensar que o chamado uso político do passado, no que se refere ao seu momento de fundação como disciplina, participou também da definição da série de aspectos epistemológicos que vem sendo analisada em suas particularidades desde, no mínimo, os anos 1980 pela historiografia brasileira.

Cunha Mattos reservou ainda, em seu texto, espaço significativo para a apresentação de uma divisão cronológica para a história do Brasil. Declarando-se afinado com a proposta ensejada no discurso de Januário da Cunha Barbosa, defendeu a seguinte divisão tripartite: a história dos aborígenes e autóctones, o longo período de administração colonial e, por fim, os acontecimentos importantes do império desde a independência. O marechal já antecipava as dúvidas quanto à referida subdivisão, em especial às características da primeira e terceira partes (MATTOS, 1863, p. 129). Percebe-se na argumentação uma diferenciação que não prescinde de comparação entre antigos e modernos. Conforme Cunha Mattos, as

dificuldades para a construção da história indígena tangiam à falta de documentos e informações secundárias realmente verificadas. Essa fase “fabulosa” da história brasileira seria própria de outra época, visto que os historiadores do passado não resguardavam o mesmo compromisso com a verdade dos modernos:

Se houvesse de escrever a história dos aborígenes do Brasil, ver-me-ia tão embaraçado como todos os que em épocas mais ou menos remotas têm dissertado a respeito deles. Muitos historiadores improvisaram, e quiseram mostrar como fatos certos e evidentes, aqueles que nasciam de símplices conjecturas. A ciência da linguística que agora começa a cultivar-se, é a que há de mostrar-nos a origem das tribos ou nações; nem esperemos que os homens que não possuem monumentos de séculos mais ou menos remotos, nos digam se se reputam autóctones, ou se vieram de terras longínquas estabelecerem-se nos lugares em que ora se acham (MATTOS, 1863, p. 133).

Os trabalhos anteriormente citados de Temístocles Cezar e Rodrigo Turin evidenciam, ao enfatizarem questões complementares, aspectos dessas injunções referentes à formação da população, com destaque para a presença indígena. Ambos avançam na análise das alternâncias na temporalidade da época a partir desta reorganização dos saberes e de suas finalidades em meados do Oitocentos. Fundamentalmente, o que se deve observar é o parâmetro de que a conhecida sujeição da disciplina histórica ao grande sentido político exterior, qual seja, a nação, não eximia os letrados do século XIX de serem responsáveis por certa alternância epistemológica que resultava em efetivas mudanças sociais, à revelia das limitações variadas engendradas no contexto de fundação do IHGB. Dito de outra forma, a discussão geral deste artigo, no tocante à presença de autores antigos na historiografia do Brasil oitocentista, entre outras ponderações, sugere que o espaço compartilhado por antigos e modernos pode ser visto como espaço político, ambiente onde determinados compartimentos seriam aos poucos estabelecidos, sem qualquer direção estrita. Ainda assim, a questão de fundo político não impedia formulações de conotação disciplinar.

Ainda na tentativa de evitar uma análise excessivamente esquemática daquela presença, retomar o concurso promovido pelo IHGB, em novembro de 1840, com o intuito de incentivar seus sócios a apresentarem planos de escrita para a história do Brasil, pode permitir encetar algumas observações sobre o debate relacionado ao tempo histórico pensado para a história nacional e o tema geral deste artigo, dedicado à marca dos antigos no Instituto. O texto vencedor no referido concurso foi escrito pelo sábio bávaro Carl Friedrich Philip von Martius, intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil* (MARTIUS, 1844). Apresentado em 1843, o plano historiográfico dividia-se em quatro partes, sendo a primeira chamada “ideias gerais sobre a história do Brasil” e as três subseqüentes dedicadas, respectivamente, a indígenas, portugueses e africanos. Partidário de uma história filosófica, concepção em voga na Europa, Martius deixa nítida a finalidade pedagógica e política de sua proposta:

Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim (MARTIUS, 1844, p. 384).

É interessante observar que, apesar de essa unidade entre as raças defendida por Martius ir ao encontro de uma concepção nacional, o ordenamento das seções, partindo do legado indígena, passando pelos portugueses até chegar aos escravos africanos, demonstra certa organização que atendia à cronologia, mas também ao tempo da história que se pretendia contar, em termos, inclusive, metodológicos, no que diz respeito à narrativa histórica. Tal detalhe foi observado por Cezar: “[...] esta ordem é por si só reveladora. Ela sinaliza um tempo: os índios chegaram antes dos portugueses. Este dado, naquela época, não constituía uma evidência” (CEZAR, 2003, p. 182). Além disso, cada uma das partes dedicadas a um dos povos foi apresentada com as especificidades exigidas pela investigação de sua história. No que dizia respeito ao passado indígena, a ideia

repisada da necessidade de se estudarem suas línguas foi lembrada por Martius, ao passo que a história dos portugueses seguiria o caminho dos documentos escritos e das viagens ou seus relatos. Embora aparentemente óbvias, tais sinalizações orientaram boa parte das investigações que sucederam os primeiros debates no IHGB. Fundamentalmente, muitos dos grandes temas que ocuparão os letrados dedicados à história ao longo do século XIX – e também nas primeiras décadas do século XX – estão sugeridos explícita ou implicitamente nesse projeto escrito por Martius.

Apesar de não ser uma característica muito presente no texto em questão, em sua parte final, a remissão aos antigos ingressa na argumentação de Martius. Em longa passagem, na qual sublinha a importância das viagens para a boa descrição narrativa de diversos elementos do povo e da natureza brasileira, o autor do plano historiográfico menciona o exemplo de Heródoto. No mesmo trecho, destaca-se outro efeito previsto para as obras dedicadas à história do Brasil, isto é, o interesse dessas descrições para o leitor europeu (MARTIUS, 1844, p. 401). Contudo, o que importa ressaltar diz respeito ao papel pedagógico e político da história, conforme as palavras do sábio:

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor à pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeito em muitos membros de sua população de ideias política imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los por uma maneira destra da inexequibilidade de seus projetos

utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um todo unido (MARTIUS, 1844, p. 401-402).

Esse excerto, embora longo, merece destaque por encaminhar a perspectiva com a qual trabalho ao longo de todo o artigo. A participação de autores antigos na historiografia produzida pelo IHGB pode ter diversas leituras, muitas vezes não necessariamente antagônicas ou divergentes. A prova disso são as hipóteses levantadas nos últimos anos pelos trabalhos citados anteriormente. Todavia, a proposta que gostaríamos de evidenciar tange ao papel de elo discursivo exercido pela menção aos modelos antigos, elo esse entre política e discurso histórico. A história, como mestra do futuro, mas também do presente, opera como um dos instrumentos mais efetivos na tarefa de alimentar o civismo. Percebe-se a clareza do caráter propositivo de uma investida como a que conduziu à fundação do IHGB, ou seja, o plano de Martius não deixa dúvida acerca da consciência do caráter original de seu plano de escrita.

Cabe ponderar, neste ponto, que, apesar do demarcado princípio como tal empreitada era vista, o autor bávaro fala tanto em despertar quanto em reanimar as virtudes cívicas no país. Nesse detalhe parece haver sinal de uma diferença, que trata da perspectiva pela qual a história do Brasil era examinada pelo autor estrangeiro. Podem-se perceber, no mínimo, três âmbitos políticos e dois contextos historiográficos: Brasil recém-independente, Portugal do período pós-revoluções liberais e o espaço letrado alemão. A riqueza de um texto como o de Martius constitui, justamente, a possibilidade de se examinarem as relações entre regimes de historicidade e regimes políticos, considerando, evidentemente, espaços e tempos diversos.³ Inclusive, no tocante à expectativa de leitores, o texto fixa os objetivos de atingir e sensibilizar o leitor “brasileiro”, sem esquecer o atrativo do tema aos europeus. Não é despropositado notar aqui preocupações políticas e letradas em perfeito paralelo.

Merece ainda alguma atenção a presença, mesmo que mínima, de elementos concernentes ao *topos* história *magistral vitae*. Mais

que um registro erudito, quase um agregador cosmopolita nas posições de muitos homens de letras, como já foi visto anteriormente, uma resolução única ou definitiva para esse fato parece-me pouco provável. Assim, importa levar em conta as diferenças entre os contextos políticos brasileiro e português, especialmente na tentativa de entender quais as possíveis prerrogativas dessas repetições. Em contrapartida, se o pragmatismo de Martius com relação ao assunto parece bastante evidente, o outro texto que foi apresentado para concorrer ao prêmio proposto pelo IHGB não se tratava de uma atualização da fórmula, mas de um simples empréstimo, como se fossem os registros antigos ferramentas a facilitarem o trabalho dos historiadores oitocentistas.

O texto em questão é o de Julio de Wallenstein, intitulado *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil* (WALLENSTEIN, 1882, p. 159-160). Composto por apenas duas laudas, a sugestão era a seguinte:

[...] o plano, que parece mais acertado, de se escrever a história do Brasil é seguramente o mesmo, que seguiu Tito Lívio, João de Barros e Diogo do Couto, isto é, pelo sistema das décadas, narrando-se os fatos acontecidos dentro de períodos certos (WALLENSTEIN, 1882, p. 159).

Dessa forma, o modelo de sistematização correspondia muito intimamente ao regime dos anais, encadeados cronologicamente, registros do que, no esparso do tempo, poderia ser ordenado. Não havia pretensão de esgotar os fatos do passado, uma vez que

[...] sempre hão de existir na falha dos fatos, que se não memorarão, como de ordinário acontece, quando principia um tempo histórico, que se vai descrever séculos depois; porém, para clareza e percepção, parece que este método das décadas é o mais preferível (WALLENSTEIN, 1882, p. 159).

Nessa senda, o objetivo era, segundo Wallenstein, garantir clareza à narração histórica.

Ainda que o autor do texto tenha proposto a aplicação direta da forma antiga, a narrativa por décadas não era capaz de dar conta das particularidades da história brasileira. “Neste sentido, antes que se principiem a narrar os fatos históricos, deve preceder uma introdução descritiva das nações indígenas, que habitavam as costas do Brasil na ocasião dos descobrimentos” (WALLENSTEIN, 1882, p. 159). Esse modelo, eminentemente político, não contemplava as alterações pelas quais passara a própria história como conhecimento. A comprovação disso foi o parecer profundamente negativo ao texto, escrito, em 1847, por Francisco Freire Allemão, Thomaz Gomes dos Santos e monsenhor Joaquim da Silveira, como lembra Temístocles Cezar. Ainda conforme este historiador:

[...] não se trata apenas de uma recusa de modelos antigos da historiografia, mas da afirmação de uma *nova* abordagem histórica, a *história filosófica*, perspectiva presente no IHGB desde a sua fundação [...] e que também orienta o plano vencedor de Martius (CEZAR, 2003, p. 174-175, grifos do autor).

Havia, portanto, limites à participação dos antigos e ressalvas à sua utilidade na lida com o passado. Afinal, muitos dos problemas modernos não estavam colocados aos autores da antiguidade e, desse modo, cabia aos leitores do século XIX o rearranjo das possibilidades e limites apontados por aqueles.

BETWEEN THE ANCIENT AND THE MODERN: HISTORY WRITING AND MORAL LESSONS IN BRAZIL IN THE 19TH CENTURY

Abstract: This paper aims to examine the presence of ancient authors in the historiographical production of the Brazilian Historic and Geographic Institute (IHGB), founded in Rio de Janeiro, in the middle of the 19th century. In order to do that, we have considered some texts published in *Revista do IHGB* in the light of the current debate about this topic. Regarded as seminal sources of the history of historiography, an approach that supports this analysis, such writings provide important elements to the debate, which is still open. In this sense, we

have argued that, despite their participation in the long process of establishment of modernity and their both epistemological and rhetorical participation, the moral aspects provided by the ancient authors operated as a discursive link between the power of the imperial State and the emerging history discipline.

Keywords: History of historiography. Ancient and Modern. IHGB.

Notas

¹ Valdeí Araujo observou a frequente remissão às academias letradas nos primeiros textos do Instituto, como, justamente, o “Programa Histórico” assinado por José Feliciano Fernandes Pinheiro (ARAUJO, 2008a, p. 148).

² Para a passagem na qual Heródoto, Dionísio e Plutarco são referenciados, ver (MATTOS, 1863, p. 138-139).

³ Foi o texto de uma conferência proferida por François Hartog que, em alguma medida, conduziu minha leitura neste artigo, mas principalmente neste ponto da análise. Essa possibilidade de apropriação do instrumento heurístico que se define, a partir do trabalho do historiador francês, como “regimes de historicidade”, ainda foi pouco aprofundada. A historiografia americana, por sua própria condição de emergência, permite um vasto percurso investigativo nesse sentido (HARTOG, 2006, p. 21-23).

Referências

ARAUJO, Valdeí Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: HUCITEC, 2008a.

_____. História dos conceitos: problemas e desafios para uma leitura da modernidade ibérica. *Almanack Braziliense*, n. 7, maio 2008b, p. 47-55.

ATA da 6ª sessão em 2 de março de 1839. *Revista do IHGB*, 1839, p. 49-50.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1839, p. 9-18.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 114-119.

BREVE NOTÍCIA sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1839.

CALLARI, Cláudia. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 59-83.

CEZAR, Temístocles. Como devia ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org. et al.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 173-208.

_____. L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur l'utilisation des modèles anciens et modernes de l'historiographie. *Historiografias*, v. 2. juil./déc 2011a, p. 45-65.

_____. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et. al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011b, p. 93-124.

ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre o amadorismo e o profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topói*, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 184-200.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 15-25.

HEGEL, Georg W. F. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1860.

MARTIUS, Carl Friedrich Philip von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, 1844, p. 381-403.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil. *Revista do IHGB*, 1863, p. 121-143.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 6, mar. 2011, p. 103-122.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da; SANTOS, Evandro. Regeneração e decadência: história, literatura e os usos do passado e do presente no Portugal oitocentista. *Revista História e Cultura*, Franca, v. 3, n. 1, 2014, p. 90-104.

TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de História*, edição especial, São Paulo, 2010, p. 131-146.

WALLENSTEIN, Julio de. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. *Revista do IHGB*, 1882, p. 159-160.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. O historismo e as origens do Instituto Histórico. In: *A invenção da história*: estudos sobre historicismo. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994, p. 151-168.

Recebido em: 01/06/2017.

Aprovado em: 10/10/2017.

Euclides da Cunha e a cor local: a pintura da história de Canudos

Eduardo Wright Cardoso*

Resumo: Publicada em 1902, a obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, tornou-se um clássico da reflexão e interpretação da realidade brasileira e, por extensão, ensejou o desenvolvimento de uma extensa fortuna crítica e analítica. O objetivo deste artigo é sugerir, pois, uma chave de leitura adicional, que consiste em refletir sobre a produção euclidiana a partir do recurso narrativo da *cor local*. Embora amiúde associada à questão da construção da nacionalidade, o mecanismo da *cor local* dispõe igualmente de outras implicações e efeitos textuais que dizem respeito à dimensão imagética da narrativa. A partir dos critérios da nacionalidade e da visibilidade textual, procura-se investigar não somente a produção de Euclides, além de parte de sua fortuna crítica ao longo do século XX. Como hipótese, então, sugere-se que a *cor local* é parte constitutiva do campo discursivo que compreende não somente a escrita euclidiana, mas também é perceptível nas avaliações de seus comentadores. Por sua vez, a presença do critério da *cor local* permite sugerir a importância do investimento imagético na prosa do autor e identificar um *topos* específico na fortuna crítica relativa à produção euclidiana.

Palavras-chave: Euclides da Cunha. Cor local. Retórica pictórica. Escrita da história.

* Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio – e professor de Teoria da História na mesma instituição. Essa pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: edu.wright@gmail.com.

Euclides da Cunha: leitor da história nacional

Eleito para ocupar a cadeira de número sete da Academia Brasileira de Letras (ABL), Euclides da Cunha, como era costume nos discursos de recepção, discorre sobre seus ocupantes prévios: o patrono, Antônio Frederico de Castro Alves; e o fundador da cadeira, Antônio Valentim da Costa Magalhães. Ainda que sua fala esteja voltada, sobretudo, para a vida e a produção de Valentim Magalhães, ao tratar do renomado poeta Castro Alves, Euclides permite entrever um motivo que contempla não apenas sua própria produção intelectual, mas igualmente a fortuna crítica de sua obra: os embates e as sobreposições, que reaparecem sob inúmeras formas, entre a produção poética e a produção científica. De acordo com Luiz Costa Lima, por exemplo, a recepção de *Os sertões* é perpassada por um *topos* que foi construído imediatamente após a publicação da obra, em 1902: trata-se da concepção de que o livro maior de Euclides seria, simultaneamente, uma obra científica e literária (COSTA LIMA, 1997, p. 15-16).

O *topos*, como mencionado, é perceptível também na oração de ingresso, proferida em 1906: o engenheiro Euclides alega um certo desconforto e roga aos novos pares: “Avaliai, portanto, os meus embaraços ao ocupar a cadeira de Castro Alves”. Ainda que, nos dizeres de Manuel Bandeira, Euclides tenha sido um “poeta bissexto” (BANDEIRA, 1966, p. 629), no seu discurso de ingresso, o escritor confessa já ter se desviado “[...] dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo [...]” (CUNHA, 1966, p. 206). Distanciando-se da produção literária, Euclides é capaz, então, de avaliar, com autoridade, a situação da produção científica. Seu diagnóstico, todavia, é severo: “[...] porque assim como não temos uma ciência completa da própria base física da nossa nacionalidade, não temos ainda uma história”. Na sequência da fala, o escritor justifica-se:

Temos anais, como os chineses. À nossa história, reduzida aos múltiplos sucessos da existência político-administrativa, *falta inteiramente a pintura sugestiva dos homens e das coisas, ou os travamentos de relações e costumes que são a*

imprimidura indispensável ao desenho dos acontecimentos
(CUNHA, 1966, p. 208, grifos nossos).¹

A terminologia utilizada para criticar a produção historiográfica e científica é importante: Euclides faz referência aqui à “pintura sugestiva dos homens e das coisas”, à “imprimidura indispensável” e ao “desenho dos acontecimentos”. Acredito que esses termos não sejam circunstâncias ou fortuitos. Ao contrário, o emprego do que poderia ser denominado de uma *retórica pictórica* – conjunto de expressões que remetem ao caráter pictórico ou visual da narrativa – pode indicar uma determinada inscrição de Euclides em um contexto discursivo específico, relacionado, no caso, à *cor local*. Neste artigo, pois, pretendo sugerir que seria possível pensar o recurso narrativo da *cor local* como uma chave-de-leitura para abordar a prosa euclidiana. Isso permite compreender parte dos *efeitos* identificados pela crítica na narrativa de Euclides e, inclusive, demonstrar a estabilidade de um *topos* receptivo na fortuna crítica de sua obra.

Com esse intuito, o texto encontra-se dividido em três momentos: na parcela inicial, procuro discorrer brevemente sobre as acepções vigentes de *cor local* durante o século XIX e, sobretudo, as implicações que podem ser associadas aos seus usos nesse momento. Na sequência, tentarei aventar os modos pelos quais a *cor local* pode ser aproximada do texto euclidiano. Para isso, creio ser possível atentar não somente para a escrita euclidiana, mas igualmente para a recepção de sua obra. Isso encaminha ao terceiro momento, no qual, a partir da fortuna crítica de *Os sertões*, procuro ressaltar o caráter visual e pictórico identificado por leitores coetâneos e posteriores da obra principal de Euclides – o que, afinal, permitiria demonstrar a importância do vocabulário pictórico expresso na citação anteriormente exposta a presença do critério da *cor local* como um índice regulador da produção euclidiana.

A *cor local* – acepções e implicações

Embora *cor local* seja uma categoria de difícil definição, é importante, para demonstrar sua validade como chave-de-leitura

para a obra euclidiana, sugerir algumas disposições preliminares e elementos característicos. O mecanismo surge, originalmente, nas discussões acerca da pintura no contexto francês e, ainda no século XVIII, passa a ser incorporado como requisito nos discursos literário e historiográfico. Nesse momento, a *cor local* já assume a forma de um critério que legitima ou infirma os relatos e textos abordados por comentadores e críticos. Se, no contexto nacional, as disputas concentram-se na segunda metade do Oitocentos, em âmbito francês, elas são anteriores e remontam à primeira parcela do século. Além disso, em língua francesa, a *cor local* é motivo de deliberações e debates mais amplos e detalhados, o que oferece maiores subsídios para sua compreensão e mapeamento neste artigo. Vladimir Kapor, referindo-se ao contexto literário francês, constata que o mecanismo narrativo enseja a criação de um duplo *topos*: uma variante *profunda* e outra *superficial* de *cor local*, ou seja, textos nos quais ela estaria presente ou ausente (KAPOR, 2009, p. 101).

Dentre as elucubrações acerca do mecanismo narrativo que eram conhecidas no então período imperial brasileiro, é possível identificar as apreciações de Ferdinand Denis e Ferdinand Wolf. Denis, por exemplo, no seu *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil* [*Resumo da história literária de Portugal, seguido do resumo da história literária do Brasil*], evoca a *cor local* (DENIS, 1826, p. 262, p. 329, p. 490) como um recurso significativo e utiliza também a variação “cor mais verdadeira” (DENIS, 1826, p. 494). O crítico ainda emprega amiúde expressões como “pintura dos sentimentos”, “pintura animada dos costumes [moeurs] selvagens”, “pintura natural”, “pintura exata do caráter nacional”, “pintura simples”, “pintura de seu país” e “pintura fiel”, para apreciar a produção literária de Portugal e do Brasil (DENIS, 1826, p. 36, p. 197, p. 219, p. 264, p. 341, p. 353, p. 486, p. 566).

Além dele, é válido mencionar o historiador e crítico literário austríaco Ferdinand Wolf, autor de *Le Brésil littéraire: histoire de la littérature brésilienne* [*O Brasil literário: história da literatura brasileira*], publicado em 1863. O crítico austríaco emprega a *cor local* (WOLF, 1863, p. 18, p. 21, p. 30, p. 150, p. 210, p. 220) e cunha expressões variantes como “cor original”, “cor nacional”, “cor

científica”, “cor épica”, “cor patriótica” e “cor mais histórica”, entre muitas outras (WOLF, 1863, p. 66, p. 72, p. 85, p. 91, p. 195, p. 236). Os dois autores parecem operar no mesmo universo linguístico ao qual pertencerão, na virada do século, tanto Euclides quanto uma parcela de seus debatedores e críticos; universo este que possui na *cor local* uma referência fundamental.

A multiplicação de variações e desdobramentos relativos à acepção do mecanismo narrativo contrasta com a escassez teórica que envolve seu emprego. De acordo com Kapor, a *cor local* é uma noção subteorizada (KAPOR, 2009, p. 1). Muito empregado, o dispositivo foi pouco discutido conceitualmente. Dessa forma, sua investigação requer a elaboração de um instrumental que, por um lado, permita identificar e mapear seu emprego nas fontes e, por outro, forneça subsídios para uma leitura retrospectiva do recurso. Aqui, portanto, almejo oferecer uma alternativa para identificar e circunscrever o mecanismo da *cor local* e, em seguida, busco sugerir uma abordagem que possibilite desdobrar as relações intrínsecas a ele.

Para empreender uma aproximação inicial ao dispositivo, creio ser válido sugerir uma definição que, forçosamente, será provisória e, portanto, estará sujeita a retificações: segundo Jan Kamberbeek Jr., a *cor local* encontra-se dotada de uma expressão narrativa oriunda das discussões pictóricas e que tem por objetivo destacar aquilo que identifica e caracteriza um *tempo* e um *espaço* específicos para um país ou uma nação (KAMERBEEK Jr. apud ESCARPIT, 1986, p. 399).² Nesse sentido, a *cor local* revela-se um instrumento dotado de um acentuado rigor cronológico, na medida em que sua evocação é concebida como uma forma de evitar o anacronismo. Esse escopo parece explícito na crítica que Benjamin Constant elabora, empregando o critério da *cor local*, acerca da historiografia dos séculos XVIII e XIX. Para o escritor, muitos historiadores “não possuem [...] a cor nem dos tempos, nem dos lugares que eles descrevem. Os eventos pertencem às épocas passadas, os atores são da nossa idade. Felizmente, os Srs. Guizot, de Barante e Thierry fundaram uma outra escola” (CONSTANT, 1829, p. 143).

O aspecto relevante é que a consolidação da *cor local* como critério e recurso fundamental no século XIX está associada diretamente ao desenvolvimento da nação; a *cor local* é parte dos esforços

de organização da *temporalidade* e de delimitação da *espacialidade* intrínsecos a esse processo. Carine Fluckiger sublinha a relação entre *cor local* e *nação* ao explicar o surgimento do recurso como uma nova possibilidade de representar esta entidade que progressivamente deixa de ser abstrata e torna-se mais sensível e concreta (FLUCKIGER, 1995, p. 46). A determinação da nacionalidade é, pois, um elemento implícito e fundamental para a compreensão da *cor local* e, neste artigo, oferece um primeiro critério para sua identificação. Em perspectiva análoga, Temístocles Cezar procurou abordar a *cor local* como parte de uma *poética da história nacional* (CEZAR, 2002), enquanto Maria da Glória de Oliveira considera brevemente o uso do mecanismo na historiografia nacional (OLIVEIRA, 2009, p. 48-49).

No entanto, gostaria de enfatizar igualmente um segundo aspecto, por vezes pouco considerado, que se refere à dimensão visual inerente ao mecanismo. Sua origem pictural tende a estimular e desenvolver o aspecto icônico ou imagético da narrativa. Em outras palavras, oriunda da pintura, a *cor local* jamais abandona sua dimensão visualizante. Kamerbeek Jr., autor de um estudo mais detalhado acerca do recurso narrativo, procura recuperar o universo linguístico francês no qual ele está inserido no momento de seu surgimento. Para o especialista, a *cor local* encontra-se relacionada e vinculada a outros termos e expressões, como *cor*, *local*, *verdade*, *vestimenta* [*costume*], *tinta*, *tom*, *estilo*, *fisionomia*, *marca* [*cachet*] e *espírito*. (KAMERBEEK Jr., 1962, p. 9-24). Duas tendências diferentes estão na origem da expressão: a tradição do *genius saeculi* e *Zeitgeist*, correntes no século XVII, se soma, durante o Oitocentos, à tradição teatral e pictural do *costume* que, por sua vez, remete tanto ao modo de se vestir quanto à reprodução de usos e costumes. A partir daí, a expressão – amiúde empregada no plural – é adotada em seu sentido literal no contexto da pintura e, algum tempo depois, já com o significado figurado, ingressa no vocabulário literário (KAMERBEEK Jr., 1962, p. 33-35). Se a noção francesa de “costume” está na base da *cor local*, é importante reconhecer que ela foi deliberadamente substituída e abandonada. Os adeptos do recurso da *cor local*, ao adotarem a nova expressão, ou antes, ao atribuírem um novo sentido a uma expressão já existente,

buscavam expressar algo diverso (HOVENKAMP, 1928, p. 34). A opção pelos termos *cor* e *local*, todavia, parece acentuar o vínculo entre a *pintura* e o *texto*. Hovenkamp procura sintetizar:

Reproduzir as cores, isto é, pintar com palavras aquilo que toca os sentidos, em particular aquilo que encanta os olhos e, com isso, buscar as cores mais características, as mais originais, as mais locais, dos países e dos tempos que devem diferir profundamente daqueles do autor, eis o que os Românticos vangloriavam-se de fazer ao darem o nome de “cor local” a um dos elementos mais essenciais de sua estética (HOVENKAMP, 1928, p. 36).

Assim, no domínio vasto da narrativa textual – no qual se inserem a obra de Euclides da Cunha e os textos de seus críticos e comentadores – e valorizando os contatos com a dimensão visual, a *cor local* indica uma representação vívida, capaz de abarcar, sugere Kamerbeek Jr., o pitoresco e a ressurreição da vida (KAMERBEEK Jr., 1962, p. 35, p. 48-56).

Partindo dessa constatação, é possível recorrer à contribuição de Paul Ricoeur, para quem os traços do imaginário, passíveis de serem explicitados originalmente pela narrativa de ficção, que configuram o entrecruzamento entre a ficção e a história, podem ser identificados na expressão “afigurar-se que...”. Uma modalidade disso ocorre com o empréstimo direto tomado à função metafórica do “ver-como”, ou seja, é possível ler um livro de história *como se* ele fosse um romance (RICOEUR, 1997, p. 322-323). A consequência desta “permuta” entre gêneros, um exemplo da *refiguração cruzada*, é explicitada pelo filósofo:

O historiador não se proíbe, então, “pintar” uma situação, “restituir” uma cadeia de pensamento e dar a esta a “vivacidade” de um discurso interior. Reencontramos, desse ponto de vista, um efeito de discurso sublinhado por Aristóteles em sua teoria da *lexis*: a “elocução” ou a “dicção”, segundo a *Retórica*, tem a virtude de “colocar diante dos olhos” e, assim, de “fazer ver”. [...]. Entramos na área da ilusão, que,

no sentido preciso do termo, confunde o “ver-como” com um “crer-ver” (RICOEUR, 1997, p. 323-324, grifos do autor).

Ricoeur explora aqui uma potencialidade da metáfora indicada por Aristóteles, que é, justamente, a condição de “fazer ver”. Além disso, a valorização de expressões como *vivacidade* e *pintura*, e do *efeito* do seu emprego, é fundamental para a proposta a ser sugerida neste artigo. Assim, outro critério que pode ser associado à *cor local* refere-se ao seu *efeito visualizante*, resultado derivado da *vivacidade* da narrativa. O próprio Ricoeur, alhures, aprofunda o argumento, constatando o *entrecruzamento da legibilidade e da visibilidade* na representação historiadora, o que possibilita, dessa maneira, abordar um dos principais *efeitos* do emprego da *cor local*. As narrativas permitem não só entender, mas também ver (RICOEUR, 2007, p. 276).

A ênfase nessa dimensão visual oferece a possibilidade de ampliar as implicações relacionadas à *cor local* – por vezes, demasiado limitada à questão da nacionalidade. Não se trata, evidentemente, de recusar a associação entre *cor local* e nação, mas antes de sugerir que o recurso narrativo não deve ser resumido a esse critério. O alargamento, enfim, dos caracteres atribuíveis à *cor local*, isto é, a incorporação da dimensão imagética, permite, a partir de outro viés, oferecer uma alternativa para sua apreensão como um objeto de pesquisa. A fim de circunscrevê-la, creio ser possível sugerir que o recurso enseja e participa do que poderia ser denominado de *retórica pictórica*, isto é, um extenso, mas limitado conjunto de expressões que remetem ou integram o vocabulário pictórico, tais como *colorido*, *pintura*, *desenho*, *debuxo*, *quadro*, *imagem*, entre outras. Esses vocábulos, recorrentes no discurso de ingresso na ABL e em diversos textos de Euclides, indicam, pois, a presença do critério da *cor local*. A composição desse *léxico pictural* foi a maneira encontrada para evitar uma apreensão demasiado subjetiva do objeto. Dessa forma, é possível construir um determinado *idioma comum* que permite a verificação do emprego do dispositivo narrativo.³

Em síntese, neste artigo, a *cor local* é concebida a partir de dois critérios ou dimensões principais: o primeiro diz respeito à determinação do tempo e do espaço e, portanto, vincula o recurso à

constituição da nação durante o século XIX. Já o segundo comporta mais diretamente o *efeito* produzido por seu emprego e evidencia o caráter visual da narrativa. O estabelecimento desses dois critérios permite direcionar as duas parcelas seguintes do artigo. No próximo item, assim, trata-se de sugerir como Euclides aproxima-se do critério da *cor local* e compartilha com literatos e autores do XIX a *retórica pictórica*. Em seguida, na parcela final do texto, busca-se recorrer aos textos de recepção da obra de Euclides, a fim de verificar os possíveis efeitos desencadeados, nos leitores, pela prosa euclidiana.

A produção euclidiana – *cor local* como demanda nacional

Ao investigar a composição de *Os sertões*, Leopoldo Bernucci identifica, precisamente, a importância dos diálogos travados por Euclides com autores românticos e, assim, atesta a presença do dispositivo narrativo. Nas suas palavras:

Na urdidura de todas as linhas do romantismo, contempla-se por um lado os traços mais gerais de Alencar, Castro Alves, Walter Scott e Hugo e, por outro, os particulares: a cor local, o compromisso com a sociedade, as fortes radicalizações entre o Bem e o Mal, o exotismo e outros (BERNUCCI, 1995, p. 37).

Francisco Foot Hardman, embora sem mencionar a *cor local*, procura identificar, nos escritos euclidianos, uma polaridade pouco investigada que diz respeito “[...] a um romantismo de base, de matriz hugoniana, que provoca em sua prosa e poesia uma interessante combinação entre estética do sublime, dramatização da natureza e da história e do discurso socialmente empenhado” (HARDMAN, 1996, p. 294). Em relação à constituição da identidade nacional, Costa Lima advoga que Euclides encontrava-se vinculado aos românticos. Nos seus termos: “[...] o essencialismo nacionalista que os românticos cultivaram, sob as vestes do sentimento e da fantasia e não

com o suposto respaldo, veio a se cristalizar sob o evolucionismo de Euclides” (COSTA LIMA, 1997, p. 45).

As constatações de Bernucci, Hardman e Costa Lima, que aproximam Euclides de autores como José de Alencar e Victor Hugo, abreviam, mas não substituem, a trajetória a ser desenvolvida. É necessário demonstrar, pois, a inscrição da *cor local* na produção do escritor fluminense. Para João Cezar de Castro Rocha, os estudos euclidianos, embora bastante desenvolvidos, ainda carecem da delimitação do *campo discursivo* com o qual Euclides dialogou na elaboração de seu principal texto (CASTRO ROCHA, 2004, p. 212-213). Não se trata aqui, evidentemente, de almejar tão largo escopo, mas de sugerir apenas que esse *campo discursivo* é composto, também, pela *cor local* e pela *retórica pictórica*.

É possível encontrar evidências do registro da *cor local*, concebida como um critério discursivo da nacionalidade, na coletânea de artigos denominada *Contrastes e confrontos*, de 1907. No texto *Plano de uma cruzada*, Euclides aborda o embate que seria necessário travar contra a natureza desértica nacional, responsável por obstaculizar o desenvolvimento da civilização. As secas e os desertos, aponta o escritor, imporiam desafios para a abordagem de artistas e para a atuação de políticos e cientistas. No artigo, o escritor fluminense aponta os limites do conhecimento científico e a ausência de um projeto político que arroste a situação:

Diante da enorme fatalidade cosmológica, temos uma atitude de amadores [...]. Daí a instabilidade e o baralhamento dos juízos. Acompanhamos o fenômeno escravizados à sua cadência rítmica; não lhe antepomos à intermitência a continuidade dos esforços. Entretanto, o próprio variar das causas precipitadas nos revela a sua feição complexa, exigindo longos e pacientes estudos (CUNHA, 1966, p. 132).

Por ora, o que pretendo discutir não é a recorrente percepção euclidiana da insuficiência científica em relação às mazelas nacionais (diagnóstico expresso, como escrito anteriormente, também em relação à produção historiográfica brasileira), mas a convicção de que esse projeto de atuação, simultaneamente científico e político,

demanda uma realização eminentemente *nacional*. Ou, dito de outro modo, como se trata de um embate contra o clima, essa campanha necessita ser levada a cabo por brasileiros (CUNHA, 1966, p. 132). Ainda que escassas, as *tropas* nacionais dispõem de precedentes. Euclides procura recordar os esforços cientificistas de pioneiros como Ricardo Franco de Almeida Serra, Silva Pontes e Lacerda e Almeida. Não obstante, acrescenta o escritor fluminense, esse primeiro impulso do conhecimento nacional foi refreado pelo próprio processo político de busca pela autonomia, ou seja, ao conquistar a independência sobre o espaço, o Brasil, paradoxalmente, perdeu o território. Nos seus termos:

Mas, precisamente ao adquirirmos a autonomia política – talvez porque com ela illogicamente se deslocasse toda a vida nacional para os litorais agitados – olvidamos a terra; e os esplendores do céu, e os encantos das paisagens, e os deslumbramentos recônditos das minas, e as energias virtuais do solo, e as transfigurações fantásticas da flora, *entregamo-los numa inconsciência de pródigos sem tutela, à contemplação, ao estudo, ao entusiasmo, e à glória impercível de alguns homens de outros climas* (CUNHA, 1966, p. 134-135, grifos nossos).

O equívoco maior, portanto, refere-se à delegação do empreendimento científico sobre a formação física nacional a sábios de outras paragens, “homens de outros climas”. Afinal, a busca e o domínio da terra demandam um investimento que seja oriundo da própria nacionalidade. A sequência do excerto do *Plano de uma cruzada* procura demonstrar o acanhado desenvolvimento dos estudos científicos nacionais, assoberbados por sotaques, sons e nomes adventícios. Ouçamos Euclides:

Ao nosso nativismo nascente – e já ouriçado com os estilhaços dilaceradores da *Noite das Garrafadas*, não scandalizaram os ww ensarilhados, os yy sibilantes, e os estalar dos kk, e o ranger emperrado dos rr de alguns nomes arrevesados e estranhos. Koster, John Mawe, Wied-Newied, Langsdorf,

Aug. Saint-Hilaire... primeiros termos de uma série, onde aparecem, num constrangimento de intrusos, raros nomes brasileiros – e que veio quase interrupto até Frederico Hartt, e que aí está contínua, imperecível e fecunda com Eugen Hussack, Orville Derby e Emilio Goeldi (CUNHA, 1966, p. 135, grifos nossos).

A constatação de uma produção nacional que se vê tolhida ou obstaculizada por nomes ou influxos estrangeiros não é original. O excerto de Euclides parece ecoar, ao contrário, o afamado manifesto de José de Alencar, cujo objetivo era, igualmente, pleitear a validade e a importância de um fazer literário caracteristicamente nacional, isto é, dotado de *cor local*. Em *Benção Paterna*, texto introdutório ao romance *Sonhos d'ouro* (1872), Alencar discorre sobre a formação da literatura nacional. Um dos temas abordados é a purificação da língua “brasileira”, que paulatinamente começava a distinguir-se do idioma português. Alencar afirma:

[...] a manga, da primeira vez que a prova, acha-lhe o estrangeiro gosto de terebintina; depois de habituado, regala-se com o sabor delicioso. Assim acontece com os poucos livros realmente brasileiros: o paladar português sente neles um travo; mas se aqui vivem conosco, sob o mesmo clima, atraídos pelos costumes da família e da pátria irmãs, logo ressoam docemente aos ouvidos lusos os nossos idiotismos brasileiros, que dantes lhes destoavam a ponto de os ter em conta de senões (ALENCAR, 1959, p. 701).

Alencar encerra o texto com a seguinte indagação: “[...] o povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspêra?” (ALENCAR, 1959, p. 702). Ambos, Alencar e Euclides, reivindicam, pois, a legitimidade dos saberes poético e científico no momento de afirmação do caráter nacional.

Na cruzada perante o clima inimigo, os soldados brasileiros, em menor número, assemelham-se a estrangeiros, invasores. Embora

sem o mencionar explicitamente, Euclides parece recuperar, em *Plano de uma cruzada*, o *topos* do desterrado em sua própria terra. Seu intuito é explanar a incipiência não apenas da ciência, mas também da produção artística nacional.⁴ O arremate do artigo, que evidencia a *retórica pictórica*, é significativo:

Não admiram o incolor, o inexpressivo, o incaracterístico, o tolhiço e o inviável na nossa arte e das nossas iniciativas: *falta-lhes a seiva materna*. As nossas mesmas descrições naturais recordam artísticos decalques, em que o alpestre da Suíça se mistura, baralhado, ao distendido das *landes* [...]. É que a nossa história natural ainda balbucia em seis ou sete línguas estrangeiras, e a nossa geografia física é um livro inédito (CUNHA, 1966, p. 135, grifos nossos).

Euclides não se aproxima apenas do programa literário – explicitamente construído a partir do critério da *cor local* – sugerido por Alencar. Nesse trecho, ao denunciar a ausência de “seiva materna”, o escritor fluminense parece recuperar uma das normatizações fundamentais relativas ao emprego da *cor local*, elaborada em 1827, por Victor Hugo.⁵ O escritor e crítico francês procurava prescrever, ainda que versando sobre a produção dramática, o emprego da *cor local*. Nas suas palavras:

Não é só na superfície do drama que deve estar a cor local, mas no fundo, no coração mesmo da obra, onde ela se transborda para fora de si mesma, naturalmente, igualmente, e, por assim dizer, para todos os cantos do drama, como a seiva que sobe da raiz à última folha da árvore (HUGO, 1864, p. 34).⁶

Dessa perspectiva, as proposições de Euclides podem ser aproximadas, por um lado, da definição normativa da *cor local* (expressão da “matriz hugoniana” mencionada por Hardman) e, por outro, do programa estético-literário expresso por José de Alencar. No entanto, os indícios da presença do mecanismo narrativo em sua produção não se esgotam aí. Ao reivindicar um conhecimento produzido por

brasileiros, o autor parece resgatar também um anseio expresso pelos sócios e integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que requeriam a produção de uma história nacional a partir da pena brasileira. Tristão de Alencar Araripe, por exemplo, em texto publicado na *Revista do IHGB*, em 1894, refere-se amiúde à nacionalidade do responsável pela redação da história:

O escritor brasileiro pois, que pretender escrever a historia da nossa patria, terá em consideração dezenhar a figura respeitavel dos nossos omens benemeritos, de maneira que excitem em nossos corações o amor para com as suas venerandas sombras, e persuadam-nos quanto é doce a recompensa da virtude pela gratidão da posteridade (ARARIPE JÚNIOR, 1894, p. 263).

Menos de uma década depois, Euclides ingressa no IHGB e, nessa ocasião, reitera a importância do pertencimento ao Brasil, isto é, manifesta a crença de que a nacionalidade brasileira asseguraria, por si só, a qualidade da análise ou dos trabalhos da produção científica. Assim, ao apresentar-se, em 1903, diante dos novos pares historiadores, Euclides declara: “[...] – posso vir, placidamente, para o vosso meio, trazendo uma qualidade única e irredutível, mas que por si supre por outras, e que no momento atual, para ter algum valor, deve ser isolada – a qualidade de brasileiro” (CUNHA, 1966, p. 418). Na sequência da fala, Euclides reconhece que essa virtude, contudo, não é fornecida pelo fortuito nascimento ou pelos atributos de uma Constituição, mas antes por um esforço consciente ou uma espécie de aclimação histórica (CUNHA, 1966, p. 419).

Se, na virada do século, Euclides ainda parece ecoar tanto os projetos histórico-geográficos desenvolvidos pelo IHGB quanto os anseios literários expressos por Hugo e Alencar, é necessário acrescentar que seu programa, isto é, sua *cruzada*, propõe-se a ser mais abrangente, ao menos da perspectiva territorial. O espaço, para o escritor fluminense, não deveria se restringir à região costeira; era imprescindível investigar e mapear outras regiões. Conforme sugere no terceiro e último artigo da série que compõe o *Plano de uma cruzada*, era necessário ultrapassar a abordagem exclusivamente

litorânea – aliás, insuficiente exatamente porque excluía o espaço no qual a identidade nacional poderia se consolidar: “[...] deslumbrados pelo litoral opulento e pelas miragens de uma civilização, que recebemos emalada dentro dos transatlânticos, esquecemo-nos do interior amplíssimo onde se desata a base física real da nossa nacionalidade” (CUNHA, 1966, p. 140). Para Euclides, portanto, o projeto desenvolvido pelo IHGB, cujo objetivo era desvelar a nacionalidade, permanecia válido. No entanto, o foco do olhar precisava ser corrigido: tratava-se de abandonar o litoral, espaço caracterizado por uma civilização de empréstimo, e direcionar os esforços para o sertão, local que detém o fundamento da nacionalidade brasileira (CUNHA, 1966, p. 140).

Esta abordagem da obra de Euclides procurou, em resumo, sugerir que o escritor fluminense opera com a *retórica pictórica* e considera o critério da *cor local* como fundamental para a elaboração de sua produção intelectual. Inúmeras evidências demonstram isso. Como procurei sugerir, Euclides ainda partilha dos projetos histórico-geográficos veiculados pelo IHGB, ao mesmo tempo em que, ecoando Alencar e Hugo, defende uma produção, artística ou científica, de caráter eminentemente nacional. Se, contudo, o foco da abordagem é deslocado da produção para a recepção da obra euclidiana, seria possível identificar, acredito, não apenas a demanda pelo investimento nacional, mas ainda outra implicação do emprego da *cor local*, o investimento no caráter imagético da narrativa.

A recepção euclidiana – *cor local* como construção imagética

Como mencionado, o recurso da *cor local* também pode ser expresso a partir da dimensão que diz respeito mais diretamente ao elemento visual do texto. Nesse sentido, a recepção da obra de Euclides permite identificar o *efeito* associado ao recurso narrativo e a inscrição de críticos e comentadores no *campo discursivo* que compreende a *retórica pictórica*. O destino do texto não deve ser, afinal, desconsiderado. Conforme salienta Fernando Nicolazzi, o

leitor é parte da operação de legitimação da própria narrativa e do ofício histórico. Nas suas palavras, é importante “[...] levar em consideração que, ao se falar em escrita da história, não se deve perder de vista que esta história também é lida e que o ato de leitura ali implicado é parte constitutiva do que se pode chamar conhecimento histórico” (NICOLAZZI, 2010, p. 544-545).

Essa legitimação, acredito, deriva também do *efeito imagético* proporcionado pela narrativa ou, tal como havia mencionado Ricoeur, do desenvolvimento da visibilidade a partir do texto. Bérenger Boulay, em perspectiva análoga, procura demonstrar que a historiografia francesa contemporânea, a partir de nomes como Georges Duby, Arlette Farge e Alain Corbin, vale-se, na elaboração textual, de *efeitos* diversos. Todos derivam da noção latina *evidentia*, cujo pressuposto é colocar sob os olhos do leitor ou do espectador aquilo que é descrito ou narrado (BOULAY, 2010, p. 27).

A fortuna crítica de Euclides, ao longo do século XX e mesmo no início do século XXI, oferece então um expediente importante para a avaliação de sua obra e para a verificação da sugestão exposta neste artigo: a participação da *cor local* no *campo discursivo* de Euclides. Para Walnice Galvão, seria possível identificar três fases principais na recepção de *Os sertões*: um momento inicial, composto pelos maiores críticos literários da época, como José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero, no qual predomina a visão literária; um segundo momento, nutrido nas ciências sociais, que agrega as leituras de Gilberto Freyre, Antonio Candido e Olímpio de Sousa Andrade, e, por fim, um terceiro momento, que se inicia na década de 1980 e conta com as abordagens de Luiz Costa Lima, Roberto Ventura e, seria possível acrescentar, João Cezar de Castro Rocha, a própria Walnice Galvão, entre outros (GALVÃO, 2016, p. 613-614).

Desde a publicação de *Os sertões*, é possível perceber que a *cor local* permanece como um critério regulador da escrita euclidiana, na medida em que os comentadores e críticos destacam e valorizam os procedimentos descritivos, sejam eles relativos aos indivíduos, à paisagem ou ao conflito – e isso no mesmo momento no qual Euclides admoestava os historiadores, tal como expresso no discurso de admissão na ABL, a elaborar uma “pintura sugestiva dos homens e das coisas” e a realizar “um desenho dos acontecimentos”. É o caso,

por exemplo, da leitura realizada por José da Penha e publicada, na *Gazeta de Notícias*, em dezembro de 1902:

No delinear dos tipos, em que o Sr. Euclides se compraz, repetidas vezes, não há que se lhe reparar: *o debuxo sai-lhe completo e vívido*. Moreira César, Thompson – o valente, o proibidoso, o liberal Thompson Flores; Tupi, Tamarindo, o competente Febrônio, a vítima da teimosia vaidosa do conselheiro Luís Viana –, *tudo foi descrito com propriedade de cores* (PENHA, 2003, p. 33, grifos nossos).

Leopoldo de Freitas, por sua vez, destaca a abordagem psicológica elaborada pelo engenheiro fluminense, em um breve comentário no *Diário Popular* do mesmo período: “[...] em *Os sertões*, o conhecimento da psicologia do sertanejo é descrita com a vivacidade do colorido que só um artista iniciado nos segredos da estética dos assuntos camponeses poderia apresentar com tamanha opulência” (FREITAS, 2003, p. 36, grifos nossos). A prosa euclidiana poderia ser caracterizada, então, como imagética. Múcio Teixeira, por exemplo, em uma série de artigos no *Jornal do Brasil*, de 1903, não hesita em comparar as imagens elaboradas por Euclides, tanto a pinturas quanto a fotografias. Ao comentar as descrições de alguns militares, Teixeira assevera: “[...] a página consagrada à *caricatura do heroísmo* tem a energia das perduráveis sátiras juvenesca e uns vivos reflexos do claro-escuro das telas de Rembrandt [...]”; e, em seguida, quando o foco de Euclides recai sobre o coronel Antônio Moreira César, o crítico acrescenta: “[...] é *fiel como uma fotografia* este estranho perfil do singular e bizarro epilético [...]” (TEIXEIRA, 2003, p. 43-44, grifos nossos).

A apologia ao descritivo euclidiano resiste inclusive aos exames mais severos de sua obra. Refiro-me ao juízo publicado pelo afamado crítico literário José Veríssimo, no *Correio da Manhã*, em dezembro de 1902. O comentarista condena, inicialmente, a linguagem excessivamente técnica da obra; não obstante, procura também exaltar o estilo adotado na escrita, composto de “reais qualidades de escritor, força, energia, eloquência, nervo, colorido, elegância [...]”. Mesmo o trecho dedicado integralmente à descrição do espaço mereceu

elogios: a descrição da terra é “animada e vívida” (VERÍSSIMO, 2003, p. 47). Para concluir a apreciação, o crítico, enfim, manifesta: “[...] o sr. Euclides da Cunha fez daquela campanha *uma pintura vigorosa* e um estudo que estava por fazer” (VERÍSSIMO, 2003, p. 54, grifos nossos). Os atributos elencados por Veríssimo, como “força”, “energia”, “eloquência”, “colorido”, “animado” e “vívido”, parecem indicar a visibilidade proporcionada pelo recurso da *cor local* e a sua inscrição no *campo discursivo* da *retórica pictórica*.

Os diversos posicionamentos arrolados têm em comum tanto a exaltação do procedimento descritivo construído pelo escritor fluminense quanto o imediatismo das leituras. Silvio Romero, após ofertar sua apreciação nos jornais do período, procurou posteriormente elaborar uma crítica fundamentada que foi lida na cerimônia de posse de Euclides na ABL, em 1906. Mesmo neste momento, o teor do exame permanece semelhante. Como Euclides estava presente, Romero interpela-o diretamente: “*Vós sabeis retratar ao vivo a natureza física*, dando intensidade às notas, sem prejudicar a veracidade dos fatos, a qualidade dos fenômenos”. E acrescenta: “[...] é o grande escolho da arte da descritiva: exatidão e relevo, naturalismo e brilho, consistência e *colorido*, poesia e verdade” (ROMERO, 2003, p. 139, grifos nossos).

Romero felicita o novo membro da agremiação: “[...] a Academia recebe em seu seio um poderoso escritor, mas um que pode colocar ideias, além de pronomes, porque estuda e medita, porque *sabe ver* e inquirir” (ROMERO, 2003, p. 145, grifos nossos). Não se trata do primeiro elogio à capacidade visual do escritor fluminense. José Veríssimo já havia enaltecido a mesma virtude. Nas suas palavras: Euclides “[...] *sabe ver e descrever* [...]” (VERÍSSIMO, 2003, p. 46, grifos nossos). Afinal, para possibilitar a visão de outros, de seus leitores, é importante – embora não indispensável – que o agente dessa visão seja capaz, também ele, de *ver*. Walnice Galvão, ao abordar o ineditismo da cobertura jornalística da guerra de Canudos, destaca justamente a importância da iniciativa de se enviar um indivíduo para cobrir os eventos no *local* em que se passaram: “[...] a utilização da figura do enviado especial, ou seja, um jornalista que vai observar pessoalmente os eventos no próprio local, é quase uma novidade no Brasil da época” (GALVÃO, 1999, p. 154).

É significativo, todavia, que o destaque fornecido à dimensão visual da prosa euclidiana não se restringe às avaliações imediatas de *Os sertões*. De modo diverso, é possível identificar apreciações análogas mesmo na bibliografia especializada do final do século XX e início do século XXI – o terceiro momento da fortuna crítica, tal como mencionado por Galvão. Em texto publicado originalmente em 1994, a especialista na obra euclidiana também destaca o caráter visual em *Os sertões*, ao salientar a elaboração narrativa do autor. Nas suas palavras:

Este é um daqueles livros em que é difícil, se não empresa vã, separar o autor do narrador. Primeiro, porque o narrador não se ficcionaliza, nem mesmo ao portar a persona do tribuno. É sempre a voz do autor [...] que estamos ouvindo, este autor que fala diretamente ao leitor em plural majestático. Depois, porque o tom panfletário de denúncia *coloca ante os nossos olhos um tribuno da plebe* discursando, o tribuno Euclides da Cunha e não um narrador que seja seu sucedâneo ou porta-voz (GALVÃO, 2016, p. 630-631, grifos nossos).

Em Bernucci, a constatação de que a narrativa de *Os sertões* permite ao leitor visualizar os acontecimentos ocorre em dois momentos. Inicialmente, na aproximação que o autor estabelece entre o modo descritivo de Euclides e, um dos sistematizadores da *cor local*, Victor Hugo (BERNUCCI, 1995, p. 34). Em seguida, a percepção do efeito visual adquire a forma de uma advertência ao leitor desavisado. Essa passagem, creio, merece ser reproduzida:

[...] sabe-se que o autor d'*Os Sertões*, mais de uma vez, narrou cenas que não viu como se tivesse sido seu observador argucioso. Não causam, portanto, nenhuma admiração ao leitor as vivas descrições da natureza pintada pelo escritor segundo os modelos que as fontes livrescas lhe ofereceram muito antes de sua ida a Canudos. Basta olhar as páginas de 'A Nossa Vendaia' para nos darmos conta de que Euclides era mestre em transformar simples e longínquas impressões

visuais em dados minuciosos e concretos aos olhos [...]. Com efeito, para o leitor incauto, através da linguagem estonteante e persuasiva de Euclides, a representação da natureza chega a ser tão perfeita e detalhada, e despeito de sua factibilidade, que o que passa a adquirir importância parece já não ser propriamente o que se narra mas como se narra (BERNUCCI, 1995, p. 107).

A rica formulação de Bernucci permite destacar precisamente o efeito visual proporcionado por sua escrita: independente de sua presença diante dos eventos, Euclides concede, ao leitor, a visualização da “pintura sugestiva dos homens e das coisas”. Seria importante explorar, como afirma Bernucci, os modos e expedientes empregados pelo escritor fluminense nesse processo. No entanto, neste artigo, limito-me à constatação dessa evidência que, na fortuna crítica da obra euclidiana, reaparece de modo constante.

Berthold Zilly, especialista e tradutor da obra euclidiana, por sua vez, destaca em *Os sertões* “[...] a irresistível capacidade de evocar e presentificar o passado teatralmente”. Para o especialista, o escopo de Euclides é “[...] preparar o intelecto do leitor para uma recepção extremamente sensorial, visual, acústica e emocional daqueles quadros lancinantes de que dificilmente consegue se livrar”. E, em seguida, acrescenta:

[...] paradoxalmente, Euclides não abre mão da busca da Verdade e da História [...], uma história apesar de seus meandros e contradições, evocada e encenada pela magia da palavra que (re)cria telas, desenhos, fotografias, cenas teatrais, reais ou imaginadas. (ZILLY, 1998, s/p).

Castro Rocha, enfim, ao destacar o esforço euclidiano para o mapeamento da nação, define sua escritura:

[...] vale dizer, uma escrita cartográfica que torna visível com palavras em lugar de traços, como se fosse um diligente mapa da *terra ignota* [...]. Há, portanto, o mapa sugerido com traços e o mapa delineado com palavras (CASTRO ROCHA, 2004, p. 179, grifos do autor).

Se as caracterizações se repetem e, a despeito das críticas ou elogios, mantêm uma certa uniformidade, sua reprodução aqui procura atestar a inscrição da produção euclidiana e de sua recepção dentro de um regime que destaca a visualidade do texto, notadamente quando se refere aos tipos sociais e às paisagens. O que se depreende dessas manifestações é a partilha de um vocabulário que orbita em torno da *retórica pictórica* e, de modo específico, indica a presença da *cor local*. Esse *campo discursivo pictural* pode ser encontrado, como visto, tanto no texto euclidiano quanto nas próprias apreciações dos comentadores. A estabilidade dessa leitura indica, pois, a existência de um *topos* na recepção da obra euclidiana que diz respeito à capacidade visual intrínseca ao texto. *Leitores* de Euclides de diferentes períodos, críticos e entusiastas parecem ser igualmente *observadores* da “pintura sugestiva” da história de Canudos.

Considerações finais – A pintura sugestiva da história

Este artigo teve início com a fala de Euclides no momento de seu ingresso na ABL. Ao avaliar a produção científica nacional na abertura do século XX, e a escrita da história em particular, Euclides emprega um vocabulário de ordem imagética. Essa *retórica pictórica* permite identificar, acredito, alguns dos elementos que participam do *campo discursivo* euclidiano e que, nesse caso, podem ser aproximados do recurso narrativo da *cor local*. Em outras palavras, a *cor local* poderia ser pensada como uma chave de leitura útil para se refletir sobre a produção euclidiana, sobretudo quando se enfatiza dois de seus critérios principais: a bem conhecida demanda pelo caráter nacional – expressa nos textos prescritivos e críticos de Euclides – e o, ainda pouco explorado, investimento imagético que decorre de seu emprego – tal como se observa na recepção e fortuna crítica de *Os sertões*.

Nesse sentido, a estabilidade desta leitura que destaca e enaltece a visibilidade que se depreende do texto euclidiano permitiria, inclusive, sugerir uma espécie de constante receptiva em relação à sua obra. Costa Lima, como citado anteriormente, identificou um *topos* na recepção de *Os sertões* que diz respeito ao duplo registro

da obra, científico e literário. Análises mais recentes, acredito, têm procurado apontar e destacar, ora a dimensão artística-literária da obra, ora sua composição científica. Assim, para ilustrar a vitalidade do *topos* identificado por Costa Lima, seria possível esboçar uma distinção na bibliografia evocada neste artigo: Bernucci tende a valorizar os componentes imaginativos e ficcionais de *Os sertões*, enquanto o próprio Costa Lima procura evidenciar os componentes científicos do texto – ainda que sem desconsiderar as dimensões literárias. É necessário apontar, todavia, que o destaque de uma das vertentes não implica a dissolução do *topos*, mas, ao contrário, a sua ratificação. Afinal, a abordagem continua a operar, em grande medida, com os mesmos vetores esboçados no início do século XX.

Creio ser possível sugerir, como mencionado, uma segunda constante receptiva à leitura do livro, que se concentra precisamente no *efeito* desencadeado pelo seu singular “estilo”: o texto euclidiano permitiria ao leitor *ver* o que é narrado ou descrito. A percepção da visibilidade é apontada pelos leitores coetâneos à publicação do texto (como Tristão de Alencar Araripe, José Veríssimo e Silvio Romero) e perdura, através das décadas, mesmo em leituras recentes (como as de Leopoldo Bernucci, Berthold Zilly, Walnice Galvão e Castro Rocha). Considerar a *cor local* como um dos elementos que possibilitam o investimento na visibilidade textual permite, por um lado, ampliar a abordagem sobre o próprio recurso narrativo e, por outro, no caso da obra de Euclides, enseja a elaboração de uma chave-de-leitura para sua obra e a evidenciação de um *topos* receptivo na sua fortuna crítica. Nesse sentido, enfim, Euclides parece fazer um uso específico da *cor local*, seja ao sugerir a importância do investimento nacional na produção científica e artística, seja ao prescrever e elaborar uma “pintura sugestiva dos homens e das coisas” na sua exposição do “desenho dos acontecimentos” relativos à Guerra de Canudos.

EUCLIDES DA CUNHA AND THE LOCAL COLOUR: THE PAINTING OF THE HISTORY OF CANUDOS

Abstract: Published in 1902, Euclides da Cunha's work *Os sertões* became a classic of reflection and interpretation of the Brazilian reality and led to the

development of an extensive critical and analytical fortune. Therefore, the purpose of this article is to offer another possible way of reading his writings from the standpoint of the narrative feature called local colour. Although often associated with the issue of nationality, the local colour also has other implications and textual effects that are related to the imagery dimension of the narrative. From the criteria of nationality and textual visibility, I will seek to investigate not only the Euclides' writings, but also part of his critical fortune throughout the twentieth century. I intend to propose, as a hypothesis, that the local colour is a distinguish part of the discursive field that comprises not only the Euclidean writings, but is also perceptible in the evaluations of its commentators. In turn, the presence of the local colour allows to suggest the importance of the imagery investment in the author's prose and to identify a specific *topos* in the critical fortune of his work.

Keywords: Euclides da Cunha. Local colour. Pictorial rhetoric. Writing of history.

Notas

¹ Procurei preservar a grafia original na transcrição de todas as fontes deste artigo. Para as referências em outras línguas, ademais, utilizei uma tradução livre.

² Acredito que seja fundamental compreender a *cor local* como um mecanismo vinculado, simultaneamente, ao *tempo* e ao *espaço* durante o século XIX. Isso porque o dispositivo permanece vigente contemporaneamente, contudo, concentrado preferencialmente sobre sua dimensão *espacial*, como se verifica, por exemplo, em dicionários de termos literários de língua inglesa. Assim, no *Dicionário Penguin*, "local color" implica o emprego de detalhes peculiares a uma região particular ou ambiente, de modo a adicionar interesse e autenticidade à narrativa (CUDDON, 1999, p. 476). Por sua vez, no *Dicionário Oxford*, a *cor local* encontra-se associada a um tipo de ficção ligada a uma comunidade regional (BALDICK, 2001, p. 142-143). Seria válido especular sobre o abandono dessa marca temporal do mecanismo. E acredito que a resposta possa envolver a aceleração temporal que se verifica, no contexto nacional, a partir da segunda metade do século XIX. Demasiado instável, o tempo torna-se efetivamente inapreensível.

³ A elaboração dessa linguagem relativa à *cor local* se assemelha à seleção, empreendida por Franco Moretti, de palavras-chaves que, em comunhão com uma prosa específica, permitem identificar as peculiaridades da cultura burguesa na linguagem literária dos séculos XVIII e XIX (MORETTI, 2013, p. 18-19).

⁴ O *topos* é, de fato, mencionado em um artigo intitulado *Nativismo provisório* (CUNHA, 1966, p. 188).

⁵ Definição fundamental na medida em que o mecanismo é marcado por uma teorização apenas lacunar. Para Kapor, duas delimitações são basilares para a normatização da *cor local*: além desta, de autoria de Hugo no texto intitulado *La Préface de Cromwell*, é possível mencionar a de Benjamin Constant, citada anteriormente (KAPOR, 2003, p. 3).

⁶ Euclides era um admirador efusivo da obra de Victor Hugo, tendo inclusive dedicado-lhe poemas e crônicas. Bernucci (1995, p. 25-38) e Andrade (2002, p. 245) discorrem sobre a importância de Hugo para a obra euclidiana.

Referência

ALENCAR, José de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, vol. 1, 1959.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e interpretação de Os sertões*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Indicações sobre a historia nacional. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 57, parte 2, p. 259-290, 1894.

BALDICK, Chris. *The concise Oxford dictionary of literary terms*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BANDEIRA, Manuel. Os poemas de Euclides da Cunha. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, vol. 1, 1966.

BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

BOULAY, Bérenger. Effets de présence et effets de vérité dans l'historiographie. *Littérature*, n. 159, p. 26-38, 2010.

CASTRO ROCHA, João Cezar de. *O exílio do homem cordial*: ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX^e siècle*. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. Tese (Doutorado em história). Paris: EHESS, 2 vols., 2002.

CONSTANT, Benjamin. Réflexions sur la tragédie [...]. *Revue de Paris*. Bruxelles: Demengeot et Goodman. tomo 7, 1829, p. 132-147.

COSTA LIMA, Luiz. *Terra ignota*: a construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CUDDON, J.A. *The Penguin Dictionary of literary terms and literary theory*. London: Penguin Books, 1999.

CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, vol. 1, 1966.

DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Lecoigne et Durey Libraires, 1826.

ESCARPIT, Robert. *Dictionnaire international des termes littéraires*. Berne: A. Francke, 5v., 1986.

FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José E. (Orgs.). *Juízos críticos. Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Unesp, 2003.

FLUCKIGER, Carine. *L'histoire entre art et science: la "couleur locale" chez Thierry et Barante*. Université de Genève. Mémoire de licence, 1995.

FREITAS, Leopoldo. Os sertões. In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José E. (Orgs.). *Juízos críticos. Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Unesp, 2003, p. 35-37.

GALVÃO, Walnice. "Euclides da Cunha: *Os sertões*". In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, p. 151-170, 1999.

GALVÃO, Walnice. Fortuna crítica. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões* - edição crítica. São Paulo: Ubu Editora: Edições Sesc São Paulo, v. 1, 2016, p. 609-686.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga sobre história e ruína em Euclides. *Estudos avançados*. São Paulo: EdUSP, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.

HOVENKAMP, J.W. *Mérimée et la couleur locale*. Contribution à l'étude de la couleur locale. Paris: Libr. les Belles Lettres, 1928.

HUGO, Victor. *Oeuvres Complètes*. Drame. Paris: Alexandre Houssiaux: Libraire-éditeur, tomo 1, 1864.

KAMERBEEK Jr., Jan. *Tenants et aboutissements de la notion de "couleur locale"*. Utrecht: uitgave van het, Instituut voor vergelijkend literatuuronderzoek aan de rijksuniversiteit te utrecht, 1962.

KAPOR, Vladimir. Exotisme et couleur locale - essai d'une analyse contrastive des champs sémantiques respectifs. *Proceedings, France and the Exotic*. University of Birmingham, p. 1-11, 2003.

_____. *Local colour: a travelling concept*. Bern: Peter Lang AG, 2009.

MORETTI, Franco. *The bourgeois: between literature and history*. London; New York: Verso, 2013.

NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. *Varia história*. Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 523-545, jul./dez., 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em história). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 48-49.

PENHA, José da. “Um livro!”. In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José E. (Orgs.). *Juízos críticos. Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Unesp, 2003, p. 26-34.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, tomo 3, 1997.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROMERO, Sílvio. Discurso. FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José E. (Orgs.). *Juízos críticos. Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Unesp, 2003, p. 123-158.

TEIXEIRA, Múcio. Euclides da Cunha - Campanha de Canudos. In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José E. (Orgs.). *Juízos críticos. Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Unesp, 2003, p. 42-45.

VERÍSSIMO, José. Uma história dos sertões e da campanha de Canudos. In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José E. (Orgs.). *Juízos críticos. Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Unesp, 2003, p. 46-54.

WOLF, Ferdinand. *Le Brésil littéraire: histoire de la littérature brésilienne* [...]. Berlin: A. Asher & Co., 1863.

ZILLY, Berthold. A guerra como painel e espetáculo. A história encenada em *Os sertões. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5, supl., jul., 1998, s/p.

Recebido em: 27/05/2017

Aprovado em: 30/11/2017

Atuação e funcionamento da Justiça no Brasil Imperial: o caso do Tribunal do Júri de São Leopoldo/RS

Caroline von Mühlen*

Resumo: Temos neste artigo, como objetivo central, analisar como a Justiça institucional foi aplicada no interior da Província do Rio Grande do Sul, atentando para o processo de instalação e funcionamento do Tribunal do Júri de São Leopoldo. Embora exista um número crescente de trabalhos nos últimos anos, acerca do estudo da Justiça oficial e de seus agentes no cenário nacional e regional, ainda carecemos de estudos acerca da Justiça oficial local e, especialmente, análises comparativas que contemplem as práticas de justiça não oficiais existentes nas colônias. A partir de fontes diversas, encontradas no Memorial do Judiciário, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul e em outros arquivos, buscamos promover uma reflexão sobre a Justiça em São Leopoldo, na segunda metade do século XIX. Para alcançar este objetivo, metodologicamente, analisaremos as fontes de forma quantitativa e qualitativa, além de promover o cruzamento das mesmas, com intuito de encontrar indícios sobre o Tribunal do Júri, os jurados, os réus e as vítimas.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. São Leopoldo. Século XIX.

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Essa pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: carolinevm7@gmail.com.

Introdução

Sobre a origem do Tribunal do Júri, não há um consenso entre os estudiosos. Os mais liberais acreditam que a sua existência remonta à época mosaica, isto é, entre os hebreus a.C., e até entre os gregos e romanos existiu uma estrutura que julgava pelos pares e em nome de Deus. Outros, contudo, definidos como conceitualistas, identificam o surgimento do Júri à época do Concílio de Latrão, tendo a Inglaterra como berço. A maior parte dos juristas, entretanto, concorda que a verdadeira origem do Tribunal do Júri, na forma em que o conhecemos atualmente, deu-se em 1215, na Inglaterra, quando o Concílio de Latrão aboliu os Juizes de Deus e instalou o Conselho de Jurados.

Assim, por volta do século XII, à época do *Common Law*, o rei Henrique II, da Normandia, criou o *Grand Jury*, composto por doze homens juramentados, que tinha a função de denunciar aquela pessoa que cometesse algum crime ou infração, além de determinar se houve ou não um crime. Aos poucos, os julgamentos supersticiosos ou nos quais Deus interferia nas decisões, davam lugar a testemunhas de fato mais conscientes e responsáveis pelo julgamento do criminoso. Essas mudanças difundiram-se no mundo e passaram a ser adotadas por vários países, como na Alemanha, onde o Júri foi instalado por volta de 1830; a França implantou um Júri de acusação e Júri de julgamento, e nos Estados Unidos a instalação do Tribunal do Júri ocorreu somente após a independência das colônias norte-americanas.

No Brasil, em 1820, já existia um tribunal responsável pelo julgamento dos delitos de imprensa, sendo composto por vinte e quatro cidadãos, “homens bons, honrados, inteligentes e patriotas, os quais serão os Juizes de Fato, para conhecerem da criminalidade dos inscritos abusivos”,¹ e serão “[...] nomeados pelo Corregedor do Crime da Corte e Casa, pelo Ouvidor do Crime nas Províncias que tiverem Relação, ou, nas demais, pelo Juiz da Comarca”. É interessante destacar que os réus “[...] podiam recusar dezesseis dos vinte e quatro: os oito restantes seriam suficientes para compor o Conselho de Julgamento – acomodando-se sempre às formas mais liberais e admitindo-se o réu à justa defesa” (NEQUETE, 2000, p. 29).

O Decreto de dezoito de junho de 1822 “[...] foi idealizado para assegurar as garantias mínimas de defesa para aquele que será julgado por seus pares pelo fato criminoso que cometeu, ou seja, será julgado por pessoas iguais a ele, pessoas comuns da comunidade em que ele vive” (CARVALHO, 2009, p. 95). Esse decreto criou o Tribunal dos “Juizes de Fato”, que era constituído por cidadãos comuns com a incumbência de exercerem a atividade jurisdicional, como bem lembra José Murilo de Carvalho. Contudo, criar uma nova instância criminal responsável pela administração da Justiça no Brasil foi uma das medidas descentralizadoras executadas pelos liberais durante o Primeiro Reinado. Criou-se uma grande expectativa em torno dessa nova instituição, pois acreditavam que ao definir a forma e as competências do Tribunal do Júri, a justiça brasileira melhoraria. “Sua função na justiça criminal e cível veio a se destacar, primeiramente, com a Constituição de 1824, ainda que só teoricamente, e depois com o Código Criminal de 1830” (BETZEL, 2009, p. 95).

O Tribunal do Júri era um órgão local formado por um Conselho ocupado por pessoas da própria comunidade e presidido pelo Juiz de Direito, ou seja, foi criado para que a comunidade de determinado lugar “[...] julgasse os fatos cometidos pelo que era aceitável ou não para aqueles que iriam continuar a conviver [...]” com o réu que havia desrespeitado a lei. Dessa forma, o réu não era julgado por um Juiz Togado, mas por “pessoas idôneas da cidade em que foi cometido o crime, que decidirão se o fato praticado [...] deve ser punido com o recolhimento ao cárcere ou não” (CARVALHO, 2009, p. 95).

A Constituição Imperial de 1824 incluía o Tribunal do Júri como órgão integrante do Poder Judiciário, passando a julgar causas cíveis e criminais. No título VI, “Do poder judicial”, da Constituição, ficou determinado que fosse “[...] independente e será composto por Juizes e Jurados [...]” (Art. 151), e os “[...] jurados pronunciam sobre o fato e os Juizes aplicam a lei” (Art. 152). Contudo, a legislação foi alterada inúmeras vezes, modificando assim a competência do Tribunal do Júri.

A primeira modificação ocorreu com a aprovação da Lei de dezesseis de dezembro de 1830, quando se introduziram dois

tribunais: o de acusação e o de julgamentos. Cabia aos jurados do primeiro Tribunal decidir se o processo seria aceito ou não. Sendo aceito, o processo passava pelo Tribunal de Julgamento.

O Código de Processo Criminal de 1832 ampliou a competência do Júri determinado, até então, pela Lei de vinte de setembro de 1830. A substituição dos Livros I e III das Ordenações por uma nova organização judiciária foi a grande novidade instituída, pois sua competência ia muito além dos casos de liberdade de imprensa. Os crimes e as contravenções com penas menos rigorosas, multa de até cem mil réis, degredo ou desterro de até seis meses, prisão, pena de três meses nas oficinas públicas ou casa de correção, eram julgados pelos Juizes de Paz, enquanto os demais crimes eram de competência do Júri. Dessa forma, as províncias eram divididas em Comarcas, Termos e Paróquias; e em cada Termo deveria existir um Conselho de Jurados, cuja sessão era presidida pelo Juiz de Direito.

O Código de 1832 manteve os dois conselhos de jurados: o conselho de acusação, que “[...] decidia se havia matéria para acusação, ou seja, confirmava que no processo contavam elementos esclarecedores sobre o crime e sua autoria [...]”, e o conselho de sentença, quando “[...] depois de acusado, o réu respondia diretamente perante outro conselho, o júri de sentença” (FERREIRA, 2007, p. 4).

Em cada Termo, pertencente a determinada Comarca, organizava-se uma lista de jurados. De acordo com o Código do Processo Criminal, podia ser jurado aquele que pudesse ser eleitor, ou seja, “[...] são aptos para serem jurados todos os cidadãos que podem ser eleitores, sendo de reconhecido bom senso e probidade” (Art. 23). A participação popular, como jurados, na administração da Justiça “[...] possuía a implicação de conferir legitimidade ao exercício do poder de julgar e punir do Estado” (FIGUEIRA, 2014, p. 3). De acordo com José Murilo de Carvalho (2013, p. 29-30),

[...] a Constituição regulou os direitos políticos, definiu quem teria direito de votar e ser votado. Para os padrões da época, a legislação brasileira era muito liberal. Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os

escravos, naturalmente não eram considerados cidadãos. Os libertos podiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21 anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em geral de todos os que tivessem independência econômica. A limitação de renda era de pouca importância. A maioria da população trabalhadora ganhava mais de 100 mil-réis por ano. Em 1876, o menor salário do serviço público era de 600 mil-réis. O critério de renda não excluía a população pobre do direito do voto. Dados de um município do interior da província de Minas Gerais, de 1876, mostram que os proprietários rurais representavam apenas 24% dos votantes. O restante era composto de trabalhadores rurais, artesãos, empregados públicos e alguns poucos profissionais liberais. As exigências de renda na Inglaterra, na época, eram muito mais altas, mesmo depois da reforma de 1832. A lei brasileira permitia ainda que os analfabetos votassem. Talvez nenhum país europeu da época tivesse legislação tão liberal. [...] Esta legislação permaneceu quase sem alteração até 1881.

A lista com o nome dos cidadãos aptos, bem como a revisão da mesma, era realizada “[...] em cada Distrito por uma Junta composta por um Juiz de Paz, Pároco ou Capelão e o Presidente ou algum dos Vereadores da Câmara Municipal respectiva ou na falta destes últimos, um homem bom, nomeado pelos dois membros da Junta que estiverem presentes” (Art. 24). Nesse contexto, o Juiz de Paz tornou-se uma figura importante na administração da Justiça. Além de atribuições policiais e judiciais, o Juiz de Paz podia participar da elaboração da lista dos jurados, e também “[...] competia-lhe entre outras coisas: 1) os procedimentos relativos à formação de culpa; 2) prender os culpados; 3) julgar os crimes de menor importância” (FIGUEIRA, 2014, p. 7). Depois de feita a lista, “[...] serão afixadas à porta da Paróquia ou Capela e publicadas pela imprensa em os lugares em que haja e se remeterão às Câmaras Municipais” (Art. 25).

Após quinze dias da revisão da lista e afixada na porta da Câmara Municipal, deve-se “[...] transcrever os nomes dos alistados

em pequenas cédulas, todas de igual tamanho” (Art. 30), e no dia seguinte lia-se os nomes dos jurados sorteados. Com a Reforma de 1841, os jurados aptos continuavam sendo os cidadãos eleitores, porém o rendimento anual foi elevado de duzentos mil réis para quatrocentos mil réis “nos Termos das Cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e S. Luiz do Maranhão: trezentos mil réis nos Termos das outras Cidades do Império; e duzentos em todos os mais Termos [...]” (Art. 27), bem como a exigência de saber ler e escrever.

A Reforma de 1841 não modificou somente o valor da renda anual dos cidadãos aptos para serem jurados, mas também a competência de quem deveria realizar tal procedimento. Passava a ser incumbência dos delegados de polícia organizar uma lista “[...] de todos os cidadãos, que tiverem as qualidades exigidas no artigo antecedente, e a farão afixar na porta da Paróquia, ou Capela, e publicar pela imprensa, onde a houver [...]” (Art. 28), e não mais dos Juizes de Paz, que passaram a ser confundidos como suplentes de delegado. Depois de pronta, as listas eram “[...] enviadas ao Juiz de Direito, o qual com o Promotor Público, e o Presidente da Câmara Municipal formará uma Junta de revisão [...]”, com o objetivo de excluir os

[...] indivíduos que notoriamente forem conceituados de fatos de bom senso, integridade, e bons costumes, os que estiverem pronunciados, e os que tiverem sofrido alguma condenação passada em julgado por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, estelionato, falsidade ou moeda falsa (Art. 29).

Verifica-se aqui a tentativa de reduzir a participação e influência das elites locais, bem como reduzir a participação dos cidadãos brasileiros na administração da Justiça. Além do Juiz de Direito, a Coroa passou a nomear também os Promotores e Juizes Municipais, centralizando assim o poder nas mãos do Imperador. Outra mudança foi a extinção do Júri de acusação, “[...] que tinha a incumbência de dar uma decisão judicial que enviava – ou não – o réu para julgamento pelo Júri de sentença [...]” (FIGUEIRA, 2014, p. 13), mantendo somente o Júri de sentença, visando assim a fortalecer

a figura do juiz e da autoridade policial, uma vez que a atribuição de decisão de pronúncia “[...] ficou a cargo do chefe de polícia, dos juízes municipais, dos delegados e subdelegados de polícia” (Art. 54).

A reforma propôs a separação entre a polícia e a justiça, isto é, a fase investigativa do processo ficava sob a responsabilidade do delegado. Este deveria juntar todas as provas e informações para formar a culpa do réu. A formação de culpa, que anteriormente era incumbência dos Juízes de Paz, consistia na investigação dos fatos, auto de corpo de delito, interrogatório, inquirição das testemunhas e indicação do culpado, e passou a ser tarefa do Chefe de Polícia e dos Delegados. Concluída a formação de culpa, o Delegado remetia os autos conclusos do processo ao Juiz Municipal, que, por sua vez, seria apreciado pelo Júri para julgar o processo condenando ou absolvendo o réu.

Vimos até aqui as determinações que o Código do Processo Criminal de 1832 e a sua Reforma de 1841 propunham quanto aos procedimentos que cada Tribunal do Júri do Império Brasileiro deveria seguir tanto em âmbito nacional quanto regional e local. Além da análise da legislação vigente à época, o francês Pierre Bourdieu (2002, p. 17) lembra que o campo jurídico “[...] deve ser pensado também como um espaço social”. O mesmo autor enfatiza que “[...] as práticas e discursos resultam das relações específicas que o estruturam, orientando as lutas pela concorrência e pela lógica interna das obras que delimitam o universo das soluções propriamente jurídicas”. Pensando o campo jurídico tal qual apresentou Bourdieu e através de uma análise qualitativa, quantitativa e do cruzamento de fontes diversas, objetivamos entender qual era a estrutura, a função e a atuação do Tribunal do Júri de São Leopoldo, se a instituição jurídica enfrentou dificuldades para se organizar, quem ocupava a função de Jurados e se os jurados de fato compareciam às sessões que ocorriam anualmente.

Concordamos com Carlos Bacellar (2011, p. 44, grifos do autor), quando diz que “[...] o historiador que se aventura nos arquivos, de qualquer época, deveria ter preocupações em *conhecer o funcionamento da máquina administrativa* para o período que pretende pesquisar”. Diante do exposto, conhecer a legislação que definia os crimes e as punições permite ao pesquisador compreender a

estrutura de um processo, a forma como era conduzida pelas autoridades, quais os personagens envolvidos e entender a concepção de Justiça da época.

O caso de agressão envolvendo os colonos Carlos Trott e José Ness²

Em 1866, o colono José Ness, residente na Capela da Piedade, 4º distrito de São Leopoldo, alegou ter sido agredido com um pau por Carlos Trott. A desavença resultou em inúmeras contusões e ferimentos pelo corpo, conforme atestou o exame de corpo de delito realizado na vítima dois dias após o ocorrido. Pela Reforma do Código do Processo Criminal, qualquer pessoa podia representar uma queixa ou denúncia, cuja parte autora do processo seria a Justiça, através do Promotor Público. Aceita a denúncia, instaurou-se um sumário de culpa *ex officio* contra Carlos Trott para verificar a veracidade das informações e circunstâncias dos fatos. É importante destacar que o processo iniciava com uma queixa, com o sumário de culpa ou por intermédio do oficial da justiça, geralmente de forma *ex officio*.³ A formação de culpa, pela Reforma de 1841, competia aos Delegados e Subdelegados. A primeira tarefa era investigar os fatos e realizar o exame de corpo de delito, no qual os peritos responsáveis, geralmente, eram pessoas da própria comunidade. Foram peritos no processo envolvendo Carlos Trott os senhores Justiniano de Castro e Jacob Altmeyer, ambos residentes na Capela da Piedade, no 4º distrito de São Leopoldo. Eles juraram perante o Juiz “bem e fielmente desempenharem sua missão declarando com verdade o que descobrissem e encontrassem e o que em suas consciências entenderem”, respondendo a dez quesitos.

Após avaliar a vítima, constataram que ela apresentava ferimentos na região frontal, ferimentos e contusões nos braços e em outras partes do corpo. Os ferimentos foram feitos por um instrumento contundente, provavelmente um pau, conforme alegou a vítima no processo. Realizado o exame de auto de corpo de delito, o réu foi interrogado ou qualificado. Por fim, as testemunhas foram “[...]”

obrigadas a comparecer no lugar, e tempo, que lhes foi marcado; não podendo eximir-se desta obrigação por privilégio algum” (Art. 85). Definida a hora e o local para serem interrogadas, “[...] as testemunhas devem ser juramentadas conforme a Religião de cada uma”, e depois “[...] devem declarar seus nomes, prenomes, idades, profissões, estado, domicílio ou residência, se são parentes, em que grau, amigo, inimigo ou dependentes de alguma das partes; bem como o mais que lhe for perguntado sobre o objeto” (Art. 86). Nos casos de denúncia, podiam ser inquiridas de cinco a oito testemunhas. Quando, no processo, houver mais de um réu e as testemunhas não depuserem contra ambos, o Juiz poderia inquirir mais duas ou três testemunhas.⁴ Assim que o Delegado e Subdelegado do distrito tivessem juntado todas as partes necessárias para a formação de culpa do réu, os autos conclusos eram enviados ao Juiz Municipal “[...] para sustentar ou revogar a pronúncia ou despronúncia; no caso de não pronúncia e de estar o réu preso, não será solto antes da decisão do Juiz Municipal” (Art. 49). Contendo todas as peças, conforme determinava o Código do Processo Criminal, e pronunciado o réu pelo Juiz Municipal, os autos seguiam para apreciação pelo Tribunal do Júri.

Assim, após a conclusão de todos os procedimentos previstos na lei, o processo criminal envolvendo o réu Carlos Trott foi encaminhado ao Tribunal do Júri, que, por sua vez, daria início ao julgamento com o processo corretamente preparado e após as partes serem devidamente informadas acerca do dia, hora e local da sessão. O Subdelegado do 4^a distrito de São Leopoldo, Valentim Geyer (grifos nossos), informou:

[...] julgo procedente o procedimento *ex officio* contra o réu Carlos Trott em face do corpo de delito [...] e depoimentos contestes dos quatro informantes [...] e portanto o pronuncio incurso no artigo 205 do Código Criminal [...] e remeto este processo ao Dr. Juiz Municipal do Termo.

Acerca do local designado para o funcionamento da Câmara Municipal, para a realização das sessões do Júri e para recolher os presos, constatamos que frequentemente mudava de lugar, visto

que o município não possuía prédio próprio, alugando assim casas de membros da comunidade local. Em 1854, por exemplo, Júlio Henrique Knorr,

[...] em conformidade de um edital publicado nesta Vila por ordem, tenho a honra de oferecer a minha casa sita na Rua do Passo com todas as comodidades necessárias para celebrar as sessões do Júri e das audiências para os diferentes juizados por 320 réis por ano, não sendo este contrato por menos de um ano.⁵

Quando a Lei nº 4, de primeiro de abril de 1846, elevou a Capela Curada a Vila, “[...] a Câmara ainda não estava aparelhada” (MOEHLECKE, 2011, p. 37). Após constantes mudanças, somente em 1886 “[...] disseram os vereadores: ‘o edifício que se acha em construção, acha-se quase concluído, tanto que no dia 1ª do próximo mês, funcionarão nela suas sessões’” (MOEHLECKE, 2011, p. 71).

Posteriormente, com a sessão do Júri marcada para o dia quatro de junho daquele ano, pelas dez horas da manhã, realizou-se o sorteio das quarenta e oito pessoas que poderiam atuar como jurados “[...] que tem de servir na mesma sessão”.⁶ Como na maioria das vezes não se alcançava o número mínimo de cinquenta pessoas habilitadas para a composição do Júri, reuniam-se as pessoas qualificadas dos Termos mais próximos para atingir a marca legal. No Termo de São Leopoldo, local onde ocorriam sessões do Júri, constatamos que tal procedimento era comum. Dessa forma, foram designados dezesseis cidadãos da Freguesia de São Leopoldo, dois da Freguesia de São Miguel, dezoito da Freguesia de Santa Anna do Rio dos Sinos, oito da Freguesia de Santa Cristina e quatro da Freguesia São José do Hortêncio “[...] para comparecer na Casa da Câmara Municipal, em sala das Sessões do Júri”.⁷ Realizou-se a chamada dos jurados, verificando se os quarenta e oito cidadãos designados se encontravam presentes e se havia quarenta e oito cédulas com os nomes das pessoas que podiam servir como jurados nas urnas. “Imediatamente eu Escrivão, abaixo nomeado [...] averiguou-se estarem presentes trinta e oito jurados, pelo que o Juiz de Direito passando a tomar conhecimento das faltas e escusas dos jurados que tinham

deixado de comparecer, anunciou as multas que impusera”.⁸ Ou seja, os cidadãos qualificados como jurados que não compareciam às sessões eram multados.

Após a verificação das pessoas habilitadas e das cédulas, as partes (réu, vítima e testemunhas) eram chamadas para realizar o juramento. Nessa ocasião, foi nomeado João Daniel Krüger como intérprete do réu. Posteriormente, foram sorteados os doze “[...] juízes de fato que tinham de formar o Júri de sentença”. Cabia a um menor (André Miguel dos Santos Júnior) “[...] que tirasse as cédulas cada uma por sua vez [...]” com os nomes. Entretanto, as partes tinham o direito de recusar as pessoas que considerassem perigosas ao processo de defesa ou acusação. O réu Carlos Trott recusou inúmeras pessoas, “[...] e por que se esgotasse a urna das quarenta e oito cédulas sem que se pudesse preencher o número dos doze [...] Juízes de fato para compor o Júri de sentença em consequência de serem recusados”⁹, o julgamento foi adiado. Constatamos que o não comparecimento no dia das sessões do Júri era mais comum e frequente entre jurados de São Leopoldo do que imaginávamos. Enquanto alguns cidadãos qualificados como jurados não justificavam sua ausência, outros geralmente não compareciam motivados por algum tipo de doença (MHVSL, documentos diversos, 1846-1871). Percebe-se, assim, que mesmo havendo multa, o número de ausências foi recorrente no século XIX. Vejamos os exemplos a seguir.

Em 1850, Francisco da Silva Maia foi multado em sessenta mil réis por não ter participado em três dias das seções do Tribunal do Júri.¹⁰ Na seção do dia 23 de agosto de 1858, o Juiz de Direito anunciou que “[...] multará na quantia de 10 mil réis a cada um [...]” dos cinco jurados “[...] por terem faltado à sessão sem causa justificada”.¹¹ Em 23 de abril de 1869, o escrivão Luís José de Sampaio anotou no Livro de Multas o termo “[...] das multas impostas aos Jurados, que deixarem de comparecer sem escusa legítima às sessões deste Termo [...]”, pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Crime, Manoel José de Freitas Travassos Filho. Nessa ocasião, o Juiz de Direito havia imposto as seguintes multas aos jurados:

[...] Cristiano Sauer, José Martins Pires, José Henrique a quantia de oitenta mil réis a cada um por terem faltado

sem participação alguma a todas as quatro reuniões da presente sessão, sendo na razão de vinte mil réis a multa imposta a cada um dos ditos jurados por cada dia que deixaram de comparecer; aos jurados Manoel de Azevedo Barbosa, Jacob Dietrich, João Cristiano Fischer, Agostinho de Souza, Loureiro Antônio Marcelino Nunes, Francisco Antônio Medina, Francisco Alves dos Santos na quantia de quarenta mil réis a cada um por terem faltado sem escusa legítima as quatro reuniões desta sessão, sendo-lhes imposta a multa na razão de dez mil réis a cada um em todos os dias que igualmente deixaram de comparecer. E finalmente ao jurado José Straatmann, sendo-lhe imposta a multa na razão de dez mil réis por cada dia de falta.¹²

As sessões do Júri em São Leopoldo ocorriam a cada seis meses, e para compor o número de jurados podia-se reunir mais de um termo, conforme determinava a lei; todavia, a ausência do número exigido por sessão contribuía para tornar o julgamento moroso. Além da ausência de pessoas habilitadas como Juízes de Fato, outro problema verificado por pesquisadores foi o adiamento das reuniões do Júri devido à falta de processos corretamente instruídos. Tais problemas contribuíram para que o Tribunal do Júri ficasse conhecido pela sua inoperância no combate da criminalidade. Vimos que a sessão que julgaria o réu Carlos Trott no dia quatro de junho foi cancelada. Novo julgamento foi marcado para o dia cinco de novembro do mesmo ano. Novamente, foram escolhidos doze jurados e procedeu-se o juramento de imparcialidade em relação ao réu, sobre os Evangelhos. As partes apresentavam-se para a realização do auto de qualificação, seguido por um interrogatório tanto do réu quanto das testemunhas. Após o interrogatório, “[...] a palavra era concedida, primeiramente, à acusação, o Promotor e, em seguida, à defesa, podendo gerar réplica e, até, tréplica” (BETZEL, 2006, p. 90). Depois, cabia ao Juiz resumir o assunto, para que os “Juízes de Fato” pudessem responder aos quesitos numa sala secreta.

Numa sala reservada, secretamente, os jurados analisaram e julgaram os quesitos contra o réu Carlos Trott. Após tal procedimento, voltavam para a sala de sessões, o Presidente do Júri

respondia aos quesitos e anunciava o número de votos para cada uma das perguntas. Foi respondido pelos jurados somente o primeiro quesito, negativamente, e “[...] deixa[m] de responder os mais quesitos por julgá-los prejudicados [...]”¹³, isso porque se negou a existência do delito. Logo, as outras questões perderam sentido. Nos autos criminais analisados em São Leopoldo, nem sempre todos os quesitos elaborados pelo magistrado eram respondidos. Às vezes deixavam de responder um quesito, dois ou mais, de acordo com a análise dos mesmos. O Juiz de Direito, “[...] em conformidade da decisão do Júri absolvendo o réu Carlos Trott da acusação que lhe foi intentada [...]”¹⁴, também podia noticiar sua apelação ao Tribunal da Relação no Rio de Janeiro. Nesse sentido, apesar de absolvido pelos jurados, o Juiz de Direito Luis José de Sampaio apelou da “[...] decisão do Júri proferida em favor do réu [...]”,¹⁵ o qual foi novamente absolvido, prolongando assim o intervalo entre a data que ocorreu o delito, a prisão do suspeito e o julgamento do mesmo.

A apelação podia ocorrer após o julgamento pelo Tribunal do Júri e seu pedido podia ser feito pelo Juiz de Direito, pelo Promotor, pelo réu ou seu defensor. Além disso, esse recurso poderia ser direcionado para o Juiz de Direito da Comarca ou, ainda, para o Tribunal da Relação no Rio de Janeiro. Viviani Betzel lembra que o direito de apelar da decisão podia tornar o processo mais demorado, principalmente naqueles locais onde as sessões ocorriam de seis em seis meses. Dos 107 autos criminais levados ao Tribunal do Júri de São Leopoldo, entre 1846 e 1871, encontramos apenas vinte apelações, sendo o maior número entre 1861 e 1871 (ver tabela 1). Possivelmente, tal dado aponta para a frustração dos magistrados em saber que a sentença do réu seria a mesma da decisão anterior. Quando recorria-se a tal benefício, cabia às autoridades fazer uma cópia do processo que deveria permanecer no Cartório, “[...] para o julgamento da apelação só subirá o processo original quando nele não houverem mais réus para serem julgados, aliás subirá traslados” (Art. 85).

Tabela 1 – Apelações computadas no Termo de São Leopoldo (1846-1871)

Ano	Incidência de apelações
1846 – 1850	12 processos e 1 apelação
1851 – 1860	27 processos e 2 apelações
1861 – 1871	68 processos e 17 apelações
Total	107 processos e 20 apelações

Fonte: Elaborado pela autora com base em: APERS, processos criminais, 1846-1871.

O processo envolvendo o réu Carlos Trott e a vítima José Ness não foi utilizado por acaso neste texto. Optamos por esse caso, uma vez que o processo apresenta uma letra legível do início ao fim, está completo e sem rasuras, apresenta todas as etapas exigidas pela Justiça e por envolver personagens de origem alemã, visando a desmitificar a ideia de que eram “pacíficos”. Todavia, esse e os demais processos, bem como o cruzamento com outras fontes, permitem tecer algumas considerações. Constatamos que o Júri iniciou a sua organização após o dia primeiro de abril de 1846, ano em que a Colônia Alemã de São Leopoldo foi elevada à condição de Vila. É importante lembrar que, mesmo deixando de ser Freguesia, São Leopoldo ainda pertencia à Comarca de Porto Alegre, sob a definição de Termo, visto que a administração judiciária nas Províncias do Império era distribuída em Comarcas, Termos e Paróquias.

De acordo com o Livro de Atas da sessão do Tribunal do Júri, a primeira sessão foi realizada no dia quinze de dezembro de 1846, no Passo da Câmara Municipal, com a presença do “Meritíssimo Doutor Juiz de Direito da Câmara e cidadão Manoel José de Freitas Travassos Filho e o Doutor Promotor Público, o cidadão Antônio Alves Guimarães de Azambuja, jurado comigo escrivão interino de Júri”.¹⁶ O primeiro processo data de 1846 e refere-se ao assassinato do “cabra Thomaz” praticado pelo preto João, ambos escravos de Henrique Panitz, ocorrido em doze de junho. O réu foi imediatamente preso e aguardou o julgamento que ocorreu na “Sala da Casa das Sessões do Júri”, da Câmara Municipal de São Leopoldo,

somente no dia dezessete de dezembro do mesmo ano.¹⁷ O processo não foi apresentado ao Juiz de Direito na primeira sessão porque os jurados não compareceram em número correspondente ao de cidadãos qualificados, assim, o mesmo foi apresentado na segunda sessão e julgado na terceira.

Outra questão, que já mencionamos ao longo do texto, é o fato de que o Tribunal do Júri não possuía um prédio próprio. As sessões eram realizadas numa sala junto à Câmara Municipal de São Leopoldo. Como cabia aos municípios prover os prédios públicos, como Câmara Municipal, Cadeia, Delegacia de Polícia, geralmente as instalações eram precárias. O Presidente da Província, José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1850, aponta que “[...] as municipalidades da província em geral não têm edifícios decentes para seus trabalhos, nem tampouco para as reuniões do Júri”.¹⁸ A falta de espaços adequados ou a mudança constante de local, como ocorreu em São Leopoldo, contribuíam para dificultar o andamento da Justiça. O julgamento dos processos judiciais preocupava, de forma constante, as autoridades, pois quanto mais demorado fosse o julgamento dos réus, mais tempo estes permaneciam nos “[...] maus edifícios, que servem de prisão” (BUENO, 1850, p. 39).

É possível perceber tanto nos relatórios do Presidente da Província quanto nos relatórios do Ministério da Justiça a preocupação das autoridades com o funcionamento dos órgãos responsáveis por manter a ordem e a tranquilidade na Província e no Império. Por exemplo, em 1847, José Antônio Pimenta Bueno informa que “[...] a situação moral do país, no tocante à administração da Justiça, não é satisfatória, e tanto mais sensível me é dizê-lo, quanto estou persuadido, que a falta de sua imparcial distribuição é um dos maiores flagelos da sociedade” (1847, p. 6).¹⁹ A justiça no Império e, em especial, o Tribunal do Júri, foi alvo de inúmeras críticas. Anualmente, mencionavam-se problemas, como a ineficiência, falta de profissionais e necessidade de melhorar a justiça no Brasil. Euzébio de Queiroz Coitinho Mattoso Câmara acreditava, em 1849, que o “[...] Júri é uma instituição, que garantindo a liberdade, ilustra o povo, e poderosamente concorre para enobrecer, e acreditar o poder judiciário [...]”,

e a boa administração desta “[...] é sem dúvida [...] o maior benefício e também a primeira necessidade das sociedades modernas”.²⁰

Com o regresso dos conservadores ao poder, o Tribunal do Júri teve sua estrutura modificada pela Reforma de 1841. Com a extinção do júri de acusação, “[...] o tribunal passou a ter somente uma parte de sua atribuição, determinando os fatos delituosos, além de ter perdido a função para julgar alguns tipos de crimes, que passaram à alçada das forças policiais” (BETZEL, 2006, p. 61). Mesmo que os Presidentes da Província reconhecessem a incipiente criminalidade na Província, observa-se que o Tribunal do Júri foi responsável pelo julgamento de crimes maiores, geralmente crimes violentos, como homicídios, ferimentos e ofensas físicas. Esses tipos de crimes prevaleciam nas estatísticas do Ministro da Justiça, do Presidente da Província do Rio Grande do Sul e também em São Leopoldo. Enquanto os crimes menores podiam ser resolvidos por um Juiz Municipal ou Delegado e Subdelegado de Polícia, os crimes graves eram remetidos ao Júri, conforme prescritos pelo código. Os acusados de crime levados ao Tribunal do Júri, frequentemente, recebiam a absolvição. Essa conduta foi alvo de inúmeras críticas, enquanto as autoridades questionavam o Júri por não cumprir seu papel, outras justificavam pela ineficiência a conduta do Juiz de Paz, responsável pela formação de culpa (BETZEL, 2006, p. 83). Thomas Flory também destaca a preocupação do governo central em relação à instituição do Tribunal do Júri, naquilo que tange aos longos julgamentos e às numerosas absolvições, mas principalmente pelo fato de ser uma força local, cuja decisão pela absolvição ou condenação dos réus cabia ao Conselho de Jurados. O número excessivo de absolvições decorria da intimidação dos jurados, ameaça às testemunhas, falta de segurança das cadeias e apadrinhamentos políticos (FLORY, 1986, p. 187).

Além do Juiz de Direito, Juiz Municipal e Promotor, que eram escolhidos pelo Imperador, compunham a sessão do Júri os jurados. Constatamos que nem sempre os cidadãos relacionados na lista de jurados compareciam às sessões. O processo que analisamos anteriormente demonstra que a sessão que julgaria o réu Carlos Trott foi adiada porque faltou o número legal de jurados, conforme prescrevia a lei. Provavelmente a distância entre os

distritos e o Termo da vila de uma mesma comarca, motivo de doença pessoal ou familiar e recusa em assumir a função justificam o não comparecimento dos homens qualificados como jurados (MHVSL, documentos diversos, 1846-1871). A escassez de pessoas habilitadas para os cargos mais importantes da justiça, em algumas comarcas, era pauta constante nos relatórios provinciais. O Juiz de Direito, bacharel em Direito, que deveria presidir as sessões, muitas vezes, não estava no seu lugar, porque, frequentemente, poderia ser removido para outros lugares da Província do Rio Grande do Sul ou fora dela, devido à demora entre a nomeação e a posse na respectiva comarca, ou ainda devido às licenças concedidas pelas autoridades judiciárias, que poderiam durar meses. Sodré lembra que somente os juízes de direito, magistrados de primeira instância, recebiam ordenado. Contudo, o valor definido pela administração provincial não era sinônimo de fonte de renda e de permanência na função.²¹ “Em alguns casos, a falta de estímulo monetário era responsável por recusas, mas havia muitos outros motivos alegados pelos indicados” (SODRÉ, 2007, p. 7). Dessa forma, era comum encontrar nas comarcas da província pessoas que dividiam o tempo entre interesses públicos e privados. “Não raro também se observa a mesma pessoa ocupando diferentes cargos nas administrações e na política municipais, por exemplo, coletor de rendas, vereador, delegado, escrivão, entre outros” (SODRÉ, 2007, p. 7). No ano de 1855, por exemplo,

[...] dos 8 juízes de direito, que há na província, apenas o da comarca do Rio Grande se acha atualmente em exercício, tendo-se o mês passado recolhido da corte onde fora tomar assento na câmara dos deputados. Todas as outras comarcas se acham acéfalas [...] e o cargo de chefe de polícia, por não ter voltado ainda o seu proprietário, e por não haver outro juiz de direito em exercício, quando tomei conta da administração da província, está sendo exercido presentemente pelo juiz municipal de um dos termos da comarca desta capital, o bacharel Francisco Coelho Borges, que tem desempenhado satisfatoriamente esse laborioso emprego (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1855, p. 8).

Diante da situação descrita pelo Presidente da Província, verificamos, nos processos criminais e em outros documentos oficiais, suplentes ocupando espaços que deveriam ser presididos por bacharéis formados. Tais dificuldades contribuíram para tornar a administração da Justiça no Império mais frágil, visto que esses problemas não ocorriam unicamente na província sulina, mas permeavam o discurso imperial. “De tudo isto resulta a maior confusão e irregularidade na distribuição da Justiça, que está nas mãos de juízes iletrados, e sem as necessárias qualidades para tão importantes funções”. O Presidente da Província reitera ainda que “[...] apesar da ausência dos juízes de direito tem funcionado o Tribunal do Júri em quase todos os termos onde se devia reunir”.²² Constatamos, de fato, que as sessões ocorriam todos os anos de seis em seis meses no Termo de São Leopoldo. Thomas Flory (1986, p. 187) afirma que “[...] as sessões não eram curtas, por lei duravam pelo menos duas semanas, e podiam estender-se até uma semana mais, dependendo do volume de trabalho”. Os mapas de julgamentos proferidos pelo Júri, em anexo nos relatórios do Presidente de Província, e as Atas das Sessões do Júri indicam que no Termo de São Leopoldo as sessões ocorriam duas vezes por ano, e a duração de cada sessão podia variar de um até nove dias consecutivos²³, pois tudo dependia do número de processos apresentados para julgamento. No ano de 1850, de 22 a trinta de janeiro, foram julgados sete processos. Dos nove réus, sete foram absolvidos, um condenado a prisão simples, um a açoites (escravo) e outro a pagar multa.

Na documentação pesquisada, encontramos recorrentemente ofícios de queixa contra pessoas que ocupavam, geralmente, mais de um cargo, falta de pessoas para ocupar cargos e ainda numerosos pedidos de dispensa. Em correspondência recebida no ano de 1859, o Presidente da Província informa ao Presidente da Câmara Municipal que foi “[...] declarado incompatível o exercício de ambos aqueles cargos [...]” de Juiz Municipal e de Órfãos e vereador em São Leopoldo. Estabelece como regra que, nesse caso, fosse chamado outro vereador para assumir a função.²⁴ Andresa Silva da Costa (2004, p. 18) também constatou que havia a alternância na ocupação dos cargos administrativos e judiciais. “Delegados de polícia que aparecem em determinados processos como juízes municipais, em outros como

advogados de uma das partes, ou como escrivão, ou, até mesmo, como integrante de júri popular”. Segundo a autora, essa alternância contribuiu para difundir a ideia de dinâmica na sociedade imperial e participação política dos imigrantes em São Leopoldo, visto que tanto os nacionais quanto os imigrantes disputaram espaços no poder político e jurídico. Mas essas disputas também “[...] podiam chegar a níveis de violência [...]”, como aconteceu, por exemplo, com o advogado Francisco Ferreira Bastos, assassinado em cinco de julho de 1867 (COSTA, 2004, p. 10-22).²⁵

O Tribunal do Júri de São Leopoldo foi instalado no ano de 1846 e, apesar de alguns percalços, reuniu-se regularmente todos os anos, realizando duas sessões anualmente e obedecendo aos ritos processuais prescritos pela lei. O processo envolvendo o réu Carlos Trott e a vítima José Ness mostrou que em algumas ocasiões as sessões poderiam ser adiadas, devido à falta do número legal de jurados, contudo, na maioria das vezes, as sessões alcançavam o número de eleitores para realizar os julgamentos. Por fim, cabe salientar que os problemas relativos à falta de profissionais qualificados para ocupar os cargos mais importantes da administração da justiça, a ausência e multa aos jurados, as inúmeras absolvições dos réus pelos jurados não ocorreram exclusivamente no Júri de São Leopoldo, mas permearam a estrutura e a administração dos Tribunais no restante do país.

“Tão escandalosamente absolvido pelo Júri”: atuação e sentenças

No que tange à atuação do Tribunal do Júri no Termo de São Leopoldo, comprovou-se que, independentemente do tipo de delito e posição social do(s) réu(s) ou da(s) vítima(s), o número de absolvições foi superior ao de condenações. Dos 157 réus contabilizados, 116 foram absolvidos pelos jurados, ou seja, quase 74% da nossa amostragem, e somente 11,5% dos réus sofreram algum tipo de condenação (dezoito pessoas foram condenadas), visto que o tipo de crime que prevaleceu em São Leopoldo foi o crime

contra a pessoa (homicídio, tentativa de homicídio, agressão física e ferimentos, ofensas verbais e outros). Assim, no Termo de São Leopoldo, como no restante da Província e do Império, o Júri promoveu frequente absolvição dos réus. As recorrentes estatísticas de absolvições enviadas pelas comarcas ao Presidente da Província devem ter contribuído para o mesmo informar que,

[...] apesar da qualidade dos juízes a que as substituições sucessivas levam, são tantos os meios de inutilizar os efeitos de qualquer sentença boa ou má, que não é impossível alcançar-se que enfim as decisões possam ser justas, mas nos casos de justiça criminal melhor dizer que a palavra – Justiça – é vazia de sentido”.²⁶

Tabela 2 – Sentença proferida aos réus (1846-1871)

Sentença proferida pelo Júri	Incidência da sentença	Porcentagem
Absolvição	116	73,9%
Condenação	18	11,5%
Despronúncia	17	10,8%
Morte	1	0,6%
Ausência	5	3,2%
Total	157	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base em: APERS, processos criminais, 1846-1871.

A partir dos dados compilados na tabela dois, comprova-se que o Júri do Termo de São Leopoldo também absolvía mais que condenava. Além de ser uma realidade em muitas comarcas do Império, tal postura poderia estar associada, por um lado, ao fato de que esses indivíduos se conheciam, frequentavam os mesmos espaços de lazer e sociabilidade e possuíam negócios em comum (trabalho, parcerias, dívidas). Se compararmos o perfil dos réus e dos jurados, podemos observar que eles ocupavam profissões ligadas

à agricultura, a profissões artesanais e manuais, logo, a maioria residia na área rural, ou seja, nos distritos da Vila e Cidade de São Leopoldo. Por outro lado, o número de absolvições poderia refletir a legitimidade por parte dos jurados, naquilo que tange à postura e conduta dos réus diante de situações conflituosas do dia a dia. Dessa maneira, as relações existentes entre o acusado, a vítima e os jurados poderiam interferir na atribuição da pena, cuja decisão jurídica era proferida pelo Juiz de Direito em exercício.

Aqui não incluímos os processos que não foram julgados pelo Júri, isto é, aqueles que chegaram às mãos de Juízes Municipais, Delegados de Polícia e Subdelegados de Polícia. Vale lembrar que os crimes menores como vadiagem, embriaguez ou ofensas verbais, ocorridos quase diariamente, eram incumbência da polícia sentenciar, enquanto para os crimes maiores (crimes de sangue) recorria-se a processos formais julgados pelo Tribunal do Júri. A partir das sessões realizadas anualmente, determinava-se uma sentença ao réu. Quase 74% das sentenças proferidas pelo Tribunal do Júri decidiram pela absolvição dos réus. Entre os dezoito casos de condenação, observamos que os réus foram condenados a prisão e multas correspondentes ao tempo de reclusão, galés perpétuas e açoites (escravos). A tabela a seguir apresenta as condenações imputadas aos dezoito réus dos processos julgados pelo Júri do Termo de São Leopoldo.

Tabela 3 – Condenações impostas pelo Júri (1846-1871)

Tipo de condenação	Incidência no termo	Porcentagem
Prisão de 1 a 12 meses	2	11,1%
Prisão de 1 a 5 anos	5	27,8%
Prisão de 5 a 10 anos	4	22,2%
Prisão acima de 10 anos	-	-
Açoites	3	16,7%
Condenado à morte	-	-
Condenado a galés perpétuas	4	22,2%
Total	18	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base em: APERS, processos criminais, 1846-1871.

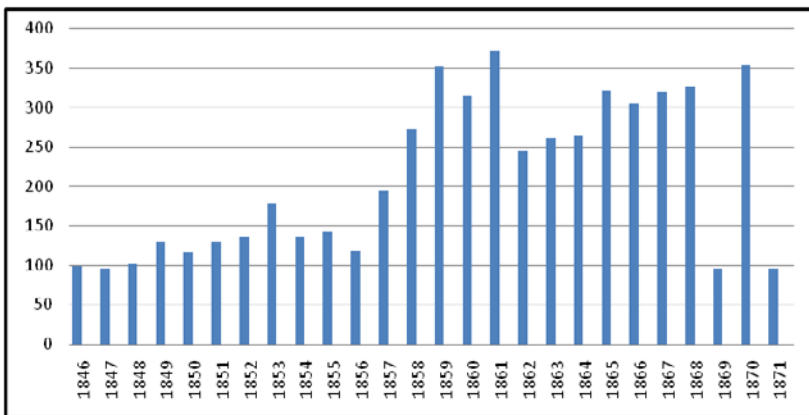
Acerca dos dezoito réus condenados pelo Tribunal do Júri, é interessante destacar que a cor ou a condição social parece não ter sido o indicativo que favoreceu a condenação dos réus. Dos nove processos encontrados cujos réus eram escravos, cinco deles receberam a condenação mínima ou média, como açoites e alguns anos de prisão. Quanto aos réus condenados a galés perpétuas, cabe destacar que os mesmos foram condenados a cumprir alguns meses ou anos, sendo um destes de origem alemã. Constatamos que a maioria dos réus condenados não eram escravos, mas sim pessoas de origem luso-brasileira (oito réus), apesar de a maioria dos réus nos processos levados ao Júri serem alemães e seus descendentes.

Ao longo do século XIX, o Tribunal do Júri foi alvo de duras críticas. Mencionamos anteriormente que o Tribunal do Júri e, em especial, o conselho de jurados, foi visto pelas autoridades como uma instituição que promovia a impunidade, a ineficiência e a falta de garantia na aplicação da justiça, sendo os jurados os principais responsáveis. Tanto nos relatórios do Ministro da Justiça quanto dos Presidentes da Província, perdurou a ideia de que o Júri “[...] atrapalhava e inutilizava os esforços da Polícia em tentar corrigir os crimes” (BETZEL, 2006, p. 89). Ivan Vellasco (2004, p. 144), acerca desse assunto, destaca que, na Comarca do Rio das Mortes,

em Minas Gerais, “[...] as coisas não iam tão mal [...]” quanto apontavam os críticos à instituição do Júri. Para ele, tais queixas assumiram “ares de uma campanha pelo seu [sistema de jurados] progressivo esvaziamento”. As opiniões sobre o sistema de jurados eram variadas entre os contemporâneos.

Para tentar traçar um perfil dos cidadãos qualificados como “Juizes de Fato”, recorremos aos livros intitulados *Sorteio de Jurados*, localizados no Memorial do Judiciário para o período de 1846 a 1871.²⁷ A primeira informação a que tivemos acesso foi o número de cidadãos qualificados para cada ano. Além da lista geral, anotava-se no mesmo livro a relação dos jurados sorteados para cada sessão, bem como a relação dos jurados suplentes, somente a partir de 1850. Como o Tribunal do Júri de São Leopoldo realizava duas sessões por ano, logo, realizavam-se dois sorteios: 48 cidadãos para compor a primeira sessão e 48 para a segunda. O gráfico a seguir traz um levantamento quantitativo do número de cidadãos qualificados e relacionados na lista geral.

Gráfico 1 – Número de cidadãos qualificados por ano



Fonte: Elaborado pela autora com base em: Memorial do Judiciário. Sorteio de Jurados, número 414, maço 24, estante 77, 1846 a 1862; Memorial do Judiciário. Sorteio de Jurados, número 420, maço 24, estante 77, 1862 a 1871.

Para os anos 1847, 1869 e 1871 não encontramos a lista geral com a relação das pessoas qualificadas. O método utilizado nesses casos foi contabilizar 96 jurados para cada ano, ou seja, 48 pessoas qualificadas por sessão, partindo do pressuposto de que foram realizadas duas por ano. Ao observar o gráfico um, podemos perceber que, nos primeiros anos da amostra, de 1846 a 1856, o número de cidadãos que atendiam às exigências previstas pelo Código Criminal era mais modesto, enquanto do ano de 1857 em diante houve um aumento, mas o número variava de um ano para o outro. No ano de 1861, temos o maior número de cidadãos inclusos na lista geral: foram 373 jurados.

Os dados apresentados nos levaram a duas hipóteses: uma de que nos primeiros anos a vila ainda sentia as sequelas da Revolução Farroupilha e necessitava reorganizar-se administrativamente. Quando restabeleceu-se a tranquilidade na vila, conforme afirma Jean Roche (1969, p. 17), São Leopoldo voltou a prosperar. Fatores como posição estratégica, elevação da Capela Curada à condição de Vila, desenvolvimento econômico, nova condição política, além da retomada da colonização e a Lei de Naturalização²⁸, sob número 397, de três de setembro, contribuíram, por um lado, para acirrar os ânimos e, por outro, para o desenvolvimento da Colônia. Assim, com o rápido crescimento da população e o desenvolvimento econômico, gradativamente mais pessoas atendiam aos requisitos para ocupar a função de jurado.

Não sabemos se existia uma lista padrão a ser seguida pelo Júri quanto às informações acerca de cada jurado qualificado, contudo, identificamos que o Tribunal do Júri de São Leopoldo não seguia um padrão, pois, para alguns anos, o escrivão registrou somente o nome dos cidadãos, e em outras listas encontramos o nome e local de residência do jurado. Encontramos, dessa forma, apenas cinco listas onde o escrivão registrou o nome, a profissão exercida, a renda anual de cada jurado e o local de moradia. Mesmo não contando com as informações de todo o período em estudo, a quantificação dos dados encontrados nas listas de 1855 a 1859 nos permitirá ter uma ideia do perfil social de quem era escolhido para ser jurado.

A partir de 1846, sujeitos como Humberto de Schlabrendorff, Júlio Henrique Knorr, Pedro Francisco Afonso Mabilde, Cristiano

Fischer, André Herzog, João Pedro Schmidt, João Daniel Hillebrand e Pedro Hass solicitaram as suas naturalizações, pois a partir da Lei n. 397 passavam a ser reconhecidos como cidadãos e, assim, poderiam ocupar cargos da municipalidade como ser jurado. Esses nomes apareceram com frequência nas listas gerais, todavia, no ano de 1855, o número de alemães e descendentes qualificados correspondia a 18% da amostragem total, isto é, apenas 22 dos 143 cidadãos. No ano seguinte, o número de jurados de origem teuta diminuiu para apenas nove indivíduos.

Quanto às profissões, em São Leopoldo, a maioria dos cidadãos qualificados como jurado ocupava-se de profissões rurais: lavrador e fazendeiro era a ocupação exercida pela maioria dos cidadãos, tanto de origem teuta quanto pelos nacionais. Desse modo, prevaleceu em São Leopoldo a qualificação de jurados que se ocupavam de profissões ligadas à agricultura. Em relação aos cidadãos de origem luso-brasileira, além de lavradores, também encontramos jurados que ocupavam a função de empregado público, alguns negociantes e professores. Já em relação aos alemães e descendentes, a segunda ocupação profissional que prevaleceu foram as atividades manuais e artesanais, além de alguns negociantes. Esses dados refletem as características de São Leopoldo. Nessa época, a Vila de São Leopoldo dividia-se administrativamente em cinco freguesias: São Leopoldo, Santa Cristina do Pinhal, Santa Anna do Rio dos Sinos, São Miguel e São José do Hortêncio. Com uma população de 18.690 indivíduos, em 1858, a Vila de São Leopoldo sentia os reflexos do crescimento populacional, e tornava-se um importante polo exportador do excedente (produzido nas lavouras da zona rural tanto por teutos quanto por luso-brasileiros) para Porto Alegre. Quanto à qualificação de jurados, cabe ressaltar que, da população total, somente 272 cidadãos enquadraram-se nos requisitos exigidos pela lei, isto é, apenas 1.4% da população total de 1858.

De acordo com os dados compilados do livro *Sorteio dos Jurados*, de 1846 a 1871, constatamos que os luso-brasileiros foram chamados com mais frequência para compor o conselho de jurados. No ano de 1859, a participação de teuto-brasileiros chegou a 38% do total de 354 jurados qualificados, ou seja, um índice bem superior se comparado com o ano de 1856, quando apenas pouco menos de

8% dos jurados eram de origem teuta. Com o passar dos anos e em decorrência do desenvolvimento econômico da Vila e Cidade de São Leopoldo, o número de jurados qualificados por ano aumentou, e, possivelmente, o número de cidadãos de origem teuto-brasileira também subiu, fato que permite observar que um maior número de indivíduos descendentes de alemães atingiu os requisitos exigidos para ser eleitor e, posteriormente, jurado. Constatou-se também não terem prevalecido no Termo de São Leopoldo homens ignorantes ou analfabetos. Ao contrário, as pessoas que compunham o conselho de jurados pelo menos sabiam ler e escrever, visto que todos sabiam assinar seu nome. Embora a lei exigisse que o jurado fosse alfabetizado para ocupar o cargo de jurado, para Thomas Flory (1986), na prática, isso não aconteceu em muitos termos.

É interessante destacar que, entre os descendentes de alemães, com frequência, os jurados assinavam o seu nome em alemão gótico, outros, por sua vez, já sabiam escrever em letra rotunda. A participação crescente de teuto-brasileiros como jurados, especialmente em 1859, demonstra a inserção social de uma parcela dos imigrantes na economia (os eleitores e jurados precisavam comprovar seus rendimentos), nas instâncias política, administrativa e judicial do Termo, pois exercer a função de jurado poderia ser uma excelente oportunidade para o cidadão brasileiro participar das atividades do Estado. José Murilo de Carvalho (1996, p. 345-388), baseado na opinião de Pimenta Bueno, lembra que “[...] o júri era o baluarte da liberdade política contra os abusos do poder, uma garantia da independência judiciária, um tesouro que era preciso preservar e aperfeiçoar [...]”, pois ser jurado no Brasil Imperial não significava unicamente votar, mas também a oportunidade de participar do poder judicial.

Enquanto alguns jurados não compareciam às sessões, devido a alguma questão de saúde, distância da sede da Vila e Cidade ou sem justificativa, outros, no entanto, percorriam longas distâncias para exercer sua função. Assim, identificamos, nas cinco listas (1855 a 1859), que indivíduos percorriam de uma até nove léguas para se apresentar às sessões e cumprir com a sua função de absolver ou condenar os réus. Apesar das críticas, para José Murilo de Carvalho (2013, p. 37), “[...] quem participava do Júri sem dúvida

se aproximava do exercício do poder e adquiria alguma noção do papel da lei”. Segundo o mesmo autor, “[...] em torno de 80 mil pessoas exerciam a função de jurado em 1870”.

Considerações finais

A inserção de um sistema de jurados no cenário judicial significou um aumento no número de cidadãos envolvidos com a rotina dos tribunais e uma aproximação da população local no século XIX. Todavia, esse sistema foi alvo de inúmeras críticas, expressas nos relatórios ministeriais, relatórios dos presidentes da província, bem como na historiografia. Para o Ministro da Justiça João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, por exemplo,

[...] os cidadãos ainda não se compenetraram da importância do julgamento pelos pares, garantia que este Tribunal oferece à sociedade e aos indivíduos. Muitas decisões evidentemente injustas e absurdas são sem dúvida a causa dessa falta de fé na instituição do Júri. [...] o maior defeito que noto no Tribunal, como o temos constituído, é a demora do julgamento. Na máxima parte das localidades as reuniões fazem-se de seis em seis meses; em muito poucas os jurados são convocados de dois em dois meses. Uma prisão sem julgamento por seis meses é um vexame que não tem justificação possível, é um gravíssimo mal na administração da Justiça Criminal.²⁹

De fato, a descrição do Ministro da Justiça era uma realidade em muitas comarcas do Império. Mesmo diante de inúmeras queixas acerca do funcionamento da instituição jurídica, e, principalmente, na dificuldade de qualificar o número de jurados para compor as sessões, podemos afirmar que no Termo de São Leopoldo as sessões do Tribunal do Júri ocorriam todos os anos, conforme previa a legislação imperial, isto é, de seis em seis meses, e geralmente com o número de jurados determinado pela lei.

O levantamento dos dados apresentados acerca do Conselho de Jurados do Termo de São Leopoldo demonstra que indivíduos

de cor branca, chefes de família, com posição econômica e renda variada prevaleceram nessa função. Parece não terem prevalecido nesse Termo jurados ignorantes ou analfabetos, mas, ao contrário, pessoas de destaque na sociedade local, que ao mesmo tempo participavam do Conselho de Jurados e ocupavam cargos públicos e outros ofícios, como Delegado de Polícia, Subdelegado de Polícia, Juiz de Paz, Inspetor de Quarteirão, Tabelião, Policial, professor, advogado, negociante, lavrador e outros. As informações coletadas da Lista Geral permitiram mostrar que o Conselho de Jurados era composto por cidadãos com formação socioeconômica heterogênea. Forros, mulheres, pobres livres e escravos, por sua vez, eram excluídos do Conselho de Jurados, e essa exclusão contribuiu para formar um grupo restrito, composto por nacionais, alemães e teuto-brasileiros.

Além do número expressivo de absolvições (74% dos réus processados serem absolvidos pelo Tribunal do Júri), outros fatores, como a ausência constante de autoridades policiais e judiciais no termo e nos distritos de São Leopoldo, o controle e a vigilância desigual na parte rural e urbana, as péssimas condições da maioria das estradas que ligavam a sede e os distritos contribuíram para que muitos casos fossem resolvidos por conta própria ou através do uso da violência física. Contudo, essa postura demonstra que a violência praticada em São Leopoldo, entre 1846 e 1871, foi considerada legítima e necessária pelos jurados, em alguns casos, visto que julgaram correta a atitude e aceitaram os argumentos apontados pela maioria dos réus. Mesmo quando o desentendimento resultasse em morte, os testemunhos poderiam inocentar o acusado por acreditarem que a conduta havia sido legítima. Por fim, cabe destacar que a violência empregada como prática de justiça local não foi somente legítima para a comunidade que deveria conviver com os transgressores, mas também para a Justiça institucional que decidiu pela absolvição dos réus.

PERFORMANCE AND FUNCTIONING OF JUSTICE IN BRAZIL IMPERIAL: THE CASE OF THE COURT OF THE JURY OF SÃO LEOPOLDO / RS

Abstract: The purpose of this article is to analyze how institutional justice was applied in the interior of the Province of Rio Grande do Sul, with a view to the installation and operation of the São Leopoldo Jury Court. Although there has been an increasing number of work in recent years on the study of official justice and its agents on the national and regional scene, there is still a lack of studies on local official justice, and especially comparative analyzes that consider non-official justice practices existing in the colonies. From diverse sources, found in the Judicial Memorial, in the Historical Archive of Rio Grande do Sul, in the Public Archive of Rio Grande do Sul and in other archives, we seek to promote a reflection on Justice in São Leopoldo in the second half of the 19th century. To achieve this objective, methodologically, we will analyze the sources in a quantitative and qualitative way, as well as promote their cross-referencing, in order to find evidence about the Jury Court, jurors, defendants and victims.

Keywords: Jury court. São Leopoldo. 19th century.

Notas

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-18-7-1822.htm. Acesso em: 03 dez. 2014.

² APERS, Processo criminal, n^o 73, maço 3, estante 77, 1866.

³ Os processos criminais *ex officio* iniciavam por intermédio de um oficial da Justiça, ou seja, podiam ser instaurados pelo Delegado de Polícia, a partir da vigência da Lei 262, de 1841, que criou os cargos de Chefe de Polícia, Delegado e Subdelegado de Polícia (CAMPOS; BETZEL, 2006, p. 77).

⁴ De acordo com Marcos Bretas (1991, p. 50), os discursos dos réus, das vítimas e testemunhas são construídos especialmente “[...] para responder às expectativas de um outro grupo, os funcionários da justiça”, pois é através da ação do escrivão que as falas se transformam em depoimentos nos processos.

⁵ MHVSL, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1847-1889, Função Judiciária, caixa 1, Doc. 18, 15/06/1854.

⁶ APERS, Processo criminal, n^o 73, maço 3, estante 77, 1866: fl. 41.

⁷ APERS, Processo criminal, n^o 73, maço 3, estante 77, 1866: fl. 42.

⁸ APERS, Processo criminal, n^o 73, maço 3, estante 77, 1866: fl. 47.

⁹ APERS, Processo criminal, n^o 73, maço 3, estante 77, 1866: fl. 49v.

¹⁰ MHVSL, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1847-1889, Função Judiciária, caixa 1, Doc. 4, 10/10/1858.

¹¹ MHVSL, Câmara Municipal de São Leopoldo, 1847-1889, Função Judiciária, caixa 1, Doc. 27, 23/08/1858.

¹² MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, Livro de Multas, número 413, maço 24, estante 77, 14/12/1846 a 28/06/1896.

¹³ APERS, Processo criminal, n^a 73, maço 3, estante 77, 1866: fl. 71v.

¹⁴ APERS, Processo criminal, n^a 73, maço 3, estante 77, 1866: fl. 72.

¹⁵ APERS, Processo criminal, n^a 73, maço 3, estante 77, 1866: fl. 72v.

¹⁶ MEMORIAL DO JUDICIÁRIO. Atas da sessão do Júri, número 16, maço 24, estante 77, 1846-1860, fl. 1.

¹⁷ APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 02, maço 01, estante 77, 1846.

¹⁸ BUENO, José Antônio Pimenta. Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em primeiro de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesas para o ano de 1851. Porto Alegre, Typ. de F. Pomatelli, 1850, p. 37.

¹⁹ BUENO, José Antônio Pimenta. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira Sessão da 7^o Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, de N. L. Vianna, 1847, p. 6.

²⁰ CÂMARA, Euzébio de Queiroz Coitinho Mattoso. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira Sessão da 8^o Legislatura em 1850. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, de N. L. Vianna, 1849 (1^o), p. 22, p. 25.

²¹ O Presidente da Província, Euzébio de Queiroz Coitinho Mattoso Câmara, no relatório de 1849 (p. 29), informa que “[...] os nossos juizes de direito na maior parte das províncias recebem apenas 1:200\$000, 1:400\$000, e 1:600\$000 de ordenados a percorrer várias vezes no ano longas distâncias para presidir às sessões do Júri. Por isso, dois quintos dos juizes de direito se conservam na época anteriormente referida fora de seus lugares, e é forçoso acrescentar que os outros, geralmente falando, não perdem ocasião de fugir à onerosa, mas importante contribuição de presidir às sessões do Júri”.

²² COELHO, Jerônimo Francisco. Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em quinze de dezembro de 1856. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1856, p. 31.

²³ No ano de 1846, ocorreu uma sessão na qual foram julgados dois processos, entre quinze e dezoito de dezembro. Em 1848, foram três processos julgados, entre doze e quatorze de setembro. Um processo foi julgado em doze de fevereiro de 1849. Em 1850, ocorreram duas sessões, uma entre 22 e trinta de janeiro e outra entre oito e nove de outubro, julgando-se dez processos. Duas sessões ocorreram em 1851, e foram julgados três processos em 22 de fevereiro e 22 e 25 de outubro. Também foram julgados três processos em 1852, sendo que a primeira sessão ocorreu em 28 de fevereiro e a segunda entre vinte e 21 de setembro. No

ano de 1853, encontramos o registro de apenas uma sessão ocorrida entre 21 e 22 de fevereiro, para julgar apenas um processo. Pulando o ano de 1854, foram realizadas duas sessões, no ano de 1855. Em 1856, uma sessão ocorreu entre onze e treze de outubro. Sem informações para o ano de 1857, duas sessões ocorreram no ano seguinte. Entre 31 de maio e dois de junho e 24 de agosto, foram julgados três processos. As sessões do ano de 1859 foram realizadas nas mesmas datas do ano anterior, porém foram julgados dois processos. E, por fim, em 1861, realizaram-se duas sessões, julgando seis processos, entre quatro de março e 23 a 28 de abril. Para os demais anos, até 1871, não encontramos os mapas de julgamento em anexo nos relatórios. Porém, cabe destacar que algumas informações acerca dos julgamentos na Província do Rio Grande do Sul podem ser encontradas dispersas nos relatórios do Presidente da Província. Relatório do Presidente da Província, 1846-1871. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul. Acesso em: 4 maio 2015.

²⁴ MHVSL, Câmara Municipal de São Leopoldo. Fundo Correspondência recebida, função executiva, caixa 1, Doc. 373, 21 de março de 1859.

²⁵ No ano de 1867, a viúva Maria Engracia de Jesus encaminha uma queixa contra os supostos mandantes Vicente Batista Orsi, João Lourenço Torres e Antônio Ferreira Tavares Leiria e os supostos executores Catharina Bach e Gabriel Carlson. De acordo com a viúva, “[...] o marido estava na sala da casa tratando de negócios com outros dois homens [...]”, quando, “[...] pela janela, veio um tiro partindo a vidraça que atingiu no peito seu marido”. O crime, que ocorreu no dia cinco de julho, resultou na morte do advogado Francisco Ferreira Bastos. Segundo a autora, a vítima teria escrito uma carta, em que listava e denunciava inúmeras acusações contra os seus inimigos, que, por sua vez, eram personalidades de prestígio na Vila de São Leopoldo. “O Capitão da Guarda Nacional, Orsi, quando escrivão da Capela de Piedade (Novo Hamburgo), de combinação com o então subdelegado João Lorenzo Torres, subtraiu um auto de corpo de delito por ocasião de um assassinato de um pardo cometido pelos irmãos Kruppet, sendo abafado o respectivo caso”. Antes de ser assassinado, Bastos foi ameaçado pelos réus, por ter recuperado o corpo de delito e por outras desavenças políticas e territoriais. Em setembro de 1867, apesar das provas, o Júri decidiu pela absolvição dos réus. A família recorreu da decisão, apelando ao Presidente da Relação, o desembargador Antônio da Costa Pinto, “[...] que manda que se marque novo Júri e novamente são absolvidos os réus, isso em maio de 1868”. COSTA, Andresa Silva da. *Um crime anunciado: o assassinato de Francisco Ferreira Bastos – contribuições para a História das Relações de Poder no Rio Grande do Sul do Século XIX*. São Leopoldo: UNISINOS. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

²⁶ ANDREA, Francisco José de Souza Soares. Relatório do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na abertura da Assembleia Legislativa

Provincial em primeiro de junho de 1849, acompanhado do orçamento da receita e despesas para o ano de 1849-1850. Porto Alegre, Typog. do Porto-Alegrense, 1849, p. 1.

²⁷ Para o período em análise, encontramos dois livros intitulados *Sorteio de Jurados*, no Memorial do Judiciário. Um deles compreende o período de 1846 a 1862 (número 414, maço 24, estante 77); o outro de 1862 a 1871 (número 420, maço 24, estante 77). A partir dos nomes listados nos livros, foi possível criar o gráfico a seguir.

²⁸ Em três de setembro de 1846, sob número 397, foi decretada a Lei de Naturalização. Essa lei determinava que os estrangeiros estabelecidos em São Leopoldo e São Pedro de Alcântara das Torres fossem reconhecidos como cidadãos brasileiros, mediante assinatura de um termo junto à Câmara Municipal. A lei de naturalização deveria ser traduzida para o alemão e afixada em locais distintos da Vila de São Leopoldo. Tramontini lembra que, apesar da Câmara Municipal cobrar pelos certificados que deveriam ser fornecidos gratuitamente, vários alemães apresentaram-se requerendo naturalização. Entretanto, “[...] quando o alemão Henrique Bier declarou o desejo de naturalizar-se brasileiro, tanto a Câmara como a Presidência da Província começaram a ser mais rigorosos na aceitação dos pedidos, exigindo, neste caso, uma declaração sobre sua condição de colono, a data de sua vinda para o Brasil, qual colônia recebeu e se a cultivou. E em ofício da presidência à Câmara ordenava-se ‘que não se deve passar mais declarações a indivíduo algum para requerer carta de naturalização, sem que seja colono’, o que não correspondia às disposições da Lei de Naturalização, que fala claramente em ‘estrangeiros atualmente estabelecidos nas colônias’, o que não quer dizer exclusivamente ‘colonos’” (TRAMONTINI, 2000, p. 6-7).

²⁹ SINIMBÚ, João Lins Vieira Cansansão de. Relatório do Ministério da Justiça que se devia apresentar à Assembleia Geral Legislativa na Terceira sessão da Décima Primeira Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1862, p. 13.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Fundo Requerimentos*, maço 104, 1863.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Processos criminais*, Tribunal do Júri, 1846-1889.

BETZEL, Viviani Dal Piero. *O tribunal do júri: papel, ação e composição*. Vitória/ES, 1850-1870. Espírito Santo, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Espírito Santo, 2006.

BISINOTTO, Edneia Freitas Gomes. *Origem, história, principiologia e competência do tribunal do júri*. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9185. Acesso em: 12 mar. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 32, 1991.

CAMPOS, Adriana Pereira; BETZEL, Viviani Dal Piero. A Justiça e o júri oitocentista no Brasil. In: *Revista Justiça & História*. v. 6, n. 12, 2006.

CARVALHO, Claudia Fernanda Souza de. Evolução histórica do Tribunal do Júri. *Revista Jurídica - CCJ/FURB*. v. 13, n. 26, jul./dez., 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL (1808-1871). Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 12 mar. 2017.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL (1808-1871). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 12 mar. 2017.

COSTA, Andresa Silva da. *Um crime anunciado: o assassinato de Francisco Ferreira Bastos - contribuições para a História das Relações de Poder no Rio Grande do Sul do Século XIX*. São Leopoldo: UNISINOS. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

FERREIRA, Augusto César Feitosa Pinto. Reformas judiciais e atuação da justiça criminal no Brasil Imperial: uma discussão historiográfica. *Revista: Justiça & História*, Porto Alegre, v. 7, n. 14, 2007, p. 1-27.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo. A organização do Tribunal do Júri e a questão da incomunicabilidade dos jurados no Brasil Imperial. In: CONPEDI/UFSC. (Org.). *História do Direito*. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 90-107. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=030869ecc70e9978>. Acesso em: 23 ago. 2014.

FLOREY, Thomas. *El Juez de Paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO. Livro de Atas de sessão do Júri de 1846-1870, n. 415 e 418, maço 24, estante 77.

_____. Livro de Multas de jurados de 1846-1896, n. 413, maço 24, estante 77.

_____. Livro de fianças, n. 423, maço 25, estante 77.

_____. Livro de Sorteio de jurados de 1846-1871, n. 414 e 420, maço 24, estante 77.

_____. Livro Rol de culpados de 1846-1873, n. 416, maço 24, estante 77.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo: contribuição à história da vida política e administrativa* (1824-2010). São Leopoldo: Oikos, 2011.

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO, Câmara Municipal de São Leopoldo, Documentos diversos, 1846-1871.

NEQUETE, Lenine. *O poder judiciário no Brasil a partir da Independência: I. Império*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000.

RELATÓRIOS DO MINISTRO DA JUSTIÇA (1846-1871). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/justica>. Acesso em: 12 mar. 2017.

RELATÓRIOS DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA (1846-1871). Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul. Acesso em: 12 mar. 2017.

SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. Do Código de Processo a Reforma de 1841: entre acertos e erros a organização judiciária na Província de São Pedro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo, RS. XXIV Simpósio Nacional de História. *Anais História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007, p. 5-7. CD-ROM.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*. São Paulo: EDUSC, 2004.

Recebido em: 15/06/2017.

Revisado em: 15/10/2017.

Entre seduções e consumos – a publicidade de cosmético no Brasil de 1968

Mara Rubia Sant'Anna*

Resumo: Análise de anúncio de batons Coty, com as devidas ferramentas metodológicas e teóricas, publicado na revista *Manchete*, em 1968. O estudo se propõe pensar como, no discurso visual e textual, os sentidos de feminilidade foram propostos consonantes à modernização das condições do uso da sexualidade e o direito adquirido de seduzir e ter iniciativa no campo afetivo, discutindo todo o universo discursivo constituído pelo exemplar analisado.

Palavras-chave: Feminino. Publicidade. Cosmética.

Introdução

O ano de 1968 é emblemático de muitas reviravoltas, como a contestação juvenil nas ruas de Paris e o endurecimento da ditadura militar no Brasil. Todavia, neste texto, essa marca temporal serve de ponto de partida para pensar outras coisas. Discute-se um anúncio, a princípio apenas mais um da indústria cosmética, que circulava numa revista bastante popular ao leitor brasileiro da época – *Manchete*. Este texto apresenta uma pequena parcela de um estudo maior, que contempla a análise das publicidades de cosméticos no século XX, considerando-as como mediadoras entre os padrões comportamentais, instituídos como desejados pela cultura

* Professora Titular da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Pós-doutoramento na Université de Strasbourg (2011) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). E-mail: sant.anna.udesc@gmail.com.

geral, e a sua aquisição, que ocorre via consumo direto ou indireto do produto anunciado. É oportuno salientar que o consumo é entendido, conforme as palavras de Baudrillard:

[...] o consumo é um modo ativo de relação (não apenas com os objetos, mas com a coletividade e com o mundo), um modo de atividade sistemática e de resposta global no qual se funda todo nosso sistema cultural. (BAUDRILLARD, 1995, p. 22)

Assim pressuposto, o objetivo do presente texto, nas restritas possibilidades de sua extensão, é analisar como, no discurso visual e textual, a feminilidade, ou lugar social do feminino, foi estabelecida consonante à modernização das condições do uso da sexualidade e o direito adquirido de seduzir e ter iniciativa no campo afetivo, a partir da leitura de um anúncio de batons da linha Metal Touch, da Coty, e seu posicionamento na geração de sentidos no suporte em análise – a revista *Manchete*, n. 833.

Tal abordagem justifica-se no campo historiográfico, mesmo utilizando aportes da linguística e dos estudos culturais, por se considerar que o objeto analisado é indagado a partir de sua condição de agente social de um período e espaço, pela qual tanto expressa como manipula valores constituídos socialmente, potencializando seu alcance social e cultural e, por isso, histórico. Assim, por meio de um anúncio singular se produz, metodologicamente, um inventário plural de uma sociedade em que o ver e ler, tanto hoje em dia como em outrora, agencia os sujeitos sociais e os justifica em seus fazeres históricos.

Metodologicamente, foi operada a leitura e análise da imagem, usando das ferramentas da semiologia, apontando as composições gráficas e textuais dos anúncios (elementos gráficos, escritos, posição em relação ao suporte, cores e texturas), conforme as orientações de Martine Joly (1996) e Jean Pirotte (2002), para, posteriormente, analisar a retórica da conotação, levando em conta as teses de Roland Barthes (1997). A retórica de conotação é entendida como o conjunto posto à leitura em suas relações de intericonicidade e intertextualidade, de acordo com as definições de Jean Pirotte (2002) e balizadas pelo

pensamento de Jean-Jacques Courtine (2013). Por fim, identificando a poética do ter, proposta por George Péninou (1972), evidencia-se a dimensão histórica da análise de um anúncio publicitário.

Com um pouco mais de precisão, pode-se esclarecer em que cada teórico adotado contribui neste trabalho. Em Roland Barthes, o entendimento de conotação aplicada à fotografia foi desenvolvido junto aos estudos da semiologia da imagem, nos anos 1960, o que deu forma ao modelo analítico utilizado neste texto, que propõe explicar a significação da imagem fotográfica no contexto publicitário em três níveis: linguístico, denotativo e conotativo. Como explicitado nas últimas páginas, não apenas o que está dito – mensagem linguística –, mas onde ele se encontra na composição publicitária junto às fotografias do produto e das modelos que o utilizam, é possível alcançar a mensagem denotativa do anúncio. Daí, considerando o suporte da revista como um todo, que interagiu com os leitores do anúncio em particular e que, por sua vez, expressam o contexto cultural e ideológico da época em estudo, se alcança a mensagem conotativa da imagem. Mediada por este último nível de produção de sentido, possível de ser mapeado pelas intertextualidades estabelecidas entre anúncios próximos à publicidade do batom Coty, e pela intericonicidade com as inúmeras imagens do exemplar da *Manchete* analisado, é então possível desprender a poética do ter proposta/imposta. Essa poética, apesar de em seu nível denotativo evidenciar a liberdade sexual e autonomia do feminino, em sua condição conotativa demonstra que o feminino deveria ainda continuar num lugar de submissão sexual e assegurar sua realização como sujeito por meio da admiração masculina.

Colaborando com esta metodologia, Martine Joly e Jean Pirotte contribuem com dois conceitos importantes: o da dimensão técnica do anúncio e o de intericonicidade. Diferentemente de seus antecessores, Pirotte (2002) enfatizou a importância do suporte físico e circunstancial de aparição da imagem, o que contempla o denominado “nível técnico” da linguagem. Nesse nível são observados elementos como a natureza do suporte; procedimentos gráficos utilizados; cores; qualidade de produção; tipo de moldura etc., defendendo que “[...] ao lado das múltiplas interpretações, variáveis e dependentes mais da subjetividade, a imagem oferece

um conteúdo objetivo, estável, que ela trata de inventariar [...]” (PIROTTE, 2002, p. 24), logo, as técnicas e os materiais utilizados condicionam as formas e os conteúdos, implicando as possibilidades de significação e interpretação. Martine Joly alerta, por sua vez, explorando o conceito da mensagem linguística de Barthes e as proposições de Peirce, que o *lôcus* discursivo deve ser investigado como composição arbitrária de direcionamento da interpretação, e, por isso, as condições de sua aparição são tão persuasivas quanto seu conteúdo formal.

Pirotte também nos fornece o conceito de intericonicidade que aqui se aplica, definido a partir dos conceitos de intertextualidade provindos da linguística de Julia Kristeva. Da mesma maneira que se concebe que a palavra é diálogo com outro e consigo mesmo, as imagens são também dialógicas. Assim, afirma Pirotte:

Como todo texto, toda imagem se inscreve numa sequência de imagens, trazidas de um contexto sociocultural, toda imagem é composição que se baseia sobre aquisições anteriores. A noção de intericonicidade se religa facilmente a essa intertextualidade para explorar as relações manifestas ou secretas ligadas às imagens. (PIROTTE, 2002, p. 21)

E concluindo sua conceituação, ele diz: “Toda imagem deve ser olhada à luz da memória iconográfica” (PIROTTE, 2002, p. 21).

Aprofundando o conceito inicial, Jean-Jacques Courtine afirma que “[...] toda imagem se inscreve numa cultura visual, e esta cultura supõe a existência junto ao indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens onde toda memória tem um eco” (COURTINE, 2013, p. 43). Essa ideia tem fundamento dentro da noção de interdiscursos de Pêcheux, que nos ensina dizendo:

[...] o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como sujeito falante (PECHEUX, 1997, p. 167).

Logo, admite-se que toda imagem tenha inscrição numa cultura visual, e, por conta dessa sua origem, tanto as imagens como os objetos e até os comportamentos devem ser tratados a partir de uma extensa rede de significações. Tal experiência social produz nos sujeitos memórias sociais que os alfabetizam, entre outras coisas, para ler e compreender o mundo por imagens.

A “poética do ter” de Georges Péninou constitui-se numa dimensão existente no processo de apreensão do objeto publicitário. Nesse processo, ocorre uma operação de transferência do nível de conformidade para o nível de conformação, ou seja: “[...] a passagem da pragmática à poética, da prática à palavra, da função ao mito, do reflexo do ser ao desejo do ter” (PENINOU, 1972, p. 200). Sobretudo, consiste na transposição de um valor abstrato (mensagem de conformidade) para aquilo que será seu significante publicitário (informação de sua conformação). Para isso, o receptor deverá realizar a fruição receptiva na compreensão fruidora de essência retórica. O valor linguístico dos termos é conservado funcionalmente, ao mesmo tempo que é também convertido em abstração conceitual da propriedade do produto, revestindo o sentido absorvido numa constatação sedutora da mensagem.

Esse processo inaugura um espaço retórico, uma espécie de mediação entre a pragmática do ser (o objeto) e a poética do ter (o sujeito), transformando uma informação em [in]formação publicitária – na qual essa mediação transita na constante tensão entre a conformidade dada pela verdade do objeto e a conformação dada pelas exigências do desejo.

Passar da letra (processo verbal da conformidade) à figura (invenção de uma conformação) equivale a passar do entendimento à sensibilidade, de uma afirmação motivada pelas propriedades de um bem a uma afirmação motivada por um consumidor, do caráter objetivo ao desejo subjetivo, e, transformação não menos importante, do valor anônimo à apropriação privada do valor. (PÉNINOU, 1972, p. 200)

Portanto, considera-se que o trabalho investigativo do historiador a partir de imagens deve, como pressuposto básico, considerar

o processo gerativo de sentidos que a imagem proporcionou no contexto de sua aparição e apreensão pelo leitor. Para tal, a análise da imagem por si só é sempre precária. Torna-se necessário compreender o entorno da imagem e o conjunto de informações que circulavam ao lado dela.

Essas discussões e esses aportes teóricos, como as próprias datas mencionadas anteriormente, não são recentes, contudo continuam vibrantes num contexto em que as imagens se volatilizam em determinadas plataformas e circulam com a velocidade de uma sociedade em rede. Todavia, cabe ressaltar que Régis Debray (1993) e Guy Debord (1967; 1997), infinitas vezes citados em textos com temáticas semelhantes a essa, produziram discussões relacionadas à circulação do anúncio publicitário em estudo. Os autores franceses consagrados alertaram, à sua época, de que o mundo midiático, que se expandia velozmente, poderia engolir consciências e condicionar formas de pensar o mundo. Mais recentemente, autores como George Didi-Huberman (1998; 2008; 2014) fazem contribuições com menor teor de denúncia diante de uma sociedade assaltada por imagens, e enfatizam um olhar mais complexo diante da produção, mas especialmente da compreensão da imagem, que não se restringe ao século XX em diante, como deixam claro os estudos de Jean-Claude Schmitt (2007) e, estes, como muitos outros autores contemporâneos (DAGOGNET, 1986; FABRIS, 1998), deixam sempre em aberto as possibilidades de compreender as imagens como agentes sociais, categoria base deste texto.

Virando as páginas

A Revista *Manchete* era produzida pelas Empresas Bloch, tendo como presidente Adolpho Block. Ela surgiu em 1952, inspirada no semanário francês *Paris-Match*, donde o seu nome foi criado. Block era, inicialmente, proprietário de gráfica e, na medida em que seu parque gráfico cresceu, passou a sonhar em imprimir sua própria revista, conforme suas palavras:

Sempre sonhara ter uma revista semanal que não dependesse das encomendas. Tínhamos capacidade para imprimir 200 mil exemplares. Os acontecimentos eram históricos e eu queria participar deles. O mercado de revistas, no Brasil, era liderado pelo O Cruzeiro, dos Diários Associados. (BARBOSA, 2010, s/p)

O grupo Block, além do ramo editorial, era composto por diversos segmentos, como as Tintas Block Color S.A., que se ajudavam mutuamente. Além disso, as relações de amizade e apoio político com Juscelino Kubitschek favoreceram a expansão de seus negócios rapidamente, durante os anos sessenta. Posteriormente, afeito às relações de boa vizinhança, conseguiu expandir o grupo editorial publicando outras revistas, como *Pais & Filhos*, *Ele Ela*, *Mulher de Hoje*, *Conecta*, *Manchete Rural* (BARBOSA, 2010, s/p).

A *Manchete* colocou-se desde o início como concorrente da Revista *O Cruzeiro*, sendo ambas publicadas na cidade do Rio de Janeiro (BARBOSA, 2001). Assim como sua concorrente, a *Manchete* recorreu à linguagem do fotojornalismo, incluindo em todos os números fotorreportagens bem elaboradas. O uso das cores e o grande formato eram diferenciais positivos em relação às revistas mais antigas e modestas.

Segundo Andrade e Cardoso:

Não por coincidência, o processo de decadência de *O Cruzeiro* se iniciou quando a *Manchete*, em meados dessa década, contratou jornalistas que se demitiram da revista concorrente e aprimorou a qualidade gráfica para ficar cada vez mais colorida, atraente e fácil de ler. Eram as condições exigidas para manter e conquistar mais leitores (ANDRADE; CARDOSO, 2001, p. 247).

Pode-se considerar a *Manchete* como uma revista moderna, que professava com entusiasmo o progresso e os novos hábitos instituídos na sociedade brasileira da segunda metade do século XX, e que, segundo Mello e Novais, estava marcada pela crença de que “[...] faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos

uma nação moderna” (2000, p. 560). Essa lógica social, constituída em ideologia, foi reforçada pelo Regime Militar e, conforme as ideias dos mesmos autores, fez com que “[...] a visão de progresso [fosse] assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao ‘Primeiro Mundo’” (MELLO; NOVAIS, 2000, p. 560).

O exemplar em análise é o n. 833, Ano 15, datado de seis de abril de 1968. O formato da revista é grande, 26 cm X 35 cm, usando papel jornal de qualidade superior, com tipografia em preto e branco e chamadas em cores, especialmente uso do vermelho nos títulos. Há sete reportagens que trazem fotografias em cores, estando entre elas as anunciadas na capa e outras quatro que devem ter recebido apoio externo para a publicação.

Em sua capa, vê-se uma mulher deitada com os braços estendidos segurando um bebê nu, que sorri para a câmera. A mulher jovem, bem maquiada e sorridente, está deitada sobre lençóis de cetim com renda de algodão e sem camisola ou outra roupa, e sugere ser uma parturiente no leito hospitalar. Essa imagem relaciona-se com o tema central do exemplar: “A emocionante aventura do primeiro filho”. Ainda nessa capa de fundo azul, duas outras chamadas são apresentadas, nas seguintes cores e proporções de tipos: “em cores **TÔDA A BELEZA DA ARGENTINA**” e “**SALÃO DE GENEVRA** 68 **TODOS OS AUTOMÓVEIS DO MUNDO**”.

Tal como escrito anteriormente, a diferença dos tipos e o uso de cores distintas destacavam o que havia de mais atraente para o leitor apreciar na revista, contemplando, assim, diferentes públicos: a jovem que iria se aventurar na maternidade; o casal que escolhia seu futuro destino turístico e os homens que gostariam de estar informados sobre o que de mais inovador acontecia no mundo automobilístico. Enfim, interesses de um grupo social de poder aquisitivo médio para alto e de vida cultural sintonizada com a modernidade de sua época.

Figura 1: Capa da Revista *Manchete*, n. 833, 1968.



Fonte 1: Fotografia do original, em formato digital, pela autora.

No próximo gesto de leitura, o leitor, ultrapassando a capa, via na contracapa o anúncio da empresa Supergasbras, que dizia: “Sùbitamente (sic) você passou a ter uma frota de centenas de veículos para levar gás à sua casa”, acima de uma foto aérea de um grande pátio, onde dezenas de caminhões da cor laranja, com carrocerias cheias de botijões de gás, estavam estacionados. Ainda, abaixo, em dez linhas, era explicada a união de duas empresas fornecedoras de gás – Gasbras e Supergaz.

Na primeira folha propriamente dita, encontra-se “Conversa com o leitor”, assinada por Justino Martins. Num breve editorial, Justino destaca a ação dos repórteres Durval Ferreira e Armando Bernardes, que haviam percorrido a Argentina em 32 dias, de norte a sul e de leste a oeste, cobrindo quinze mil quilômetros, para produzir uma das reportagens centrais do exemplar, que tinha como objetivo “[...] dar uma visão plástica do segundo país mais

importante da América Latina”. Acima do texto de quatorze linhas, o leitor poderia apreciar seis fotografias feitas na Argentina, com seus diferentes pontos geográficos, econômicos, culturais e esportistas.¹ O editor-chefe finaliza o texto recomendando o artigo “Fleming, uma vida contra a morte”.

Figura 2: Contracapa e primeira folha da Revista *Manchete*, n. 833.



Fonte 2: Fotografia do original, em formato digital, pela autora.

Justino, gaúcho e cunhado de Érico Veríssimo, começou sua carreira na *Revista do Globo*, de onde partiu para trabalhar em Paris como correspondente da Revista *Manchete* (ALMEIDA, 2007, s/p). Como diretor da revista, foi responsável por dar o estilo que a marcava: muitas fotografias coloridas, em grande formato, com textos leves e rápidos. Era considerado pelos colegas de redação a alma e o motor da revista tanto quanto das demais publicações da Bloch, e esse era o peso de suas considerações ao assinar “Conversa com o leitor”.

Além dessa “Conversa com o leitor”, ainda encontra-se na primeira página o “Expediente”; no sopé e no alto, o local, a data e a logo da revista.

Modernidade, progresso industrial e comercial, aventura, locais inóspitos, imagens inéditas são as primeiras impressões e experiências sensoriais com as quais os leitores se confrontam adentrando a revista.

Após essa primeira folha, segue-se a revista com as matérias anunciadas na capa e em muitas outras. O sumário encontra-se na página 163, ao lado esquerdo da sessão “O leitor em Manchete”, que traz algumas cartas enviadas pelos leitores à redação”, e onde se encontra anúncio de “4 sensacionais lançamentos das Edições Bloch”.

A primeira reportagem é a principal estampada na capa, com o título “Uma criança vai nascer O MAIS BELO DIA”, sendo a reportagem assinada por Marisa Raja Gabaglia, e as fotografias de Richard Sasso e Paulo Scheuenstuhl. Na página da esquerda, avançando sobre a folha direita, uma jovem, bem maquiada, de cabelos pretos, longos e lisos, ajeitados com um pequeno laço branco no alto da cabeleira, trajando um vestido plissado bem curto, estampado com flores, nos tons rosa pink, laranja e verde, arruma a mala sobre uma cama de casal de sólida madeira e arranjada com uma colcha rosa-claro decorada com passamanaria branca. Acima da cama, encontra-se uma representação da crucificação de Cristo, tendo aos pés Maria e dois apóstolos, em metal. Os tons de rosa e azul predominam na cena, e na mão direita da fotografada está registrada a presença da aliança matrimonial, apesar de não ser nessa mão que, tradicionalmente, a aliança é colocada.

Figura 3: Páginas dois e três da Revista *Manchete*, n. 833.



Fonte 3: Fotografia do original, em formato digital, pela autora.

Na continuação dessa composição fotográfica e editorial, vê-se a mesma jovem, com o mesmo traje, agora com óculos escuros e mostrando as pernas, trazendo a aliança na mão convencional, acompanhada de uma senhora que segura a mala anterior fechada. Elas estão na frente de uma casa de aspecto requintado, descendo alguns degraus ao lado de um canteiro de folhagens. A senhora, cujos ares correspondem ao da mãe e futura avó, olha com atenção a filha, que lança um olhar ao longe numa expressão de certa preocupação. O texto inicia-se com o uso do sujeito indeterminado, para, nas próximas folhas, adquirir a primeira pessoa do singular, em que a nova mamãe narra as experiências de sua maternidade desde o primeiro momento, em que se soube grávida, até o parto. Fotografias seguem-se numa narrativa própria de como foi a instalação no hospital, os procedimentos médicos, o parto e o bebê já no berçário, e, depois, finaliza com a mãe tendo o bebê ao colo, com sua sombra azul piscina expressiva, seus cílios postiços, *rouge* e batom impecáveis. Nessa composição nada espontânea, a

maternidade combina-se perfeitamente com juventude e beleza, em que maquiagem e penteado irretocáveis garantem o efeito de sentido desejado.

Após oito páginas e dezenas de fotografias, a reportagem é encerrada e uma nova se inicia: “Quatro anos depois”. Texto de Murilo Melo Filho e fotografias de Jäder Neves, que trata dos quatro anos do regime militar implantado no Brasil. Começa dizendo que “nesta semana, Jango era deposto e o Brasil mudava de mão”, para continuar, no parágrafo principal, narrando uma suposta prova de cunho comunista, de um professor primário, encontrada por um Coronel e examinada com assombro. Nas páginas seguintes, o texto continua, e, no alto, a chamada ostenta: “quatro anos depois, o esquema militar do governo oferece-lhe segurança e tranqüilidade” (sic). Essa matéria finaliza e se seguem outras: “MCARTHY O CANDIDATO DOS JOVENS”; “JACKIE FIM-DE-SEMANA NO MÉXICO”; “O AZAR DE CARY GRANT”; “WESTMORELAND o repouso do guerreiro”; “VIVARÁ EM NOITE DE GALA”; “CAMÕES OS LUSÍADAS TEM QUATRO SÉCULOS”; “BASQUETE O PRIMEIRO PULO PARA O MÉXICO”; “ARMANDO MARQUES UM INSTANTE DE MAESTRO”, e, na página 34, a primeira publicidade que se encontra no corpo da revista, do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará – IDESP –, na página ao lado, um anúncio da “Loção vitaminada Pantene”.

A revista segue em suas 174 páginas com reportagens das mais diversas categorias, destinadas a públicos distintos, mas com uma linguagem sempre homogênea, marcada pela jovialidade, pelo entusiasmo, certo quê de fofoca e muita atualidade. A mais extensa das matérias é a que se ocupa de *revelar* a Argentina, com 21 páginas ao total.

Nenhuma reportagem trata de fatos relacionados à violência urbana, aos problemas de ordem social ou à política. Quando há algum assunto relacionado à política, este não é tratado de forma polêmica, mas sim informativa (Eleições nos USA, “Angola vida nova” e “Blake o espião fantasma”, ou a história de heroísmo de um comandante norte-americano no Vietnã). As matérias alternam-se entre vida das estrelas (Andrey Hepburn, Cary Grant, Jackie Kennedy, Sofia Loren, Vicky), eventos midiáticos e culturais (Apresentação de

Elis Regina em Paris, abertura de um novo restaurante-boate no Rio de Janeiro, Salão do automóvel de Genebra); cinema, teatro e shows no Brasil (Dercy – Agente secreto); assuntos gerais (Fleming, Convento das Carmelitas de Lisieux); um pouco de esportes (Armando Marques, equipe nacional de basquete) e curiosidades em geral.

A revista é encerrada com reportagem em cores² sobre a alta-costura francesa. Com texto de Marisa Raja Gabaglia e fotografias de Sheibe, a matéria intitula-se “Paris obras-primas da elegância e do luxo”. Possui seis páginas, com poucos textos, cujas linhas referenciam a alta-costura e desdenham do prêt-à-porter recém-lançado na capital da moda mundial: “Os grandes costureiros continuam sendo os criadores da verdadeira moda, copiada pelo ‘prêt-à-porter’” (p. 170). Mostra sete modelos lançados em Paris, desde Nina Ricci, a Lanvin e Givenchy apontados como mais clássicos, a Saint-Laurent, apresentado como “o mais saudosista dos costureiros”.

A publicidade é bastante reduzida se comparada aos periódicos atuais. São, no total, 32 anúncios, sendo que apenas dois ocupam mais de uma página. Muitos anúncios são de caráter institucional, como a do IDESP, Banco Nacional do Norte S.A. e SUDAM/SUDENE e outros de produtos da própria Revista e seu grupo empresarial. É possível encontrar oito anúncios de produtos ligados à aparência corporal: Pantene, Esmalte Colorama, Batons Coty, Pentes Flamengo, Tergal La Mazelle, Malha Rhodiela, Textil Rhodianyl (Rhodia Ind) e Creme dental Gessy. Desses, apenas quatro são diretamente relacionados à cosmética.

Por meio dessa descrição, ainda que limitada pelas palavras, é possível delimitar o universo de recepção imediata do leitor do suporte em análise. Tendo em vista o conteúdo semântico construído tanto por meio dos elementos visuais como os textuais e, sobretudo, a partir do horizonte de expectativa (JAUSS, 1979; KOSELLECK, 2006) que envolve o contexto da revista, do editor e da “nação” que o recebia, pode-se considerar, portanto, que a revista era destinada à família em geral, sem ser exclusiva de um único gênero, e voltada para os interesses dos grupos sociais urbanos, intelectualizados, de poder aquisitivo relevante e que partilhavam das convicções pautadas pelas ideologias desenvolvimentistas e de direita vigentes no Brasil do final da década de 1960 (BARBOSA, 2001). Nessas

páginas, por seus conteúdos e formas discursivas adotadas, é evidente a contradição primordial vivida na sociedade brasileira do período, que se considerava moderna e ao mesmo tempo vivia em uma ditadura militar.

O exemplar apresenta em suas primeiras páginas a maternidade moderna, assegurada pelos avanços da medicina, combinada com a liberdade e a vaidade feminina, enquanto no último artigo exalta a tradição da alta-costura francesa e tudo que ela simboliza em termos de conservadorismo e poder das elites.

353

Páginas 92 e 93

O anúncio da linha de batons “Metal Touch”, fabricada pela Coty, foi produzido pela Standard Propaganda. É um anúncio em cores que ocupa duas páginas inteiras e se apresenta num papel mais encorpado,³ cujos versos, página 91 e 94, são usados para outros dois anúncios – na página ímpar, das tintas Ypiranga, e, na folha par, dos móveis Lafer, que revendiam os produtos Kelson’s.

Figura 4: Páginas 92 e 93, da Revista *Manchete*, n. 833.



Fonte 4: Fotografia do original, em formato digital, pela autora.

A empresa responsável pelo anúncio foi a Standard Propaganda, fundada em 1933, na cidade do Rio de Janeiro, por Cícero Leuenroth, formado em propaganda e administração pela Universidade de Colúmbia. Essa formação acadêmica produziu um diferencial no mercado publicitário brasileiro, pois introduziu modelo operacional com padrões norte-americanos⁴ (Disponível em: Bloganda.com.br). Esse *know-how* é visível no *layout*, no texto, na qualidade gráfica e fotográfica e, principalmente, na abordagem inusitada, que associa um lugar não tradicional para o feminino e a beleza com o produto cosmético, motivo do anúncio.

Nas páginas onde encontra-se o anúncio, o que predomina são três rostos femininos, cujas cabeças estão cobertas por uma textura plástica preta e um foco de luz. São mulheres vestidas com um uniforme de minerador. Os rostos são portadores de uma beleza clássica, com olhos, narizes e lábios em proporções simétricas. Os três rostos são tão semelhantes que chegam a sugerir que poderia se

tratar da mesma modelo, fotografada com batons de diferentes tons. Os olhos são castanhos, variando um pouco a tonalidade, indo do verde ao mel. As sobrancelhas muito finas estão redesenhadas com lápis, os olhos são maquiados com tons terrosos e o rímel destaca profundamente os olhares. A pele recebeu base, corretivos e *rouge*, dando à plástica do rosto naturalidade, porém perfeição, também. Os lábios inferiores são mais volumosos que os superiores e esboçam um sorriso de *Monalisa*, enfatizando a textura do batom que exibem e deixando bem evidentes as tonalidades, que vão de um laranja mais claro a um mais escuro e, ainda, um outro, que seria de um rosa-claro metálico. Ainda nesses rostos, há de três a quatro manchas de pó de ouro espalhadas.

No topo, da esquerda para a direita, ultrapassando a folha da esquerda, a frase-chamada se encontra, em letras grandes e brancas: “Coty foi buscar a 5 mil metros de profundidade os metais preciosos que estão na sua nova linha de batons: Metal Touch”. Na folha da direita, num tipo bem menor, ainda em branco, segue um texto explicativo-provocativo. No topo à direita desse texto e da folha, outra fotografia estampa seis frascos de batom, em cores diferentes, abertos, em meio a pepitas e pó de ouro. Atrás deles está a lanterna do capacete de minerador. Abaixo dessa foto, uma legenda anuncia outros produtos da mesma marca. No canto direito, mais inferior e com letras minúsculas, encontra-se o nome da empresa publicitária.

Provavelmente, o leitor ou leitora, ao chegar nesse anúncio, via primordialmente os olhares provocativos, olho no olho, das modelos, para depois deslizar seu olhar para o canto esquerdo superior, onde lia a frase de impacto, para, na sequência, correndo o olhar para a direita, apreciar os tipos de tonalidades e, quem sabe, se deter um pouco mais para ler os textos, à esquerda e abaixo dessa fotografia, cujo dourado dos frascos dos batons, reforçado pelo das pepitas de ouro, destacava-a em meio a todo o anúncio. O seu fundo mais escuro do que o da grande imagem também servia de moldura e para dar relevo deste conjunto sobre o outro. Certamente, as mulheres se deteriam em apreciar os novos tons, enquanto os homens, talvez, se tivessem sido captados pelo anúncio, retornariam para apreciar o olhar penetrante e os lábios convidativos das modelos fotografadas.

Neste percurso gerativo de sentido, também importa lembrar o que antecede a leitura do anúncio. Na página 86 iniciava uma matéria: “Candy é o máximo”, cujas fotografias são enviadas pela Cinerama Releasing Co. Portanto, não se tratava de uma reportagem, mas de uma matéria paga pela empresa responsável pela divulgação de um novo filme, cujo título nem é mesmo comentado no texto. O que importava era mostrar uma atriz jovem, loira, de “olhos grandes e abertos, lábios cheios”, seminua em várias fotografias, ao lado de homens a quem teria provocado com sua sedução, firmada numa “diabólica mistura de inocência e pecado, fragilidade e tentação”. Na maior fotografia colorida da matéria, a atriz Ewa Aulin está apenas de botas brancas e uma boina da mesma cor, em frente ao painel de comando de um avião, com os braços abertos, pernas flexionadas e fechadas, tendo os cabelos a tapar os seios e trazendo na fisionomia a dita mistura diabólica. A “encantadora Candy” está em todas as fotografias, como em todas as cenas, conforme a matéria, ao lado de homens ou demonstrando sua irresistível inocência, e, sempre, muito bem maquiada com sua sombra azul, seus cílios negros e sua boca marcada por batons metálicos e tentadores.

Os inversos das folhas do anúncio em análise também são curiosos, pois as tintas Ypiranga poderiam despertar o interesse do público masculino da revista, tendo em vista que pintar paredes é uma ocupação tradicionalmente de homens, porém, esse anúncio destaca muito mais a ideia da decoração do que da pintura, e, logo, se ocupa das mulheres como suas potenciais consumidoras, oferecendo, inclusive, de forma gratuita, o folheto “Cor e decoração” a quem escrevesse para o endereço indicado. A frase principal do anúncio dizia: “Você fala com o pintor. O pintor fala com Ypiranga. Ypiranga fala com as paredes. E todos se entendem”, garantindo, assim, a esse público feminino, que novas cores poderiam ser aplicadas às paredes da casa com harmonia, e tudo ficaria perfeito.

Figura 5: Página 91, Revista *Manchete*, n. 833.



Fonte 5: Fotografia do original, em formato digital, pela autora.

Na página 94, o jogo de estofados em anúncio é de linhas modernas, utilizando uma linha contínua entre encosto e acento, contornos orgânicos, em corvin “opala”. Os pés e a estrutura eram em madeira, régua finas que se cruzavam em X, com parafusos em metal aparente. O texto principal começava dizendo “imagine isto em seu living”, e terminava com o verbo no imperativo: “Peça também, para ver as moderníssimas cores, Tabaco e Café”. Mais uma vez, eram as mulheres convocadas ao consumo de cores e do moderno, a abandonar a casa com sua antiga decoração, com suas cores “singelas”, não modernas, talvez “cafonas”. E utilizar cores, colorir a vida, fosse nas paredes da casa, nos estofados da sala ou nos lábios. Era um convite que reverberava de um anúncio a outro, para que se pudesse ser moderno. Essas considerações sobre os sentidos dos anúncios são pautadas numa noção de público feminino compilado pelo próprio meio publicitário e não pelos

estudos sociológicos, pois, para as técnicas da publicidade, há um grupo focal definido por estilo de vida, linguagem e poder aquisitivo, que supostamente se constitui como leitor ideal (ISER, 1996; PALACIOS, 2006). Segundo Carvalho (1996), a publicidade destina ao público feminino explorar continuamente a mesma noção: “[...] para ser feliz e bem-sucedida, a mulher precisa estar sempre bela e ser (parecer) jovem” (CARVALHO, 1996, p. 13), fazendo com que os anúncios e campanhas publicitárias dirigidas para esse público sejam centradas no sucesso pessoal, na vaidade e na aparência.

Entre modelos de um feminino que enlouquece os homens e convites de consumos “coloridos”, a Coty trazia de “5 mil metros de profundidade” o que havia de mais novo e interessante para o consumo daquela mulher que poderia ser um pouco Candy ou, ao menos, desejar uma sala mais moderna e colorida para a sua casa. Os novos batons anunciam-se como produtos para uma mulher moderna ao colocar as modelos vestidas de mineradores, sujas de ouro, inseridas num universo de trabalho pesado, masculino, nada bonito, mas que serve perfeitamente para dizer sobre essa inovação da linha Metal Touch. O convite implícito sugeria à leitora que ultrapassasse os muros dos lares e adentrasse ao mundo do trabalho e do masculino, algo reivindicado pelas lutas feministas do mesmo período. Todavia, nesse mesmo campo discursivo, ao assim fazer, elas não poderiam jamais perder a beleza, o dever de seduzir o masculino e de reforçar seu papel social de atentas aos desejos masculinos. Ao contrário, as novas fronteiras devastadas deveriam servir para ainda mais reforçar sua beleza, sua sedução e seu lugar social.

O texto explicativo reforça a impressão sensorial que as imagens desencadeiam. “Dez atrevidos tons metálicos [...]. Combinam com você porque a moda exige metal”. As tonalidades não eram apenas diferentes e novas, mas eram também atrevidas como a Candy ou Paco Rabanne, que desde 1967 havia apostado em pastilhas de metal ou plástico para propor vestidos-túnica, curtíssimos, destinados a um público jovem e “atrevido”. Inclusive, o irreverente costureiro, rebatendo as críticas que recebia, disse: “Para trabalhar as mulheres devem vestir roupas cômodas, mas para conquistar um homem, não deve haver limites para o sacrifício” (RABANNE apud ROMIO,

1997, p. 83). E não teria sido esse sacrifício que a Coty poupou às mulheres, indo buscar os metais nas profundezas da terra?

Continuando, o texto afirma na sexta linha: “Elas têm [as cores] aquele mesmo brilho suave e frio de um metal precioso ainda na sua forma mais selvagem. Ponha ouro, ponha brilho metálico nos seus lábios, você sabe que os homens sempre ficaram malucos por causa disso”. A sensualidade, a “mistura diabólica” de Candy, também se encontra nessas entrelinhas tanto quanto a de Sophia Loren, estampada na página 122 e difundida em diversos filmes,⁵ nos quais seus personagens caracterizam a sedução suave e fria, quase selvagem, que colocam homens malucos, como malucos ficavam os personagens do filme publicizado.

As modelos com seus olhares diretos ao leitor, cujas cabeças estão um pouco inclinadas para baixo, o que força seu olhar a estar ainda mais aberto e intenso, combinados com seu sorriso sutil, misto de seriedade e provocação, promulgam uma expressão de mulher moderna que, arriscando-se em minas ou nas aventuras amorosas, temperando suavidade com frieza e sedução com atrevimento, colocam-se abertas à experimentação do novo, do colorido, do intenso e inusitado que a revista *Manchete*, com suas diferentes reportagens e matérias, coloca em pauta para o ano de 1968 como expressão do moderno. Todavia, essa modernidade feminina é também contradição. A liberdade ou ousadia feminina expressada reforça, por elementos icônicos como esse olhar que se inclina para baixo para expressar maior sedução, o papel social de submissão feminina aos desejos masculinos.

Dessa forma, a feminilidade que está proposta como ideal começa a ser apresentada na capa da revista, em que uma jovem bonita se aventura na experiência da maternidade, a qual é consagrada com alegria e beleza porque acompanhada de conhecimento e informação, desfazendo-se dos velhos tabus e preconceitos do passado. Inclusive, é uma aventura particular, individual, pois o marido e pai daquele suposto bebê não aparece como personagem de importância, apenas a figura masculina do médico, diga-se, da ciência, e a beleza, que nunca se deveria abrir mão, mesmo entre a dor e a angústia, são enfatizadas. Logo, novamente, o papel social da mulher é admitido como moderno e livre dos cânones do passado

apenas no universo da aparência, já que a parturiente reforça, nas frases grifadas ao final e com sua suposta felicidade estampada na beleza do seu rosto sorridente, que a maternidade seria ainda o momento mais importante da vida feminina, enquanto sutis elementos, como a aliança, a cama do casal em sólida madeira e a própria representação de Cristo, remete às condições sociais nas quais essa maternidade feliz se realizaria plenamente.

Algumas palavras para finalizar

Portanto, quando se trata de discursos compostos a partir de recursos visuais e textuais ou mesmo de apenas textos, o que se tem diante de si é uma possibilidade de interpretação, não uma verdade taxativa que reduz as outras interpretações possíveis ou mesmo a total invisibilidade do escrito ou mostrado.

Considerando os conteúdos visuais e textuais construídos ao longo desse número da revista *Manchete* de 1968, observam-se continuidades temáticas, reafirmações de sentido do feminino e de modernidade reverberando de uma página a outra, e é dessa insistência e dessas conexões de sentido que se aponta uma possibilidade de interpretação nestas páginas trabalhadas.

A geração de sentidos que o anúncio e seu entorno propõem, compondo um conjunto discursivo coerente e que se potencializa mutuamente, leva a sopesar que o modelo de feminino idealizado em 1968, difundido nas páginas desse semanário de sucesso nacional, estivesse centrado numa liberdade sexual tão acentuada como a de Candy. Todavia, um equilíbrio se impõe: entre a jovem que aposta em ser mãe, a esposa que adquire o jogo de estofados “opala” e aquela que negocia com pintores a renovação das paredes de sua casa, sem deixar de saber das eleições dos USA ou das opções turísticas da Argentina. O que importava não era tanto se entregar “a um professor, a um jardineiro mexicano, a seu tio, a um médico, a um guru e a uma estátua de Buda” (p. 88), como o filme de Candy narraria, ser famosa como Elis Regina, Audrey Hepburn ou Sophia Loren, cujas vidas noticiadas as tornavam ideais femininos. O que importava era saber, e “você sabe que os homens sempre ficaram

malucos por causa disso”: fazer a mistura entre permissão e interdição, inocência e pecado, com aquele sorriso e olhar da mineradora que volta do interior da terra para permanecer a serviço da sedução.

As possibilidades de recepção estão dadas no conjunto dessas páginas e não além delas simplesmente, logo, não se pode julgar que todas as mulheres que viveram os dias de 1968 ou a década que este ano engloba viveram essas ambiguidades. Todavia, como veículo de comunicação de massa, produto mercadológico do setor editorial brasileiro, a revista expressa uma visão de mundo e uma possibilidade de se encontrar nele discursivamente.

A leitura do anúncio, pautada no conjunto dos valores e das imagens que a revista expõe, reafirma pela retórica da conotação que uma mulher, moderna e sintonizada nas mudanças que ocorriam nos modelos de ser e estar no mundo, precisa estampar uma beleza irretocável, atrevida e ousada, mantendo um ar de mistério, como o sorriso velado das modelos expressa e, ainda, sonhar em ser mãe e ter o seu lar decorado nas cores da moda.

Pois, afinal, como Barthes esclarece, a retórica da conotação centra-se na condição que os anúncios possuem de provocar uma significação segunda a partir de uma significação primeira, aquela dada por cada signo componente da imagem em recepção que, por sua vez, no conjunto, se postam como um signo pleno. Isto é possível porque há uma segunda mensagem (conotada), na qual os segundos sentidos derivam da cultura partilhada e das disposições variáveis conforme os leitores. Estruturalmente, essa possibilidade de abordagem do anúncio publicitário é mais importante do que a mensagem literal (denotada), pois “[...] é ela que articula todo o anúncio e, como um eixo, possibilita estabelecer uma relação de equivalência entre a imagem literal e o produto” (BARTHES, 2005, p. 106).

Por outro lado, como afirma Peninou:

Passar da letra (processo verbal da conformidade) à figura (invenção de uma conformação) equivale a passar do entendimento à sensibilidade, de uma afirmação motivada pelas propriedades de um bem a uma afirmação motivada por

um consumidor, do caráter objetivo ao desejo subjetivo, e, transformação não menos importante, do valor anônimo à apropriação privada do valor (PENINOU, 1972, p. 200)

Esclarece assim o autor que o valor intrínseco e funcional de um anúncio é sempre conservado, porém, ao mesmo tempo, é também convertido, abandonando a abstração conceitual da propriedade do produto para revestir-se de toda a sedução da figura, o que implica, num processo de mimese e catarse, uma transferência de “conformidade” para “conformação”, ou seja, a transformação do que era uma informação num modelo de ação pautado pelo desejo de ser um *outro*, aquele que o produto ao ser consumido promete nascer (SANT’ANNA, 2007).

A poética do ter, no anúncio da Coty de 1968, consiste em se fazer bela, atraente, moderna, jovem, irreverente, sempre pronta para um novo desafio, como usar ouro nos lábios, que os produtos da marca garantiam. Consumi-los, a despeito de qualquer outro, permitia que a mulher se colocasse no momento do “agora” e, como ela sabia, ficar pronta para o jogo da sedução em que homens continuavam caçadores, e, cabia a ela, como preza moderna, reinventar com sua aparência as formas de seduzir.

BETWEEN SEDUCTION AND CONSUMPTION - COSMETIC ADVERTISING IN 1968 BRAZIL

Abstract: Analysis lipsticks Coty, with the appropriate methodological and theoretical tools, published in the magazine *Manchete* in 1968. The study aims to think in visual and textual discourse, the senses of femininity were proposed consonants to the modernization of the conditions the use of sexuality and the acquired right to seduce and take initiative in the affective field, discussing all the discursive universe of the analyzed specimen.

Keywords: Feminine. Advertising. Cosmetics.

Notas

¹ Segundo Justino, as fotografias apresentavam: um túnel cavado pelo vento numa geleira da Patagônia; o pico do Aconcágua, na fronteira com o Chile; as minas de enxofre de Puente del Inca; o porto de pesca de Mar del Plata; os estancieiros do Pampa e La Bombonera, o estádio do time Boca Juniors.

² A presença de fotografias coloridas numa reportagem, neste período, denota a importância da mesma no conjunto da revista, tendo em vista os altos custos, na época, para a impressão em cores.

³ 120 de gramatura.

⁴ Na década de 1950, a Standard era uma das três maiores agências do país em faturamento e chegou a cogitar a compra da Grant, uma multinacional que atuava no Brasil desde 1943 e tinha grandes contas. Foi em 1972 comprada pelo grupo Ogilvy (ALMANAQUE DA COMUNICAÇÃO, 2010).

⁵ Entres outros filmes podem ser citados “Ontem, hoje e amanhã” (1964), “Matrimônio à italiana” (1964) e “A condessa de Hong Kong” (1967), em que a atriz, sempre exuberante, mesmo usando batons de tons metálicos, enlouquece os homens que protagonizam as tramas com ela.

Referências

ALMEIDA, Livia de. O prédio que virou Manchete. In: *Veja - Rio*. 27/06/2007. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5dWwajhxdZ0J:veja.abril.com.br/vejarij/270607/capa.html+%22Justino+Martins%22&cd=17&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>. Acesso em: 13 jun. 2010.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou Manchete. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 243-264, 2001.

BARBOSA, Guilherme. Adolpho Bloch: sua vida. Disponível em: <http://www.redemanchete.net/artigos/artigo.asp?id=345&aid=&t=Tudo-Sobre-o-Adolpho-Bloch>. Acesso em: 01 jun. 2010.

BARBOSA, Marialva. *Desvendando a face do público: 50 anos de imprensa do Rio pelo olhar do leitor*. Rio de Janeiro: Faperj, 2001.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. *Imagem e Moda. Inéditos*. vol. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BLOGANDA. Disponível em: <http://bloganda.com.br/historia/>. Acesso em: 03 jun. 2010.
- CARVALHO, Nelly. *Publicidade – a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1996.
- COURTINE, Jean Jacques. Foucault e a história da análise do discurso, olhares e objetos (Entrevista concedida a Nilton Milanez). In: FERNANDES, Claudemar Alves; CONTI, Maria Aparecida; MARQUES, Welissom (Org.). *Michel Foucault e o discurso: aportes teóricos e metodológicos*. Uberlândia: Edufu, 2013.
- DAGOGNET, François. *La Philosophie de l'Image*. Paris: Vrin, 1986.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente*. Tradução de Guilherme Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1993. vol. 3
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura – uma teoria do efeito estético*. vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1996.
- JAUSS, Hans. A estética da recepção: colocações gerais. In: LIMA, Luiz Costa (Coord.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da vida privada no Brasil*. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- PALACIOS, Anamaria da Rocha J. Cultura, consumo e segmentação de público em anúncios de cosméticos. In: *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, v. 3, n. 6, p. 123-135, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-162.
- PENINO, Georges. Le message poétique: l'investissement de la forme. Conformaté et conformation. In: *Intelligence de la publicité*. Collection Étude sémiotique. Paris: R. Laffont, 1972.

PIROTTE, Jean. Images et critique historique. In: JADOULE, Jean-Louis. *L'histoire au prisme de l'image*. vol. 1. L'historien et l'image fixe texte. Louvain: Université Catholique de Louvain, 2002.

ROMIO, Eda. *Os estilistas do século 20*. São Paulo: Informe Fernando de Barros, 1997.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. *Teoria de Moda: sociedade, consumo e imagem*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2007.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens*. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Tradução de José Rivair Macedo. São Paulo: EDUSC, 2007.

Recebido em: 26/03/2017

Aprovado em: 20/10/2017

RESENHA

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Velas ao mar: U.S. Exploring Expedition (1838-1842). A viagem científica de circum-navegação dos norte-americanos*. São Paulo: Intermeios, 2015.

Valdir Donizete dos Santos Junior*

Em tempos de globalização, quando, com raríssimas exceções, as mais diversas partes do mundo, das mais cosmopolitas às mais recônditas, se veem conectadas e interligadas pelas tecnologias de ponta nas comunicações e nos transportes, a primeira metade do século XIX apresenta-se como uma época ambígua: tão distante e, ao mesmo tempo, tão próxima de nós, de nossas vivências, do que somos e do que pensamos.

Distante, pois a correspondência epistolar, os diários manuscritos e as longas viagens a vapor parecem estar há anos-luz das comunicações informatizadas, dos aparelhos eletrônicos de última geração e das rápidas viagens aéreas que cortam os céus e mobilizam pessoas em todos os continentes. Próxima, uma vez que o período entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX marca o advento de um momento histórico do qual ainda, de certa forma, fazemos parte. Durante esses anos, as então recentes inovações da indústria, especialmente o advento da energia a vapor, facilitaram o trânsito em águas até então desconhecidas pelo Ocidente e encurtaram as distâncias entre as várias partes do planeta.

* Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de São Paulo (Campus Jacareí) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: valdirdsjr@gmail.com.

A tais transformações técnicas somava-se o racionalismo ilustrado tão exaltado pelo liberalismo do século XIX, que buscou esquadriñar, classificar e catalogar tudo o que de novo fosse encontrado pelas potências ocidentais, construindo um conjunto de saberes que ditava hierarquias e incitava desejos imperiais. Tratava-se de um novo capítulo – um dos mais importantes – do processo de interligação de toda a superfície do globo terrestre, que se iniciara com as navegações ibéricas do século XV e que no século XIX vivenciava seu auge.

É sobre esse contexto de intensas transformações econômicas, sociais, culturais, políticas e tecnológicas que evidenciavam o avanço do capitalismo e da modernidade, ainda marcadamente ocidentais e, em grande medida europeus, que se debruça *Velas ao mar: U.S. Exploring Expedition (1838-1842), a viagem científica de circum-navegação dos norte-americanos*, o instigante e fundamental trabalho da historiadora brasileira Mary Anne Junqueira. Resultado de sua Tese de Livre-Docência em História dos Estados Unidos, defendida em 2012, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, esse livro apresenta ao público brasileiro, alicerçando-se em sólida pesquisa acadêmica, a U.S. Exploring Expedition, primeira viagem científica de circum-navegação do globo promovida pelos Estados Unidos. Executada pela Marinha norte-americana (U.S. Navy) entre 1838 e 1842, a missão foi comandada pelo genioso e polêmico capitão Charles Wilkes (1798-1877), autor dos cinco volumes da narrativa de viagem que serve como fio condutor do trabalho.

Trilhando as intersecções entre o mundo das viagens, a discussão científica e os interesses geopolíticos em jogo na primeira metade do Oitocentos, *Velas ao mar* apresenta, de início, uma dupla importância ao pesquisador dedicado à História das Américas, especialmente aos que se debruçam sobre o século XIX, qual seja, sua densa reflexão teórico-metodológica e sua originalidade temática.

Acerca do primeiro aspecto, Junqueira, estudiosa de temáticas e autores da chamada teoria pós-colonial, dialoga com referências importantes dessa seara, como Dipesh Chacrabarty, Mary Louise Pratt e o fundamental Edward Said. Discute com Chacrabarty, por exemplo, a necessidade de tirar a Europa do “centro” das análises

acadêmicas; com Pratt, a existência de trocas, mesmo que assimétricas, entre colonizadores e colonizados nas chamadas “zonas de contato”; e com Said, a construção de saberes e conhecimentos como fatores de afirmação e dominação imperial. Merece destaque especial sua leitura do historiador argentino radicado nos Estados Unidos, também interlocutor da teoria pós-colonial, Ricardo Salvatore, referência básica que se evidencia nas linhas e entrelinhas dos três primeiros capítulos de *Velas ao mar*. Discutindo a constituição de “lugares de saber”, Junqueira defende, acompanhando Salvatore, a existência de uma tensão latente entre a circulação transnacional de conhecimentos científicos, intelectuais ou técnicos e o processo de afirmação dos Estados nacionais no século XIX. Dito de outra maneira, a perspectiva transnacional, atualmente em voga na historiografia, nem sempre supera, mas frequentemente convive com o paradigma nacional.

Ainda em termos teórico-metodológicos, a autora reserva o quarto capítulo de seu trabalho exclusivamente a uma reflexão sobre a utilização dos relatos de viagem como fonte para o historiador. Para além de um mero balanço historiográfico, Junqueira aponta para a variedade desses textos e alerta para os cuidados que o pesquisador deve ter ao trabalhar com esse material. De acordo com a estudiosa, é preciso estar atento ao local de onde fala o viajante, ao seu universo cultural, ao período em que escreveu seu texto em relação ao período em que o publicou, à forma que escolheu para elaborá-lo (narrativa, carta, memória, diário etc.) e ao público que buscou cativar. Além dessas indicações metodológicas, a autora trava diálogo com a crítica literária, concebendo uma instigante reflexão sobre os relatos de viagem como um “gênero híbrido”. Partindo dessa premissa, entende esse documento como sendo essencialmente múltiplo, capaz de ser lido de distintas maneiras por pessoas e em tempos diversos, e cujas vozes, estilos e formas evidenciam grande polissemia.

A respeito de sua originalidade temática, *Velas ao mar* destaca-se em alguns aspectos. Primeiramente, a U.S. Exploring Expedition, curiosamente, não é, como destaca a autora, a despeito de sua importância na História dos Estados Unidos, uma expedição que tenha sido alvo de maciços estudos, especialmente de pesquisas

acadêmicas de fôlego. *Velas ao mar* é, portanto, o primeiro trabalho sobre essa desconhecida empreitada nos marcos da investigação historiográfica brasileira¹.

Em termos estruturais, o livro de Mary Anne Junqueira é composto por duas partes. Os três capítulos que formam a primeira seção do trabalho (“Em nome da ciência: para compreender a U.S. Exploring Expedition”) preparam o terreno para a análise propriamente dita da fonte. Inicialmente, insere a expedição comandada por Charles Wilkes em um contexto mais amplo das viagens de circum-navegação levadas a cabo por diversos países entre as décadas finais do século XVIII e as iniciais do XIX. Com o aprimoramento das técnicas de navegação e a crescente importância do Oceano Pacífico e dos grandes contingentes populacionais asiáticos para o comércio internacional, conhecer e mapear os mares era de suma importância para a obtenção de vantagens econômicas e geopolíticas. Nesse sentido, os Estados Unidos colocavam-se, ao se lançarem nessa empresa, em compasso e, ao mesmo tempo, em competição com países como a Inglaterra, a França e a também emergente Rússia, como pretendentes ao poder que o conhecimento sobre o mundo poderia propiciar.

Junqueira discute ainda, nos dois capítulos seguintes, dialogando com a História das Ciências e dos saberes científicos, como a expedição se circunscreveu em um quadro mais geral de definição de padrões internacionais acerca da navegação no globo terrestre. Nesse sentido, a autora nos mostra, seguindo Salvatore, que, na tensão entre a circulação transnacional e os interesses especificamente nacionais, uma vasta gama de conhecimentos, como as longitudes da Terra, as coordenadas geográficas e o mapeamento náutico, entendidos atualmente por muitos como dados puramente técnicos, foram fruto de intensa disputa geopolítica, da qual os norte-americanos se mostravam bastante propensos a participar. Constituiu-se, dessa maneira, nos marcos da primeira metade do século XIX, um quadro em que os Estados Unidos – que buscavam seu lugar no mundo – estabeleceram uma relação ambígua em relação à Europa, oscilando entre a admiração e a concorrência.

A seção final do trabalho (*Cultura imperial: as Américas na narrativa de viagem de U.S. Exploring Expedition*), composta por

quatro capítulos, debruça-se mais especificamente sobre o mundo dos relatos de viagem: refletindo teórica e metodologicamente sobre esse tipo de fonte (capítulo 4), analisando de maneira mais detida a narrativa escrita pelo capitão da U.S. Exploring Expedition, Charles Wilkes, (capítulos 5 e 6) e cotejando, ao lado deste, relatos deixados por dois outros membros da tripulação da expedição, o marinheiro Charles Erskine e o aspirante a oficial William Reynolds (capítulo 7).

Sobre os cinco volumes da narrativa de Wilkes, a historiadora destaca sua inserção em um conjunto maior de textos que formam o relato oficial da viagem, composto originalmente por vinte e três tomos que versam sobre assuntos diversos, como etnologia, filologia, meteorologia, botânica, hidrografia, os aspectos mais diversos da zoologia e a temática das “raças do homem”. Junqueira ressalta os embates e as tensões expostas no processo de escrita desse documento oficial, já que por seu caráter polêmico e por ter sido acusado de cometer diversos excessos ao longo da viagem, Charles Wilkes não era considerado por muitos a pessoa mais indicada para esse encargo. Como se evidencia pela leitura do trabalho, não somente o capitão foi o autor da descrição da viagem, como também a usou para se defender de seus críticos.

Velas ao mar reserva um de seus capítulos para uma análise sobre como Wilkes descreveu as Américas. Para tanto, a autora realiza um instigante debate sobre a questão da raça no relato e principalmente sobre a maneira como o capitão norte-americano concebia a ideia de “raça anglo-saxônica”. Inserida em uma reflexão alicerçada em uma bibliografia em língua inglesa especializada no tema, Junqueira discute a construção de uma retórica que concebe a superioridade civilizacional desse grupo formado por britânicos e norte-americanos em relação aos demais povos do planeta. Balizado por esse discurso, Wilkes afirmava a inferioridade dos povos que na América haviam sido colonizados por espanhóis e portugueses. O capitão não se utilizava para se referir a estes últimos, como era de se esperar, de expressões relacionadas à ideia de “latinidade”, como América Latina ou raças latinas, pois se o “anglo-saxonismo” da América do Norte já estava consolidado na época da expedição, o mesmo não se pode dizer da reivindicação da “latinidade” por

parte dos ibero-americanos, que somente iria se estabelecer de fato na retórica do continente a partir da década de 1850.

Mary Anne Junqueira encerra seu trabalho analisando, ao lado das narrativas de Wilkes, outros dois relatos produzidos por membros da expedição do U.S. Exploring Expedition: o marinheiro Charles Erskine e o aspirante a oficial William Reynolds. Para além de considerações sobre as relações pessoais e hierárquicas, bem como os costumes e as práticas cotidianas de tais viagens, é possível afirmar que a principal contribuição desse capítulo para o conjunto do trabalho seja a constatação de que a cultura imperial presente nas ideias norte-americanas já na primeira metade do século XIX não era privilégio de suas elites, mas era compartilhada pelas diversas classes sociais. A despeito das desavenças que esses dois outros personagens pudessem ter tido com Wilkes durante a viagem, não divergiam de seu capitão em um aspecto: a concepção da superioridade dos anglo-saxões em relação aos demais povos do continente americano.

Finalmente, é preciso mais uma vez destacar que *Velas ao mar* representa uma importante contribuição não somente para aqueles que estudam os relatos de viagem e a história das Américas no século XIX, mas para todos que desejam ter acesso a um trabalho de pesquisa sólida e reflexão acadêmica densa. Enfim, Mary Anne Junqueira oferece novamente elementos para o conhecimento da História dos Estados Unidos no Brasil, demonstrando que, já em seu processo de formação nacional na primeira metade do Oitocentos, os norte-americanos ambicionavam um lugar de destaque entre as nações mais poderosas do mundo e enunciavam precocemente uma retórica imperial que, como se sabe, tem justificado, desde meados do século XIX, a presença dos Estados Unidos em diversas regiões do globo, não necessariamente de modo cordial e pacífico.

Notas

¹ Possivelmente, o trabalho mais conhecido sobre a missão, inclusive com tradução brasileira, seja *Mar de Glória: viagem americana de descobrimento* (Companhia das Letras, 2005), do historiador estadunidense Nathaniel Philbrick. Voltado para um público mais amplo que o meramente universitário, o livro de Philbrick, a despeito de lançar luz e fornecer dados sobre a viagem e seus desdobramentos, não prima, muitas vezes, na opinião de Junqueira, pela crítica, adotando mesmo um caráter laudatório em relação ao seu objeto de análise.

Recebido em: 03/04/2017

Aprovado em: 05/08/2017

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

377

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A Revista Anos 90 aceita artigos inéditos de Doutores em História e em áreas afins (desde que os artigos sejam de grande relevância para a área da História).
2. A submissão de artigos implica na concordância, por parte do(s) autor(es), com as condições do Código Ético da revista.
3. O envio de artigos para a revista implica na autorização para sua publicação. A Anos 90 adota a licença CC-BY como atribuição principal de Acesso Aberto. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.
4. O material para publicação, redigido em português, inglês ou espanhol, deve incluir um resumo em português de até 15 linhas e uma versão do mesmo em inglês (abstract), bem como uma lista de até cinco palavras-chave com sua versão para o inglês (keywords). O título do artigo também deverá ser vertido para o inglês.
5. Os textos para publicação deverão ter entre 21 mil e 45 mil caracteres (aproximadamente 15-25 páginas), parágrafo justificado, espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12. As citações diretas com mais de 3 linhas devem estar em parágrafo separado, justificado, fonte Times New Roman, tamanho 11. As notas devem ser numeradas sequencialmente, no final do texto, em números arábicos, fonte Times New Roman, tamanho 10. As notas deverão ser sucintas. As remissões bibliográficas não deverão ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto, conforme o seguinte modelo: (FREITAS, 2002, p. 32). Somente a bibliografia

citada deverá ser relacionada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome, conforme a padronização da ABNT. As resenhas não poderão ultrapassar 6 páginas com as mesmas características

6. Todos os trabalhos serão apreciados pela Comissão Editorial da Revista e, estando dentro das normas, serão submetidos à avaliação cega por pares, sendo que os autores serão informados se o artigo for aceito, recusado ou aceito com alterações. A Comissão Editorial decidirá sobre a oportunidade da publicação das contribuições recebidas.
7. Para submeter seus originais, os autores deverão acessar o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER) da UFRGS no website <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90>. Em caso de dificuldades na operação do sistema, contatar o editor através do endereço eletrônico: anos90@ufrgs.br.
8. Os artigos devem ser submetidos sem indicação de autoria. Os dados do autor devem ser colocados como “documento suplementar” e conter o nome do autor, dados sobre a instituição a qual está vinculado, titulação acadêmica, endereço eletrônico e endereço para correspondência no sistema SEER.
9. Cada autor poderá submeter um único artigo por vez à avaliação. Caso o artigo seja publicado, o autor deverá esperar o prazo de dois anos para submeter novamente artigo à avaliação na Revista.
10. O artigo submetido à Anos 90 não pode estar ao mesmo tempo sendo avaliado para publicação em outro periódico.

SUBMISSION PREPARATION CHECKLIST

379

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. Anos 90 accepts unpublished articles by scholars in History and its related areas (as long as the articles are of great relevance to the area of History).
2. The submission of articles implies the compliance by the corresponding author(s) with the Code of Ethics of the journal.
3. It is implied that upon sending their manuscript to the journal, the author authorizes its publication. Anos 90 uses CC-BY license for Open Access. This license enables other people to share, remix, adapt, and build upon the author's work, even for commercial purposes, as long as the authors are given due credit for their original material.
4. The material for publication, written in Portuguese, English, or Spanish, must include an abstract in Portuguese of up to 15 lines and its version in English, as well as a list of up to five keywords with their English version. The title of the article should also be translated into English.
5. Manuscripts for publication should have between 21,000 and 45,000 characters (approximately 15-25 pages), a justified paragraph, space 1.5, in Times New Roman font, size 12. Direct quotations with more than 3 lines should be in a separate paragraph, justified, in Times New Roman font, size 11. The notes should be numbered sequentially, at the end of the text, in Arabic numerals, in Times New Roman font, size 10. The notes should be succinct. Bibliographical references should not be made in notes, but should appear in the main body of the text, according to the following model: (FREITAS, 2002, p. 32). Only the cited bibliography

should be listed at the end of the paper, in alphabetical order by surname, complying with ABNT standards. Reviews cannot exceed 6 pages with the same characteristics.

6. All manuscripts will be assessed by the Journal's Editorial Committee and, once within the norms, they will be submitted to blind peer review. Authors will be informed if the article has been accepted, rejected or accepted with changes. The Editorial Committee will decide on the date and/or issue manuscripts will be published.
7. In order to submit their original texts, authors must access <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90>. In case of any difficulties regarding the site, please contact the editor-in-chief: anos90@ufrgs.br.
8. Articles must be submitted without any indication of authorship. Author information should be supplied as an additional file (documento suplementar) and should contain the author's name, information about the institution to which they are linked, academic qualification, e-mail address, and mailing address.
9. Each author may submit one article at a time to the evaluation. If the article is published, the author should wait for two years in order to submit another manuscript for review in the Journal.
10. The manuscript submitted to Anos 90 cannot be under consideration for publication in any other journal.

Anos 90 é o periódico do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS). Tem por objetivo divulgar pesquisas avançadas e recentes da área da história e de áreas afins que contribuam para a produção do conhecimento histórico e estimular o debate e investigações nessas áreas. Seu conteúdo é de acesso livre, disponibilizado na internet.

Todos os artigos e resenhas submetidos na plataforma SEER passam pela avaliação da Comissão Editorial e, estando dentro das normas da revista, são submetidos à avaliação cega por dois doutores especialistas no tema. Em caso de discordância entre os dois especialistas quanto a aceitação do artigo para publicação, o artigo é submetido à avaliação de um terceiro especialista. Os autores que submetem artigos e resenhas são informados, após o processo avaliativo, se seus artigos foram aceitos, recusados ou aceitos com alterações e recebem os pareceres escritos pelos avaliadores.

A Anos 90 publica artigos inéditos em língua portuguesa, inglesa, espanhola e francesa, resultantes de pesquisas recentes realizadas por doutores em história e em áreas afins, que tenham sido aprovados no processo de avaliação cega por pares, conforme as normas da revista, em regime de fluxo contínuo ou para dossiês temáticos.

Cada número da revista contém, usualmente, um conjunto de artigos voltados para um mesmo tema (os “dossiês”). A Comissão Editorial avalia (consultando, de acordo com a temática do dossiê, membros do Conselho Consultivo) o mérito e a relevância para a área da história das propostas de dossiês temáticos apresentadas por doutores em história e em áreas afins e decide pela aprovação ou reprovação das mesmas. Os artigos submetidos aos dossiês passam pelo mesmo processo de avaliação cega por pares pela qual passam os demais artigos e resenhas submetidos em regime de fluxo contínuo. Eventualmente, dependendo da avaliação realizada pela Comissão Editorial, pelos organizadores dos dossiês e pelo Conselho Consultivo, a Anos 90 também pode publicar entrevistas, traduções e documentos históricos.

Editorial Policy

Anos 90 is the open access e-journal of the Postgraduate Program in History at the Federal University of Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS). It aims to disseminate advanced and recent research in the area of history and related areas which contributes to the production of historical knowledge and fosters discussion and research.

All articles and reviews submitted are reviewed by the Editorial Committee. If they adhere to the norms of the journal, these manuscripts undergo blind peer review by two scholars on the subject. In case of disagreement between these two scholars regarding the acceptance of the article for publication, the manuscript is submitted to the evaluation of a third one. Authors submitting articles and reviews are informed, after the review process, if their articles have been accepted, rejected, or accepted with changes. The authors also receive the referees' comments (see rules for submission in the About>Online Submissions tab).

Anos 90 publishes original and unpublished articles resulting from recent research carried out in History and related areas in Portuguese, English, and Spanish. All manuscripts have been approved in the blind peer review process either in continuous flow or for thematic dossiers.

Each issue usually contains a set of articles focused on the same theme ("dossiers"). After being proposed by scholars, these thematic dossiers are presented to the Editorial Committee, who evaluates their merit and relevance to the field of History and its related areas (by referring to the Advisory Board). Then the Editorial Committee decides whether they will be approved. The articles submitted to the dossiers undergo the same blind peer review process that the articles and reviews submitted in a continuous flow. Anos 90 may also publish interviews, translations, and historical documents if the Editorial Committee, the dossiers organizers, and the Advisory Board regard them as relevant.

Código ético e responsabilidades dos envolvidos nas práticas da revista

O corpo editorial de Anos 90 é composto por um Editor Chefe, uma Comissão Editorial e um Conselho Consultivo que trabalham junto com autores e avaliadores anônimos para garantir a qualidade, ineditismo e a relevância dos textos publicados. Todos esses sujeitos devem se comprometer com a conduta ética em todas as práticas da revista.

São responsabilidades do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS:

1. Indicar o Editor Chefe.
2. Monitorar a adequação das práticas editoriais da revista.
3. Oferecer condições para o funcionamento da revista e a manutenção da integridade dos arquivos da mesma.

São responsabilidades do Editor Chefe:

1. Assumir a responsabilidade para rejeitar ou aceitar artigos, baseando-se unicamente na sua originalidade, clareza, relevância e propriedade em relação à missão da revista, a partir dos pareceres emitidos pelos avaliadores.
2. Verificar se os textos submetidos à Anos 90 se enquadram nas normas da mesma.
3. Prezar para que todos os artigos submetidos à revista que se enquadrarem nas normas da mesma sejam encaminhados para avaliação de no mínimo dois avaliadores anônimos que possuam o título de doutor e tenham conhecimento sobre a temática.
4. Garantir o funcionamento da avaliação cega por pares.
5. Buscar a contínua melhoria da qualidade da Revista a partir do diálogo com os membros da Comissão Editorial e Conselho Consultivo e participar dos fóruns relacionados à editoração de revistas.

6. Agir de forma transparente e justa ao exercer suas tarefas, sem discriminar nenhum autor por gênero, orientação sexual, religião ou crenças políticas, origem étnica, de classe ou geográfica.

São responsabilidades dos autores da Anos 90:

1. Submeter artigos dentro das normas de publicação na revista disponíveis em: www.seer.ufrgs.br/anos90
2. Conhecer e aceitar as regras da Creative Commons License Attribute BY.
3. Enviar artigos originais, sem plágios ou autoplágios e sem dados fraudulentos. Garantir que o artigo (ou parte significativa dele) não foi publicado em nenhum outro lugar e não está submetido em nenhuma outra publicação.
4. Ter as permissões necessárias para uso de imagens, quando for o caso, informando no corpo do texto.
5. No caso de artigos submetidos em coautoria, atentar para a obrigatoriedade de que todos os autores, em número máximo de 3, tenham participado da formulação do problema/argumento, da sua condução teórica e metodológica da análise, da análise das fontes e de sua interpretação, da redação e revisão do texto, e tenham compromisso com todas as práticas envolvidas na produção do artigo (questões éticas, inexistência de plágio, originalidade, uso devido de imagens e ilustrações, etc). A Anos 90 rejeita a inclusão de coautoria por orientadores em trabalhos resultantes da pesquisa de pós-graduação de seus alunos.

São responsabilidades dos avaliadores anônimos:

1. Atentar para qualquer conflito de interesse em relação ao artigo submetido e, se necessário, renunciar à indicação de seu serviço para aquele artigo.
2. Manter a confidencialidade de qualquer informação fornecida pelo editor ou pelo autor, sem guardar cópia do texto após realizar sua avaliação. O avaliador poderá tornar público que realizou parecer para a Anos 90, mas sem mencionar nenhuma outra informação sobre a avaliação.

3. Não usar as informações obtidas no processo de revisão como benefício para si próprio ou para qualquer outra pessoa ou organização. Não usar tampouco para gerar vantagem ou desacreditar outras pessoas.
4. Alertar o editor caso saiba de qualquer conteúdo já publicado ou submetido que seja substancialmente similar ao que está sob sua avaliação.

Procedimentos nos casos de comportamento antiético

1. Queixas recebidas pela Anos 90 serão avaliadas e respondidas pelo Editor Chefe e pela Comissão Editorial.
2. Evidências de má conduta deverão ser reunidas, evitando que qualquer alegação se propague para além daqueles que precisam realmente saber das investigações, enquanto elas estiverem em curso.
3. Problemas menores serão resolvidos sem necessidade de consultas mais amplas. Em qualquer evento, o(s) autor(es) ou avaliador(es) deve(m) ter oportunidade de responder a qualquer acusação.
4. A Comissão Editorial e a coordenação da Pós-Graduação em História da UFRGS são responsáveis pela investigação de eventuais denúncias contra o Editor Chefe.

Resultados possíveis da investigação de denúncias (em ordem de severidade, podendo ser aplicados separada ou conjuntamente):

1. Informar ou educar o autor ou revisor onde ocorra uma falta de compreensão ou não aplicação de padrões de comportamento aceitáveis.
2. Publicar uma notícia formal detalhando a má conduta.
3. Publicar a retratação formal do artigo já publicado.
4. Relatar o evento para a instituição à qual o responsável pelo ato antiético é vinculado, a organização profissional da categoria ou mais alta autoridade para maiores investigações e ações.

Code of ethics and responsibilities of those involved in journal practices

Anos 90 Editorial Board are composed of an Editor-in-Chief, an Editorial Committee and an Advisory Board that work along with anonymous authors and reviewers to ensure the quality, novelty and relevance of the published texts. All members must comply with to the ethical conduct code in all journal practices.

The Graduate Program in History at UFRGS is responsible for:

1. Appointing the Editor-in-Chief.
2. Monitoring the appropriateness of the journal's editorial practices.
3. Providing conditions for the publication of the journal and the maintenance of the integrity of its archives.

The Editor-in- Chief is in charge of:

1. Taking responsibility for rejecting or accepting articles, based solely on their originality, clarity, relevance and appropriateness regarding the journal's mission, based on the comments written by the reviewers.
2. Verifying that the manuscripts submitted adhere to the norms of the journal.
3. Ensuring that all articles which adhere to the norms are submitted to the evaluation of at least two anonymous reviewers who hold a PhD title and who are knowledgeable about the subject.
4. Ensuring that the blind peer review process takes place.
5. Pursuing the continuous improvement of the quality of the journal by communicating with the members of the Editorial Committee and Advisory Council and by taking part in forums related to the publishing of periodicals.
6. Acting in a transparent and fair manner when exercising their duties, without discrimination against any author by gender, sexual orientation, religion or political beliefs, ethnic, class or geographical origin.

Authors are responsible for:

1. Submitting articles adhering to the norms of publication in the journal, available at: www.seer.ufrgs.br/anos90.
2. Complying with the rules of the Creative Commons License Attribute BY.
3. Sending original articles free from plagiarism, self-plagiarism or fraudulent data.
4. Ensuring that the article (or any significant excerpt) has not been published anywhere else and has not been submitted to any other publication.
5. Having the necessary permission to use images and inform it in the body of the text.
6. Ensuring that, in the case of articles submitted in co-authorship, all authors, in a maximum number of 3, have participated in the formulation of the problem/argument, in their theoretical and methodological process of analysis, in the analysis of sources and their interpretation, in the writing and revising process of the manuscript, and are committed to all the practices involved in the production of the article (ethical issues, lack of plagiarism, originality, due use of images and illustrations, etc.). Anos 90 rejects co-authorship by mentors or supervisors in manuscripts resulting from their students' graduate research.

Anonymous peer reviewers are in charge of:

1. Notifying the editor about any conflict of interest in relation to the article submitted and, if necessary, declining to review that manuscript.
2. Keeping the confidentiality of any information provided by the editor or the author, without saving a copy of the manuscript after the process is over. The referee may make public that they have reviewed for Anos 90, but without disclosing any further information on the review.
3. Not making use of the information obtained in the review process for their own or any other person's or organization's advantage, or to disadvantage or discredit others.

4. Warning the editor about any content already published or submitted which is substantially similar to the one under their review.

Procedure in cases of unethical behavior

1. Complaints received by Anos 90 will be evaluated and answered by the Editor-in-Chief and the Editorial Committee.
2. Evidence of misconduct should be collected, preventing any claim from spreading beyond those who really need to know about the investigations while they are in progress.
3. Minor problems will be solved without further consultation. In any event, the author(s) or referee(s) should have the opportunity to respond to any charge.
4. The Editorial Committee and the coordination of the Graduation Program in History at UFRGS are responsible for investigating possible complaints about the Editor-in-Chief.

Possible results of the investigation of complaints (in order of severity, which may be applied separately or jointly):

1. Inform or educate the author or reviewer when there is a lack of understanding or non-application of acceptable behavior patterns.
2. Publish a formal notice item describing the misconduct.
3. Publish the formal retraction of the article already published.
4. Report the event to the institution to which the person responsible for the unethical act is bound, to the professional association, or to the highest authority for further investigation and action.

Nesta obra foram utilizadas as fontes Garamond,
Franklin Gothic Book, Arial e Amerika Sans.



Editoração e impressão:

Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500
Porto Alegre/RS
(51) 3308 5083
grafica@ufrgs.br
www.ufrgs.br/graficaufrgs